#14
5 A 18 DE AGOSTO DE 2026

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



A médica e sanitarista brasileira *Mariângela Simão* é nomeada Relatora Especial do Direito à Saúde no Conselho de Direitos Humanos na ONU. Leia mais aqui.



OMS alerta para o avanço em ritmo recorde do surto de ebola na África, com cerca de 2 mil mortes registradas; alta velocidade de transmissão e óbitos acendem alerta máximo global.



Natureza em fúria: Calor intenso, terremotos, inundações, secas, desertificação e ameaças à biodiversidade açoitam o planeta, sem que governos e sociedade consigam dar respostas à altura da magnitude dos problemas.



O médico e sanitarista brasileiro *Rômulo Paes* foi indicado para compor a Força Tarefa da Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de repensar a arquitetura da saúde global. Leia mais aqui.



A 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas será realizada de 8 a 28 de setembro, com vasta agenda que inclui temas referentes a desenvolvimento, direitos humanos, paz e segurança, conflitos militares e aborda a maioria dos determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde.



Reforma da Organização Mundial da Saúde: Força Tarefa está constituída e inclui o brasileiro Rômulo Paes, pesquisador da Fiocruz e presidente da ABRASCO, como um dos representantes da Região das Américas.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

19 – Pequeno guia para a 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU – *Santiago Alcázar e Paulo M. Buss*

26 – O outro – *Santiago Alcázar*

32 – UN80 e os Direitos Humanos – *Fabiane Gaspar*

45 – Entre uma ESPII e transições: os desafios atuais da governança global da saúde e da OMS – *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

54 – Avanços na implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e o caminho para a COP17 – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

64 – Notas Iniciais sobre a Reforma da Organização Internacional do Trabalho (OIT) *vis-à-vis* a Iniciativa UN80 – *Frederico Peres*

77 – A iniciativa UN80, o endurecimento da política migratória na Argentina e os novos dados de migração da OIM – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

82 – Evidências, investimentos e desafios: amamentação e sarampo nas Américas – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

90 – UNESCO80: reforma institucional, alinhamento com a iniciativa UN80 e a nova arquitetura global da saúde – *Fabiane Gaspar*

102 – Como as empresas de alimentos ultraprocessados estão atrasando as políticas de obesidade em todo o mundo – *Eduardo Nilson, Felipe Neves, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira*

127 – O Relatório de Impacto Lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – *Isis Pillar Cazumbá*

130 – Atuação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento na Região do MENA (Mediterrâneo e Norte da África) – *Laura Tavares Soares*

137 – Medidas unilaterais, inteligência artificial e assimetrias tecnológicas: desafios ao desenvolvimento na governança multilateral – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

150 – Construindo e desconstruindo a governança global em saúde: os papéis das Organizações da Sociedade Civil – *Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana*

Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Mateus dos Santos Brito e Luis Eugênio de Souza

171 – Governando a Catástrofe Climática: Diplomacia Fiscal, Responsabilização Corporativa e Imperialismo Energético na Era do Clima Extremo – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

183 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

202 – O Sul Global como Motor do Século XXI: Trajetória, Reformas e o Futuro do G-77 & China – *Regina Ungerer*

206 – G20, G7 e OCDE. Alinhamentos Estratégicos Marcam a Preparação para a Reunião de Finanças do G20 / G7: o hiato de agosto e a assimetria do Ebola / Saúde e o futuro da relação entre Brasil e OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

218 – América Latina: Segurança, Soberania e o reordenamento das relações hemisféricas – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

229 – Reformando a Arquitetura Global da Saúde: Oportunidades da Região da América Latina e do Caribe – *Sebastián Tobar*

239 – Gestão de crises sanitárias e estratégias de saúde pública na Região africana – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

253 – Uma Europa sob pressão: clima, migração, saúde e guerra em um verão de múltiplas crises – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

258 – O Leste Global – *André Costa Lobato, Alexandra Rodrigues Sanches, Anabela Santiago e Rafael Aguilar-Zamudio*

266 – O silêncio de Fauci – *Reinaldo Guimarães*

270 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

271 – Editores e autores dos cadernos

276 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

277 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 14/2026

5 a 18 de agosto de 2026

Sumário Executivo

Estamos há menos de 30 dias do início da *81ª. Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)*, que se realiza de 8 a 28 de setembro de 2026, na sede da ONU, em Nova York. O *Debate Geral* (momento que reúne os Chefes de Estado e de Governo) está agendado para 22 a 26, e 28 de setembro. Diversas *reuniões de alto nível* estão programadas, inclusive uma sobre *Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias* (dia 25/09). Não será absolutamente uma AGNU tranquila. O ambiente estará tenso, pelas múltiplas crises prevalentes em diversas áreas que são objeto central da ONU, incluindo a segurança global e os muitos conflitos militares. Ademais, será espaço de forte movimentação política dos atuais sete candidatos à Secretário(a)-Geral, já que a eleição para posse do mandato de 5 anos em 1º./01/2027 ocorrerá nas semanas ou meses restantes até dezembro.



Como nos sinalizam ***Alcazar e Buss*** em artigo sobre a 81. AGNU neste fascículo, a Assembleia é momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens que estão agendados para discussão (muito dos quais com diversos subitens) https://docs.un.org/en/A/81/150 tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções que saírem da AGNU 2026 terão impacto sobre a saúde global, humana e planetária.

Como parte das eleições do(a) SG, no final de agosto está prevista nova rodada de votação preliminar e não-vinculativa no Conselho de Segurança. A reforma da ONU, a partir da

Iniciativa ONU 80 https://www.un.org/un80-initiative/en/all-un80-related-resources-and-documents certamente ocupará também a atenção dos altos representantes dos Estados-membros, assim como os problemas globais prevalentes: conflitos militares importantes, desigualdades crescentes entre países, regiões e pessoas, acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre tantos outros.

Na **OMS**, como em todas as agências, fundos e programas da ONU, também está em curso um processo de reforma, definido pelos Estados-membros na Assembleia Mundial de Saúde (AMS) de 2026 https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_31-en.pdf. A resolução aprovada decidiu pela constituição de uma *Força Tarefa* que elaborará proposta a ser apreciada na AMS de 2027. A Força Tarefa é composta de 25 membros, organizados por regiões geográficas da OMS e níveis de desenvolvimento econômico, com indicação direta dos blocos regionais. O objetivo central é aplicar o princípio da subsidiariedade (decisões tomadas no nível regional, e não centralizada em Genebra). A Força Tarefa já ganhou página web https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture, já teve sua composição completada e realizou uma primeira semana de reunião (10-15/08) para acertar o processo de trabalho. A composição da FT nominal e por país da FT se encontra no artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** referente à OMS. A Força Tarefa tem o brasileiro *Prof. Dr. Rômulo Paes* (Presidente da Abrasco e Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz) como um dos representantes da região das Américas.

Os Cadernos já há algum tempo vêm acompanhando e noticiando ambos os processos (ONU e OMS) e reafirmamos o compromisso de continuar desenvolvendo esta tarefa. No Caderno 13, veiculamos artigo de ***Lúcia Marques*** sobre a visão prevalente na região MENA e Ásia-Pacífico com relação à reforma da **OMS**. Neste fascículo, publicamos os artigos de ***Sebastián Tobar*** sobre a visão da **ALC;** de ***Regina Ungerer*** sobre instituições do Sul Global, inclusive o G77; bem como o que vem fazendo a **OIT** sobre a reforma naquela agência, em artigo de ***Frederico Peres***, e a **UNESCO**, em artigo de ***Fabiane Gaspar.***

Natureza em fúria: terremotos, incêndios florestais, tríplice crise planetária – Estão os sistemas de saúde preparados?

Nos últimos meses, o mundo foi abalado por *terremotos na Venezuela, Colômbia e Indonésia*, com milhares de mortos, feridos, sequelados física e mentalmente e desabrigados. O *calor intenso* matou milhares. Os *incêndios florestais* deixaram milhares de hectares de vegetação destruída, casas queimadas, vítimas humanas e desabrigados. Inundações e secas estão presentes em diversas regiões do planeta. Um *El Niño* mais intenso este ano promete piorar a situação. A natureza está em fúria, mas estão os sistemas de saúde preparados para desempenharem os papeis esperados de prevenção ou de socorro às vítimas?

As causas e também os efeitos são múltiplos. A resposta precisa ser equivalente, com ações de prevenção, preparação e resposta intersetoriais, incluindo os sistemas de saúde. Destes espera-se triagem e atendimento imediato a feridos, vigilância epidemiológica para evitar surtos de doenças, garantia de água potável, suporte de saúde mental e reabilitação da rede de atendimento afetada, entre outras medidas. Importantíssimo a resposta intergovernamental pública integrada (Ver: 1) https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/emergencies; 2) https://www.paho.org/en/topics/health-emergencies-and-disaster-response 3) https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/vigidesastres; 4) https://www.scielosp.org/article/sdeb/2020.v44nspe2/316-333/).

A OPS tem se desdobrado em apoiar os países afetados na região, ainda que subfinanciada pela nefasta posição dos EUA de não pagar as quotas vencidas e tampouco somar-se aos esforços de resposta do multilateralismo regional. Entretanto, pode-se acessar a resposta da OPS em: https://www.paho.org/pt/noticias/24-7-2026-um-mes-apos-terremoto-opas-apoia-transicao-da-resposta-emergencial-para.

A lamentável divisão político-ideológica instalada na América Latina depois das vitórias de forças conservadoras na Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Colômbia tem impedido ação conjunta dos governos no socorro mútuo na região, como em outros tempos, pelo desmonte funcional da CELAC, Mercosul, Organismo Andino de Saúde e COMISCA (no SICA – Sistema Centro-Americano). Como estes organismos tratam de temas de saúde, cercados por possibilidades multisetoriais, desde que estimulados por um multilateralismo político saudável, seriam o espaço institucional político-técnico para coordenar as ações solidárias nos chamados desastres 'naturais', mas deixaram de ser acionados pelos seus Estados-membros.

Na *Colômbia*, sob severa crise humanitária após terremoto, novo governo de extrema direita politiza socorro e veta ajuda técnica internacional. Com mais de 270 mortos pelo sismo, a gestão de *Abelardo de la Espriella* aceita equipes de resgate apenas de aliados da extrema direita, o que atrasou o processo de resgates de possíveis sobreviventes sob os escombros.

Avalanche imigratória em Ceuta, continua estimulando a xenofobia e políticas migratórias duras na Europa

O avanço das investigações sobre o episódio de Ceuta, algumas semanas atrás, tem reforçado a hipótese de que grupos extremistas anti-imigração da Europa (e de fora da região), utilizando redes sociais de forma espúria e mentirosa, foram os grandes responsáveis pela crise migratória no enclave espanhol no Marrocos. Claro que a pobreza e a falta de oportunidades para populações jovens em países em desenvolvimento estão fundamentalmente na base destes movimentos migratórios. Mas certamente grupo xenófobos e anti-imigração, assim como forças conservadoras, insatisfeitas com as políticas bem-sucedidas do governo progressista de Pedro Sanchez na Espanha, tentam minar os esforços de acolhimento a imigrantes – uma tradição secular na Europa. Esta visão é parte da '*internacional nacional-populista conservadora*' que busca estender seus tentáculos e visão de mundo em todas as regiões do globo, inclusive na América Latina e Caribe, duramente açoitada pelas políticas migratórias dos EUA, as mais atrasadas e agressivas do planeta, sob Trump e a doutrina Donroe (ver, sobre o tema, artigo de *Paulo Esteves* no *Caderno 12*).

Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde, 40 anos

Adotada em 21 de novembro de 1986 pela *Organização Mundial da Saúde* em Ottawa, no Canadá, a *Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde* completa 40 anos em 2026. Ela marcou uma mudança na saúde global, propondo ir além do mero tratamento de doenças para a abordagem das condições sociais, econômicas e ambientais fundamentais de vida. Para comemorar a data, a Fiocruz realizará um *seminário avançado sobre promoção da saúde* dia 18 de novembro e homenageará a *prof. Ilona Kickbusch*, nome fulcral para a elaboração da Carta e importantíssima especialista no tema, bem como, postumamente, o *dr. Halfdan Mahler* (então DG da OMS).



Nova diretora no CDC dos Estados Unidos



A *Dra. Erica Schwartz* foi confirmada pelo Senado dos EUA como *diretora dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC)* no dia 5/08, uma vitória rara para o governo Trump após uma série de tentativas fracassadas de preencher cargos de alto escalão na área da saúde. Depois de ano e meio de interinos, Schwartz – terceira indicação de Trump para o CDC – assume o comando da agência em um período ainda tumultuado de mudança de liderança, em meio à preocupação pública com um surto de ciclosporíase e a hesitação de *Robert F. Kennedy Jr.*, o secretário de saúde dos EUA, em relação às vacinas. Veterana da marinha, Schwartz serviu como vice-cirurgiã-geral durante o primeiro mandato de Trump, após cargos no Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, onde foi destacada para a Guarda Costeira, tornando-se, à época, a principal médica da força. Trata-se de uma "militarização" do CDC? A ver nas orientações que ela dará ao CDC nos próximos meses.

Trump ordena redução de vacinas e OMS reage



A *OMS (Organização Mundial da Saúde)* defendeu o esquema de vacinação infantil nesta 3ª feira (11.ago.2026), depois de o presidente Donald Trump assinar, na 2ª feira (10.ago), uma ordem executiva Delivering Gold Standard Childhood Vaccine Recommendations for Americans – The White House reduzindo a recomendação universal de vacinas infantis nos EUA de 18 tipos para 11. Dentre as vacinas que se tornaram opcionais estão doses contra gripe, rotavírus e hepatites. A medida também determina a separação da vacina tríplice viral em 3 injeções individuais e ordena ações judiciais contra estados que imponham a vacinação escolar obrigatória. A ordem executiva de Trump atraiu críticas de associações médicas, especialistas em saúde pública e, claro, os fabricantes de vacinas, que afirmam não haver evidências científicas que justifiquem as mudanças. O porta-voz da OMS, Tarik Jašarević, disse que as recomendações de vacinação foram baseadas em mais de 60 anos de pesquisa da OMS, autoridades nacionais e grupos de especialistas independentes. Ele afirmou que os países costumam contar com conselhos técnicos nacionais de imunização compostos por especialistas que se baseiam nas orientações do *SAGE (Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas em Imunização) da OMS* https://www.who.int/groups/strategic-advisory-group-of-experts-on-immunization ao elaborar os calendários nacionais de vacinação.

Muito a propósito, o caso Fauci, o longo percurso do cientista como diretor do NIH/NIAID, o rompimento com Trump e o silêncio dele na 'inquisição' a ele no Senado americano vem analisado por ***Reinaldo Guimarães*** em artigo para os Cadernos.

Perigo militar a vista na ALC

Segundo *Jamil Chade* https://www.instagram.com/p/DcBD70-oibH/, um ano e meio depois de assumir o governo norte-americano e colocar a América Latina como uma de suas prioridades de sua atuação internacional, a presidência de Donald Trump inicia uma ofensiva para militarizar a região e implementar o controle sobre o Hemisfério, tese conhecida em Washington como Doutrina Donroe. Na última semana, no Panamá, o governo norte-americano enviou parte de sua cúpula militar para reuniões com os 18 países que fazem parte do *Escudo das Américas*

(American Shield), iniciativa criada no começo de 2026 para estabelecer uma aliança na região, supostamente no combate ao "terrorismo, narcotráfico e cartéis". Pete Hegseth, secretário da Guerra, anunciou que os EUA iniciariam ataques por terras contra cartéis na América Latina. No Equador, as operações já são uma realidade e, agora, a Colômbia autorizou o mesmo padrão de ação. Mas com a presença de forças e ministros da Argentina, El Salvador, Paraguai e outros aliados, o encontro serviu ainda para desenhar a construção de uma nova realidade regional, sem a presença do Brasil.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Alcázar e Buss apresentam artigo que aborda a **81ª. sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)**, explicando seu funcionamento e as principais questões a serem debatidas na agenda 2026, entre as quais a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030 e outros temas de alcance global quanto a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. Conclui afirmando que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** observa que o sistema multilateral e as Nações Unidas particularmente são objeto de desconfiança e descrédito. Os conflitos não param, a situação humanitária é um desastre, o reconhecimento e respeito dos direitos humanos deixa muito a desejar e a meta do desenvolvimento é algo que sempre se afasta. Os ODS avançam, mas não o suficiente para cumprir a meta na data proposta. O que deu errado? Essa é a pergunta que tem que ser respondida. A resposta irá surpreender, ou talvez não.

O informe de ***Gaspar*** analisa os *impactos da iniciativa UN80* sobre o pilar dos **direitos humanos das Nações Unidas**. Examina as motivações da reforma, a criação do *Human Rights Group* como mecanismo de coordenação sistêmica dos direitos humanos e as tensões entre eficiência institucional e proteção internacional de direitos. Discute os cortes orçamentários no ACNUDH, seus efeitos sobre mecanismos de monitoramento e órgãos de tratados, além dos desafios decorrentes da retração do financiamento, da polarização política e da limitada participação da sociedade civil. Conclui que a reforma apresenta oportunidades de

coordenação, mas também riscos ao fortalecimento do *sistema internacional de direitos humanos.*

Para ***Reges, Bermudez e Galvão,*** a **saúde global** atravessa um período marcado pela convergência entre emergências sanitárias, restrições institucionais e transformações na governança multilateral. A rápida expansão da *doença pelo vírus Ebola Bundibugyo* na República Democrática do Congo evidencia os limites da resposta internacional diante de contextos de insegurança, mobilidade populacional, fragilidades dos sistemas de saúde e desigualdades no acesso a tecnologias. Ao mesmo tempo, *mudanças no alto escalão da* **Organização Mundial da Saúde** ocorrem em meio a uma profunda reestruturação, redução de recursos e preparação para uma transição de liderança. Os dois fenômenos, embora distintos, revelam desafios interdependentes: a necessidade de fortalecer capacidades nacionais e regionais, garantir financiamento sustentável, acelerar pesquisa e desenvolvimento, assegurar compartilhamento de dados e ampliar a coordenação transfronteiriça. Mais do que respostas emergenciais, o cenário reforça a importância de uma governança global baseada em cooperação, equidade, capacidade técnica e instituições multilaterais capazes de atuar com legitimidade e agilidade diante de riscos sanitários cada vez mais interconectados.

Magalhães e Galvão analisam as **reuniões do SBSTTA 28 e SBI 7**, realizadas em Nairobi em julho e agosto de 2026, que constituíram uma etapa central de preparação para a *COP17 da Convenção sobre Diversidade Biológica.* As discussões foram orientadas pelo primeiro *Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*, que avaliou os avanços desde a adoção do *Marco Global de Biodiversidade (GBF)*, em 2022. O balanço mostra progresso nos 23 alvos do GBF, porém conclui que a escala e a velocidade das ações permanecem insuficientes para alcançar os compromissos de 2030. Entre os principais desafios estão as lacunas de financiamento, capacidades institucionais e técnicas, transferência de tecnologia, sistemas de dados e monitoramento e integração da biodiversidade nas políticas públicas. As negociações em Nairobi também evidenciaram divergências sobre financiamento internacional, repartição de benefícios, biologia sintética e governança, além de reforçarem a importância da participação de povos indígenas, comunidades locais e outros atores. A *interface com a saúde* esteve presente especialmente nas discussões sobre *One Health, zoonoses, manejo sustentável da vida silvestre e biossegurança*. Os resultados estabelecem as bases para a primeira revisão global da implementação do GBF na COP17, em Yerevan, que deverá concentrar-se na aceleração das ações durante os quatro anos restantes até 2030.

O artigo de ***Peres*** analisa o processo de reforma da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, conduzido à luz da *Iniciativa UN80* (como se denomina a estratégia de reestruturação do Sistema Nações Unidas, em curso), que busca, segundo a própria Organização, fortalecer capacidades institucionais para o cumprimento de seu mandato, na promoção do trabalho decente e em prol da justiça social no mundo do trabalho. Seu principal objetivo, tal qual a Iniciativa UN80, é tornar a **OIT** mais ágil, eficiente e, sobretudo, resiliente, considerando um contexto de restrições financeiras e desafios globais complexos, que vêm comprometendo o papel estratégico do multilateralismo na condução e mediação de soluções integradas para crises e disputas geopolíticas, com impactos em diferentes setores, dentre os quais se destacam o *Trabalho, o Emprego e a Saúde*. Focando na redução da burocracia e otimização de processos para a consolidação de seu mandato, o *processo de reforma da OIT* busca oferecer uma oportunidade para alinhar, de forma mais eficaz e ágil, as estruturas e

operações organizacionais, reforçando a capacidade técnica de planejamento e resposta nas distintas regiões do planeta, onde se faz presente. A reforma acontece em um período de profundas transformações no mundo do trabalho, incertezas geopolíticas e de expectativas em torno da retomada do protagonismo das instituições multilaterais, representando, ao mesmo tempo, a possibilidade de fortalecimento das capacidades para a promoção do trabalho decente — seguro, saudável, sustentável e equitativos —, globalmente, e a garantia de direitos fundamentais conquistados historicamente e, na maioria das vezes, a duras penas, através do diálogo tripartite. Assim, e embora se reconheça a pertinência e a necessidade de melhoria da eficiência em todo o sistema das Nações Unidas como um objetivo legítimo, ressalva-se que a forma como algumas dessas reformas estão sendo abordadas nas instâncias diretivas da OIT tem levantado preocupações de diversos atores quanto a uma possível sobreposição de funções com o Secretariado da ONU, ou mesmo a perda de sua atribuição histórica, por vezes sem justificativa suficientemente evidenciada ou consideração das características únicas da Organização, criada 26 anos antes das Nações Unidas.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global***, apresenta uma análise das principais questões da última quinzena sobre **saúde, migração e refúgio**. Primeiro, comenta-se acerca da *agenda de migração e refúgio na iniciativa UN80*, aprovada na Assembleia Geral da ONU de 2025, que busca reformar o sistema das Nações Unidas em direção a maior eficiência diante dos novos e complexos desafios globais. Em seguida, será apresentado um resumo das mudanças na *política migratória argentina sob governo de Javier Milei*, estabelecendo medidas que permitem restringir a entrada ou determinar a expulsão de estrangeiros que manifestem discursos de ódio, práticas discriminatórias ou incitação à violência contra argentinos. Por fim, são apresentados os dados de *novos relatórios publicados pela OIM em agosto*, tanto sobre as tendências migratórias do início de 2026 quanto sobre o relatório das ações realizadas pela organização em 2025.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** abordam o *Agosto Dourado* e a *Semana Mundial da Amamentação 2026,* e a situação epidemiológica do *sarampo nas Américas*. No primeiro tema, discute as evidências apresentadas pela **OMS** e pelo **UNICEF** e a crescente utilização de argumentos econômicos — como investimento, retorno, produtividade e capital humano — para sustentar políticas de apoio à amamentação. No segundo, analisa a reemergência do sarampo, as lacunas de cobertura vacinal e a vulnerabilidade diante da circulação internacional do vírus, com destaque para a situação brasileira. Também discute o papel da *desinformação* e do *movimento antivacina* na redução da proteção coletiva.

O artigo de ***Gaspar*** examina o programa **UNESCO 80**, lançado como resposta à crise financeira e política que atinge o sistema das Nações Unidas, agravada pelo anúncio, em julho de 2025, da nova retirada dos Estados Unidos da Organização. Analisam-se a motivação do programa, os três pilares do seu roteiro estratégico (r*oadmap)*, as ações em curso, o estado atual da implementação e os próximos passos até a Estratégia de Médio Prazo 2030-2037. Em seguida, discutem-se as convergências e divergências entre o UNESCO80, a iniciativa UN80 e a reforma da arquitetura global de saúde (GHA) conduzida pela Organização Mundial da Saúde, identificando pontos em comum, diferenças institucionais e riscos para a efetividade do multilateralismo contemporâneo.

Na área da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William, Grainger e Oliveira e Silva*** discutem o recente alerta do diretor da **OMS** em relação *à atuação das indústrias de alimentos ultraprocessados* para atrasar a prevenção e controle da epidemia global de

obesidade. Essas indústrias têm seguido a mesma cartilha das indústrias de tabaco em décadas anteriores, influenciando as políticas no sentido de atrasar, enfraquecer e desacreditar as evidências científicas e as recomendações de saúde pública e ameaçando a implementação de políticas efetivas pelos países.

Cazumbá informa que o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** divulgou o *Relatório de Impacto 2026* da instituição financeira. O relatório apontou que o BID focou em projetos que impactassem no *desenvolvimento da América Latina e do Caribe*, o que resultou no acesso de milhões de pessoas à serviços de qualidade em diversos setores, evidenciando a relevância da instituição financeira multilateral.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe examina três desenvolvimentos recentes da governança multilateral relacionados ao comércio, à inteligência artificial, à inovação e à propriedade intelectual. Inicialmente, analisa a solicitação da China para participar das consultas iniciadas pelo Brasil na OMC contramedidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos, destacando o interesse comercial substancial alegado e os aspectos procedimentais da participação de terceiros. Em seguida, apresenta as principais conclusões da UNCTAD sobre ciência, tecnologia e inovação na era da inteligência artificial, abordando aplicações científicas, produtividade, dados, capacidades nacionais, propriedade intelectual, ciência aberta e desigualdades entre países. Por fim, examina os debates das Assembleias da OMPI de 2026 a partir da análise do South Centre, com atenção às divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre Agenda do Desenvolvimento, inteligência artificial, saúde pública, transferência de tecnologia, flexibilidades patentárias, conhecimentos tradicionais, biopirataria, governança e representação. Em conjunto, os temas evidenciam tensões persistentes na governança econômica e tecnológica internacional.

Na quinzena analisada, o ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, informa que 35 das 58 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** monitoradas publicaram manifestações relacionadas a temas da saúde global. Em geral, as OSC de interesse público concentraram suas manifestações em denúncias de violações do Direito Internacional Humanitário (em casos como na Cisjordânia, Líbano, Colômbia, Haiti), retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos, ataques a programas sociais, políticas migratórias excludentes, desigualdade na publicação científica e impactos de desastres naturais (a exemplo do terremoto na Colômbia). As OSC de interesse privado, por sua vez, continuaram a direcionar suas publicações a inovações tecnológicas e soluções de gestão, a exemplo das manifestações de organizações como GAVI, Wellcome Trust e a Fundação Gates. Neste sentido, embora ambas os tipos de organizações da sociedade civil atuem no campo da saúde global, é percebida uma crescente especialização funcional que tende a despolitizar a agenda: as OSC privadas ocupam o espaço da "solução técnica", enquanto as OSC públicas se enquadram no papel de denúncia e resistência a práticas que reproduzem a injustiça social.

De Negri e De Negri Filho, na seção Panorama Político-Econômico, analisam três grandes acontecimentos: a quinta rodada de negociações da Convenção Fiscal da ONU, onde tensões entre o Sul Global e países da OCDE sobre mecanismos de resolução de disputas, cláusulas de opcionalidade e relações entre tratados revelam a persistente luta por um sistema fiscal internacional justo; a expansão da litigação climática, destacada pela ação judicial de

agricultores ugandenses contra o East African Crude Oil Pipeline (EACOP), que estabelece precedentes de responsabilização corporativa transnacional, além da emergente fronteira de litígios voltada para data centers devido aos seus intensivos impactos ambientais; e o entrincheiramento geopolítico dos combustíveis fósseis sob o Super El Niño, onde o poder imperial dos EUA perpetua a dependência e mina transições justas, como exemplificado pelo caso colombiano. Na seção Saúde, abordam a crise de insegurança alimentar na África — onde 309 milhões de pessoas enfrentam fome, superando a Ásia pela primeira vez — juntamente com o surto de Ebola na República Democrática do Congo, o precário bem-estar dos profissionais de saúde e as negociações estagnadas do Acordo Pandêmico, particularmente o mecanismo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), cujos atrasos arriscam permitir que o bilateralismo ao estilo estadunidense se torne a nova norma na governança pandêmica.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC** intensificou as ações rumo ao *Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul*. No *Dia Internacional da Juventude*, lançou o relatório *Percepção dos jovens e Cooperação Sul-Sul e Triangular*, destacando o protagonismo jovem no Sul Global e cobrando inclusão decisória e financeira. No âmbito do *Centro Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSDC II),* impulsionou projetos práticos de transição verde e agrofloresta em parceria com a China. Em relação à *Declaração de Durban (DDPA),* o **G-77 e a China** defenderam a preservação dos compromissos históricos contra o racismo para o marco de 25 anos da DDPA em setembro de 2026. Na *AGNU* impulsionaram o processo de *avaliação do BAPA+40* para 2028, reiterando princípios de soberania e voluntariedade. Nas *reformas de governança (ECOSOC, HLPF e 2º Comitê)*, o grupo contestou restrições ao seu direito de apresentar resoluções, criticou manobras na Iniciativa ONU80 e exigiu maior integração com as instituições de Bretton Woods, priorizando a erradicação da pobreza. O **Movimento dos Não Alinhados (MNA)** destacou a contradição de *Uganda* ao aprovar o envio de tropas para uma força internacional em Gaza a pedido dos EUA, contrariando a Cúpula de Kampala, de 2024, que condenava a agressão militar israelense e defendia o Estado da Palestina. A incoerência enfraquece sua autoridade normativa do MNA e reforça a necessidade de um não-alinhamento pragmático. No âmbito regional, o *Vietnã doou quase 4 milhões de dólares à Cuba* por ocasião do centenário de Fidel Castro. O **NAMYO** celebrou o dia internacional da Juventude no dia 12 de agosto cobrando poder decisório para os jovens no cenário da governança global. A análise do **Centro Sul** sobre a 68.ª Assembleia da OMPI evidenciou o impasse entre países desenvolvidos, que priorizam a proteção estrita da propriedade intelectual, e o Sul Global, que cobra a efetivação da Agenda de Desenvolvimento e das flexibilidades do TRIPS. Países em desenvolvimento exigiram transferência tecnológica, acesso à saúde e à educação, propondo que o sucesso institucional seja medido por impactos sociais concretos. A **cooperação Sul-Sul do Brasil e da Fiocruz** avança na integração entre tecnologia, formação e soberania no Sul Global. No setor agrícola, o Fórum Angola–Brasil impulsionou a transferência tecnológica e parcerias privadas em Luanda. Na saúde, a Fiocruz iniciou em Angola o mestrado ProfSaúde para fortalecer a Atenção Primária. Paralelamente, a instituição formalizou aliança com o CLACSO (2026–2030) focada em saúde coletiva, justiça socioambiental e soberania sanitária na América Latina, além de liderar a Rede Capes Global no debate sobre internacionalização equitativa.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** dedica-se à análise dos preparativos do **G20** no período que antecede a reunião ministerial de finanças em Asheville, no fim de agosto. Destacam-se a articulação sino-brasileira para contrapor a condução da presidência norte-americana e demandar reformas institucionais na governança do fórum, a continuidade das ações da Força Tarefa Conjunta Finanças e Saúde (JFHTF), mesmo fora do

escopo do G20, e as iniciativas do Ministério da Fazenda brasileiro para reverter as tarifas de importação impostas por Washington durante as discussões na Carolina do Norte. Em relação ao **G7**, durante a quinzena de 3 a 16 de agosto de 2026, o calendário oficial da presidência francesa está vazio, e o que se observa é o grupo agindo por meio de seus membros: novo aporte norte-americano ao enfrentamento do Ebola, alinhado ao compromisso de Évian, enquanto o surto de vírus Bundibugyo se torna o mais letal da história congolesa e expõe a assimetria do financiamento entre os sete; sanções canadenses ancoradas em declarações coletivas; e o vencimento, sem acordo, da janela de 60 dias com o Irã. À margem, a trilha técnica de cibersegurança anuncia continuidade sob a presidência norte-americana de 2027. Os destaques da **OCDE** se dividem entre quatro pesquisas de temas relacionados à Saúde e uma pequena atualização sobre o processo brasileiro de adesão à OCDE.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** analisam que a primeira quinzena de agosto de 2026 revela uma América Latina atravessada por importantes transformações políticas, diplomáticas e sociais. A intensificação da agenda de segurança, o fortalecimento da presença dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, as mudanças nas alianças políticas nacionais e o enfraquecimento de alguns mecanismos de concertação regional configuram um cenário que poderá redefinir as relações entre os países latino-americanos nos próximos anos. Atualizamos o perfil de manifestações sociais que têm se tornado mais um dos elementos de aceitação ou negação da política nacional na América Latina e que podem pressionar por mudanças. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre HIV, resiliência climática e emergências e desastres; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de eventos sobre saúde digital, o programa mundial do mosquito, endometriose e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou de eventos de segurança pública e ilícitos transfronteiriços.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa a **76ª sessão do Comitê Regional da OMS para a África (AFR/RC76)** (Adis Abeba, 25-28/08/2026), reunirá *Ministros da Saúde dos 47 Estados-Membros* para debater *planos estratégicos regionais entre 2026 e 2035*. A agenda aborda temas fundamentais, incluindo a retenção de profissionais de saúde, o financiamento da saúde, a regulação de produtos médicos, o uso da inteligência artificial nos cuidados de saúde primários e a resposta transfronteiriça a emergências sanitárias. Paralelamente, o continente enfrenta um *grave surto do vírus Ebola (espécie Bundibugyo)*, centrado na República Democrática do Congo e expandido para Uganda, com mais de 4.400 casos confirmados e mais de 2.000 óbitos. A taxa de letalidade atinge 46,3%, agravada pelo fato de cerca de 63% dos óbitos recentes ocorrerem nas comunidades. Em resposta, reuniões transfronteiriças na República Centro-Africana reforçaram a vigilância nos pontos de entrada e a cooperação regional. O *Grupo Consultivo de Emergência do CDC África* manteve a declaração de *Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental*, recomendando a expansão do rastreamento de contatos, o fortalecimento dos laboratórios e o uso da *vacina Ervebo* sob protocolos de ensaios clínicos para avaliar a sua eficácia contra a estirpe Bundibugyo.

Numa quinzena marcada por seca, incêndios, escassez de água, nova tentativa de invasão à Ceuta, expansão do vírus do Nilo Ocidental, ***Freire*** retrata uma **Europa** submetida simultaneamente a *crises ambientais, hídricas, migratórias, sanitárias e humanitárias*. O ponto comum é a necessidade de maior preparação e coordenação europeia para enfrentar problemas

que tendem a se intensificar com as mudanças climáticas e a instabilidade geopolítica, abordado em artigo da recém-criada *Comissão Lancet sobre a União Europeia da Saúde*.

Lobato, Sanches, Santiago e Zamudio informam que a tradicional cobertura sobre *China* no *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* passa agora, em seu sexto ano, a cobrir um território ampliado, que inclui a *Ásia Central e os países da ASEAN*, entre outros. O primeiro caderno desta nova leva trata das *relações entre China e Japão*, marcadas pelo crescente militarismo do governo de Takaishi, e da *cooperação sanitária e socioeconômica entre a China e os países da Ásia Central*. Nos próximos cadernos, temas intranacionais irão se mesclar com a articulação regional. Iremos manter nossa metodologia de leituras dedicadas dos veículos oficiais dos Estados, informes ministeriais, veículos especializados, centros de pesquisa em tecnologia e saúde pública e organismos multilaterais e internacionais asiáticos. No âmbito da *saúde*, força motriz deste observatório, iremos priorizar a cooperação pelo bem viver dos povos em escala global, bem como as configurações políticas relacionadas à reforma do sistema multilateral. Serão objeto de atenção tanto as contribuições individuais dos países quanto os consensos e dissensos entre eles para a agenda internacional de saúde e para os demais temas, como comércio, diplomacia, atividades culturais relevantes, efemérides e aquilo que a edição considerar relevante. O *Caderno Leste Global* trata da região mais tecnológica do planeta, onde se localiza boa parte das fábricas e dos cérebros das grandes empresas e laboratórios que digitalizam as sociedades. A brincadeira de que Inteligência Artificial e Inteligência Asiática se confundem pode ser vista na trajetória de CEOs de empresas estadunidenses como Jensen Huang (NVIDIA) e Lisa Su (AMD). Ambos são primos distantes, cujas árvores genealógicas remetem à província chinesa de Zhejiang. As contribuições de Japão e Coreia para o desenvolvimento das indústrias eletrônicas que sustentam a globalização também não podem ser subestimadas. O protagonismo tecnológico ocorre em um contexto de rica variedade de sistemas políticos e modelos de governança: do socialismo de partido único da Coreia do Norte; do socialismo de mercado liderado pelo Partido Comunista Chinês; das repúblicas democráticas da Coreia do Sul, de Taiwan e da Mongólia; das monarquias constitucionais do Japão, da Tailândia, da Malásia e do Camboja; das repúblicas presidencialistas da Indonésia e das Filipinas; dos regimes socialistas de partido único do Vietnã e do Laos; e das repúblicas presidencialistas da Ásia Central, como Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão. No Leste Global há ainda a presença do próprio Ocidente Global, expressa especialmente na poderosa influência dos EUA no Pacífico, por meio de territórios não incorporados, como Guam, e da presença militar norte-americana na Coreia do Sul.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate 'Produção Local de Insumos para a Saúde' no dia 26 de agosto



Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro. É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online.

75 anos da PANAFTOSA, centro da OPAS especializado em saúde pública veterinária



Criado em 27 de agosto de 1951 por um convênio entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a OEA e o Governo do Brasil, o **PANAFTOSA** (*Centro Pan-Americano de Febre Aftosa e Saúde Pública Veterinária*) comemora seu aniversário de *75 anos* consolidado como referência continental em sanidade animal, segurança alimentar e saúde pública. Sediado em Duque de Caxias (RJ), ampliou seu mandato ao longo da história, sendo hoje responsável pela coordenação do programa de Uma Só Saúde (*One Health*) no âmbito da OPAS, pela inocuidade de alimentos, raiva e zoonoses, bem como pelo tema da resistência antimicrobiana. Atua como *Centro Colaborador da OMSA (Organização Mundial da Saúde Animal)* em saúde pública veterinária desde 2014.

Abrasco realiza ainda dois congressos em 2026

De 16 a 19 de setembro, a Abrasco realiza o **10° Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**, em Manaus/AM. Com o tema *"Interculturalidade, ambiente e saúde: os desafios do século XXI para uma vida em conexão com os territórios"*, o congresso promoverá o diálogo entre diferentes saberes e experiências, fortalecendo a reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da Saúde Coletiva. Faltam apenas cerca de 40 dias, mas as inscrições continuam aberta. Acompanhe atualizações e inscrições diretamente pelo site do 10º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde ou pela página da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Em novembro, será realizado o **10º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa)**, em Brasília (DF). O evento é promovido pelo Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Abrasco, e visa ampliar o debate sobre políticas, práticas e desafios da vigilância sanitária no país.

18º Congresso Mundial de Saúde Pública em Cape Town de 6 a 9 de setembro próximo

O *18º Congresso Mundial de Saúde Pública* será realizado de 6 a 9 de setembro de 2026, na Cidade do Cabo, África do Sul. Organizado pela *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)* e pela Associação de Saúde Pública da África do Sul (PHASA), este evento de prestígio reunirá profissionais de saúde pública, formuladores de políticas e defensores da área de todo o mundo para abordar os desafios globais de saúde mais urgentes. O tema do congresso, "*Saúde Sem Fronteiras: Equidade, Inclusão e Sustentabilidade*", reflete a necessidade urgente de ação coletiva em um mundo marcado por guerras, instabilidade política, epidemias e injustiças sistêmicas. A programação procura cobrir todos estes temas desafiadores. Principais subtemas do Congresso são: 1) Equidade na saúde pública: Enfrentar disparidades e garantir o acesso à assistência à saúde para todos; 2) Inclusão e diversidade: Promover políticas e práticas inclusivas na saúde global; e 3) Sustentabilidade e resiliência: Construir sistemas de saúde sustentáveis para proteger as pessoas. Para conhecer todo o programa e se inscrever acesse: https://www.wfpha.org/world-congress-on-public-health/

Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)



O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 21 de agosto de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz
(desde 2014)

Pequeno guia para a 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU

Una breve guía para el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas

A brief guide to the 81st session of the UN General Assembly

Santiago Alcázar e Paulo M. Buss

Resumo*:* O artigo aborda a 81ª. sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), explicando seu funcionamento e as principais questões a serem debatidas na agenda 2026, entre as quais a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030 e outros temas de alcance global quanto a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. Conclui afirmando que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Palavras-chave*:* Nações Unidas; Assembleia Geral 2026.

Resume: *El artículo analiza el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU), explicando su funcionamiento y los principales temas que se debatirán en la Agenda 2026, incluyendo la reforma de la ONU, los conflictos militares en curso, la Agenda 2030 y otros temas de relevancia mundial relacionados con el desarrollo, los derechos humanos, la paz y la seguridad. Concluye afirmando que, a pesar de los esfuerzos de los países poderosos por atacar y desmantelar las Naciones Unidas, esta sigue siendo un espacio vital para la diplomacia multilateral, que promueve el diálogo, la cooperación y las soluciones conjuntas a los desafíos mundiales, reafirmando el papel de la ONU como plataforma central para el debate y la acción internacionales, en particular a través de su Asamblea General.*

Palabras-claves: *Naciones Unidas; Asamblea General 2026.*

Abstract: *The article addresses the 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA), explaining its functioning and the key issues to be debated on the 2026 agenda—including UN reform, ongoing military conflicts, the 2030 Agenda, and other global topics regarding development, human rights, and peace and security. It concludes by stating that, despite efforts by powerful nations to attack and dismantle the United Nations, the organization remains a vital space for multilateral diplomacy—fostering dialogue, cooperation, and joint solutions to global challenges—and reaffirms the UN's role as a central platform for international debate and action, particularly through its General Assembly.*

Keywords: *United Nations; General Assembly 2026.*

Introdução

A ***Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)*** reúne-se, segundo as suas regras de procedimento, na terça-feira da segunda semana de setembro. Assim, em 2026, a *81ª sessão*

ordinária da AGNU terá início na terça-feira, dia 8 de setembro. O tema central, em torno do qual girará a AGNU 2026 será: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*", o que busca responder às críticas prevalentes ao multilateralismo.

A *Presidência da Assembleia* obedece à rotação equitativa dos grupos geográficos das Nações Unidas: i) África; ii) Ásia/Pacífico; iii) Europa do Leste; iv) América Latina e Caribe; v) Europa Ocidental e Outros (EUA, Canadá, Israel). O Presidente da 81ª sessão, eleito em 4 de junho, será o *Embaixador Khalilur Rahman*, Ministro de Negócios Estrangeiros de *Bangladesh*, que tomará o lugar de Annalena Baerbock, da Alemanha.

O Presidente da Assembleia Geral conta com o apoio de 21 vice-Presidentes, eleitos para a mesma sessão. Os vice-Presidentes são chanceleres de seus respectivos países.

A Assembleia Geral tem *6 comissões principais* para auxiliar nos trabalhos da Assembleia: 1ª Comissão (Desarmamento e Segurança Internacional); 2ª Comissão (Assuntos Econômicos e Financeiros); 3ª Comissão (Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais); 4ª Comissão (Política Especial e Descolonização); 5ª Comissão (Assuntos Administrativos e Orçamento); 6ª Comissão Jurídica. Cada comissão elege um Presidente, 3 vice-Presidentes e 1 relator.



Sala plenária no edifício-sede das Nações Unidas, em Nova York, onde se reúne a Assembleia Geral

Agenda da AGNU 2026

A agenda da AGNU é debatida e decidida por ela mesma. Como todos os anos a agenda de 2026 é muito ampla, cobrindo uma vasta gama de questões de alta relevância para o mundo: desenvolvimento sustentável, direitos humanos, paz e segurança, desigualdades socioeconômicas, cooperação internacional, entre muitas outras. A agenda da 81ª sessão terá 178 itens, que se desdobram em subitens https://docs.un.org/en/A/81/100.

Cada item e subitem, debatidos com base nos documentos apresentados pelo Secretariado, podem resultar em *resoluções*, que constituem a expressão política dos Estados membros, ainda que, estritamente, não sejam mandatórias. Este ponto é importante. Ao aprovar uma resolução, o Estado se compromete, no quadro de sua legislação interna e dentro de suas possibilidades, a adotar as medidas relevantes para a sua efetiva implementação. Este fato é

geralmente ignorado por aqueles que criticam o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular. Dizem que as resoluções, como não são mandatórias, de nada servem. Passam por alto as particularidades sociais e culturais que moldam os regimes jurídicos e dão direção aos modos de pensar política em cada país. São essas particularidades que complicam a implementação de decisões tomadas no âmbito multilateral. Os ODS são um exemplo. No Brasil, por exemplo, a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, com pena de reclusão. Em outros países, a prática de racismo, eticamente condenável, não resulta em prisão. As resoluções, nesse contexto, não devem ser interpretadas como decisões desdentadas por não incluírem a previsão da aplicação de sanção em caso de desobediência. As resoluções, quando adotadas, constituem compromissos éticos, absolutamente necessários e imprescindíveis para o bom funcionamento do sistema multilateral, onde o que se espera é que todos ajam de boa fé. A título de exemplo, até 28 de julho foram adotadas 299 resoluções relativas à 80ª sessão da Assembleia Geral[1].

O *Debate Geral da AGNU* é a ocasião em que os Chefes de Estado ou de Governo presentes (ou seus representantes de alto escalão) expõem perante esse foro mundial a visão de seus respectivos países sobre qualquer assunto tratado pela Assembleia. Com vistas a dar um sentido às distintas exposições, a AGNU adota um tema em volta do qual cada país ordena as suas respectivos falas. Já se disse que para a 81ª sessão, decidiu-se que o tema será: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*".

O debate geral terá início na terça-feira, dia 22 de setembro e se estenderá até segunda-feira, dia 28, com pausa no domingo, dia 27. Os quatro primeiros a falar são o Secretário-Geral, o Presidente da Assembleia e os presidentes do Brasil e EUA. As demais falas são listadas conforme o nível de representação, equilíbrio geográfico e a ordem cronológica dos pedidos apresentados.

Reuniões de Alto Nível

De 22 a 29 de setembro realiza-se, em paralelo ao debate geral, *reuniões alto nível* sobre os seguintes temas:

i) 23/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar os 40 anos da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento[2];
ii) 23/09/2026 – Reunião de Alto Nível sobre Ação Climática e Transição Justa;
iii) 24/09/2026 – Reunião de Alto Nível para tratar de ameaças existenciais provocadas pela subida do nível do mar[3];
iv) 25/09/2026 – Reunião de Alto Nível prevenção, preparação e resposta a pandemias[4];
v) 25/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar 25 anos da Declaração e Plano de Ação de Durban[5];

[1] https://www.un.org/en/ga/80/resolutions.shtml
[2] https://docs.un.org/en/A/RES/80/207
[3] https://docs.un.org/en/A/78/L.101
[4] https://docs.un.org/en/A/RES/79/333
[5] https://docs.un.org/en/A/RES/80/193 e https://docs.un.org/en/A/RES/80/299

vi) 29/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar e promover o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares[6].

No dia 18 de setembro, antes do início do debate geral, a AGNU realiza o chamado *Momento dos ODS*, oportunidade em que se realizam mesas redondas, debates, exposições de experiências bem-sucedidas, propostas, sugestões, com variedade de atores públicos e privados, sobre meios para acelerar o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Não apenas a reunião sobre *pandemias*, mas todos estes eventos, à rigor, relacionam-se com a profunda crise global que estamos vivendo que, de uma outra forma, repercutem sobre a saúde humana e planetária, daí porque interessar diretamente à comunidade da saúde global e diplomacia da saúde.

A Agenda da 81ª AGNU divide-se em grandes blocos, como segue:

A – Promoção do crescimento contínuo e o desenvolvimento sustentável em conformidade das resoluções pertinentes da AGNU, bem como das conferências das Nações Unidas sobre o tema mais recentes. Entre os documentos relevantes, cabe ressaltar os relatórios produzidos sob a égide do Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

B – Manutenção da paz e da segurança internacional / Relatório do Conselho de Segurança

C – Desenvolvimento da África / documentos sobre a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África", bem como os da "Agenda 2063", plano estratégico da União Africana

D – Promoção dos Direitos Humanos / Relatório do Conselho de Direitos Humanos

E – Coordenação Efetiva das Atividades de Assistência Humanitária, inclusive a Assistência Econômica Especial

F – Promoção da Justiça e do Direito Internacional / Relatório da Corte Internacional de Justiça

G – Desarmamento / Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

H – Controle das Drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações / Relatório da Comissão sobre prevenção do crime e justiça penal, bem como os relatórios do SG

I – Assuntos Administrativos e outros / Relatório do SG sobre o trabalho da Organização. O principal assunto deste bloco, ademais dos trabalhos sobre reforma e revitalização em andamento (ver *Iniciativa UN80*[7]), é a *eleição para o cargo de Secretário(a)-Geral*.

Da mesma forma, examinando estes grandes blocos de temas, mesmo sem entrar nos seus detalhes, podemos afirmar com certeza a relevância que a AGNU tem para a saúde humana pois, à rigor, trata de temas que são indubitáveis determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde.

---

[6] https://docs.un.org/en/A/RES/80/49

[7] https://www.un.org/un80-initiative/en

O pano de fundo da 81ª AGNU contém questionamentos ao multilateralismo, as guerras e os conflitos militares, o desenvolvimento sustentável, questões ambientais e a Agenda 2030 (incluindo as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição do planeta e a crise ambiental dos plásticos), a falência do sistema financeiro internacional e da política multilateral, a manutenção da fome e da pobreza, as inaceitáveis inequidades, o peso da dívida pública, a inteligência artificial, e a necessidade de reformar, ou eventualmente, de criar as instituições multilaterais necessárias para atender a contento os desafios presentes.

Eleição do(a) Secretário(a)-Geral da ONU

A AGNU81 elegerá o(a) novo(a) Secretário(a)-Geral, para o período que vai de 1º. de 2027 a 31 de dezembro de 2031. De acordo com o Artigo 97 da Carta, o SG é nomeado pela AGNU, após votação e após recomendação do Conselho de Segurança (CS). Para seguir para a Assembleia Geral, um candidato deverá obter ao menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança e nenhum voto desfavorável por parte de qualquer um dos 5 Membros Permanentes do Conselho.

Até o presente são 7 os candidatos ao cargo de Secretário(a) Geral:

i) Michelle Bachelet – ex-Presidente do Chile, ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos[8] e ex-Diretora Executiva da ONU-Mulheres[9];
ii) Rebeca Grynspan – ex-vice-Presidente da Costa Rica e ex-Secretária-Geral da UNCTAD[10];
iii) Rafael Grossi – ex-Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)[11];
iv) Maria Fernanda Espinosa – ex-Presidente da AGNU e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador;
v) Carolyn Rodrigues-Birkett – ex- Representante Permanente da Guiana junto às Nações Unidas
vi) Macky Sall – ex-Presidente do Senegal;
vii) Olara Otunnu – ocupou alto cargo no Secretariado da ONU e foi candidato à Presidência de seu país, Uganda.

A grande novidade nestas eleições é o número de candidatas mulheres, todas oriundas da América Latina e Caribe. Em 30 de julho, o Conselho de Segurança realizou o que se chama de "*straw poll*", que é uma primeira sondagem para avaliar as chances de cada candidato. Cada um dos 15 membros do Conselho depositou um papel em branco com o nome do candidato e uma primeira avaliação: "encorajador", "desencorajador", "sem opinião". Na primeira sondagem, não se pode saber se o voto é de algum Membro Permanente ou Não-Permanente.

O resultado daquela primeira enquete foi o seguinte[12]:

[8] Para saber mais sobre o Alto Comissariado consultar https://acnudh.org/pt-br/
[9] Para saber mais sobre ONU-Mulheres consultar https://brasil.unwomen.org/pt-br/sobre-nos/diretora-executiva
[10] Para saber mais sobre a UNCTAD consultar https://unctad.org
[11] Para saber mais sobre a AIEA consultar https://www.iaea.org
[12] Sobre o tema ver o artigo de ***Tobar e Alcázar,*** publicado no *Cadernos 13/2026*, pp. 30-34.

i) Rebeca Grynspan – 10 votos “encorajador”, 1 voto “desencorajador” e 4 votos “sem opinião”;
ii) Carolyn Rodrigues-Birkett – 9 “encorajador”, 2 “desencorajador” e 4 “sem opinião”;
iii) Rafael Grossi – 7 “encorajador”, 2 “desencorajador” e 6 “sem opinião”;
iv) Michelle Bachelet – 6 “encorajador”, 5 “desencorajador” e 4 “sem opinião”;
v) Macky Sall – 6 “encorajador”, 7 “desencorajador” e 2 “sem opinião”;
vi) Maria Fernanda Espinosa – 5 “encorajador”, 2 “desencorajador” e 8 “sem opinião”;
vii) Olara Otunnu – 2 “encorajador”, 5 “desencorajador” e 8 “sem opinião”.

Deverá realizar-se nos próximos dias uma segunda sondagem, provavelmente “colorida” para distinguir os Membros Permanentes dos Não-Permanentes. A sondagem “colorida” indica as reais chances dos candidatos, uma vez que um voto desfavorável por parte de um dos Membros Permanentes inviabiliza a candidatura. O processo todo é opaco e mais ainda na atual circunstância da “sabotagem” dos EUA no Sistema das Nações Unidas.

Ademais dessa eleição, há outras que cobre todo o espectro do Sistema Nações Unidas. De particular interesse é a situação do *Alto Comissário para Direitos Humanos, Volker Turk,* da Áustria, reeleito por mais um período de 4 anos, começando em 12/10/2026 e finalizando em 11/10/2030. Volker Turk foi eleito por 144 votos a favor, 10 contrários (Argentina, Burkina Faso, República Popular Democrática da Coreia, Israel, Mali, Nicaragua, Federação Russa, Trinidad e Tobago e EUA) e 10 abstenções.

Saúde na agenda da AGNU 2026

Já afirmamos antes que, ao tratar de um elenco importante de temas que são determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde, as discussões e decisões tomadas na AGNU impactam profundamente sobre a saúde humana e planetária e, por isso, interessam a comunidade da saúde global e da diplomacia da saúde. Contudo, queremos destacas aqui o que se relaciona clara e diretamente com a saúde.

Em primeiro lugar, a *Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta* a *Pandemias (PPPR),* dia 25/09. Prevista por Resolução da AGNU 79 https://docs.un.org/en/A/RES/79/333 será organizada pela presidência da Assembleia, em conjunto com a OMS, indicando a alta prioridade conferida pelos Estados-membros aos riscos das pandemias para a população mundial. A reunião representa uma oportunidade para que os Estados-Membros mobilizem ímpeto político — inclusive por meio da integração de uma abordagem multissetorial voltada à prevenção, preparação e resposta a pandemias —, dadas as consequências multifacetadas das pandemias. Um dos componentes da Reunião será a revisão da Declaração Política sobre PPPR da AGNU de 2023 Document Viewer.

O formato da reunião consiste em um segmento de abertura, um segmento plenário para discussão geral, dois painéis multissetoriais e um segmento de encerramento. Os painéis tratarão dos temas: (1) *O mundo unido: ação multilateral para a prevenção, preparação e resposta coordenadas a pandemias, incluindo o compartilhamento de melhores práticas e lições aprendidas até o momento*; e (2) *Acesso equitativo por meio da sustentabilidade e previsibilidade: capacidades e financiamento para o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias.* Poderão participar do evento organizações relevantes, como ONGs, instituições acadêmicas e setor privado**.** A reunião deverá aprovar uma declaração política

concisa e orientada para a ação, previamente acordada por consenso através de negociações intergovernamentais, a ser submetida pelo Presidente da Assembleia Geral para adoção pela Assembleia. No Caderno 15 traremos mais detalhes sobre o evento e sobre os conteúdos de saúde da AGNU 81.

Remetido pelo Conselho de Direitos Humanos, órgão subsidiário da AGNU, vai apreciar o informe da Relatora Especial sobre o *Direito de todos ao gozo do mais elevado padrão possível de saúde física e mental*, *Tlaleng Mofokeng*, que encerrou seu mandato, e o informe da Relatora Especial sobre a *Eliminação da discriminação contra as pessoas portadoras de hanseníase*.

Considerações finais

A 81ª sessão da AGNU será marcada por continuados conflitos em Gaza, Cisjordânia, Líbano, Irã e Ucrânia (este último tem tudo para desencadear em guerra nuclear), ademais dos outros menos visíveis (Haiti, Somália, República Democrática do Congo e países do SAHEL/África); aumento do aquecimento global, com o consequente aumento de deslocamentos migratórios que, por sua vez, aumentam a intolerância e o racismo e alimentam as teses de exclusão social simpáticas à extrema direita. Todos esses fatores acabam bloqueando as agendas progressistas, de que é exemplo a Agenda 2030 e a promessa de um mundo melhor.

É contra esse mundo desumanizado e desumanizante, em que pioram os determinantes humanitários, que são aqueles que podem tornar real o compromisso inscrito no primeiro parágrafo da Carta de São Francisco — *reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade dos homens e da mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida, dentro de uma liberdade ampla*[13] — contra esse mundo de grandes incertezas, em que a desconfiança e a descrença no multilateralismo, em geral, e nas Nações Unidas, em particular, são normas, contra esse mundo deverá debater-se o novo Secretário-Geral, como Ulisses em sua épica volta a Ítaca.

É o que esperamos do novo Secretário-Geral das Nações Unidas. Um resgate épico do compromisso inscrito na Carta.

A despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

[13] https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf

O outro

El otro

The other one

Santiago Alcázar

Resumo: Parece evidente que o sistema multilateral e as Nações Unidas particularmente são objeto de desconfiança e descrédito. Os conflitos não param, a situação humanitária é um desastre, o reconhecimento e respeito dos direitos humanos é deixa muito a desejar e a meta do desenvolvimento é algo que sempre se afasta. Os ODS avançam, mas não o suficiente para cumprir a meta na data proposta. O que deu errado? Essa é a pergunta que tem que ser respondida. A resposta irá surpreender, ou talvez não.

Palavras-chave: Nações Unidas; sistema multilateral; objetivos do desenvolvimento sustentável; ONU; ODS.

Resumen: *Parece evidente que el sistema multilateral y las Naciones Unidas de modo particular, son objeto de desconfianza y de descrédito. Los conflictos no paran, la situación humanitaria es un desastre, el reconocimiento y respeto de los derechos humanos deja mucho a desear y el objetivo del desarrollo es algo que siempre queda más lejos. Los ODS avanzan, pero no de manera suficiente para alcanzar la meta en la fecha propuesta. ¿Que salió mal? ¿En qué fallamos? Esa es la pregunta clave que tendrá que ser respondida. La respuesta será sorprendente, o quizás no.*

Palabras clave: *Naciones Unidas; sistema multilateral; objetivos de desarrollo sostenible; ONU; ODS.*

Abstract: *It is almost a truism that the multilateral system as a whole and the United Nations in particular are distrusted and discredited. Never ending conflicts, the disastrous humanitarian situation, neglect and violations of human rights and the curious fact that development is always a bridge too far. The progress of the SDGs is slow and insufficient to meet the goal of 2030. What went wrong? Where did we fail? Those are the questions that must be put up front. The answer might surprise you, but maybe not.*

Keywords: *United Nations; multilateral system; sustainable development goals; UN; SDGs.*

O que deu errado? Onde falhamos? Essas perguntas são as que qualquer pessoa que transita pelas complexidades do mundo multilateral tem que fazer.

O Sistema das Nações Unidas, que é a Organização das Nações Unidas ampliada por um universo de agências especializadas, Fundos e Programas[1], foi criado com dois propósitos

[1] Ver o organograma do Sistema Nações Unidas https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000101212_spa

inscritos no primeiro parágrafo preambular, logo após o celebre “Nós, os povos”, que em síntese podem ser resumidos da seguinte maneira: i) preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra; ii) reafirmar a fé nos direitos humanos, na dignidade e valor de cada ser humano, bem como promover o progresso social e melhores condições de vida.

O primeiro é uma declaração de “Nunca Mais”. Os sofrimentos indizíveis por que havia passado a humanidade no espaço de uma geração, de tal maneira impactaram as sensibilidades da época, que um juramento desse tipo se fez necessário: nunca mais a violência absurda que vitimou entre 70 e 85 milhões de pessoas.

O segundo propósito é a institucionalização do reconhecimento e respeito dos direitos humanos, de todos eles e não somente de um punhado, que reclama todo um universo de direitos entre os quais figura o direito ao desenvolvimento. É preciso sublinhar esse fato de que os direitos humanos passam a ser institucionalizados, i.e., passam a ser o centro de uma instituição específica, em volta dos quais devem girar todos os demais assuntos próprios a ela: direito à saúde (OMS); direito ao trabalho (OIT); direito à alimentação (FAO), e assim por diante.

Os dois propósitos assim interpretados constituem os três pilares sobre os quais se ergue o Sistema: i) paz e segurança; ii) direitos humanos; iii) desenvolvimento.

O primeiro parágrafo preambular da Carta menciona os requisitos fundamentais para o funcionamento do Sistema: *estabelecer condições sob a quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos*. Em síntese, é preciso boa fé. Um cínico dirá que não é suficiente e que nada garante de que não possam prosperar ações à margem da lei, e terá razão. Nenhum sistema jurídico é imune a ações levadas a efeito fora do pacto que define as regras. O problema não é a prática de ações à margem da lei, que em todo sistema jurídico é combatido por meio de sanções. O problema é essa prática tornar-se normal. Em condições de civilidade, no quadro da maior conquista civilizacional do século XX, que é a Organização das Nações Unidas, a boa fé é suficiente para tornar operacional o Sistema.

No final do primeiro parágrafo preambular foi inserido uma condicionante. O parágrafo deveria terminar com “promover progresso social e melhores condições de vida”, mas foi acrescido do complemento “dentro de uma liberdade ampla”. A inserção não foi inocente e parece definir o começo da confrontação ideológica que viria a ser conhecida como Guerra Fria. Não há dúvida de que a liberdade é um direito humano. A questão é como é interpretado esse direito. Por um lado, o direito à liberdade seria interpretado como “direitos civis e políticos”, por outro, como “direitos econômicos, sociais e culturais”. As duas interpretações resultariam, em 1966, no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos[2] e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais[3]. As duas interpretações são corretas e devem ser tratadas em conjunto porque as duas constituem direitos humanos. A lógica da confrontação iria complicar a questão, enfatizando este ou aquele ponto, sublinhando esta ou aquela menção.

[2] https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights

[3] https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights

Estabelecida em outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas foi logo incorporando ao Sistema[4] o FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (mais tarde Banco Mundial) criados em Bretton Woods, 1944, bem como novas instituições que se fizeram necessárias para levar adiante os propósitos originais da Carta – FAO, em 1945, OMS, em 1948, UNCTAD, em 1964 – tudo parecia em ordem para construir um mundo melhor, mais justo, com pleno reconhecimento e respeito dos direitos humanos.

O que segue é uma rápida passagem do filme desde 1945, com algumas paradas para pousar o olhar:

- 1947 – Presidente Harry Truman anuncia assistência financeira e militar aos países ameaçados pelo comunismo ou por regimes autoritários. Trata-se da doutrina Truman. A interpretação dada pelo Presidente ao complemento "dentro de uma liberdade ampla" esclarece como deve ser empreendido o caminho ao desenvolvimento. Trata-se da Doutrina Truman, que traça uma linha divisória entre o campo capitalista e socialista e dá início à Guerra Fria.
- 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse importante documento desenvolve o que está na Carta – dignidade inerente a toda pessoa humana e de seus direitos iguais e inalienáveis. No mesmo ano, como a contracorrente, observam-se os seguintes fatos:

    a) *Nakbah*, o desastre, a desapropriação e a expulsão violenta do povo palestino durante a criação do Estado de Israel;

    b) Instalação do regime de apartheid na África do Sul, que vigorou até 1994;

    c) Continuação da segregação racial nos EUA, que duraria até a década de 1960;

    d) Continuação do regime colonial europeu em África e Ásia.

- 1950 – Guerra na Coreia. Primeiro enfrentamento por procuração entre os dois campos. Seguiriam as crises de Suez (1956), Berlin (1961) e Cuba (1962);
- 1952 – Primeira explosão de uma bomba de hidrogênio;
- 1955 – Conferência de Bandung, Indonésia. A conferência reuniu 29 estados de África e Ásia recém independentes;
- 1957 – Sputnik, primeiro satélite artificial a orbitar a Terra;
- 1961 – Conferência Belgrado, Iugoslávia. Resultou na criação do Movimento de Países Não-Alinhados (Tito, Nehru, Nasser, Sukarno). A lógica da confrontação promovida pela Guerra Fria bloqueava a consideração dos assuntos de interesse dos países que haviam conquistado recentemente as respectivas independências. O MNA seria esse foro.
- 1964 – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Criação do G-77 (hoje são 134 países) e da UNCTAD. O tema do desenvolvimento é tratado pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) no âmbito da estrutura da ONU. Até 1965, no entanto, o ECOSOC era integrado por apenas 18 países. A criação da UNCTAD foi uma resposta a essa falta de representação;
- 1966 – Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

[4] O Sistema Nações Unidas incorporou também a União Internacional de Comunicação (ITU), de 1865, a União Postal Universal (UPU), de 1874, a Organização Internacional do Trabalho (OIT),de 1919 e a Organização internacional de Aviação Civil (ICAO), de 1944.

Como se pode observar, até mais ou menos a metade da década de 1960, 20 anos após a criação das Nações Unidas, direitos humanos e desenvolvimento, dois dos três pilares cruciais da arquitetura do Sistema pareciam ceder sob o peso, de um lado, do Nakbah, do apartheid, da segregação racial nos EUA e do regime colonial europeu na África e na Ásia e, de outro, da falta de representação nas instituições multilaterais dedicadas ao desenvolvimento. O sentimento generalizado, já naquela época, não poderia ser outro senão o de desconfiança e de descrença, ainda que em seus estados iniciais.

- 1971 – Abandono do padrão-ouro. Aqui acontece algo que merece explicação mais pausada, mas para isso é preciso voltar o filme para 1944, quando foram criados o FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A função do BIRD era clara: reconstruir o que fora destruído na guerra e construir o que ainda não fora construído, ou seja, desenvolver os países mais atrasados, como propõe o segundo propósito da Organização das Nações Unidas.

A função do FMI era manter taxas de câmbio de moeda a uma quantidade fixa de ouro, o padrão-ouro, crucial num momento de grande incerteza e fundamental para o comércio, os investimentos e os empréstimos bancários.

Os EUA eram o país com as maiores reservas em ouro. O dólar tornou-se a moeda de referência internacional. A demanda excessiva por dólar valorizou a moeda dos EUA ao tempo em que tornou as suas exportações menos competitivas. O crescimento das economias, muito acima do que a disponibilidade de ouro, criou pressões consideráveis do lado da oferta. A impossibilidade de injetar recursos adicionais (porque sem lastro) para necessidades da economia engessava todo o sistema. A dificuldade para financiar a guerra no Vietnam foi decisiva. O padrão-ouro foi abandonado pelos EUA e substituído pelo papel-moeda fiduciária, cujo valor depende somente da confiança a ele atribuído.

O abandono do padrão-ouro representa um primeiro grau de descolamento da realidade. A realidade tangível do padrão-ouro é substituída pela realidade intangível da confiança.

Pouco depois houve os dois choques de petróleo que deixaram muitos países em desenvolvimento com dívidas impagáveis. O FMI, que havia mudado o seu papel com o abandono do padrão-ouro, realiza um segundo grau de descolamento da realidade, desta vez entre a macro e a microeconomia.

Como solução padrão para a questão do endividamento, o FMI passou a receitar ajustes na macroeconomia – cortes nos gastos sociais, redução do Estado, privatizações, desregulação, busca incessantes de superávits e assim por diante. A economia real, a microeconomia, a dos pequenos negócios teve que ajustar-se às demandas do “mercado da macroeconomia”, que não é o mesmo que o “mercado da microeconomia”.

O resultado é sempre o mesmo: desemprego, aumento da pobreza, frustração social, insegurança nos pequenos negócios – ainda quando os grandes números da macroeconomia possam ser positivos. O fosso entre a macroeconomia e a microeconomia é real e representa esse segundo descolamento da realidade. Não é por nada que a segunda é chamada de economia real.

Na década de 1980, o descolamento da realidade foi ainda mais acentuado. A ênfase desmedida na desregulamentação promovida pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher e pelo Presidente Ronald Reagan abriu oportunidades para a criação de produtos financeiros – bonds (títulos públicos/treasuries), junk bonds (títulos de alto risco, mas de alto rendimento), contratos futuros, opções, fundos. Em realidade, todos esses produtos – ativos – intangíveis não têm a mesma realidade que uma vaca, uma mesa ou uma casa.

É na década de 1980 que as finanças se separam da economia real e aumenta o fosso entre uma e outra. Foi o momento dos yuppies de Wall Street, jovens, invencíveis, riquíssimos em um piscar de olhos, "Masters of the Universe".

O fosso hoje entre a economia real medida pelo PIB global (US$ 100 trilhões) e economia financeira medida pelo total de ativos (US$ 500 trilhões) é assustador não tanto pelo tamanho, mas pelo grau de irrealidade que representa. Uma só pessoa, Elon Musk, tem mais dinheiro que o PIB de 170 Estados membros das Nações Unidas. Por um lado, a mineração, o plantio, a colheita, a fábrica de produtos, o transporte para as cidades, o comércio, o pagamento de salários – coisas reais e concretas; por outro, o movimento de índices em gráficos de ativos – linhas, colunas, fileiras, matrizes feitas de diferentes frequências de ondas de luz. Sem nos dar conta criamos intimidade com a irrealidade, como se fosse José, João, Lucas – pessoas de carne e osso, com quem conversamos, discutimos e tomamos um chope. O filme continua:

- 1989 – Queda do Muro de Berlin. Ninguém esperava que fosse assim, com marteladas dadas pela população;
- 1991 – Dissolução da União Soviética, que marca definitivamente o fim da Guerra Fria.
- 1992 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro;
- 1993 – Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, Viena;
- 1994 – Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, Cairo;
- 1995 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, Copenhague;
- Conferência das Nações Unidas sobre Mulher, Beijing;
- 1996 – Conferência das Nações Unidas sobre Habitat II.

A década de 1990 foi a década das conferências das Nações Unidas sobre temas sociais, i.e., sobre direitos humanos e desenvolvimento, escanteados durante a Guerra Fria. Chegaram com atraso a um mundo que já era muito diferente daquele de 1945. Enquanto o de 1945 era a pura realidade da destruição e do sofrimento, o da década de 1990, era o começo de uma era que começava a descolar-se da realidade, com consequências desconhecidas.

- 2000 – Cúpula do Milênio – esforço para reunir em uma só declaração o que fora acordado nas conferências sobre temas sociais e projetar um futuro promissor por meio da Metas de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que eram 8. O milênio estimulava ilusões, despertava esperanças de que mais adiante a ciência e a tecnologia desvendariam as soluções para os problemas do mundo, como o canto das sereias em Ulisses.
- 2015 – Para muitos, *annus mirabilis*, porque a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre aquecimento global nunca poderiam ter sido adotados de outra maneira. A resolução A/Res/70/1, que deu partida à Agenda 2030 e aos ODS é quase poética. Confiante, diz textualmente, que podemos ser a primeira geração a acabar com a pobreza e a última a poder salvar o planeta.

O que deu errado? Onde falhamos? Várias possibilidades advêm para responder. Bastaria apenas uma, no entanto. Escolho uma que me atrai, ironicamente como o canto de uma sereia.

O descolamento com a realidade não parou. Depois do descolamento financeiro, seguiu um outro, muito maior: o surgimento da realidade virtual, agora exponenciada pela IA, que precisa de volumes colossais de água, para esfriamento, energia, para funcionamento e investimentos, que este ano superam US$ 2,5 trilhões, subindo, sem limites, até devorar as necessidades reais.

O mundo hoje tem muitos mais elementos irreais do que antes, quando ovelhas vermelhas ou azuis, ou unicórnios povoavam algumas imaginações isoladas. Vivemos mergulhados em realidades virtuais, feitas de algoritmos performativos que decidem o melhor desenho de uma asa, a melhor combinação química de um composto, da melhor apresentação em uma conferência e até do par ideal. Tudo, ou quase tudo, é irreal, mas ninguém se dá conta.

Imagine o leitor uma obra de teatro. Trata-se de um monólogo proferido por um grande ator que representa a realidade. As pessoas conhecem o ator e, curiosos com a peça, correm ao teatro. A obra é em um ato. O ator fala sobre o seu dia a dia, a sua realidade. Algumas coisas interessantes, outras menos, mas sempre reconhecidas como reais. Depois de uma hora e meia cai o pano. Todos se preparam para sair. O pano sobre de novo e, do lado do ator conhecido, surge um outro que ninguém conhece e surpreende porque não estava no programa. Fala, como o primeiro, de coisas da vida. O ator conhecido mostra-se agitado, alça a voz, caminha de um lado para outro e procura por todos os meios ser o centro da atenção. Mas é outro que domina e cativa o público. O ator conhecido passa para um segundo plano e, pouco a pouco, envolve-se em sombra e desaparece. O que fica, o outro, encanta e, no final, arranca aplausos. A ficção de tudo que é irreal fascina as mentes.

O mundo irreal fascina, como um unicórnio azul, talvez porque nesse mundo há uma grande ausência: a ética. A ética é esse fator humano que, curiosamente, nos permite reconhecer o outro e, ao fazê-lo, habilita-nos a reconhecermos a nós mesmos como humanos. É um estorvo, de acordo, mas não é possível deixar a ética de lado, simplesmente pelo fato que deixaríamos de reconhecermos como humanos. Muitos dizem que é grande a desumanização de nosso tempo. O genocídio a céu aberto cometido por Israel contra o povo palestino, com assentimento dos EUA e de seus vassalos, é o exemplo mais gritante.

O estado do mundo poderia ser retratado pelas impactantes séries fotográficas do grande Sebastião Salgado. Há algo que incomoda naquelas fotos. Talvez sejam o retrato da humanidade carcomida pela falta de ética, preparando o terreno para o império digital dos algoritmos.

É preciso ainda responder à pergunta onde falhamos?

UN80 e os Direitos Humanos

UN80 y los Derechos Humanos

UN80 and Human Rights

Fabiane Gaspar

Resumo: Este informe analisa os impactos da iniciativa UN80 sobre o pilar dos direitos humanos das Nações Unidas. Examina as motivações da reforma, a criação do *Human Rights Group* como mecanismo de coordenação sistêmica dos direitos humanos e as tensões entre eficiência institucional e proteção internacional de direitos. Discute os cortes orçamentários no ACNUDH, seus efeitos sobre mecanismos de monitoramento e órgãos de tratados, além dos desafios decorrentes da retração do financiamento, da polarização política e da limitada participação da sociedade civil. Conclui que a reforma apresenta oportunidades de coordenação, mas também riscos ao fortalecimento do sistema internacional de direitos humanos.

Palavras-chave: direitos humanos; UN80; Human Rights Group; reforma das Nações Unidas; multilateralismo.

Resumen: *Este informe analiza los impactos de la iniciativa UN80 sobre el pilar de los derechos humanos de las Naciones Unidas. Examina las motivaciones de la reforma, la creación del Human Rights Group como mecanismo de coordinación sistémica de los derechos humanos y las tensiones entre eficiencia institucional y protección internacional de los derechos humanos. Asimismo, analiza los recortes presupuestarios al ACNUDH, sus efectos sobre los mecanismos de monitoreo y los órganos de tratados, además de los desafíos derivados de la reducción del financiamiento, la polarización política y la limitada participación de la sociedad civil. Se concluye que la reforma ofrece oportunidades de coordinación, pero también riesgos para el fortalecimiento del sistema internacional de derechos humanos.*

Palabras clave: *derechos humanos; UN80; Human Rights Group; reforma de las Naciones Unidas; multilateralismo.*

Abstract: *This report examines the impacts of the UN80 initiative on the United Nations human rights pillar. It analyzes the rationale behind the reform, the creation of the Human Rights Group as a system-wide coordination mechanism, and the tensions between institutional efficiency and international human rights protection. The study discusses budget cuts affecting OHCHR, their consequences for monitoring mechanisms and treaty bodies, as well as challenges arising from financial constraints, political polarization and limited civil society participation. It concludes that the reform offers opportunities for greater coordination while posing significant risks to the effectiveness and sustainability of the international human rights protection system.*

Keywords: *human rights; UN80; Human Rights Group; United Nations reform; multilateralism.*

Introdução

Em março de 2025, o Secretário-Geral António Guterres lançou a iniciativa UN80, um processo de reforma de alcance sistêmico voltado a tornar o sistema das Nações Unidas mais

eficiente, coerente e responsivo em um contexto de crise financeira e de crescente questionamento sobre o valor do multilateralismo. Estruturada em torno de três eixos de trabalho: melhoria do funcionamento do Secretariado, revisão da implementação dos mandatos e realinhamento de programas e estruturas, a iniciativa busca responder simultaneamente ao aumento da complexidade dos desafios globais e à crescente restrição de recursos financeiros enfrentada pelas organizações multilaterais.

Este informe tem por objetivo examinar especificamente os impactos da iniciativa UN80 sobre o pilar dos direitos humanos, historicamente o mais subfinanciado dos três. Analisam-se seu conceito, a motivação do processo e a posição estrutural dos direitos humanos na arquitetura das Nações Unidas, os cortes orçamentários propostos e aprovados para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), os impactos operacionais concretos sobre o Conselho de Direitos Humanos, os procedimentos especiais e os órgãos de tratados, a retirada dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos e a disputa política em torno da legitimidade do sistema, bem como as críticas da sociedade civil quanto à sua exclusão do processo de reforma. Ao final, discutem-se os riscos mais evidentes e as possibilidades de fortalecimento do sistema multilateral de proteção dos direitos humanos diante desse cenário de austeridade prolongada.

A motivação da iniciativa UN80 e os direitos humanos na ONU

O lançamento da iniciativa UN80 ocorreu em um contexto de pressões financeiras crescentes, marcado pela inadimplência de contribuintes importantes — os Estados Unidos devem à Organização cerca de 1,5 bilhão de dólares em contribuições ao orçamento regular e 1,2 bilhão de dólares em contribuições para operações de manutenção da paz — e por uma crise de liquidez que levou o Secretariado a alertar, já em fevereiro de 2025, que a Organização poderia ficar sem recursos para pagar salários e fornecedores ainda naquele ano. Nesse cenário, o orçamento do Secretariado da ONU para 2026 sofreu redução superior a 9% em recursos e 21% em postos de trabalho frente a 2025, o que pode representar a eliminação de cerca de 6.900 postos em um quadro de aproximadamente 35 mil funcionários.

Historicamente, o pilar dos direitos humanos ocupa posição estrutural mais frágil dentro da arquitetura orçamentária das Nações Unidas do que os pilares da paz e segurança e do desenvolvimento. O orçamento do ACNUDH é descrito por organizações de direitos humanos como “cronicamente subfinanciado”, dependendo de forma significativa de contribuições voluntárias extraorçamentárias para complementar os recursos do orçamento regular. Essa fragilidade estrutural preexistente tornou o pilar dos direitos humanos particularmente vulnerável ao momento de austeridade inaugurado pela UN80.

Soma-se às questões orçamentárias específicas para os direitos humanos, a criação do *Human Rights Group* surge também a partir do diagnóstico mais amplo de fragmentação institucional existente no sistema ONU. Segundo o Secretário-Geral, o modelo organizacional desenvolvido ao longo de oito décadas produziu uma arquitetura composta por numerosas entidades, programas e mecanismos que frequentemente atuam de forma paralela, gerando sobreposições, custos administrativos e dificuldades de coordenação.

No campo dos direitos humanos, essa fragmentação manifesta-se pelo envolvimento simultâneo de diversas organizações, incluindo o OHCHR, UNICEF, PNUD, ACNUR, ONU Mulheres, UNFPA, UNAIDS, OIM e OMS, entre outras. Embora essa diversidade amplie a

capacidade operacional da ONU, ela também dificulta a construção de estratégias integradas e de respostas coordenadas.

Outro fator relevante refere-se à crescente complexidade dos desafios globais contemporâneos. Temas como mudanças climáticas, deslocamentos forçados, desigualdades sociais, transformações digitais, crises sanitárias e conflitos armados envolvem simultaneamente questões de desenvolvimento, segurança e direitos humanos. A iniciativa UN80 busca reformar estruturas excessivamente setoriais que, por isso, não conseguem responder adequadamente a esses desafios.

Os direitos humanos na iniciativa UN80

No âmbito do terceiro eixo da reforma, denominado *Workstream 3: Structural and Programmatic Realignments (*Realinhamento Programático e Estrutural), encontra-se a proposta para o campo dos direitos humanos: a criação de um *Human Rights Group* (Grupo de direitos humanos), concebido como um mecanismo de coordenação sistêmica destinado a fortalecer a integração das agendas de direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas. O *Human Rights Group* não é concebido como uma nova agência especializada nem como uma reorganização completa do sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Trata-se, antes, de um mecanismo de coordenação para promover uma abordagem mais integrada das questões de direitos humanos em todas as atividades das Nações Unidas.

O relatório *Shifting Paradigms: United to Deliver* define a iniciativa como um instrumento destinado a "coordenar sistematicamente o trabalho de direitos humanos em todas as atividades da ONU". A proposta prevê que esta coordenação seja liderada pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), fortalecendo seu papel como articulador do pilar de direitos humanos dentro do sistema ONU. Diferentemente dos mecanismos tradicionais voltados exclusivamente ao monitoramento de violações ou à implementação de tratados, o *Human Rights Group* pretende atuar transversalmente, conectando atividades desenvolvidas por diferentes entidades, programas e fundos das Nações Unidas, com o objetivo em fortalecer a coerência institucional do sistema ONU mediante a incorporação sistemática dos direitos humanos nas atividades de desenvolvimento, assistência humanitária, prevenção de conflitos e construção da paz.

A proposta parte do entendimento de que os direitos humanos representam um dos três pilares constitutivos das Nações Unidas, ao lado da paz e segurança e do desenvolvimento sustentável. Entretanto, embora formalmente equivalentes, esses pilares nem sempre operam de maneira integrada nas estruturas organizacionais da ONU, como veremos mais adiante.

Assim, as principais responsabilidades e ações do Grupo de direitos humanos para que se possam alcançar os objetivos da iniciativa em relação aos direitos humanos do sistema ONU giram em torno de:

- fortalecer a coordenação entre organismos especializados da ONU;
- ampliar a coerência programática entre direitos humanos, paz e segurança e desenvolvimento, integrando os três pilares do sistema ONU;
- reduzir duplicações/fragmentações institucionais;
- integrar os direitos humanos ao planejamento e à implementação de programas no nível nacional, para maior coerência entre políticas, programas e mecanismos de implementação, aumentando a capacidade de atuação no nível dos países;

- aumentar a efetividade das respostas multilaterais diante de desafios complexos e interdependentes

Em perspectiva mais ampla, a proposta procura reposicionar os direitos humanos não apenas como um campo especializado de atuação, mas como um elemento estruturante de todo o sistema das Nações Unidas. O *Human Rights Group* representa, portanto, uma tentativa de institucionalizar uma abordagem sistêmica em que o desenvolvimento sustentável, a paz e a segurança e os direitos humanos sejam concebidos como agendas indissociáveis.

A iniciativa em torno dos direitos humanos vem produzindo, ao longo de 2025 e 2026, um conjunto de decisões orçamentárias e institucionais cujos efeitos não se distribuem de forma equânime entre os três pilares fundadores da Carta das Nações Unidas: paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos, o que veremos na seção seguinte.

Há uma dimensão política importante de se registrar em relação ao sistema de direitos humanos da ONU, em especial, o Conselho de Direitos Humanos. Por conta do presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que publicamente questiona o valor do sistema multilateral, pressiona contra agendas que qualifica como "woke" ou de esquerda, incluindo mudança climática, direitos econômicos e sociais e orientação sexual, identidade de gênero, ajuda humanitária e, obviamente, direitos humanos em seu sentido mais amplo. Analistas da *Universal Rights Group* observam que essa pressão política, somada à retração financeira, tem alimentado entre os Estados-Membros um discurso de retorno da Organização a funções consideradas "essenciais", frequentemente contraposto às agendas normativas dos direitos humanos, igualdade de gênero e ação climática — uma tensão que, como se verá adiante, se refletiu diretamente nas decisões orçamentárias da UN80.

Os cortes orçamentários desproporcionais ao pilar dos direitos humanos

Em setembro de 2025, o Secretário-Geral publicou seu relatório de estimativas revisadas para o orçamento de 2026, refletindo os objetivos de eficiência da UN80. Guterres classificou os cortes propostos como "cuidadosamente calibrados" para preservar o equilíbrio entre os três pilares da Organização. Os números, contudo, revelaram uma distribuição desigual entre eles:

- cerca de 15% de corte no orçamento do ACNUDH, envolvendo a eliminação inicial de 105 postos;
- cerca de 13% de corte no pilar da paz e segurança, excluídas as operações de manutenção da paz;
- cerca de 12% de corte no pilar do desenvolvimento.

A *International Service for Human Rights* (ISHR) classificou essa distribuição como desproporcional, recorrendo à metáfora de um "banquinho de três pernas": caso a perna dos direitos humanos seja cortada além de certo ponto, argumenta a organização, não apenas ela colapsa, mas todo o sistema desaba junto. Em dezembro de 2025, o Comitê Consultivo em Assuntos Administrativos e Orçamentários (ACABQ) recomendou aprofundar ainda mais os cortes ao ACNUDH, elevando o total de postos eliminados de 105 para 117 — o equivalente a 18,3% dos postos do Escritório em 2025 —, ao mesmo tempo em que recomendava uma redução de apenas 2,7% de postos no pilar do desenvolvimento e nenhuma variação líquida no pilar da paz e segurança.

Final do mês de dezembro de 2025, o orçamento de 2026 foi formalmente aprovado pela Quinta Comissão da Assembleia Geral, confirmando os 117 cortes de postos no ACNUDH. Segundo dados divulgados pela Alta Comissária Adjunta para os Direitos Humanos, Nada Al-Nashif, por ocasião da reunião organizacional da 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em fevereiro de 2026, a alocação orçamentária regular aprovada para o ACNUDH em 2026 totalizou 221,19 milhões de dólares, uma redução de 25,28 milhões de dólares em relação ao orçamento aprovado para 2025.

Um grupo de quarenta países, liderado pelo Chile, alertou em declaração conjunta de 8 de dezembro de 2025 que os cortes propostos ao pilar dos direitos humanos não refletiam propostas específicas de reforma e gerariam apenas cerca de 8% do total de economias esperadas sob a iniciativa UN80 — proporção considerada desproporcional ao impacto que tais cortes teriam sobre órgãos de direitos humanos já subfinanciados. A esses cortes orçamentários formais soma-se o efeito da crise de liquidez da Organização: em 2025, o ACNUDH recebeu efetivamente apenas 73% do orçamento aprovado, em razão do não pagamento integral e tempestivo das contribuições por parte dos Estados-Membros.

Impactos operacionais: o pilar dos direitos humanos em "modo de sobrevivência"

Os efeitos práticos desses cortes já se fazem sentir na capacidade operacional dos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas. Em coletiva de imprensa de fim de ano por ocasião do Dia dos Direitos Humanos, em dezembro de 2025, o Alto Comissário Volker Türk reconheceu que o pilar dos direitos humanos havia eliminado cerca de 300 postos de trabalho e operava em "modo de sobrevivência", com redução de operações e maior exposição de defensores dos direitos humanos em trabalho de campo. Segundo a *Human Rights Watch*, o trabalho de monitoramento do ACNUDH foi reduzido em mais da metade ao longo de 2025, levando a Alta Comissária Adjunta a advertir que já não havia "gordura" no sistema e que os cortes estavam atingindo o "osso".

Um mapeamento produzido pela ISHR sobre os impactos da crise financeira e dos cortes da UN80 sobre os mecanismos de direitos humanos documenta, entre outras medidas de contenção de custos vigentes desde 2026:

- redução à metade das visitas a países mandatados por procedimentos especiais, de duas para apenas uma por ano;
- redução em um terço ou mais das sessões de Grupos de Trabalho sobre detenção arbitrária, desaparecimentos forçados, discriminação contra mulheres e meninas, pessoas afrodescendentes, empresas e direitos humanos, mercenários e direitos de camponeses;
- encurtamento das sessões em que os comitês de tratados avaliam o cumprimento, pelos Estados-Partes, de suas obrigações em matéria de direitos humanos;
- cortes nos serviços de interpretação e tradução, incluindo língua de sinais internacional e legendagem simultânea, com impacto direto sobre a acessibilidade dos trabalhos.

O comitê responsável por monitorar o cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, convocou em 2025 uma reunião de emergência com os Estados-Partes para discutir os efeitos da crise financeira sobre seus trabalhos, registrando um passivo acumulado superior a mil comunicações individuais pendentes de exame. Alguns Estados manifestaram apoio ao uso de contribuições voluntárias para viabilizar sessões adicionais dos

órgãos de tratados, desde que preservadas sua independência e imparcialidade — solução que, contudo, levanta preocupações quanto à criação de um sistema de dois níveis, no qual a capacidade de um órgão de tratado cumprir seu mandato passaria a depender da disposição financeira pontual de doadores específicos.

A retirada dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos

Em fevereiro de 2025, o presidente Donald Trump assinou ordem executiva retirando os Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas — a segunda retirada estadunidense do órgão, após a primeira, ocorrida em 2018, durante seu primeiro mandato. A justificativa oficial reiterou acusações recorrentes de viés contra Israel e de proteção a regimes violadores dos direitos humanos, como China e Cuba, classificando o Conselho como uma organização "hipócrita e voltada a servir a si própria". Em consequência, os Estados Unidos não participaram de seu quarto ciclo de Revisão Periódica Universal, previsto para 7 de novembro de 2025 em Genebra, com o Departamento de Estado justificando que a participação implicaria endosso a um mandato e a práticas consideradas tendenciosas.

Analistas da *Universal Rights Group* avaliam que a retirada era previsível, na sequência da rejeição, em fevereiro de 2025, de propostas de reforma de curto prazo apresentadas pela presidência eslovena do Conselho — propostas que, entre outros objetivos, buscavam reduzir o número de debates anuais sob o item 7 da agenda, dedicado à situação nos territórios palestinos ocupados. A rejeição dessas propostas, inicialmente pela União Europeia e, na sequência, pela Organização da Cooperação Islâmica, é apontada como o gatilho imediato da decisão americana.

Ainda assim, análise publicada pelo *PassBlue* observa que a retirada americana permaneceu, na prática, apenas parcial tendo em vista que os Estados Unidos se mantiveram como Estado observador do Conselho ao longo de 2025, o que lhes permite participar de debates sem direito a voto, mas optaram por não se pronunciar nem negociar formalmente, mesmo diante da aprovação de 32 resoluções em março e 25 em junho daquele ano. Essa postura de retirada, quase simbólica, segundo os autores da publicação, tende a reduzir a capacidade dos Estados Unidos de influenciar a agenda do Conselho a partir de dentro, porém sem de fato eliminar sua exposição política ao órgão que publicamente rejeitam.

A disputa política em torno da liderança dos direitos humanos

Para além da disputa orçamentária, a iniciativa UN80 se desenrola em paralelo a uma disputa política mais ampla sobre a própria legitimidade do sistema internacional de direitos humanos. Ao longo de 2026, o Alto Comissário Volker Türk intensificou pronunciamentos públicos em defesa do sistema, lançando em fevereiro um apelo por 400 milhões de dólares para financiar o trabalho do ACNUDH em 2026 e advertindo, em atualização global ao Conselho de Direitos Humanos em junho, sobre o que descreveu como um ataque sem precedentes ao direito internacional. Na abertura da 61ª sessão do Conselho, em fevereiro de 2026, Türk afirmou que a luta por direitos humanos não poderia ser desviada pelos caprichos de lideranças com agendas reacionárias.

Essa postura assertiva de Türk tornou-se, por sua vez, alvo de críticas de setores conservadores nos Estados Unidos. Em julho de 2026, análise publicada pela *Foundation for Defense of Democracies* (FDD), uma fundação neoconservadora sem fins lucrativos, auto descrita como um grupo de lobby pró-Israel, pró-Ucrânia e anti-Irã, opôs-se publicamente à proposta do Secretário-Geral Guterres de renovar o mandato de Türk para um segundo período

de quatro anos, questionando o histórico do Alto Comissário à frente do Conselho de Direitos Humanos e pedindo que o governo estadunidense se posicionasse contrariamente à renovação. O episódio ilustra como, no atual momento político, a própria escolha da liderança do sistema de direitos humanos das Nações Unidas tornou-se terreno de disputa entre visões antagônicas sobre o papel da Organização, disputa esta que ocorre justamente quando o sistema mais depende de consenso político amplo para garantir financiamento.

A exclusão da sociedade civil do processo de reforma

Um dos pontos de maior crítica à iniciativa UN80 diz respeito à limitada participação da sociedade civil na condução do processo. Em setembro de 2025, redes que reúnem mais de 600 organizações — entre elas a *Start Network*, o ICVA e a NEAR — dirigiram carta aberta ao Secretário-Geral manifestando preocupação com a exclusão da sociedade civil, em particular de atores nacionais e locais, das discussões da UN80, e solicitando representação direta nos grupos de trabalho, cronograma público de decisões e consultas que alcancem organizações do Sul Global, incluindo grupos liderados por mulheres, refugiados e pessoas com deficiência.

Análise publicada pela organização *Fós Feminista* após a primeira consulta formal com a sociedade civil, ocorrida no início de 2026, descreve o engajamento oferecido como limitado a "consultas estruturadas" na forma de entrevistas, com uma única sessão pública (Town Hall virtual) prevista apenas para o primeiro trimestre de 2026 — ou seja, depois de o diagnóstico técnico já ter sido concluído e endossado pelo Comitê Diretor do processo. Para a organização, esse desenho consultivo tende a relegar a sociedade civil a um papel homologatório, posterior às decisões substantivas, e não a um papel de coautoria no desenho da reforma.

Críticas semelhantes vieram de outros setores da sociedade civil organizada. Os sindicatos de funcionários da ONU em Nova York e em Genebra relataram publicamente falta de transparência e ausência de consulta significativa por parte do Secretariado, chegando a afirmar que essa lacuna esvaziava de sentido os próprios compromissos discursivos do Secretário-Geral com um processo inclusivo. A *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), por sua vez, alertou para o risco de que a reestruturação dilua o trabalho da Organização em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, defendendo que o modelo de inclusão adotado pelo UNAIDS — que garante às comunidades afetadas, incluindo pessoas vivendo com HIV e populações-chave, algum grau de poder decisório — deveria inspirar o desenho mais amplo da reforma das Nações Unidas.

Nem todas as iniciativas de consulta, contudo, foram avaliadas negativamente. A *Coalition for the UN We Need*, em relatório de dezembro de 2025, compilou mais de vinte contribuições escritas de organizações da sociedade civil ao processo de revisão de mandatos da UN80, sistematizando temas transversais recorrentes — igualdade de gênero, inclusão da deficiência, direitos da criança, equilíbrio entre os três pilares, tomada de decisão baseada em evidências, financiamento adequado, localização e uso responsável de tecnologias. Em briefing de março de 2026 conduzido pelo Subsecretário-Geral Guy Ryder, representantes da sociedade civil também levantaram a necessidade de a iniciativa UN80 incorporar, de forma transversal, a discriminação baseada em trabalho e ascendência, fenômeno que atinge mais de 260 milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo *dalits* no sul da Ásia, *burakumin* no Japão, comunidades quilombolas no Brasil e povos *romani* (ciganos) na Europa, hoje pouco visível nos indicadores e nos sistemas de dados utilizados pela Organização.

Principais marcos do processo

A trajetória da proposta para a reorganização dos direitos humanos nas Nações Unidas pode ser sintetizada em alguns marcos principais:

- **Março de 2025**: lançamento da iniciativa UN80 pelo Secretário-Geral António Guterres.
- **Setembro de 2025**: publicação do relatório *Shifting Paradigms: United to Deliver*, no qual surge formalmente a proposta de criação do Human Rights Group como parte dos realinhamentos estruturais da ONU.
- **Maio de 2026**: o *UN80 Initiative Progress Report* registra a criação do *Human Rights Group* entre as principais reformas em desenvolvimento no âmbito da iniciativa.
- **2026-2027**: período de discussão e implementação gradual das propostas estruturais, sob orientação dos Estados-membros, que permanecem como os principais responsáveis pelas decisões relativas à reforma institucional da ONU.

O que pode dar certo

Alguns elementos do processo sinalizam possibilidades reais de fortalecimento do sistema de direitos humanos, mesmo em um cenário de restrição financeira. O Subsecretário-Geral Guy Ryder afirmou, em consulta com a sociedade civil, que o Secretário-Geral não avançaria com propostas de fusão institucional que enfraquecessem ou reduzissem mandatos já existentes, cabendo a decisão final aos Estados-Membros — um compromisso que, se honrado, poderia preservar a integridade normativa dos mandatos dos direitos humanos mesmo diante de reestruturações administrativas.

A estratégia de "regionalização" do ACNUDH, que redistribui postos para escritórios regionais em cidades como Viena, Beirute, Panamá, Bancoc, Pretória e Adis Abeba, também pode representar uma oportunidade, caso resulte em maior proximidade entre o trabalho de direitos humanos e as populações e contextos nacionais que ele pretende atender, um argumento explorado pela *Universal Rights Group* ao questionar se os investimentos financeiros do pilar dos direitos humanos estão de fato alinhados ao objetivo da UN80 de gerar maior impacto do trabalho em campo.

O financiamento extraorçamentário e voluntário mostra-se, adicionalmente, um caminho já parcialmente testado: em 2025, o ACNUDH recebeu 257,8 milhões de dólares em contribuições extraorçamentárias, valor superior aos 191,5 milhões de dólares provenientes do orçamento regular da Organização, o que ajudou a compensar parcialmente os efeitos dos cortes. O lançamento do Apelo 2026, com meta de 400 milhões de dólares, sugere que essa via de diversificação de financiamento deverá se aprofundar nos próximos ciclos.

Por fim, a mobilização política em defesa do pilar dos direitos humanos, exemplificada pela declaração conjunta de quarenta países liderada pelo Chile, e a sistematização das contribuições da sociedade civil por meio de coalizões como a *Coalition for the UN We Need* demonstram que o processo da iniciativa UN80, ainda que limitado, permanece aberto à pressão política organizada, o que preserva alguma margem de manobra para que o resultado final da revisão de mandatos, prevista para incidir sobre os próximos ciclos orçamentários da Organização, não repita integralmente o padrão desproporcional observado no orçamento de 2026 e de alguma forma, buscar pressionar para que o mandato dos direitos humanos não retroaja ao que está se chamando "essencial" e perca substancialmente os avanços em relação à proteção dos direitos humanos conquistados ao longo do tempo.

Riscos associados

O principal risco identificado pelas organizações de direitos humanos é justamente aquele sintetizado na metáfora do "banquinho de três pernas": a hipótese de que o enfraquecimento do pilar dos direitos humanos comprometa não apenas esse pilar isoladamente, mas a capacidade da Organização como um todo de cumprir seus propósitos em matéria de paz, segurança e desenvolvimento, dado o caráter interdependente desses três objetivos fundacionais da Carta das Nações Unidas.

A redução de mais da metade da capacidade de monitoramento do ACNUDH em 2025 tem impacto direto e imediato sobre a capacidade da Organização de documentar violações em tempo real em contextos de crise ativa como acontece de Gaza a Sudão, da Ucrânia à República Popular Democrática da Coreia, da Venezuela ao Território Palestino Ocupado, precisamente em um momento de intensificação de conflitos armados e de crimes contra civis apontado pelo próprio Alto Comissário em suas atualizações ao Conselho.

Um segundo risco relaciona-se à assimetria na distribuição dos cortes dentro da própria estrutura das Nações Unidas. Segundo análise do *International Institute for Strategic Studies*, apenas 3% dos cargos de alto escalão foram eliminados no âmbito da UN80, contra uma média de 19% de cortes em todo o sistema, dado que sugere que o peso da reforma recai desproporcionalmente sobre o nível operacional e de campo, e não sobre a estrutura burocrática superior da Organização, contradizendo parcialmente a retórica de eficiência que sustenta o processo.

Um terceiro risco é de natureza temática visto que os cortes documentados atingem particularmente grupos de trabalho e mandatos dedicados a populações historicamente mais vulneráveis: mulheres e meninas, afrodescendentes, vítimas de desaparecimento forçado e de detenção arbitrária, trabalhadores rurais, justamente as pautas para as quais a arquitetura internacional de proteção mais tardiamente desenvolveu instrumentos específicos. A ausência de dados desagregados sobre populações como as vítimas de discriminação baseada em trabalho e ascendência, apontada pela sociedade civil, agrava esse risco ao dificultar o próprio dimensionamento do impacto dos cortes sobre esses grupos.

Por fim, a disputa em torno da renovação do mandato de Volker Türk evidencia um quarto risco, de natureza político-institucional. A possibilidade de que a liderança do sistema de direitos humanos das Nações Unidas se torne, ela própria, objeto de disputa partidária entre potências, comprometendo a estabilidade institucional necessária para sustentar, ao longo de vários ciclos orçamentários, qualquer estratégia de recuperação financeira baseada em consenso político amplo entre os Estados-Membros.

Considerações finais

A análise dos impactos da iniciativa UN80 sobre o pilar dos direitos humanos revela um padrão consistente com o observado em outros processos de reforma multilateral em curso no mesmo período, tais como a da Arquitetura Global da Saúde e da UNESCO; uma iniciativa apresentada sob a retórica da eficiência e do equilíbrio entre pilares que, na prática, recai de forma desproporcional sobre a área historicamente mais subfinanciada e politicamente mais vulnerável da Organização. Os números, 15% a 18,3% de corte no ACNUDH, contra 12% no pilar do desenvolvimento e 13% no pilar da paz e segurança, desmentem, ao menos parcialmente, a

afirmação de que os cortes teriam sido “cuidadosamente calibrados” para preservar o equilíbrio entre os três pilares da Carta.

Ao mesmo tempo, o caso da UN80 mostra que esse padrão não é inevitável nem consensual pois que houve a mobilização de quarenta Estados-Membros em defesa do pilar dos direitos humanos, a resistência da União Europeia à marginalização da agenda normativa, e a sistematização das contribuições da sociedade civil por meio de coalizões organizadas indicam que ainda há espaço político para reverter, ao menos parcialmente, a trajetória observada até aqui, desde que a apropriação nacional do processo de revisão de mandatos, hoje ainda concentrada em consultas tardias e pouco vinculantes com a sociedade civil, seja substituída por mecanismos de participação inclusiva mais robustos.

Para que a iniciativa cumpra o objetivo que anuncia que é o de tornar as Nações Unidas mais eficientes sem comprometer sua capacidade de cumprir seus propósitos fundacionais, parece indispensável que a proteção do pilar dos direitos humanos deixe de ser tratada como uma reivindicação setorial e passe a ser reconhecida como pré-condição para o próprio êxito da reforma. Isso implica, no mínimo, blindar as reduções orçamentárias ao ACNUDH de cortes lineares aplicados sem distinção entre pilares, diversificar e ampliar o financiamento voluntário e extraorçamentário, garantir a participação da sociedade civil em estágios anteriores à tomada de decisão, e assegurar que a escolha da liderança do sistema de direitos humanos permaneça blindada de disputas político-partidárias entre potências.

O acompanhamento dos próximos passos da iniciativa UN80 e de sua articulação com processos paralelos de reforma em curso em outras agências do sistema das Nações Unidas permanece importante e urgente, tendo no papel das organizações da sociedade civil uma grande oportunidade para que realmente haja uma reforma que não seja apenas adequação às restrições orçamentárias, mas também seja essencialmente transformadora na perspectiva de se conseguir, de forma criativa e inovadora, alcançar resultados eficazes e eficientes de promoção e proteção aos direitos humanos em toda sua diversidade do sistema internacional de direitos humanos.

Referências

DEMOCRACY WITHOUT BORDERS. UN cuts its human rights budget amid rising violations worldwide. Berlim: Democracy Without Borders, 2026. Disponível em: https://www.democracywithoutborders.org/40083/un-cuts-its-human-rights-budget-amid-rising-violations-worldwide/. Acesso em: 15 ago. 2026.

FOUNDATION FOR DEFENSE OF DEMOCRACIES (FDD). U.S. Must Oppose Outgoing UN Secretary General’s Efforts To Renew Human Rights Commissioner. Washington, D.C.: FDD, 2026. Disponível em: https://www.fdd.org/analysis/2026/07/24/u-s-must-oppose-outgoing-un-secretary-generals-efforts-to-renew-human-rights-commissioner/. Acesso em: 15 ago. 2026.

FÓS FEMINISTA. Protecting Mandates While Improving Coordination: Getting UN80 Right. [S.l.]: Fós Feminista, 2026. Disponível em: https://fosfeminista.org/wp-content/uploads/2026/01/Civil-Society-UN80-Analysis-Fos-Feminista.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

GENEVA SOLUTIONS. UN human rights branch ‘in survival mode’ as funding dries up. Genebra: Geneva Solutions, 2025. Disponível em: https://genevasolutions.news/human-rights/un-human-rights-branch-in-survival-mode-as-funding-dries-up. Acesso em: 15 ago. 2026.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). UN Financial Crisis Threatens to Halt Human Rights Work. New York: HRW, 2026. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/02/13/un-financial-crisis-threatens-to-halt-human-rights-work. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTER PRESS SERVICE (IPS). UN 80 Reforms, Lacking Transparency, Come Under Heavy Fire. New York: IPS News, 2025. Disponível em: https://www.ipsnews.net/2025/05/un-80-reforms-lacking-transparency-come-heavy-fire/. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). The UN at 80: repairing the multilateral order. Londres: IISS, 2025. Disponível em: https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2025/11/the-un-at-80-repairing-the-multilateral-order/. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL PLANNED PARENTHOOD FEDERATION (IPPF). IPPF response to the UN Secretary-General's report on UN80 Initiative. Londres: IPPF, 2025. Disponível em: https://www.ippf.org/media-center/ippf-response-un-secretary-generals-report-un80-initiative. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS (ISHR). Protect UN human rights pillar from devastating funding cuts, dozens of States warn. Genebra: ISHR, 2025. Disponível em: https://ishr.ch/latest-updates/40-states-warn-protect-un-human-rights-pillar-from-devastating-funding-cuts/. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS (ISHR). Reforming the UN human rights system: defenders' voices matter!. Genebra: ISHR, 2026. Disponível em: https://ishr.ch/campaigns/reforming-the-un-human-rights-system-defenders-voices-matter/. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS (ISHR). UN80 Initiative: proposed budget cuts disproportionately hit the human rights pillar. Genebra: ISHR, 2026. Disponível em: https://ishr.ch/latest-updates/un80-initiative-proposed-budget-cuts-disproportionately-hit-the-human-rights-pillar/. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS (ISHR). UN80 Reform: States endorse slashing of human rights budget. Genebra: ISHR, 2026. Disponível em: https://ishr.ch/latest-updates/un80-reform-states-endorse-slashing-of-human-rights-budget/. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS (ISHR). UN financial crisis: Mapping the impact for human rights. Genebra: ISHR, 2026. Disponível em: https://ishr.ch/toolbox/resources/un-financial-crisis-mapping-the-impact-for-human-rights/. Acesso em: 15 ago. 2026.

NPR. Trump withdraws the U.S. from the United Nations Human Rights Council. Washington, D.C.: NPR, 2025. Disponível em: https://www.npr.org/2025/02/03/nx-s1-5285696/trump-un-human-rights-council-withdrawal. Acesso em: 15 ago. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). High Commissioner Türk opens the Human Rights Council: People's pursuit of dignity, equality, and justice is unshakeable. Genebra: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2026/02/high-commissioner-turk-opens-human-rights-council-peoples-pursuit. Acesso em: 15 ago. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Human Rights Committee Holds Emergency Meeting with States Parties as the United Nations' Financial Crisis Threatens its Survival. Genebra: OHCHR, 2025. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/meeting-summaries/2025/07/human-rights-committee-holds-emergency-meeting-states-parties-united. Acesso em: 15 ago. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Mid-year press conference by UN High Commissioner for Human Rights Volker Türk. Genebra: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2026/06/mid-year-press-conference-un-high-commissioner-human-rights-volker. Acesso em: 15 ago. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). UN Human Rights' 2026 Appeal: An investment in protecting and advancing human rights for all. Genebra: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/stories/2026/02/un-human-rights-2026-appeal-investment-protecting-and-advancing-human-rights-all. Acesso em: 15 ago. 2026.

PASSBLUE. *The US Pretends to Leave the Human Rights Council*. New York: PassBlue, 2025. Disponível em: https://passblue.com/2025/07/23/trump-to-human-rights-council-i-wish-i-knew-how-to-quit-you/. Acesso em: 15 ago. 2026.

PASSBLUE. UN80 *Is the Wrong Answer to the Right Question*. New York: PassBlue, 2026. Disponível em: https://passblue.com/2026/04/05/un80-is-the-wrong-answer-to-the-right-question/. Acesso em: 15 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Consulting Civil Society: CSO Inputs to the Informal Ad-Hoc Working Group on the UN80 Initiative***.** New York: Coalition for the UN We Need (C4UN), 2025. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/sites/default/files/2025-12/UN80%20Initiative%20CSO%20Report.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *MGOS Statements: March 25 Briefing on UN80 by Guy Ryder.* New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/sites/default/files/2026-05/all%20statements_UN80%20Briefing%20with%20USG%20Ryder_25%20March-merged.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *UN80 Initiative: Progress Report.* New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/en/un80-initiative-progress-report. Acesso em: 16 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *UN80 Initiative: Workstream 3 – Shifting Paradigms: United to Deliver*. New York: United Nations, 2025. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/en/shifting-paradigms-1. Acesso em: 16 ago. 2026.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Resolution A/RES/80/251: Mandate Creation, Implementation and Review for an Efficient and Effective United Nations*. New York: United Nations, 31 mar. 2026. Disponível em: https://documents.un.org. Acesso em: 16 ago. 2026.

UNITED NATIONS NEWS. *UN80 Initiative: 'Critical New Phase' for UN Reform Effort.* New York: United Nations News, 28 maio 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/05/1167593. Acesso em: 16 ago. 2026.

UNITED NATIONS NEWS. *UN80 Initiative: What Has Changed, What Comes Next, and What It Means for People.* New York: United Nations News, 17 jun. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/interview/2026/06/1167739. Acesso em: 16 ago. 2026.

UNIVERSAL RIGHTS GROUP. *Are the UN human rights pillar's financial investments consistent with the UN80 imperative to secure greater on-the-ground implementation and impact?.* Genebra: Universal Rights Group, 2026. Disponível em: https://www.universal-rights.org/are-the-un-human-rights-pillars-financial-investments-consistent-with-the-un80-imperative-to-secure-greater-on-the-ground-implementation-and-impact/. Acesso em: 15 ago. 2026.

UNIVERSAL RIGHTS GROUP. *US departure from the Human Rights Council: what really happened and what will happen next?*. Genebra: Universal Rights Group, 2025. Disponível em: https://www.universal-rights.org/us-departure-from-the-human-rights-council-what-really-happened-and-what-will-happen-next/. Acesso em: 15 ago. 2026.

UNIVERSAL RIGHTS GROUP. What do the UN80 reforms mean for the human rights pillar, and what role should the Human Rights Council play in building a UN that is 'better equipped to serve the people whose lives depend on it'?. Genebra: Universal Rights Group, 2026. Disponível em: https://www.universal-rights.org/what-do-the-un80-reforms-mean-for-the-human-rights-pillar-and-what-role-should-the-

human-rights-council-play-in-building-a-un-that-is-better-equipped-to-serve-the-people-whose-lives-depend-on-it/. Acesso em: 15 ago. 2026.

WASHINGTON EXAMINER. *US pulls out of UN human rights report*. Washington, D.C.: Washington Examiner, 2025. Disponível em: https://www.washingtonexaminer.com/policy/foreign-policy/3786533/us-withdraws-united-nations-human-rights-report/. Acesso em: 15 ago. 2026.

Entre uma ESPII e transições: os desafios atuais da governança global da saúde e da OMS

Entre una PHEIC y las transiciones: desafíos actuales para la gobernanza de la salud mundial y la OMS

Between a PHEIC and transitions: current challenges for global health governance and the WHO

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A saúde global atravessa um período marcado pela convergência entre emergências sanitárias, restrições institucionais e transformações na governança multilateral. A rápida expansão da doença pelo vírus Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo evidencia os limites da resposta internacional diante de contextos de insegurança, mobilidade populacional, fragilidades dos sistemas de saúde e desigualdades no acesso a tecnologias. Ao mesmo tempo, mudanças no alto escalão da Organização Mundial da Saúde ocorrem em meio a uma profunda reestruturação, redução de recursos e preparação para uma transição de liderança. Os dois fenômenos, embora distintos, revelam desafios interdependentes: a necessidade de fortalecer capacidades nacionais e regionais, garantir financiamento sustentável, acelerar pesquisa e desenvolvimento, assegurar compartilhamento de dados e ampliar a coordenação transfronteiriça. Mais do que respostas emergenciais, o cenário reforça a importância de uma governança global baseada em cooperação, equidade, capacidade técnica e instituições multilaterais capazes de atuar com legitimidade e agilidade diante de riscos sanitários cada vez mais interconectados.

Palavras-chave: Ebola Bundibugyo, OMS.

Resumen: *La salud mundial atraviesa un periodo marcado por la convergencia de emergencias sanitarias, limitaciones institucionales y transformaciones en la gobernanza multilateral. La rápida propagación del virus del Ébola Bundibugyo en la República Democrática del Congo pone de manifiesto las limitaciones de la respuesta internacional en contextos de inseguridad, movilidad de la población, sistemas de salud frágiles y desigualdades en el acceso a la tecnología. Simultáneamente, se producen cambios en los niveles más altos de la Organización Mundial de la Salud en medio de una profunda reestructuración, la reducción de recursos y la preparación para una transición de liderazgo. Estos dos fenómenos, si bien distintos, revelan desafíos interdependientes: la necesidad de fortalecer las capacidades nacionales y regionales, garantizar una financiación sostenible, acelerar la investigación y el desarrollo, asegurar el intercambio de datos y ampliar la coordinación transfronteriza. Más allá de las respuestas a emergencias, este escenario refuerza la importancia de una gobernanza global basada en la cooperación, la equidad, la capacidad técnica y las instituciones multilaterales capaces de actuar con legitimidad y agilidad ante riesgos sanitarios cada vez más interconectados.*

Palavras-chave: *Ebola Bundibugyo, OMS.*

Abstract*: Global health is currently navigating a period marked by the convergence of health emergencies, institutional constraints, and shifts in multilateral governance. The rapid spread of*

the Bundibugyo Ebola virus in the Democratic Republic of the Congo highlights the limitations of the international response in the face of insecurity, population mobility, weak health systems, and unequal access to technologies. Simultaneously, high-level changes within the World Health Organization are taking place amidst profound restructuring, resource constraints, and preparations for a leadership transition. While distinct, these two phenomena reveal interdependent challenges: the need to strengthen national and regional capacities, secure sustainable funding, accelerate research and development, ensure data sharing, and enhance cross-border coordination. Beyond mere emergency responses, this scenario underscores the importance of global governance grounded in cooperation, equity, technical expertise, and multilateral institutions capable of acting with legitimacy and agility in the face of increasingly interconnected health risks.

Keywords: *Ebola Bundibugyo, WHO.*

Vírus Ebola Bundibugyo: uma emergência sanitária em velocidade sem precedentes

O surto de doença pelo vírus Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) coloca novamente a governança global da saúde diante de um de seus desafios mais complexos: responder a uma emergência de rápida expansão em um contexto marcado por fragilidades estruturais, insegurança, deslocamentos populacionais e limitações de acesso aos serviços de saúde. Em suas declarações de 18 de agosto de 2026, durante a segunda reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, enfatizou que a epidemia permanece longe de estar controlada e destacou a velocidade excepcional de sua disseminação. A magnitude da resposta necessária, portanto, não pode ser compreendida apenas a partir da dinâmica biológica do vírus: ela está diretamente relacionada às condições políticas, sociais e territoriais nas quais a transmissão ocorre.

Três meses após a declaração da epidemia como uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII), a doença já havia alcançado seis províncias e 55 zonas de saúde, com quase 5 mil pessoas infectadas e mais de 2.300 mortes, segundo os números apresentados pelo diretor-geral. O surto tornou-se, nesse período, o maior registrado para a espécie Bundibugyo e, segundo a OMS, apresenta uma velocidade de expansão sem precedentes. Mais do que o número absoluto de casos e óbitos, entretanto, chama atenção o padrão de transmissão descrito pela OMS: muitas pessoas estão morrendo em suas próprias casas e comunidades, fora dos centros de tratamento e sem terem sido identificadas previamente como contatos. Cada uma dessas mortes representa, potencialmente, uma cadeia de transmissão que permanece invisível aos sistemas de vigilância.

Essa característica revela um dos principais dilemas das respostas contemporâneas às emergências sanitárias: a capacidade de detectar e interromper a transmissão depende não apenas da existência de tecnologias diagnósticas ou terapêuticas, mas da capacidade de estabelecer vínculos efetivos com as comunidades. Vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, tratamento, vacinação, sepultamentos seguros e comunicação de risco são componentes indissociáveis de uma mesma estratégia. Quando parte da população permanece fora dos sistemas formais de saúde, a resposta perde justamente a capacidade de identificar os elos que sustentam a transmissão.

O contexto em que a epidemia ocorre é, nesse sentido, determinante. A insegurança, os deslocamentos forçados e a intensa mobilidade populacional ao longo de estradas, rios e rotas de mineração dificultam a implementação de medidas tradicionais de controle. A epidemia não se desloca apenas entre indivíduos; ela acompanha fluxos econômicos, sociais e migratórios. A fronteira deixa, assim, de ser uma linha de contenção e passa a ser um espaço de circulação do risco. O episódio de transmissão para Uganda e, posteriormente, a identificação de um viajante infectado na França demonstram concretamente que uma emergência localizada pode adquirir rapidamente uma dimensão internacional.

A experiência reforça uma premissa central da saúde global: fronteiras políticas não correspondem às fronteiras epidemiológicas. O fato de Uganda ter conseguido interromper a transmissão após a introdução inicial do vírus demonstra a importância de respostas nacionais rápidas e coordenadas. Ao mesmo tempo, a identificação de casos ou pessoas infectadas fora da RDC evidencia que a contenção de uma emergência exige mecanismos de cooperação que ultrapassem o território onde a transmissão é mais intensa. A declaração de Tedros de que as 'fronteiras podem retardar uma resposta, mas não conseguem interromper um vírus'' sintetiza um dos fundamentos da segurança sanitária contemporânea.

Essa realidade também recoloca no centro do debate o papel das instituições multilaterais e dos mecanismos de governança internacional. A resposta vem sendo conduzida pelo governo da RDC, em articulação com a OMS, o Africa CDC e outros parceiros. Essa arquitetura é fundamental, mas sua efetividade depende de condições concretas: compartilhamento rápido de dados, vigilância ampliada, financiamento sustentado, segurança para as equipes, acesso às populações afetadas e coordenação transfronteiriça. A emergência, portanto, não é apenas uma questão de mobilização técnica. É também uma questão de diplomacia, negociação política, financiamento e construção de confiança.

Um dos aspectos mais relevantes dessa resposta é a tentativa de desenvolver conhecimento e tecnologias específicas para o vírus Bundibugyo em meio à própria emergência. Pela primeira vez, duas vacinas desenvolvidas especificamente contra esse vírus chegaram à fase de testes em seres humanos. Paralelamente, uma vacina diferente apresentou proteção cruzada em estudos animais e está sendo conduzida em direção a um estudo de fase 3. No campo terapêutico, o ensaio clínico PARTNERS, patrocinado pela OMS, já havia incluído 100 pacientes. Esses avanços representam uma mudança importante em relação ao paradigma tradicional de resposta a doenças negligenciadas e agentes infecciosos raros, nos quais a ausência de mercado e a baixa previsibilidade de ocorrência frequentemente resultam em investimentos insuficientes em pesquisa e desenvolvimento.

A emergência do Bundibugyo evidencia, assim, uma contradição persistente da inovação em saúde: tecnologias podem ser desenvolvidas rapidamente quando o risco se torna suficientemente evidente, mas a preparação antecipada continua sendo mais difícil de sustentar política e financeiramente. O desenvolvimento de vacinas e terapias durante a própria emergência demonstra a capacidade da ciência de responder rapidamente, mas também revela o custo de chegar tarde. Em um cenário de transmissão acelerada, a diferença entre uma tecnologia disponível antes do surto e uma tecnologia que chega durante o surto pode representar milhares de vidas.

Esse aspecto é particularmente relevante para a agenda do Sul Global. A RDC enfrenta uma situação em que a emergência infecciosa se sobrepõe a outras necessidades sanitárias

urgentes. Como destacou o diretor-geral da OMS, Ebola não é a única ameaça: mortalidade materna, doenças diarreicas, pneumonia, malária, cólera e outras condições continuam afetando a população. Uma resposta vertical e exclusivamente concentrada no agente epidêmico pode produzir consequências não intencionais, ao deslocar profissionais, recursos e infraestrutura de outros serviços essenciais. A resposta a uma emergência precisa, portanto, ser capaz de controlar a transmissão sem destruir ou interromper os sistemas de saúde dos quais depende a população.

Essa dimensão é fundamental para compreender a diferença entre segurança sanitária e saúde global. A primeira tende a privilegiar a prevenção e o controle de ameaças capazes de ultrapassar fronteiras; a segunda exige que essas ameaças sejam enfrentadas considerando as condições sociais, econômicas e políticas que determinam quem adoece, quem tem acesso ao diagnóstico e ao tratamento e quem permanece invisível aos sistemas de saúde. A epidemia de Bundibugyo demonstra que essas duas agendas não podem ser separadas.

O surto também constitui um teste para os princípios de solidariedade e equidade que sustentam a cooperação internacional em saúde. Não basta mobilizar recursos quando um vírus alcança outros países. Uma resposta global efetiva precisa fortalecer a capacidade dos países e comunidades mais afetados antes que a ameaça se transforme em risco internacional. Isso envolve pesquisa e desenvolvimento, produção e acesso a vacinas e diagnósticos, fortalecimento de sistemas de vigilância, formação de profissionais, infraestrutura laboratorial e capacidade de resposta local. A preparação não pode ser concebida apenas como proteção dos países mais ricos contra ameaças originadas em contextos vulneráveis; deve ser entendida como construção compartilhada de capacidade global.

Nesse sentido, a epidemia de Bundibugyo reforça a centralidade da cooperação Sul-Sul e da construção de capacidades regionais. A atuação do Africa CDC, em articulação com a OMS e as autoridades nacionais, demonstra a importância de estruturas regionais capazes de apoiar respostas coordenadas e contextualizadas. Ao mesmo tempo, a circulação internacional do vírus evidencia a necessidade de mecanismos de colaboração entre regiões e continentes. A governança das emergências sanitárias precisa combinar liderança nacional, coordenação regional e solidariedade multilateral.

A segunda reunião do Comitê de Emergência do RSI ocorre, portanto, em um momento em que a própria velocidade da epidemia desafia os instrumentos convencionais de resposta. A experiência mostra que declarar uma emergência internacional é apenas o início de um processo. O verdadeiro desafio está em transformar a declaração política em capacidade operacional: encontrar as cadeias de transmissão, alcançar as comunidades, proteger profissionais, garantir tratamento, acelerar ensaios clínicos, compartilhar dados e assegurar recursos suficientes para manter a resposta ao longo do tempo.

O Bundibugyo expõe, finalmente, uma questão mais ampla para a diplomacia da saúde: quanto mais rápida for a circulação de pessoas, bens e informações, mais interdependentes se tornam os sistemas nacionais de saúde. A resposta a uma epidemia deixa de ser exclusivamente doméstica no momento em que seus determinantes e consequências ultrapassam fronteiras. A cooperação internacional, nesse contexto, não deve ser vista como mecanismo complementar, mas como parte constitutiva da própria capacidade de resposta.

A principal lição dessa emergência talvez seja justamente que velocidade epidemiológica exige velocidade política. Detectar rapidamente, compartilhar informações,

mobilizar financiamento, coordenar atores, desenvolver tecnologias e garantir acesso às populações afetadas são dimensões de uma mesma resposta. O desafio colocado pelo Bundibugyo não é apenas interromper uma epidemia em curso, mas transformar a experiência em capacidade permanente de preparação. Em um mundo marcado por mobilidade intensa, desigualdades persistentes e emergência de novos agentes infecciosos, a segurança sanitária global dependerá cada vez mais da capacidade de construir sistemas de saúde resilientes, tecnologias acessíveis e mecanismos de cooperação capazes de agir antes que uma emergência local se transforme em uma ameaça internacional.

Dança das cadeiras na OMS

As mudanças recentes no alto escalão da OMS ocorrem em um momento particularmente sensível para a instituição. A saída, em rápida sucessão, de dois diretores-gerais adjuntos: Jeremy Farrar e Yukiko Nakatani, somada à substituição interina da liderança do Escritório Regional para o Sudeste Asiático, ocorre enquanto a organização enfrenta uma profunda reestruturação, redução de recursos financeiros e humanos e a necessidade de responder simultaneamente a múltiplas emergências sanitárias. Mais do que mudanças individuais, o episódio pode evidenciar algumas tensões inerentes à governança de uma organização multilateral que precisa conciliar autonomia técnica, interesses dos Estados-membros, restrições financeiras e crescente demanda por respostas globais.

Jeremy Farrar, um dos nomes mais reconhecidos da comunidade científica internacional, ingressou na OMS em 2023 como cientista-chefe, após quase uma década à frente do Wellcome Trust, e posteriormente assumiu o cargo de diretor-geral adjunto responsável por Saúde, Promoção da Saúde, Prevenção de Doenças e Cuidados. Sua saída foi anunciada pelo diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus como uma aposentadoria, com vigência a partir de 30 de setembro.

A trajetória de Farrar também confere significado adicional à sua saída. Cientista com forte reconhecimento internacional, ex-diretor do Wellcome Trust e participante de estruturas científicas britânicas durante a pandemia de COVID-19, ele representava uma conexão importante entre a comunidade científica, as instituições filantrópicas e a governança multilateral da saúde. Atualmente, ele também cumpre o papel de chair da Coalizão Global para PRodução Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo. Sua chegada à OMS ocorreu justamente em um período de reorganização institucional, no qual a organização buscava adequar sua estrutura a um cenário global marcado por novas ameaças sanitárias, preparação para pandemias e necessidade de maior integração entre diferentes áreas técnicas.

A natureza dessa reestruturação da OMS tem revelado um paradoxo. De um lado, a reforma busca tornar a OMS mais eficiente, integrada e adaptada aos desafios sanitários das próximas décadas. De outro, a redução acelerada de pessoal e recursos pode produzir perda de capacidade justamente em áreas nas quais a organização é chamada a exercer liderança global. A questão central não é simplesmente o tamanho da organização, mas sua capacidade de preservar funções críticas em um contexto no qual as demandas sobre a saúde global continuam crescendo.

A escolha de Bruce Aylward para assumir interinamente a função anteriormente exercida por Farrar acrescenta outra dimensão à discussão. Com longa trajetória na OMS e experiência em campanhas de erradicação da poliomielite e na resposta ao surto de Ebola na África Ocidental, Aylward possui uma trajetória profundamente associada à gestão de grandes

emergências sanitárias. Sua designação ocorre, portanto, em um momento no qual a capacidade operacional de resposta da OMS permanece uma prioridade central.

A saída de Yukiko Nakatani, por sua vez, acrescenta uma segunda mudança relevante na estrutura superior da organização. Nakatani deixou a função de diretora-geral adjunta para Sistemas de Saúde, Acesso e Dados para retornar ao Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão. Em seu lugar, Sylvie Briand passou a exercer interinamente a função.

Essas mudanças não devem ser analisadas isoladamente. Elas ocorrem paralelamente à alteração da liderança do Escritório Regional da OMS para o Sudeste Asiático, após a saída de Saima Wazed e a sucessão de diferentes dirigentes interinos. As alegações de corrupção relacionadas a Wazed e as consequências institucionais delas decorrentes acrescentam uma dimensão adicional ao debate sobre integridade, accountability e mecanismos de governança dentro do sistema multilateral. Independentemente do desfecho individual de processos e alegações, episódios dessa natureza possuem impacto sobre a confiança depositada nas instituições internacionais e reforçam a importância de mecanismos robustos de transparência e responsabilização.

O momento também é particularmente significativo devido à proximidade da eleição do próximo diretor-geral da OMS. O mandato de Tedros Adhanom Ghebreyesus aproxima-se de seu término em 2027, encerrando seu segundo mandato, e o processo de sucessão tende a aumentar a visibilidade política das diferentes visões sobre o futuro da organização. Mudanças no alto escalão, nesse contexto, podem ser interpretadas como parte de uma dinâmica mais ampla de transição institucional.

A sucessão na liderança da OMS ocorre em uma organização cuja governança possui uma característica fundamental: sua autoridade deriva dos Estados-membros. A OMS não opera como uma instituição supranacional independente dos governos. Suas decisões, seu financiamento e parte importante de sua capacidade de ação são condicionados pelos Estados que a constituem. Essa característica explica, em grande medida, por que questões técnicas podem adquirir dimensões diplomáticas e por que decisões aparentemente administrativas podem ser influenciadas por considerações políticas.

A crise atual evidencia, portanto, um dilema estrutural da governança global da saúde. A OMS é chamada a exercer liderança em temas que exigem rapidez, independência técnica e capacidade de coordenação, mas permanece dependente de contribuições financeiras e de decisões políticas dos próprios Estados-membros. A retirada de um grande financiador, a redução de recursos e a necessidade de reestruturar a organização demonstram como mudanças na política externa e nas prioridades nacionais podem produzir consequências diretas sobre a capacidade do sistema multilateral de saúde.

Essa dependência tornou-se particularmente evidente após a pandemia de COVID-19. A crise sanitária ampliou as expectativas em relação à OMS, mas também expôs suas limitações institucionais e políticas. O debate sobre o Acordo sobre Pandemias, o fortalecimento do Regulamento Sanitário Internacional e a discussão sobre financiamento sustentável refletem justamente a tentativa de transformar as lições da pandemia em mecanismos permanentes de preparação. Entretanto, a efetividade desses instrumentos dependerá não apenas de sua adoção formal, mas da disposição política dos Estados em sustentá-los financeiramente e implementá-los nacionalmente.

Nesse cenário, as mudanças na liderança da OMS podem ser lidas como parte de uma transformação mais ampla da própria arquitetura da saúde global. A organização precisa simultaneamente preservar sua autoridade normativa, manter capacidade técnica altamente especializada, responder a emergências, apoiar países com sistemas de saúde vulneráveis e adaptar sua estrutura a uma realidade financeira mais restritiva. Fazer isso em meio a uma transição de liderança torna o desafio ainda maior.

A questão central para a saúde global não é apenas quem ocupa determinado cargo, mas que tipo de organização os Estados-membros desejam construir para enfrentar as próximas décadas. Uma OMS com menor financiamento e menor capacidade operacional terá condições de exercer a liderança esperada diante de novas pandemias, mudanças climáticas, resistência antimicrobiana e emergências infecciosas recorrentes? Ou a atual crise poderá funcionar como catalisadora de uma nova arquitetura de financiamento, governança e cooperação internacional?

A resposta dependerá de escolhas políticas que ultrapassam a própria organização. A experiência recente demonstra que a sustentabilidade da OMS não pode ser tratada exclusivamente como questão administrativa. Trata-se de uma questão de governança global. A capacidade de a organização cumprir seu mandato dependerá de financiamento previsível, autonomia técnica, mecanismos de accountability, capacidade de coordenação e, sobretudo, compromisso político dos Estados-membros.

As mudanças no alto escalão da OMS, nesse sentido, são um sinal de uma organização em transformação. Elas ocorrem em um momento em que a instituição precisa administrar simultaneamente uma profunda reforma interna, uma restrição financeira significativa, emergências sanitárias complexas e uma transição política que se aproxima. O desafio para a OMS será transformar essa conjuntura de pressão em uma oportunidade de fortalecimento institucional, preservando sua capacidade técnica e sua legitimidade como principal espaço multilateral para a cooperação internacional em saúde.

A promessa do "nunca mais" está em jogo — e os países da ONU não podem deixar essa bandeira cair

Enquanto os Estados-membros da ONU concluem a redação da declaração política que será apresentada na Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, em setembro, o Painel Independente para Preparação e Resposta a Pandemias faz um alerta: é hora de honrar — e não abandonar — os compromissos assumidos logo depois da COVID-19.

A ideia por trás do apelo é direta: vírus não respeitam fronteiras, e nenhum país consegue se proteger sozinho. O Painel recupera uma série de promessas feitas desde 2021 — a Declaração de Roma do G20, voltada à ação coletiva e ao acesso justo a vacinas e tratamentos; o pedido conjunto de mais de duas dezenas de países por uma estrutura global de saúde mais forte; e a Declaração Política da ONU de 2023, que reforçou o uso das flexibilidades do TRIPS e o incentivo à fabricação local de vacinas. O texto também retoma um dado importante: seriam necessários cerca de US$ 15 bilhões a mais por ano em financiamento internacional para preparação contra pandemias, além de mais investimento interno por parte dos países de renda mais baixa.

Com o surto de Ebola ainda ativo na República Democrática do Congo, o alerta ganha urgência prática — não se trata de compromissos no papel, mas da diferença entre conter uma ameaça rapidamente ou repetir os erros cometidos em 2020.

Helen Clark, copresidente do Painel, resume o momento como um teste real: a nova declaração vai, de fato, transformar o "nunca mais" em realidade, ou vai apenas suavizar o discurso sem compromissos concretos?

A cobrança parte da coalizão Friends of the PPPR HLM, que reúne organizações como The Elders, FOUR PAWS, o próprio Painel Independente e a Resilience Action Network International — todos empenhados para que a declaração de 2026 traga metas claras e mensuráveis, e não apenas boas intenções repetidas.

*Fonte: [The Independent Panel] (https://theindependentpanel.org/news/un-member-states-commit-to-a-political-declaration-that-upholds-the-promise-of-never-again/)

Composição da Força de Tarefas Conjunta para a Reforma da Arquitetura Global da OMS

Região	Pais	Nome	Título
África	Burundi	Dr. Oscar NITHABOSE	Diretor-Geral Responsável pelo Programa Prévention et Sécurité Sanitaire au Ministère de la Santé Publique
	Etiópia	Dr. Cherinet Mebratu MASSEBO	Chefe de Gabinete do Ministro, Ministério Federal da Saúde, Etiópia
Américas	Brasil	Dr. Rômulo PAES DE SOUSA	Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Diretor do Centro de Estudos Estratégicos (CEE-Fiocruz), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
	México	Embaixadora Francisca E. MENDEZ ESCOBAR	Representante Permanente do México junto ao Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra
Mediterrâneo Oriental	Kuwait	Dr. Abdulrahman ALQASHAAN	Ministério da Saúde (MS), Assessor de Saúde Global, Missão do Kuwait
	Paquistão	Tahir Hussain ANDRABI	Representante Permanente do Paquistão junto à ONU em Genebra
Europa	França	Amelie SCHMITT	Representante Especial ante o Ministro da Saúde para Reformas da Saúde. Chefe de Saúde Global
	Reino Unido	Ruth LAWSON	Conselheira Sênior em Segurança Sanitária Global e Demografia no Ministério das Relações Exteriores, da Commonwealth e do Desenvolvimento
	Butão	Sr. Ugyen TASHI	Diretor de Programas, Divisão de Intervenção em Saúde e Avaliação de Tecnologias, Departamento de Serviços de

Sudeste Asiático			Saúde, Ministério da Saúde, Governo Real do Butão
	Tailândia	Major da Polícia SURIWAN THAIPRAYOON	Diretor Adjunto da Divisão de Saúde Global, Gabinete do Secretário Permanente, Ministério da Saúde Pública, Governo Real da Tailândia
Pacífico Ocidental	Malaysia	Dr Juliana SHAMINI PAUL	Diretora Adjunta de Saúde Global do Ministério da Saúde da Malásia
	Japão	Dr. Satoshi EZOE	Ministro Adjunto Sênior de Saúde Global, Ministério de Saúde, Trabalho e Bem-estar
Banco	Banco Mundial	Dr. David WILSON	Diretor de Programas da Saúde
Iniciativas da Saúde Global	CEPI	Sra. Aurélia NGUYEN	Diretora-Executiva Adjunta
	GAVI	Dra. Sania NISHTAR	Diretora-Executiva
	Fundo Global	Sra. Françoise VANNI	Diretora de Relações Externas e Comunicações
	Fundo Pandémico	Sra. Priya BASU	Diretora-Executiva, Secretaria do Fundo para a Pandemia
	UNITAID	Dr. Vincent BRETIN	Diretor de Resultados e Clima
Organizações do Sistema da ONU	UNFPA	Dra. Catharina BOEHME	Secretaria Geral Adjunto e Subdiretora Executiva de Programa
	UNICEF	Sr. Ted CHAIBAN	Subsecretário-Geral e Diretor-Executivo Adjunto para Ação Humanitária e Operações de Fornecimento
	WHO	Sr. Raul THOMAS	Diretor-Geral Assistente, Operações Comerciais

Fonte: https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture

Avanços na implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e o caminho para a COP17

La biodiversidad en un momento decisivo: avances en la implementación del Marco Mundial de Biodiversidad de Kunming-Montreal y el camino hacia la COP17

Progress in Implementing the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework and the Road to COP17

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: As reuniões do SBSTTA 28 e SBI 7, realizadas em Nairobi em julho e agosto de 2026, constituíram uma etapa central de preparação para a COP17 da Convenção sobre Diversidade Biológica. As discussões foram orientadas pelo primeiro *Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*, que avaliou os avanços desde a adoção do Marco Global de Biodiversidade (GBF), em 2022. O balanço mostra progresso nos 23 alvos do GBF, porém conclui que a escala e a velocidade das ações permanecem insuficientes para alcançar os compromissos de 2030. Entre os principais desafios estão as lacunas de financiamento, capacidades institucionais e técnicas, transferência de tecnologia, sistemas de dados e monitoramento e integração da biodiversidade nas políticas públicas. As negociações em Nairobi também evidenciaram divergências sobre financiamento internacional, repartição de benefícios, biologia sintética e governança, além de reforçarem a importância da participação de povos indígenas, comunidades locais e outros atores. A interface com a saúde esteve presente especialmente nas discussões sobre One Health, zoonoses, manejo sustentável da vida silvestre e biossegurança. Os resultados estabelecem as bases para a primeira revisão global da implementação do GBF na COP17, em Yerevan, que deverá concentrar-se na aceleração das ações durante os quatro anos restantes até 2030.

Palavras-chave: biodiversidade; Marco Global de Biodiversidade; implementação; financiamento da biodiversidade; One Health.

Resumen: *Las reuniones del SBSTTA 28 y SBI 7, celebradas en Nairobi en julio y agosto de 2026, constituyeron una etapa central de preparación para la COP17 del Convenio sobre la Diversidad Biológica. Las discusiones estuvieron orientadas por el primer Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework, que evaluó los avances desde la adopción del Marco Mundial de Biodiversidad (GBF) en 2022. El balance identifica progresos en las 23 metas del GBF, pero concluye que la escala y el ritmo actuales de las acciones siguen siendo insuficientes para alcanzar los compromisos establecidos para 2030. Entre los principales desafíos se encuentran las brechas de financiamiento, las capacidades institucionales y técnicas, la transferencia de tecnología, los sistemas de datos y monitoreo y la integración de la biodiversidad en las políticas públicas. Las negociaciones en Nairobi también evidenciaron divergencias sobre el financiamiento internacional, la distribución de beneficios, la biología sintética y la gobernanza, al tiempo que reforzaron la importancia de la participación de los pueblos indígenas, las comunidades locales y otros actores. La interfaz con la salud estuvo presente especialmente en las discusiones sobre Una Salud (One Health),*

zoonosis, manejo sostenible de la vida silvestre y bioseguridad. Los resultados establecen las bases para la primera revisión global de la implementación del GBF en la COP17, en Ereván, que deberá centrarse en acelerar las acciones durante los cuatro años restantes hasta 2030.

Palabras clave: *biodiversidad; Marco Mundial de Biodiversidad; implementación; financiamiento de la biodiversidad; Una Salud.*

Abstract: *The SBSTTA 28 and SBI 7 meetings, held in Nairobi in July and August 2026, represented a key preparatory milestone for COP17 of the Convention on Biological Diversity. Discussions were informed by the first Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework, which assessed progress since the adoption of the Global Biodiversity Framework (GBF) in 2022. The assessment identifies progress across all 23 GBF targets but concludes that the current scale and pace of action remain insufficient to achieve the 2030 commitments. Major challenges include gaps in financing, institutional and technical capacities, technology transfer, data and monitoring systems, and the mainstreaming of biodiversity across public policies. Negotiations in Nairobi also highlighted disagreements over international biodiversity finance, benefit-sharing, synthetic biology and governance, while reinforcing the importance of Indigenous Peoples, local communities and other stakeholders in implementation. Health considerations emerged particularly through discussions on One Health, zoonotic diseases, sustainable wildlife management and biosafety. The Nairobi outcomes provide the foundation for the first global review of GBF implementation at COP17 in Yerevan, where attention is expected to shift toward accelerating implementation during the four remaining years to 2030.*

Keywords: *biodiversity; Global Biodiversity Framework; implementation; biodiversity finance; One Health.*

Entre 27 de julho e 12 de agosto de 2026, Nairobi, no Quênia, sediou duas reuniões centrais no processo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD): a 28ª reunião do Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice (SBSTTA 28), realizada de 27 de julho a 1º de agosto, e a 7ª reunião do Subsidiary Body on Implementation (SBI 7), realizada de 4 a 12 de agosto. Juntas, as reuniões reuniram mais de 1.000 delegados e observadores e constituíram a principal etapa preparatória para a 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), que ocorrerá de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, Armênia. A CBD possui atualmente 196 Partes.

O encontro ocorreu em um momento particularmente importante para a agenda global de biodiversidade. Adotado na COP15, em 2022, o Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF) estabeleceu quatro objetivos de longo prazo para 2050 e 23 metas para 2030, incluindo a missão de deter e reverter a perda de biodiversidade até o final desta década. O principal objetivo das reuniões foi avaliar o que efetivamente ocorreu desde a adoção do GBF, identificar os principais obstáculos à implementação e preparar recomendações políticas, financeiras, científicas e institucionais que permitam acelerar a ação durante os quatro anos restantes até 2030.

As duas instâncias desempenharam funções complementares. O SBSTTA 28 concentrou-se na base científica, técnica e tecnológica necessária para avaliar o progresso e orientar novas ações. Entre seus principais temas estiveram biodiversidade marinha e costeira; áreas

ecologicamente ou biologicamente significativas; áreas protegidas e conectividade ecológica; manejo sustentável da vida silvestre; biologia sintética; avaliações da IPBES; e relações entre biodiversidade e atividades empresariais. O SBI 7, por sua vez, discutiu as condições necessárias para transformar objetivos internacionais em implementação concreta, incluindo mobilização de recursos, mecanismo financeiro, capacitação, cooperação científica e tecnológica, integração da biodiversidade nas políticas públicas, governos subnacionais e cidades, comunicação e educação, implementação dos Protocolos de Cartagena e Nagoya e o mecanismo de repartição de benefícios associado às informações de sequência digital de recursos genéticos, incluindo o Fundo de Cali.

O primeiro balanço global da implementação do GBF

O elemento central das reuniões foi a preparação da primeira Global Review of Collective Progress in the Implementation of the GBF (GRI) — na prática, o primeiro balanço global coletivo da implementação do Marco de Kunming-Montreal. O mecanismo de revisão havia sido previsto desde a COP15 e foi posteriormente detalhado pela COP16. A COP17 será a primeira Conferência das Partes a realizar formalmente esse exercício, que deverá voltar a ocorrer na COP19.

O relatório reúne principalmente informações fornecidas pelos países por meio dos relatórios nacionais, NBSAPs e metas nacionais, complementadas por indicadores globais, avaliações científicas e outras fontes. Seu objetivo não é avaliar ou classificar individualmente os países, mas verificar se, coletivamente, o mundo está avançando em velocidade suficiente para cumprir as quatro metas de longo prazo e os 23 alvos do GBF.

A principal conclusão é preocupante: há avanços em todos os 23 alvos, mas a escala e a velocidade das ações atuais são insuficientes para alcançar os objetivos estabelecidos para 2030 (Tabela 1). Em outras palavras, o problema não é ausência de ação, mas uma distância significativa entre o que está sendo implementado e o que seria necessário para deter e reverter a perda de biodiversidade. Essa foi também a mensagem que orientou as discussões do SBSTTA 28: a implementação permanece fora da trajetória necessária para 2030.

Os avanços também são muito desiguais entre metas e países. Entre os 23 alvos, o relatório identifica progresso relativamente maior em algumas áreas, incluindo medidas relacionadas às mudanças climáticas e biodiversidade (Target 8), enquanto diversas outras permanecem significativamente atrasadas. Além disso, os países partem de condições muito diferentes para implementar o GBF, e algumas das regiões mais biodiversas do mundo enfrentam justamente as maiores limitações financeiras, tecnológicas, científicas e institucionais.

Um dos achados mais importantes é que os meios de implementação constituem um dos principais gargalos. Os recursos financeiros disponíveis permanecem abaixo da escala, previsibilidade, acessibilidade e rapidez necessárias. Ao mesmo tempo, financiamento sozinho não é suficiente: o relatório identifica lacunas importantes de capacitação, transferência de tecnologia, cooperação científica e técnica, infraestrutura institucional e sistemas de dados e monitoramento.

Tabela 1 – Resumo da situação global das 23 metas do GBF apresentado no primeiro balanço global da implementação do GBF

Meta GBF	Tema principal	Situação geral indicada pelo Global Report	Principal mensagem
1	Planejamento espacial e redução da perda de biodiversidade	🟡 Progresso, mas insuficiente	Planejamento territorial está avançando, mas ainda não cobre adequadamente todas as áreas e pressões sobre biodiversidade.
2	Restaurar 30% dos ecossistemas degradados	🟠 Distante da trajetória necessária	A restauração aumentou, mas escala e velocidade permanecem muito abaixo do necessário para atingir 30% até 2030.
3	Conservar 30% das terras e oceanos – "30x30"	🟡 Progresso importante, mas insuficiente	Áreas protegidas e outras medidas de conservação estão aumentando, porém cobertura, representatividade, conectividade e efetividade continuam sendo desafios.
4	Recuperação de espécies e diversidade genética	🟠 Progresso insuficiente	O risco de extinção e o declínio populacional de espécies continuam preocupantes; são necessárias ações específicas de recuperação.
5	Uso, coleta e comércio sustentável de espécies	🟡 Progresso parcial	Existem políticas e iniciativas, mas exploração insustentável e comércio ilegal continuam exercendo pressão sobre espécies.
6	Espécies exóticas invasoras	🟡 Progresso parcial	Há avanços em prevenção e controle, mas invasões biológicas continuam crescendo e exigem maior capacidade de resposta.
7	Redução da poluição	🟠 Insuficiente	Nutrientes, pesticidas, plásticos e outras formas de poluição continuam sendo importantes fatores de perda de biodiversidade.
8	Mudanças climáticas e biodiversidade	🟢 Entre os maiores avanços observados	É a meta que aparece com sinais relativamente mais fortes de progresso, embora os impactos climáticos sobre a biodiversidade continuem aumentando.
9	Uso sustentável de espécies silvestres	🟡 Progresso parcial	Existem avanços e boas práticas, mas é necessário ampliar manejo sustentável e benefícios para comunidades dependentes da biodiversidade.
10	Agricultura, aquicultura, pesca e florestas sustentáveis	🟡/🟠 Progresso insuficiente	Práticas sustentáveis estão aumentando, porém ainda não alcançaram escala suficiente para transformar os sistemas produtivos.

Meta GBF	Tema principal	Situação geral indicada pelo Global Report	Principal mensagem
11	Serviços ecossistêmicos e contribuições da natureza às pessoas	🟡 Progresso desigual	Soluções baseadas na natureza e restauração oferecem oportunidades, mas muitos serviços ecossistêmicos continuam se deteriorando.
12	Biodiversidade e espaços verdes urbanos	🟡 Algum progresso	Cidades vêm incorporando biodiversidade e infraestrutura verde, mas implementação permanece desigual.
13	Recursos genéticos e repartição de benefícios	🟡 Avanços institucionais	Houve desenvolvimento de mecanismos de ABS, mas implementação e repartição efetiva de benefícios precisam avançar.
14	Integrar biodiversidade às políticas e decisões	🟠 Progresso insuficiente	Biodiversidade ainda não está suficientemente integrada às políticas econômicas, planejamento e decisões de outros setores.
15	Empresas e instituições financeiras	🟡 / 🟠 Em desenvolvimento	Crescem iniciativas de disclosure e avaliação de riscos, mas impactos empresariais sobre biodiversidade ainda não são adequadamente incorporados às decisões.
16	Consumo sustentável	🟠 Insuficiente	Padrões globais de produção e consumo continuam gerando forte pressão sobre biodiversidade.
17	Biossegurança e biotecnologia	🟡 Progresso institucional, com lacunas	Existem estruturas de biossegurança, mas capacidades nacionais e novas tecnologias, incluindo biologia sintética, representam desafios.
18	Reduzir subsídios e incentivos prejudiciais	🔴 / 🟠 Grande lacuna de implementação	Reformar incentivos prejudiciais à biodiversidade continua sendo uma das transformações estruturais mais difíceis.
19	Mobilizar US$ 200 bilhões/ano para biodiversidade	🔴 / 🟠 Muito aquém das necessidades	O financiamento aumentou em algumas áreas, mas permanece significativamente abaixo da escala, previsibilidade e acessibilidade necessárias.
20	Capacitação, tecnologia e cooperação científica	🟠 Importante lacuna	Falta de capacidade técnica, científica, tecnológica e institucional limita a implementação, sobretudo nos países em desenvolvimento.
21	Dados, informação e conhecimento	🟡 / 🟠 Progresso com grandes lacunas	Sistemas de dados melhoraram, mas disponibilidade, interoperabilidade, infraestrutura e capacidade de monitoramento continuam limitadas.

Meta GBF	Tema principal	Situação geral indicada pelo Global Report	Principal mensagem
22	Participação, direitos e povos indígenas e comunidades locais	🟡 Avanços, mas implementação desigual	O GBF ampliou reconhecimento e participação, porém persistem barreiras para participação efetiva de IPLCs, mulheres e jovens.
23	Igualdade de gênero	🟡 Progresso institucional, implementação limitada	Há maior reconhecimento da dimensão de gênero, mas ainda é necessário transformar compromissos em participação e resultados concretos.

O relatório também mostra que ainda é necessário avançar na integração da biodiversidade nas políticas de outros setores. A implementação do GBF exige abordagens *whole-of-government*, nas quais biodiversidade seja incorporada às decisões econômicas, produtivas e de desenvolvimento, e *whole-of-society*, com maior participação de povos indígenas e comunidades locais, mulheres, jovens, setor privado, sociedade civil e outros atores. O próprio processo de revisão identificou limitações de recursos, capacidade, acesso à informação e mecanismos de participação para atores não estatais.

Outro problema importante é a qualidade e disponibilidade dos dados. Lacunas nos indicadores, fragmentação dos dados, infraestrutura tecnológica insuficiente e diferenças na capacidade nacional de monitoramento dificultam determinar com precisão o quanto de progresso ocorreu. Por isso, o relatório alerta implicitamente contra interpretar ausência de informação como ausência de ação e recomenda fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento e conhecimento.

Desigualdade de capacidades e limites do próprio sistema de monitoramento

Um dos debates mais relevantes foi sobre como interpretar os resultados da revisão global. Brasil, Índia, Egito, Fiji e outros países advertiram que uma ausência de dados não deveria ser automaticamente interpretada como ausência de implementação. Países com menor capacidade estatística, tecnológica ou institucional podem estar realizando ações que não aparecem adequadamente nos sistemas internacionais de monitoramento. Pequenos Estados insulares também observaram que sua representação na análise era limitada, em parte porque poucos conseguiram apresentar todos os relatórios dentro dos prazos estabelecidos. Assim, consolidou-se a recomendação de que a revisão global seja utilizada como um mecanismo facilitador, destinado a identificar sucessos, lacunas, necessidades de apoio e oportunidades de cooperação, e não como um ranking do desempenho individual dos países. Ao mesmo tempo, houve reconhecimento de que o próprio sistema de monitoramento precisa ser aperfeiçoado. Foram identificadas limitações metodológicas em alguns indicadores, dificuldades de acesso a dados, fragmentação das informações e insuficiência de infraestrutura e capacidade técnica para monitoramento.

Entre as recomendações encaminhadas à COP17 está a criação de um Ad Hoc Technical Expert Group (AHTEG) para apoiar a operacionalização do sistema de monitoramento até a COP18. Também se recomendou fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento e gestão do

conhecimento e ampliar apoio financeiro, tecnológico e de capacitação, especialmente aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares.

Financiamento: a principal disputa política

O financiamento emergiu como uma das maiores — possivelmente a maior — barreiras à implementação do GBF. Países em desenvolvimento argumentaram que o nível atual de financiamento internacional é incompatível com a escala das metas assumidas. O Grupo Africano chamou atenção, por exemplo, para a redução aproximada de 27% entre os recursos da nona reposição do Global Environment Facility (GEF-9) e a reposição anterior, justamente no momento em que se exige dos países uma aceleração da implementação. Países latino-americanos também destacaram dificuldades de acesso aos recursos e argumentaram que algumas das regiões que concentram grande parte da biodiversidade mundial enfrentam obstáculos para acessar financiamento concessional.

Do outro lado do debate, Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Reino Unido defenderam a necessidade de ampliar a base de países contribuintes, questionando se a atual classificação de países desenvolvidos responsáveis por fornecer recursos, praticamente inalterada desde 2006, ainda corresponde à realidade econômica internacional. A controvérsia expôs uma divisão estrutural das negociações: como conciliar as obrigações financeiras históricas dos países desenvolvidos com o argumento de que economias emergentes também deveriam contribuir mais para o financiamento internacional da biodiversidade.

Essa disputa não foi resolvida em Nairobi. Várias disposições relacionadas à mobilização de recursos e ao mecanismo financeiro seguem entre colchetes — isto é, sem consenso — e precisarão ser negociadas politicamente na COP17.

O mesmo ocorreu com o Cali Fund, criado para receber contribuições de empresas e outros usuários comerciais de informações de sequência digital de recursos genéticos e repartir benefícios com os países e comunidades que fornecem a biodiversidade da qual essas informações derivam. Países em desenvolvimento questionaram aspectos da governança e transparência do Fundo, inclusive um Memorando de Entendimento entre o Secretariado da CBD e o UN Multi-Partner Trust Fund Office. Houve consenso sobre a necessidade de aumentar a transparência, mas não sobre o mecanismo para fazê-lo. Uma sessão informal e um webinar deverão ocorrer antes da COP17 para esclarecer questões operacionais, sem substituir as decisões políticas que caberão à Conferência.

Capacitação, tecnologia e cooperação como condições para implementação

Outro resultado importante foi o reconhecimento de que financiamento, isoladamente, não solucionará os problemas de implementação. Países precisam de instituições, recursos humanos, conhecimento, infraestrutura científica, sistemas de dados e capacidade tecnológica para transformar recursos financeiros em ações concretas. Nairobi reforçou, portanto, uma visão integrada dos chamados means of implementation: financiamento, capacitação, cooperação científica e técnica e transferência de tecnologia são condições interdependentes.

Essa conclusão é particularmente significativa para o GBF porque desloca parte da discussão internacional de uma lógica exclusivamente financeira para uma discussão mais ampla sobre capacidade real de implementação. Mesmo quando existem compromissos nacionais e recursos disponíveis, ausência de instituições, pessoal qualificado, tecnologias ou sistemas de monitoramento pode impedir que as metas sejam alcançadas.

Participação de toda a sociedade e integração da biodiversidade nas políticas públicas

As reuniões também enfatizaram que a implementação do GBF não pode permanecer restrita aos ministérios do meio ambiente. O avanço das metas dependerá de abordagens whole-of-government e whole-of-society, incorporando biodiversidade a políticas econômicas, agrícolas, de infraestrutura, planejamento territorial e outros setores.

Houve, entretanto, divergências sobre a maneira de representar atores não estatais e detentores de direitos. Povos indígenas e comunidades locais, organizações de mulheres e jovens defenderam uma participação mais explícita e substantiva no monitoramento e na implementação. Algumas delegações também propuseram incorporar pessoas com deficiência, empresas e setores industriais às referências a atores não estatais. Organizações da sociedade civil advertiram, no encerramento, contra a tendência de relegar povos indígenas, mulheres e jovens a referências secundárias ou notas de rodapé, lembrando que sua participação está explicitamente incorporada aos princípios do GBF.

Biodiversidade marinha e a relação com o tratado BBNJ

Na agenda de biodiversidade marinha, houve avanços relacionados às Ecologically or Biologically Significant Marine Areas (EBSAs) e ao apoio à Meta 3 do GBF, que prevê conservar pelo menos 30% das áreas terrestres, águas interiores, zonas costeiras e oceanos até 2030.

Um tema particularmente delicado foi a relação entre a CBD e o novo Agreement on the Conservation and Sustainable Use of Marine Biological Diversity of Areas Beyond National Jurisdiction (BBNJ Agreement). Muitas delegações defenderam maior cooperação entre os dois instrumentos, enquanto outras insistiram que a CBD não deveria ultrapassar sua competência ou subordinar-se ao novo acordo. O compromisso alcançado reconheceu a possibilidade de cooperação, compartilhamento de informações científicas e promoção de sinergias, respeitando os respectivos mandatos jurídicos. Ainda assim, questões como a criação de um grupo consultivo específico para biodiversidade marinha além das jurisdições nacionais permanecem sem consenso e serão retomadas na COP17.

Biologia sintética e inteligência artificial

A biologia sintética tornou-se outro dos principais pontos de divergência. Países africanos, pequenos Estados insulares e vários países em desenvolvimento destacaram a necessidade de aplicar o princípio da precaução, fortalecer estruturas nacionais de biossegurança, garantir consentimento livre, prévio e informado quando aplicável e ampliar capacitação e transferência tecnológica. Outros ressaltaram os potenciais benefícios da biologia sintética para conservação e outras aplicações.

O debate tornou-se particularmente complexo em torno da criação de um novo grupo técnico especializado para acompanhar tecnologias emergentes, inclusive a convergência entre inteligência artificial, biologia computacional e biologia sintética. Algumas delegações consideraram essencial criar esse mecanismo de avaliação; outras argumentaram que seria redundante, oneroso e duplicaria estruturas já existentes. Por isso, a recomendação encaminhada à COP17 contém alternativas ainda entre colchetes: criar um novo AHTEG ou concluir que, por enquanto, não é necessário estabelecer um novo grupo.

Manejo sustentável da vida silvestre

Houve maior convergência em relação ao desenvolvimento de orientações globais voluntárias para o manejo sustentável da vida silvestre. Países africanos enfatizaram a necessidade de incorporar redução de conflitos entre pessoas e animais, restauração de ecossistemas e capacitação. Pequenos Estados insulares ressaltaram direitos de povos indígenas, repartição equitativa de benefícios e necessidade de recursos para monitoramento.

Brasil, juntamente com Antigua e Barbuda, Bahamas, Chile, Colômbia, Cuba, México, Panamá e Uruguai, propôs ainda iniciar um processo para desenvolver um programa de trabalho mais abrangente sobre uso sustentável da biodiversidade, com consultas às Partes e stakeholders e possível consideração formal na COP18.

Saúde e abordagem One Health.

Embora saúde não tenha constituído um eixo independente das reuniões de Nairobi, a interface entre biodiversidade, saúde humana e animal esteve presente especialmente nas discussões sobre manejo sustentável da vida silvestre, zoonoses e biossegurança. As recomendações encaminhadas à COP17 reconhecem a relevância da abordagem One Health e recomendam que respostas aos riscos de doenças, particularmente zoonoses, sejam fundamentadas na melhor evidência científica disponível e no conhecimento tradicional. Essa discussão se insere em um movimento mais amplo da Convenção sobre Diversidade Biológica: a COP16 adotou o Global Action Plan on Biodiversity and Health, destinado a apoiar a implementação do Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework por meio de One Health. Assim, a agenda da COP17 poderá contribuir também para aproximar políticas de biodiversidade, prevenção de zoonoses, biossegurança e preparação para pandemias.

O que Nairobi representa dentro do Global Biodiversity Framework

A importância de SBSTTA 28 e SBI 7 vai além das decisões individuais adotadas. Nairobi foi essencialmente o momento em que o GBF começou a passar de um marco de compromissos para um sistema de accountability e implementação.

A COP15 definiu onde o mundo quer chegar em 2030 e 2050. A COP16 concentrou-se em construir parte dos mecanismos institucionais e financeiros para implementar esse acordo. Nairobi, por sua vez, produziu o primeiro diagnóstico coletivo suficientemente amplo para indicar se o sistema está funcionando. E a resposta foi clara: existe mobilização, mas o ritmo é insuficiente.

Por isso, o resultado mais importante talvez não seja uma decisão específica, mas a consolidação da ideia de que a COP17 deverá ser uma COP de aceleração da implementação, e não simplesmente mais uma conferência de reafirmação de compromissos. A própria CBD descreve a revisão global como a base de evidências que deverá orientar decisões para aumentar a ambição, ampliar a escala das ações e acelerar a implementação.

O "Yerevan Pathway" e os próximos passos para a COP17

As recomendações de Nairobi começaram a estruturar o que passou a ser chamado de Yerevan Pathway, concentrado em cinco áreas prioritárias: conclusão e fortalecimento das NBSAPs e metas nacionais; fortalecimento dos meios de implementação, especialmente financiamento, capacitação, tecnologia e cooperação técnica; ampliação de abordagens de whole-of-government; fortalecimento da participação de toda a sociedade, incluindo povos

indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens; e melhoria dos sistemas de monitoramento, dados e conhecimento.

A COP17 terá, portanto, uma agenda decisiva. Entre 19 e 30 de outubro de 2026, as Partes deverão realizar formalmente a primeira revisão global coletiva do GBF, transformar o diagnóstico produzido até agora em decisões para acelerar a implementação e resolver vários textos que permaneceram entre colchetes em Nairobi.

Entre os temas que precisarão de decisão estão o financiamento internacional da biodiversidade e a base de países contribuintes; a governança e modalidades adicionais do Cali Fund; os mecanismos de capacitação, cooperação científica e transferência tecnológica; aspectos ainda não resolvidos do sistema de indicadores e monitoramento; a relação entre CBD e BBNJ; o futuro acompanhamento da biologia sintética e de tecnologias como inteligência artificial; e mecanismos para ampliar a participação de governos subnacionais, povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens, empresas e outros atores na implementação.

O desafio colocado por Nairobi para Yerevan é, portanto, bastante concreto. Com apenas quatro anos restantes até 2030, já não basta reafirmar as 23 metas do Global Biodiversity Framework. O centro da negociação passa a ser como criar as condições financeiras, institucionais, científicas, tecnológicas e políticas para que essas metas possam efetivamente ser implementadas em todos os países. Como sintetiza a análise das reuniões, a questão deixou de ser se os países irão avançar e passou a ser se conseguirão avançar rápido o suficiente — e de maneira suficientemente coordenada e equitativa — para colocar a natureza em uma trajetória de recuperação até 2030.

Notas Iniciais sobre a Reforma da Organização Internacional do Trabalho (OIT) *vis-à-vis* a Iniciativa UN80

Notas iniciales sobre la reforma de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) vis-à-vis la Iniciativa UN80

Initial Notes on the Reform of the International Labour Organization (ILO) vis-à-vis the UN80 Initiative

Frederico Peres

Resumo: O processo de reforma da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conduzido à luz da Iniciativa UN80 (como se denomina a estratégia de reestruturação do Sistema Nações Unidas, em curso), busca, segundo a própria Organização, fortalecer capacidades institucionais para o cumprimento de seu mandato, na promoção do trabalho decente e em prol da justiça social no mundo do trabalho. Seu principal objetivo, tal qual a Iniciativa UN80, é tornar a OIT mais ágil, eficiente e, sobretudo, resiliente, considerando um contexto de restrições financeiras e desafios globais complexos, que vêm comprometendo o papel estratégico do multilateralismo na condução e mediação de soluções integradas para crises e disputas geopolíticas, com impactos em diferentes setores, dentre os quais se destacam o Trabalho, o Emprego e a Saúde. Focando na redução da burocracia e otimização de processos para a consolidação de seu mandato, o processo de reforma da OIT busca oferecer uma oportunidade para alinhar, de forma mais eficaz e ágil, as estruturas e operações organizacionais, reforçando a capacidade técnica de planejamento e resposta nas distintas regiões do planeta, onde se faz presente. A reforma acontece em um período de profundas transformações no mundo do trabalho, incertezas geopolíticas e de expectativas em torno da retomada do protagonismo das instituições multilaterais, representando, ao mesmo tempo, a possibilidade de fortalecimento das capacidades para a promoção do trabalho decente — seguro, saudável, sustentável e equitativos —, globalmente, e a garantia de direitos fundamentais conquistados historicamente e, na maioria das vezes, a duras penas, através do diálogo tripartite. Assim, e embora se reconheça a pertinência e a necessidade de melhoria da eficiência em todo o sistema das Nações Unidas como um objetivo legítimo, ressalva-se que a forma como algumas dessas reformas estão sendo abordadas nas instâncias diretivas da OIT tem levantado preocupações de diversos atores quanto a uma possível sobreposição de funções com o Secretariado da ONU, ou mesmo a perda de sua atribuição histórica, por vezes sem justificativa suficientemente evidenciada ou consideração das características únicas da Organização, criada 26 anos antes das Nações Unidas.

Palavras-chave: Reforma da OIT; Iniciativa UN80; Sistema Nações Unidas; Multilateralismo; Mundo do Trabalho.

Resumen: *El proceso de reforma de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), llevado a cabo en el marco de la Iniciativa UN80 (como se denomina a la estrategia de reestructuración en curso del Sistema de las Naciones Unidas), busca, según la propia Organización, fortalecer las capacidades institucionales para cumplir su mandato de promover el trabajo decente y la justicia social en el mundo del trabajo. Su principal objetivo, al igual que la Iniciativa UN80, es hacer que la OIT sea más ágil, eficiente y, sobre todo, resiliente, considerando un contexto de limitaciones*

financieras y complejos desafíos globales que han comprometido el papel estratégico del multilateralismo en la dirección y mediación de soluciones integradas a crisis y disputas geopolíticas, con impactos en diferentes sectores, entre los que destacan el trabajo, el empleo y la salud. Centrándose en la reducción de la burocracia y la optimización de procesos para consolidar su mandato, el proceso de reforma de la OIT busca ofrecer una oportunidad para alinear las estructuras organizativas y las operaciones de manera más eficaz y rápida, reforzando la capacidad técnica de planificación y respuesta en las diferentes regiones del planeta donde está presente. La reforma se desarrolla en un periodo de profundas transformaciones en el mundo del trabajo, incertidumbres geopolíticas y expectativas en torno al renovado protagonismo de las instituciones multilaterales. Al mismo tiempo, representa la posibilidad de fortalecer las capacidades para la promoción del trabajo decente —seguro, saludable, sostenible y equitativo— a nivel mundial, y la garantía de los derechos fundamentales históricamente alcanzados, a menudo con gran dificultad, mediante el diálogo tripartito. Así pues, si bien se reconoce la relevancia y la necesidad de mejorar la eficiencia en todo el sistema de las Naciones Unidas como un objetivo legítimo, cabe señalar que la forma en que se están abordando algunas de estas reformas en los órganos rectores de la OIT ha suscitado inquietud entre diversos actores respecto a una posible superposición de funciones con la Secretaría de la ONU, o incluso la pérdida de su mandato histórico, en ocasiones sin una justificación suficientemente fundamentada ni una consideración de las características únicas de la Organización, creada 26 años antes que las Naciones Unidas.

Palabras clave: *Reforma de la OIT; Iniciativa UN80; Sistema de las Naciones Unidas; Multilateralismo; Mundo del Trabajo.*

Abstract: *The International Labor Organization's (ILO) reform initiative, aligned with the UN80 Initiative (aimed at restructuring the United Nations System), aspires to enhance institutional capabilities to achieve its mission of fostering decent work and promoting social justice in the workplace. The main aim, similar to the UN80 Initiative, is to enhance the ILO's agility, efficiency, and, most importantly, resilience. This occurs amidst financial limitations and intricate global issues that have been eroding the strategic significance of multilateralism in facilitating and resolving crises and geopolitical conflicts affecting numerous sectors, particularly labor, employment, and health. The ILO reform initiative seeks to minimize bureaucracy and optimize processes to unify its mandate, enhancing the efficiency and speed of organizational structures and operations, thus strengthening technical planning and response abilities in the regions served by the Organization. The reform is occurring amidst a time of significant change in the labor landscape, geopolitical instability, and elevated anticipations for the revival of multilateral institutions as pivotal actors. It signifies a chance to enhance worldwide capabilities for advancing dignified employment — defined as secure, healthy, sustainable, and fair — and a method to protect essential rights that were traditionally established, frequently at significant expense, via tripartite discussions. While the importance of enhancing efficiency within the United Nations system is recognized as a valid objective, it is essential to highlight that the approach taken by certain ILO governing bodies in implementing these reforms has elicited apprehensions among diverse stakeholders about possible functional redundancies with the UN Secretariat — or even the erosion of the Organization's longstanding mandate — frequently lacking adequate justification or consideration for the distinct attributes of the Organization, founded 26 years before the United Nations.*

Keywords: *ILO Reform; UN80 Initiative; United Nations System; Multilateral cooperation; World of Work.*

Introdução

O processo de reforma da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ocorre em um cenário complexo, exigindo que as dinâmicas, a estrutura e a própria missão da organização sejam atualizadas, adequadas e fortalecidas aos desafios contemporâneos do mundo do trabalho e da geopolítica global. Desafios que impõem a necessidade de um grande pacto global pela garantia da sustentabilidade ambiental, promoção da justiça social e, no que se refere especificamente ao mandato da OIT, a garantia do trabalho decente — saudável, seguro, sustentável e equitativo.

A reforma da OIT vem sendo discutida, em maior ou menor grau, há mais de uma década, ganhando força a partir de março de 2025, com o lançamento da Iniciativa UN80 — projeto de reestruturação ampla do Sistema Nações Unidas. Ambos os movimentos partem do reconhecimento que milhões de pessoas, ao redor do planeta, são privadas de seus direitos cidadãos mais básicos — saúde, educação, segurança, trabalho, entre outros — em razão de conflitos crescentes, da persistência de históricas e profundas desigualdades no acesso a recursos e direitos e de processos de desenvolvimento produtores de iniquidades e concentração de renda. Desafios que atestam, de forma inequívoca, que um sistema multilateral eficaz e em pleno funcionamento é condição indispensável para um mundo mais justo, sustentável, pacífico e próspero.

Os desafios impostos ao mundo do trabalho contemporâneo e aos mecanismos multilaterais estruturados ao longo da segunda metade do século XX, principalmente no âmbito do Sistema Nações Unidas, vêm se apresentando, de forma geral, em ritmo mais acelerado e em escala mais ampla que a capacidade de resposta das instituições. Como consequência, os sistemas multilaterais e suas instituições vêm lidando, cada vez mais, com demandas mais amplas, complexas, globalizadas e, frequentemente, mais urgentes do que aquelas que costumavam receber e enfrentar no passado recente, impondo impactos importantes para suas estruturas e métodos de trabalho.

Apesar dos esforços globais que lideram, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que inclui, no seu ODS 8, a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, garantindo o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, colocam-se importantes dúvidas sobre a capacidade das instituições multilaterais — e, em particular, daquelas vinculadas ao Sistema Nações Unidas —, de liderarem, em conjunto com seus Estados-Membros, estratégias e ações para efetivá-los. Dúvidas que se apresentam tanto em função das novas dinâmicas geopolíticas, que combinam o enfraquecimento do multilateralismo (como um todo) com uma tendência de aumento do protecionismo e do nacionalismo, quanto em razão dos desafios financeiros que estas instituições vêm enfrentando — questões que estão intimamente ligadas.

Nesse contexto complexo e desafiador, a reforma da OIT é colocada como uma estratégia para o fortalecimento do seu mandato, sobretudo no que diz respeito à garantia do trabalho decente para todos, através de mecanismos e estruturas adequados aos novos ritmos e escalas impostos pelos desafios do mundo do trabalho contemporâneo — ou seja, promover

as mudanças necessárias para que seu mandato seja "adequado ao propósito" (*fit-for-purpose*) —, considerando o contexto de "crise de crises" por que passam as instituições multilaterais.

O presente artigo busca contribuir com algumas notas iniciais sobre o processo de reforma da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *vis-à-vis* a Iniciativa UN80 das Nações Unidas, identificando seus pilares estratégicos, o progresso da implementação, os indicadores de monitoramento e os desafios (políticos, organizacionais e financeiros) que se apresentam a da organização.

O Pilares da Reforma

A reforma da OIT está estruturada em torno de três pilares: 1) Repriorização e reorganização; 2) Reforço da capacidade em campo; 3) Planejamento estratégico, serviços de apoio e infraestrutura de escritórios.

Pilar 1: Repriorização e reorganização

Este pilar se concentra na implementação de um programa de trabalho para o biênio 2026–2027 e na reestruturação da sede, ambas iniciativas voltadas ao alinhamento mais eficaz de recursos, estruturas organizacionais e responsabilidades às prioridades estratégicas. Inclui não apenas a reorganização do Escritório Central, em Genebra, como também das suas representações nas Regiões, incluindo otimização de espaços físicos e processos e a gestão da força de trabalho.

A partir das iniciativas coordenadas no âmbito do Pilar 1, foi empreendida uma reestruturação do organograma do Escritório Central (sede) que, agora, se organiza a partir de 4 clusters e 17 departamentos (bureaus). Isso resultou na redução de 20% das posições de alta gestão custeadas pelo orçamento ordinário (incluindo 2 cargos de Diretor-Geral Adjunto — ADG e 3 de Diretor de Departamento — D2). No biênio 2026-27, essas mudanças devem gerar uma economia de aproximadamente US$ 26 milhões.

Atualmente, as estruturas dentro dos departamentos vêm sendo revisadas, no âmbito do Pilar 1 da reforma, incluindo a definição de filiais, unidades e equipes. Este processo, que vem sendo conduzido de forma participativa e consultiva, e que deve ser concluído até o final de 2026, se dá em consonância com os objetivos da reforma e a política vigente de recursos humanos da Organização, tomando como princípio a necessidade de preservar os processos normativos e a experiência técnica e política na sede.

Para além das mudanças na seda, este processo vem promovendo uma revisão das estruturas e funções da Organização nas diferentes regiões do planeta, visando a uma maior racionalização dos cargos de gestão. Segundo a OIT, todos os esforços estão sendo empreendidos, durante o processo, para garantir que a nova estrutura a ser implementada mantenha o equilíbrio em termos da diversidade geográfica e de gênero.

Pilar 2: Reforço da capacidade em campo

O objetivo das mudanças empreendidas no âmbito do Pilar 2 da reforma é reequilibrar a distribuição de especialistas técnicos entre a sede (atualmente em torno de 57%) e as regiões (aproximadamente 43%). Um plano estruturado em fases prevê a redistribuição de 30 cargos técnicos no biênio 2026-27, seguidos por outros 30-60 cargos no biênio 2028-29.

Consultas às regiões, realizadas no escopo da reforma em curso, apontam uma demanda por 108 posições adicionais, com foco em temas como igualdade, proteção social e saúde e segurança ocupacional (27 cargos), normas internacionais do trabalho e governança (23 cargos) e emprego, competências e empresas sustentáveis (20 cargos), entre outros.

Paralelamente, estão em análise as possíveis relocações do Escritório Regional para a Europa e Ásia Central e do Escritório Regional para os Estados Árabes, visando redução de custos e otimização dos recursos, incluindo a força de trabalho técnica. Tais análises vêm considerando múltiplos cenários, incluindo opções de realocação total, gradual e parcial, nas quais são avaliadas as respectivas implicações financeiras, operacionais e estratégicas, incluindo a continuidade de programas, o bem-estar da equipe e oportunidades de novas parcerias.

Pilar 3: Planejamento estratégico, serviços de apoio e infraestrutura de escritórios

Já o Pilar 3 da reforma está focado na modernização operacional e na otimização de ativos já disponíveis na Organização. Entre as iniciativas em curso, encontram-se:

- Criação do Centro Global de Serviços (GSC): Iniciativa para consolidar serviços transacionais (RH, folha de pagamento, compras, TI) para aumentar a eficiência e qualidade do serviço.
- Gestão de Espaço: Com a reforma de departamentos e estruturas na sede da Organização, em Genebra, cerca de 9.410 m² ficaram disponíveis para aluguel. A UNESCO já assinou carta de intenção para alugar 745 m², e negociações com o ACNUR e algumas missões permanentes de países estão em curso.
- Gestão de Tecnologia: Busca-se promover, com a iniciativa, o uso intensivo de IA para tradução, conferências e descontinuação da impressão de documentos oficiais, como estratégias para gerar economia.

Um dos eixos orientadores das iniciativas adotadas no âmbito do Pilar 3 é a busca pela coerência entre o mandato fundamental da OIT, suas prioridades estratégicas, seu programa de trabalho e a alocação de recursos, sempre em consonância com os objetivos da reforma. Com essa orientação, iniciou-se uma revisão da atual estrutura de resultados, tomando como base o exercício de repriorização e levando em conta a necessidade de aumentar o foco, reduzir a fragmentação e reforçar o alinhamento com o mandato fundamental e a vantagem comparativa da OIT. Isso inclui examinar a integração de prioridades transversais e funções habilitadoras na estrutura, alinhando sua estrutura ao número de entregas e resultados de seus programas.

Os impactos das mudanças propostas a partir das linhas de ação, definidas para cada um dos três pilares da estratégia, vêm sendo monitorados a partir de indicadores e prazos específicos, a saber:

- Pilar 1 (Repriorização e reorganização): exercício de repriorização (janeiro de 2026), nova estrutura de gestão de alto nível implementada (março de 2026) e conclusão da reorganização do escritório (dezembro de 2026)
- Pilar 2 (Reforço da capacidade em campo): revisão das necessidades regionais (maio de 2026), início da redistribuição gradual de pessoal e do reforço das regiões (julho de 2026), ajuste das estruturas e funções em campo (dezembro de 2026) e ajuste dos métodos de trabalho e da gestão de desempenho (dezembro de 2026)

- Pilar 3 (Planejamento estratégico, serviços de apoio e infraestrutura do escritório): revisão e racionalização dos processos operacionais (dezembro de 2026), definição do Centro de Serviços Globais (outubro de 2026) e prévia das propostas de Programa e Orçamento para 2028-29 (outubro de 2026)

A OIT enfatiza que todo o processo de reforma deverá ser "centrado no ser humano" e fiel aos valores de diálogo social que promove externamente. Para tanto, busca minimizar impactos e garantir o bem-estar da sua força de trabalho, através de ações que incluem:

- Acordo com o Sindicato de Trabalhadores da OIT: Em março de 2026, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre o quadro de diálogo social no âmbito da reforma.
- Princípios de Ajuste de Pessoal: As movimentações de pessoal (realocações e readaptações) seguem critérios de equidade, proporcionalidade e transparência.
- Último Recurso: Terminações involuntárias de contrato (demissões) são consideradas apenas como medida de última instância.
- Apoio ao Pessoal: Implementação de suporte psicossocial, aconselhamento de carreira, treinamento para gestores e auxílio-relocação a partir de junho de 2026.

Por fim, a OIT destaca que a sustentabilidade da reforma está estritamente vinculada ao fluxo de caixa da organização. Até 22 de maio de 2026, a OIT havia recebido CHF 186,5 milhões, o que representa cerca de 46% das contribuições fixadas para 2026. E que devido à incerteza sobre o cronograma de pagamentos ao longo do ano, o Escritório Central tem mantido uma gestão rigorosa de recrutamento de pessoal e, também, de despesas não relacionadas a pessoal.

Neste contexto de restrição orçamentária, o país anfitrião (Suíça) tem prestado suporte instrumental, incluindo a suspensão do reembolso do principal do empréstimo do edifício (CHF 2,3 milhões previstos para 2026) e financiamento para a Conferência Internacional do Trabalho, realizada de 1º a 12 de junho deste ano.

Participação da OIT na Iniciativa UN80

A Iniciativa UN80 visa fortalecer a coerência, reduzir a fragmentação e melhorar o acesso a conhecimentos especializados e serviços, inclusive por meio da reestruturação regional, da reconfiguração das equipes da ONU nos países, de centros de conhecimento conjuntos, de serviços compartilhados e de mecanismos sistêmicos de disponibilização de especialistas sob demanda. Este processo tem avançado em diversas frentes de trabalho, com progressos relatados em uma atualização abrangente, divulgada em maio de 2026. Os pacotes de trabalho (Working Packages — WP) estão avançando em ritmos diferentes; um número significativo deles já concluiu as fases iniciais de análise e concepção e está em transição para a implementação, testes-piloto e, quando pertinente, a elaboração de propostas para apreciação intergovernamental.

A OIT participa de forma ativa da Iniciativa UN80, contribuindo para pacotes de trabalho relevantes, visando consolidar sua perspectiva como agência do Sistema Nações Unidas dedicada a questões do mundo do trabalho. Contribui para as discussões mais amplas sobre a reforma do Sistema ONU, incluindo a promoção dos princípios e direitos fundamentais, sempre orientada pelo princípio da promoção do trabalho decente globalmente.

No âmbito do Pacote de Trabalho 8 (WP8 — Especialistas sob Demanda), a contribuição da OIT inclui o mapeamento de conhecimentos especializados e serviços, resultando na

elaboração de um catálogo online e, agora, vem avançando para a identificação de atividades-piloto iniciais, em áreas alinhadas ao mandato da OIT, notadamente questões de emprego e trabalho, economia do cuidado e proteção social. Os projetos-piloto iniciais, conduzidos por equipes selecionadas da ONU nos países, foram lançados em junho de 2026, e vêm sendo acompanhados pelo Conselho de Administração.

O Quadro 1 apresenta uma síntese de atividades em que a OIT se faz presente no contexto da Iniciativa UN80, em seus distintos Pacotes de Trabalho (WP).

Quadro 1 – Principais pontos de alinhame9nto entre a reforma da OIT e a Iniciativa UN80

Eixo da Reforma da OIT (Pilar)	**Pontos Principais da Reforma (OIT)**	**Alinhamento com Iniciativa UN80**	**Principais Desafios e Riscos**
Repriorização e reorganização	Redesenho dos processos internos e nova estrutura organizacional na sede com 4 clusters e 17 departamentos. Inclui a redução de 10% a 20% em cargos de alta gerência (ADGs, D2, D1) para tornar a organização menos vertical (*less top-heavy*) e centralização de departamentos de políticas sob um único Diretor-Geral Adjunto.	Conecta-se aos fluxos de trabalho de eficiência sistêmica, modernização da gestão e eliminação de duplicação de funções. Inclui ações alinhadas aos WPs de Operações de Paz (WP1) e Prevenção e Consolidação da Paz (WP22).	Resistência institucional à mudança; necessidade de manter o sistema de freios e contrapesos; pressão sobre a carga de trabalho e risco de desengajamento das equipes ou perda da expertise acumulada ao longo de décadas.
Reforço da Capacidade em Campo	Relocação faseada de especialistas técnicos para as regiões e análise de relocalização de escritórios regionais (Europa e Estados Árabes). Foco na redistribuição de funções da sede para o campo para aproximar competências dos mandantes tripartites.	Diretamente ligado ao *'Regional Reset*' e *'Regional Platforms'* (WP6 e WP12). Busca uma presença regional robusta e descentralização de especialistas.	Complexidade logística e custos de realocação; equilíbrio entre autonomia regional e controle normativo central; riscos de segurança e dever de cuidado (*duty of care*).
Planejamento estratégico, serviços de apoio e infraestrutura do escritório	Criação de um catálogo comum de especialistas e serviços acessíveis sob demanda, com protocolos simplificados. Foco reforçado nas Normas Internacionais do Trabalho (ILS) e despriorização de programas fora do mandato principal. Consolidação de serviços (TI, RH, Finanças) em um Centro Global de Serviços (GSC) e	Alinhado ao mecanismo '*Expertise-on-Demand*' (WP8, Ações 34 e 54). Foca na vantagem comparativa da OIT em relação a outras agências. Alinhado ao '*Unified Services Roadmap*' (WP14), Eficiências do Secretariado (WP31) e mecanismos de serviços	Complexidade na interoperabilidade de dados entre agências; risco de sobreposição de mandatos; necessidade de financiamento via Fundo Conjunto para os ODS. Riscos de transição na unificação da folha de pagamento; incerteza nas contribuições dos Estados-membros; possíveis

	implementação do '*Unified Services Roadmap*'. Inclui a otimização de espaço físico na sede e digitalização (IA e fim de documentos impressos).	compartilhados (*back-offices*).	interrupções operacionais durante a migração para o GSC.

Fonte: elaborado a partir de síntese gerada por ferramenta da IA NotebookLM, com revisão e validação autoral

Dúvidas, Riscos e Incertezas

A própria OIT vem monitorando os riscos potenciais relacionados ao processo de reforma. Em documento atualizado até 6 de julho de 2026, a organização identifica 7 pontos de preocupação, para os quais se definem estratégias de mitigação e prevenção.

- Ponto 1 – **Não há um consenso sobre a visão de reforma da OIT**: segundo a OIT, seu Escritório Central e seus constituintes não mantêm uma visão compartilhada clara, coerente e sustentável das principais áreas da reforma da OIT, o que resulta em orientação e implementação inconsistentes e em menor credibilidade do processo de reforma.
- Ponto 2 – **O processo de priorização adotado não consegue distinguir adequadamente as atividades essenciais e as não essenciais**: para a Organização, uma série de atividades não essenciais dispersas, realizadas sem a devida consideração da capacidade ou do mandato, podem levar ao desperdício de recursos limitados, atrasar a entrega de atividades prioritárias e comprometer a confiança das partes interessadas no processo de reforma.
- Ponto 3 – **Moral e produtividade da equipe vêm sendo afetados pela implementação da reforma da OIT**: a possibilidade de não se alcançar os objetivos pretendidos da reforma, a implementação limitada de suas atividades e o risco relacionado à entrega de uma reforma parcial (ou incompleta) vêm sendo associados a problemas de saúde mental e ao comprometimento do bem-estar da equipe envolvida, incluindo aumento na incidência de casos de esgotamento físico e mental e burnout.
- Ponto 4 – **Mecanismos internos de governança e supervisão não são suficientemente adequados para garantir uma implementação coerente e responsável da reforma**: As consequências, segundo a Organização, podem incluir o não alcance dos objetivos da reforma e o comprometimento de mecanismos de governança interna já estabelecidos, levando a uma perda de credibilidade junto às partes interessadas (internas e externas).
- Ponto 5 – **Os recursos financeiros disponíveis para apoiar as atividades da Organização estão significativamente reduzidos**: As medidas de reforma da OIT e as medidas de contingência adicionais, em conjunto, precisam produzir um impacto significativo e duradouro na capacidade da Organização de atuar e de responder às necessidades dos seus constituintes, algo que não está garantido no cenário atual de restrição orçamentária.
- Ponto 6 – **Capacidade organizacional insuficiente para executar atividades de reforma, com potencial perda de conhecimento institucional, expertise e competências-chave necessários para o futuro da OIT**: As medidas de reforma podem resultar em uma perda significativa de expertise técnica, conhecimento institucional e pessoal experiente,

restringindo a capacidade da Organização, construída ao longo de vários anos, produzindo efeitos e impactos que não seriam facilmente reversíveis a curto prazo.

- Ponto 7 – **A coordenação e o alinhamento entre o processo de reforma da OIT e a Iniciativa UN80 ainda não estão totalmente otimizados em todos os níveis da Organização**: Atrasos na implementação da reforma da OIT, decorrentes do progresso mais lento na Iniciativa UN80, tem levado a reorientações estratégicas regionais significativas e a reformulações em colaborações com outras entidades-chave do sistema Nações Unidas, o que podem afetar a estruturação regional da OIT, gerando a necessidade de ajustes nas estratégias de cooperação com outras entidades da ONU, a partir da revisão das atividades centrais da OIT.

A Visão do Sindicato dos Trabalhadores da OIT

No documento intitulado Salvaguardando a Independência Institucional da OIT no Contexto da Reforma da ONU, de 25 de maio de 2025, o Sindicato dos Trabalhadores da OIT manifesta sua preocupação com aspectos centrais do processo de reforma da Organização e, sobretudo, com a forma como esse processo vem sendo conduzido. Segundo o documento, embora a melhoria da eficiência em todo o Sistema Nações Unidas seja um objetivo legítimo, a forma como algumas dessas reformas estão sendo abordadas na OIT vem levantando preocupações de governança e trabalhistas significativas.

Um primeiro ponto, identificado pelo Sindicato, é a assimilação gradual das atribuições da OIT pelo Sistema Nações Unidas, através do alinhamento do modelo administrativo e operacional da Organização ao do Secretariado da ONU, por vezes sem justificativa suficiente ou consideração pelas características únicas da OIT. Isso inclui (mas não se restringe):

- A adoção de recomendações da Comissão Internacional de Função Pública (ICSC) sem contestação;
- O corte de direitos e benefícios tradicionalmente reconhecidos como parte das condições de serviço específicas da OIT;
- A promoção de uma maior consolidação e descentralização dos serviços administrativos;
- Integrar-se a estruturas interinstitucionais sem salvaguardas claras para a supervisão tripartite ou o controle de qualidade.

Embora, segundo o documento, a motivação declarada seja geralmente a “eficiência” ou a harmonização de processos, o efeito cumulativo de medidas como as acima destacadas representa um risco de comprometimento da independência institucional da OIT, diminuindo sua capacidade de atuar como uma agência técnica orientada pela pelo diálogo social e ação tripartite. A partir dessa interpretação, identifica alguns riscos estratégicos que o processo de reforma pode representar para o mandato da OIT:

- **Perda de autonomia funcional**: O alinhamento total com a ICSC (*International Civil Service Commission*, ou Comissão Internacional de Função Pública das Nações Unidas) e os sistemas administrativos da ONU reduziria a capacidade da OIT de moldar as condições de trabalho de acordo com seu mandato.
- **Enfraquecimento da cooperação tripartite**: Propostas de fusão ou transferência de serviços para outras instituições ou agências da ONU enfraqueceriam a supervisão e a

influência dos constituintes, tradicionalmente vinculados à perspectiva tripartite que orienta o mandato da OIT.

- **Deslegitimação do modelo da OIT**: A adoção de medidas previstas na reformas do Sistema Nações Unidas (Iniciativa UN80), sem as devidas salvaguardas das especificidades da OIT, promove o risco de tornar a Organização indistinguível de outras agências do Sistema ONU.

Um ponto especialmente reforçado, no documento, pelo Sindicato dos Trabalhadores da OIT diz respeito ao fato de apesar do Estatuto dos Funcionários da OIT (Artigo 14.7) prever um procedimento em que o Diretor-Geral da Organização dê efeito às decisões da Comissão Internacional da Função Pública (ICSC) e da Assembleia Geral da ONU, principalmente em áreas como tabelas salariais, subsídios, normas de viagens e classificações de locais de trabalho, tais alterações não podem prejudicar os direitos adquiridos dos funcionários e devem ser precedidas de consulta ao Comitê Conjunto de Negociação. O Conselho de Administração da OIT também deve aprovar ou ser informado, dependendo da natureza da alteração. Ou seja: o alinhamento não é automático nem obrigatório: deve ser avaliado em termos de implicações financeiras, políticas e institucionais, e deve respeitar os processos internos da Organização e a governança tripartite.

Outro ponto de preocupação, destacado no documento, diz respeito ao fato de a OIT ser regida por sua própria Constituição e Estatuto de Pessoal. Em diferentes momentos de sua história, a OIT optou por não participar de medidas mais amplas da ONU, quando estas não se mostraram adequadas ou representavam riscos para seu modelo técnico e tripartite. Ou seja: a participação em reformas sistêmicas da ONU não é uma obrigação legal da OIT, e precisa ser amplamente discutida com seu corpo técnico, o que, segundo o Sindicato, não vem acontecendo.

Segundo o documento, medidas recentes tomadas pela Alta Administração da OIT sugerem uma tendência de convergência com o Sistema ONU em geral. Isso inclui propostas para adotar cortes de benefícios alinhados às recomendações da Comissão Internacional da Função Pública (ICSC) e para avançar em direção a modelos centralizados de prestação de serviços. Embora apresentadas como medidas de redução de custos ou de aumento da eficiência, essas decisões têm, segundo o Sindicato, enorme potencial de comprometer a especificidade institucional da OIT, particularmente sua estrutura tripartite, sua independência na gestão da prestação de serviços e as condições de trabalho estabelecidas para seus funcionários.

Por fim, destaca o documento, as incertezas não estão restritas a estruturas internas ou aos benefícios da força de trabalho da Organização. As reformas em curso teriam, também, implicações de grande alcance para o mandato e o modelo tripartite da OIT. Um exemplo, relacionado com a tendência de assimilação ao sistema da ONU, é a implementação de projetos. Caso o processo de centralização promova a transferência da responsabilidade pela implementação de projetos para estruturas centralizadas, sob a liderança do Coordenador Residente ou, até mesmo, de agências como o PNUD, os constituintes da OIT correm o risco de perder voz na forma como os projetos são desenvolvidos e executados, uma preocupação já levantada anteriormente por representações de empregadores e de trabalhadores. Por mais eficiente e racional que esse modelo possa parecer, ele comprometeria a legitimidade e a eficácia das intervenções da OIT em campo, bem como a própria lógica da assistência técnica da

Organização — ser orientada pela demanda, negociada e moldada pelos constituintes tripartites em cada país.

A Visão da União Europeia sobre a Reforma da OIT

A partir de consultas governamentais, realizadas em preparação para a 355ª Sessão do Conselho de Administração da OIT, a representação da União Europeia apresentou, em 15 de setembro de 2025, uma série de preocupações do bloco em relação ao processo de reforma da OIT. Inicia pontuando que, em um cenário de desafios globais, a reforma deve ser encarada como uma oportunidade essencial para fortalecer o papel institucional da OIT, garantindo que as dinâmicas e estruturas da Organização estejam adequadas ao seu mandato e sejam financeiramente sustentável.

Os pontos centrais da reforma, destacados no documento da UE, incluem a primazia do mandato normativo (definição de normas internacionais do trabalho e promoção do trabalho decente, globalmente), o alinhamento criterioso e cuidadoso com a Iniciativa UN80, sobretudo para evitar sobreposições com outras agências da ONU, e a busca por eficiência operacional baseada em evidências de custo-benefício — e não projeções ou estimativas vagas. O documento destaca, ainda, a necessidade de transparência no novo modelo de gestão, uma reestruturação que equilibre a hierarquia sem centralizar excessivamente o poder e uma estratégia de relocalização que aproxime a organização de seus constituintes, respeitando os direitos fundamentais no trabalho e a lógica tripartite sobre a qual a OIT se estrutura.

Segundo o documento, a reforma da OIT deve ser pautada por uma visão estratégica que assegure a sustentabilidade da organização a longo prazo, com garantia plena de seu mandato. Este processo não deve ser visto, apenas, como mero mecanismo de redução de custos, mas como uma estratégia de fortalecimento institucional sistêmico. E no que diz respeito especificamente ao alinhamento com a Iniciativa UN80, é imperativo que a reforma se dê a partir de sinergias e compatibilização de funções com outras agências especializadas, evitando competições desnecessárias ou redundâncias de responsabilidades, programas e ações.

Ainda segundo o documento da UE, o processo de reforma da OIT deve ser transparente e inclusivo, envolvendo o diálogo social, marca da Organização, e a garantia de valores que promove externamente, como o tripartidismo. A OIT deve, segundo este entendimento, reafirmar seu papel normativo, no qual as normas internacionais do trabalho devem ser identificadas explicitamente como o elemento central do mandato. Ao mesmo tempo, precisa buscar a “despriorização de atividades” — iniciativas e programas que não se enquadram no mandato principal e que, portanto, devem deixar de constar entre as ações prioritárias da Organização, visando otimizar recursos. Adicionalmente, a revisão do mandato deve considerar áreas onde possa haver conflitos de competência com outras agências do Sistema Nações Unidas, garantindo uma abordagem alinhada e eficiente.

A viabilidade da reforma, segundo o posicionamento da União Europeia, depende de uma análise rigorosa de dados e de um compromisso financeiro dos Estados-Membros. Segundo o documento, as propostas atuais carecem de dados quantitativos detalhados sobre o aumento da eficiência a partir dos cortes de gastos propostos. O que leva à necessidade de uma análise profunda que considere implicações e riscos de curto, médio e longo prazo, custos ocultos e imateriais e o impacto das propostas no funcionamento organizacional cotidiano, entre outros indicadores.

Por outro lado, o documento destaca que a reestruturação visa uma organização mais ágil, porém deve-se atentar para o equilíbrio de poder interno. Um exemplo está na redução de cargos de gestão que, apesar de ser bem-vinda, promove na prática a ampliação e a centralização de poder na pasta do Diretor-Geral Adjunto (DG), que passaria a supervisionar todos os programas de ação e departamentos de políticas. Situação que, segundo o documento, traz preocupações sobre o desequilíbrio organizacional, e que precisa vir acompanhada de um sistema de "freios e contrapesos" com uma distribuição realista entre o DG e os Diretores-Gerais Adjuntos (ADGs).

Já em relação à relocalização de departamentos e funções em campo, nas distintas Regiões, o documento identifica ser esta uma importante estratégia para aproximar a OIT de seus constituintes e reduzir custos operacionais. Adverte, porém, que a escolha de países anfitriões deve considerar o compromisso histórico dessas nações com os princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo o diálogo social e o tripartismo. Desta forma, a relocalização precisa ser consistente com o trabalho normativo e não pode comprometer a visibilidade ou o acesso às funções de avaliação e supervisão.

Por fim, o documento reforça que a OIT deve aplicar internamente os princípios de diálogo social que preconiza globalmente. O envolvimento dos funcionários no processo de reforma e a adoção de uma abordagem centrada no ser humano são considerados essenciais para o sucesso da transição e para a preservação da credibilidade institucional.

Conclusão

A reforma da Organização Internacional do Trabalho (OIT), vinculada à Iniciativa UN80 de reestruturação do Sistema Nações Unidas como um todo, acontece em um período de profundas transformações no mundo do trabalho, incertezas geopolíticas e de expectativas em torno da retomada do protagonismo das instituições multilaterais. Nesse contexto complexo e desafiador, apresenta-se como uma estratégia para o fortalecimento do mandato da Organização, sobretudo no que diz respeito à garantia do trabalho decente para todos, através de mecanismos e estruturas adequados aos novos ritmos e escalas impostos pelos desafios do mundo do trabalho contemporâneo. Ou seja, busca promover as mudanças necessárias para que o mandato da OIT seja "adequado ao propósito" (*fit-for-purpose*), considerando o contexto de "crise de crises" por que passam as instituições multilaterais.

A partir deste entendimento, o processo de reforma da OIT deve ser orientado, ao mesmo tempo, pela possibilidade de fortalecimento das capacidades para a promoção do trabalho decente — seguro, saudável, sustentável e equitativos —, globalmente, e pela garantia de direitos fundamentais conquistados historicamente e, na maioria das vezes, a duras penas, através do diálogo tripartite. Porém, da forma como vem se dando o processo, tem suscitado dúvidas e questionamentos por parte de seus trabalhadores e atores constituintes, sobretudo no que diz respeito à perda de especificidade de seu mandato, a partir da assimilação de funções por outras estruturas do Sistema Nações Unidas, e também em relação às potenciais perdas em termos de carreiras e direitos adquiridos, ao longo das últimas décadas, pela força de trabalho da Organização.

Embora se reconheça a pertinência e a necessidade de melhoria da eficiência em todo o sistema das Nações Unidas — inclusive dentro da própria OIT — como um objetivo legítimo, ressalva-se a necessidade de avançar no diálogo entre os atores envolvidos com o processo de reforma, evitando-se, assim, a sobreposição de funções com o Secretariado da ONU, ou mesmo

a perda da atribuição histórica dessa Organização, criada 26 anos antes das Nações Unidas e com papel estratégico para a garantia do trabalho decente — seguro, saudável, sustentável e equitativo — em um cenário global complexo e cheio de incertezas.

Conclui-se destacando que o texto aqui apresentado, a partir de documentos de trabalho da própria Organização e de posicionamentos de outros atores constituintes, representa um compilado de notas preliminares sobre o processo de reforma da OIT, *vis-à-vis* a Iniciativa UN80, devendo ser revisitado, revisado, aprimorado e, sobretudo, atualizado continuamente.

A iniciativa UN80, o endurecimento da política migratória na Argentina e os novos dados de migração da OIM

La iniciativa UN80, el endurecimiento de la política migratoria en Argentina y los nuevos datos sobre migración de la OIM

The UN80 initiative, the changes in migration policy in Argentina and the new data on migration by IOM

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta as principais notícias da última quinzena sobre a temática da saúde, migração e refúgio. Primeiro, comenta-se acerca da agenda de migração e refúgio na iniciativa UN80, aprovada na Assembleia Geral da ONU de 2025, que busca reformar o sistema das Nações Unidas em direção a maior eficiência diante dos novos e complexos desafios globais. Em seguida, será apresentado um resumo das mudanças na política migratória argentina sob governo de Javier Milei, estabelecendo medidas que permitem restringir a entrada ou determinar a expulsão de estrangeiros que manifestem discursos de ódio, práticas discriminatórias ou incitação à violência contra argentinos. Por fim, são apresentados os dados de novos relatórios publicados pela OIM em agosto, tanto sobre as tendências migratórias do início de 2026 quanto sobre o relatório das ações realizadas pela organização em 2025.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Proteção internacional; Governança migratória.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta las principales noticias de los últimos quince días sobre los temas de salud, migración y refugio. En primer lugar, se aborda la agenda de migración y refugio en la iniciativa UN80, aprobada en la Asamblea General de la ONU de 2025, que busca reformar el sistema de las Naciones Unidas para lograr una mayor eficiencia ante los nuevos y complejos desafíos globales. A continuación, se presenta un resumen de los cambios en la política migratoria argentina bajo el gobierno de Javier Milei, que establece medidas que permiten restringir la entrada o determinar la expulsión de extranjeros que manifiesten discursos de odio, prácticas discriminatorias o incitación a la violencia contra los argentinos. Por último, se presentan los datos de nuevos informes publicados por la OIM en agosto, tanto sobre las tendencias migratorias de principios de 2026 como sobre el informe de las acciones llevadas a cabo por la organización en 2025.*

Palabras clave: *Migración; Refugio; Protección internacional; Gobernanza migratoria.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, presents the main news from the past weeks on health, migration and refuge. First, there is a comment on the agenda of migration and refuge in the UN80 initiative, approved by the UN General Assembly in 2025, that aims to reform the UN system to promote more efficiency in face of the new and complex global challenges. Then, there will be a summary of the changes in migration policy in Argentina under Javier Milei's government, which established new measures*

that allow restrictions to entrance and the expulsion of foreigners that manifest hate speech, discriminatory practices or promote violence against Argentinians. Last, new data from IOM reports published in August will be presented, regarding the migration tendencies from the first months of 2026 and a report of actions implemented in 2025.

Keywords: *Migration; Refugees; International protection; Migration governance.*

Migração e refúgio na iniciativa UN80

Em 2025, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotada a resolução 79/318 que estabelece a iniciativa UN80[1], cujo objetivo é realizar uma reforma geral do sistema ONU. A reforma busca compreender como a ONU pode se tornar mais ágil, integrada e equipada para responder aos desafios globais complexos com recursos escassos, sendo mais eficiente com menos barreiras burocráticas. A iniciativa, que abrange todas as agências e estruturas das Nações Unidas, foi organizada ao redor de três eixos principais: (i) eficiência no secretariado da ONU, (ii) revisão da implementação do mandato e (iii) realinhamentos estruturais e programáticos[1]. No caso da agenda de migração, refúgio e saúde, as principais discussões estão conectadas com o último eixo, que visa alinhar as estratégias do sistema ONU aos seus objetivos e entregar resultados coletivamente, com propostas sobre segurança e paz, ação humanitária, desenvolvimento sustentável e direitos humanos[1].

As duas principais organizações envolvidas na governança das migrações e do refúgio, a Organização Internacional para Migrações (OIM) e o Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), estão envolvidas na criação do Novo Pacto Humanitário, que deve fazer com que o sistema humanitário seja mais rápido, eficiente e coerente com maior impacto sobre as pessoas em situação de crise[2]. Destacam-se as ações 23 e 24 dentro desse pacote de trabalho, as quais deverão alinhar as responsabilidades das agências em abordagens institucionais conjuntas, com papéis mais claros, e fortalecer a colaboração e a interoperabilidade dos dados humanitários para que as agências trabalhem com uma base de evidências comum. No último relatório de progresso disponibilizado no dashboard da iniciativa UN80[2], é reportado que o trabalho conjunto sobre mobilidade e deslocamento humano está sendo implementado e um *brief* deverá ser realizado pelo Secretário-Geral em setembro.

O endurecimento da política migratória na Argentina sob o governo Javier Milei: impactos sobre os direitos e o acesso à saúde

Em 30 de julho, o governo do presidente argentino Javier Milei promoveu alterações na Lei de Migração por meio de decreto, estabelecendo medidas que permitem restringir a entrada ou determinar a expulsão de estrangeiros que manifestem discursos de ódio, práticas discriminatórias ou incitação à violência contra cidadãos argentinos ou contra símbolos nacionais. A medida foi publicada no Diário Oficial da República Argentina[3].

A alteração normativa ocorreu em meio a uma controvérsia envolvendo críticas e acusações dirigidas à Argentina por artistas internacionais, que se intensificaram após o avanço da seleção argentina na Copa do Mundo. Com a aproximação da final da competição, disputada contra a Espanha, as manifestações ganharam maior repercussão, levando o presidente Javier Milei a denunciar a existência de uma suposta campanha "anti-Argentina"[3].

Entre as justificativas apresentadas pelo governo argentino para a edição do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) nº 681/2026, destaca-se a alegação de que teriam aumentado

de forma significativa as manifestações consideradas como “mensagens de ódio”, bem como atos de hostilidade e desprezo dirigidos especificamente ao povo argentino, à sua cultura e à sua identidade nacional. Segundo o governo, tais manifestações representariam um risco à população e estariam em desacordo com o que considera ser o respeito básico esperado de estrangeiros que pretendam ingressar ou permanecer no território argentino[3,5].

Nesse sentido, o decreto sustenta a necessidade de adoção de medidas consideradas rigorosas diante dessas situações, estabelecendo alterações na Lei de Migração nº 25.871. As modificações abrangem três dispositivos relacionados à manifestação, de forma oral ou escrita, de supostas mensagens de ódio, à incitação à violência contra cidadãos argentinos em razão de sua nacionalidade e à realização ou participação em atos considerados ofensivos aos símbolos nacionais. Entre as medidas previstas, encontram-se a possibilidade de cancelamento da residência de estrangeiros, a determinação de saída do território argentino dentro do prazo estabelecido e a expulsão do país[3].

O texto normativo, contudo, estabelece que manifestações de dissidência ideológica ou críticas de natureza política, acadêmica ou cidadã não devem ser enquadradas nessas disposições quando constituírem exercício legítimo dos direitos assegurados pela Constituição argentina. Apesar dessa ressalva, o decreto não apresenta uma definição precisa do conceito de “mensagens de ódio”, tampouco estabelece de maneira detalhada os critérios que deverão ser utilizados pelas autoridades para identificar e caracterizar tais manifestações[5].

A ministra da Segurança Nacional da Argentina, Alejandra Monteoliva, afirmou que as alterações promovidas pelo decreto incidem sobre três aspectos da legislação migratória: o impedimento de entrada no país, o cancelamento da residência e os efeitos decorrentes desse cancelamento. Ao defender a medida, a ministra argumentou que os Estados, enquanto entidades soberanas, possuem competência para determinar as condições de ingresso e permanência de estrangeiros em seus territórios. Segundo sua justificativa, a medida estaria direcionada a situações consideradas ameaças aos símbolos nacionais e à identidade nacional argentina, como atos de destruição ou profanação da bandeira e manifestações que incitem violência, não se tratando, em sua interpretação, de uma questão de natureza ideológica ou religiosa[5].

Em continuidade às medidas de endurecimento da política migratória adotadas pelo governo de Javier Milei, outra iniciativa diz respeito ao acesso de estrangeiros não residentes aos serviços públicos de saúde. Em agosto de 2026, o governo argentino anunciou que hospitais públicos passariam a cobrar desses estrangeiros por atendimentos considerados não urgentes. A medida, apresentada como forma de combater o chamado “turismo de saúde”, corresponde à implementação de disposições previstas em um decreto publicado em 2025[4].

Segundo o governo argentino, a cobrança não se aplicaria a situações de emergência que envolvam risco à vida. Nesses casos, o atendimento deverá permanecer gratuito e não poderá ser postergado. Entre os procedimentos abrangidos estão o atendimento a paradas cardiorrespiratórias, infartos, acidentes vasculares cerebrais, traumas graves, hemorragias intensas, queimaduras extensas e emergências obstétricas, pediátricas e neonatais, entre outras situações classificadas como emergenciais[4]. De acordo com as autoridades argentinas, a medida teria como principal objetivo restringir o denominado “turismo de saúde”, caracterizado pela entrada de pessoas no país com a finalidade de utilizar os serviços públicos de saúde e posterior retorno ao país de origem. Entretanto, o governo não apresentou dados que permitissem

dimensionar a ocorrência desse fenômeno ou demonstrar sua relevância para o funcionamento do sistema público de saúde[4].

A implementação da medida também apresenta limitações relacionadas à organização federativa do sistema de saúde argentino. Na Argentina, a gestão dos serviços de saúde é, em grande medida, responsabilidade das províncias, com exceção de determinados estabelecimentos sob administração do governo nacional. Nesse contexto, algumas províncias localizadas em regiões fronteiriças, como Salta e Jujuy, já haviam adotado, desde 2024, a cobrança de determinados atendimentos médicos prestados a pessoas não residentes[4].

A iniciativa integra um conjunto mais amplo de mudanças promovidas pelo governo Milei na legislação e nas políticas migratórias, que incluem alterações nos critérios de concessão de residência permanente, bem como mecanismos relacionados ao impedimento de entrada e à expulsão de estrangeiros condenados por determinados delitos. Essas medidas têm sido objeto de controvérsias e críticas por parte de setores da oposição, que questionam tanto a justificativa relacionada ao chamado "turismo de saúde" quanto os possíveis impactos sobre o direito à saúde[4].

Nesse sentido, representantes da oposição argumentam que as dificuldades enfrentadas pelo sistema público de saúde estariam relacionadas principalmente à insuficiência de recursos e financiamento, e não à utilização dos serviços por estrangeiros não residentes. O ministro da Saúde da província de Buenos Aires, Nicolás Kreplak, afirmou que esse grupo representaria uma parcela reduzida dos atendimentos, estimando sua participação em aproximadamente 0,4% das consultas em serviços de emergência e 0,5% das internações. A declaração reforça a existência de uma disputa em torno das justificativas apresentadas pelo governo para a adoção de medidas que restringem o acesso de migrantes aos serviços públicos de saúde[4].

Novos dados da OIM apontam transformações dos fluxos migratórios em 2026

De acordo com um novo estudo da OIM publicado em 12 de agosto, o *Global Overview of Migration Routes*[6], a morte de migrantes mais do que dobrou na rota central do Mediterrâneo e triplicou no leste do Mediterrâneo nos primeiros quatro meses de 2026 comparado ao mesmo período do ano anterior, ainda que o número de pessoas dirigindo-se à Europa tenha sido reduzido significativamente. Os dados revelam que condições climáticas severas, conflitos, pressões econômicas e mudanças nas políticas migratórias têm transformado os fluxos migratórios em diversas regiões nos primeiros meses de 2026, mas que menos migrações não significa que as jornadas estão mais seguras. No Mediterrâneo Central, 821 pessoas morreram, sendo que mais da metade das mortes ocorreram em janeiro após a passagem do ciclone Harry; no Leste, foram registrados 244 óbitos, correspondendo a um aumento de 259% em relação a 2025, muitos devido a desastres nas travessias marítimas próximas a Creta.

Embora o número total de travessias tenha sido menor do que em 2025, nem todas as rotas seguiram essa tendência. No oeste do Mediterrâneo, para entrada na Espanha, houve um aumento de 66%, já as chegadas no Iêmen pelo chifre da África cresceram 9%. Outro fenômeno observado foi o impacto gerado pelos conflitos armados no Oriente Médio. Após a escalada da violência em fevereiro, grandes ondas de deslocamento foram identificadas no Líbano e diversos retornos para a Síria ocorreram entre março e abril. Ademais, a migração de sudaneses e somalis continuou a aumentar nas rotas do leste, oeste e centro do Mediterrâneo devido ao conflito no

Sudão do Sul. Por fim, o fortalecimento da cooperação transfronteiriça na América Central levou à redução significativa de deslocamentos em direção ao norte do continente.

Em outro relatório também lançado em agosto, *Operating in Crisis Report,* a OIM realiza um balanço de suas atividades no ano de 2025[7]. Ao longo do ano, mais de 300 milhões de pessoas necessitavam de ajuda humanitária em contextos de conflito, desastres e deslocamento, das quais 17,8 milhões foram assistidas pela OIM em 170 países. A Organização providenciou abrigo para 7,3 milhões de pessoas; serviços de água, saneamento e higiene para 5,1 milhões de pessoas; e apoio 4,2 milhões de pessoas com consultas de assistência primária em saúde. Apesar das necessidades crescentes, 2025 registrou cortes significativos no financiamento para ajuda humanitária. O relatório também destaca que, para melhor atender aos próximos desafios internacionais complexos, é importante que a ação humanitária seja mais eficiente, coordenada e baseada em evidências para assegurar que os recursos limitados alcancem aqueles que mais necessitam.

Referências

1. ONU. **What is the UN80 initiative**? 1 jul. 2025. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/en/news/what-un80-initiative. Acesso em: 16 ago. 2026.
2. ONU. **UN80 Initiative Actions Dashboard**. 8 mai. 2026. Disponível em: https://un80actions.un.org/. Acesso em: 16 ago. 2026.
3. CNN EN ESPAÑOL. **Milei prohíbe el ingreso de extranjeros por mensajes de odio.** *CNN en Español*, 30 jul. 2026. Disponível em:https://cnnespanol.cnn.com/2026/07/30/argentina/milei-prohibe-ingreso-extranjeros-mensajes-odio-orix. Acesso em: 14 ago. 2026.
4. BFMTV. **En Argentine, finie la gratuité de tous les soins pour les étrangers non-résidents : Javier Milei souhaite lutter contre le « tourisme sanitaire »**. *BFMTV*, 11 ago. 2026. Disponível em: https://www.bfmtv.com/economie/en-argentine-finie-la-gratuite-de-tous-les-soins-pour-les-etrangers-non-residents-javier-milei-souhaite-lutter-contre-le-tourisme-sanitaire_AD-202608110474.html?at_brand=BFMTV&at_compte=BFMTV&at_plateforme=facebook&at_campaign=Fan_pages&at_medium=Community_Management&fbclid=IwVERTSATpH8FwZG9mBWV4dG4DYWVtAjEwAHNydGMGYXBwX2lkDDM1MDY4NTUzMTcyOAABHrr_yBd0EHJYAA3fKk9Qh1WGIsVdZMS5YIyCiXE4Rq2z4RjA8FD_JNO5dNAu_aem_HjaLHz3XaSL1VB2Pygy1Ww&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 14 ago. 2026.
5. METRÓPOLES. **Sem citar casos, decreto de Milei aponta discurso de ódio contra Argentina**. *Metrópoles*, 30 jul. 2026. Disponível em:https://www.metropoles.com/mundo/sem-citar-casos-decreto-de-milei-aponta-discurso-de-odio-contra-argentina. Acesso em: 14 ago. 2026.
6. OIM. **Gobal Overview of Migration Routes**. 12 ago. 2026. Disponível em: https://dtm.iom.int/reports/global-overview-migration-routes-jan-april-2026. Acesso em: 17 ago. 2026.
7. OIM. **IOM Assists 17.8 Million People Worldwide Despite Growing Humanitarian Funding Gap**. Genebra, 05 ago. 2026. Disponível em; https://www.iom.int/news/iom-assists-178-million-people-worldwide-despite-growing-humanitarian-funding-gap. Acesso em: 17 ago. 2026.

Evidências, investimentos e desafios: amamentação e sarampo nas Américas

Evidencias, inversiones y desafíos: lactancia materna y sarampión en las Américas

Evidence, Investments and Challenges: Breastfeeding and Measles in the Americas

Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo aborda o Agosto Dourado e Semana Mundial da Amamentação 2026 e a situação epidemiológica do sarampo nas Américas. No primeiro tema, discute as evidências apresentadas pela OMS e pelo UNICEF e a crescente utilização de argumentos econômicos — como investimento, retorno, produtividade e capital humano — para sustentar políticas de apoio à amamentação. No segundo, analisa a reemergência do sarampo, as lacunas de cobertura vacinal e a vulnerabilidade diante da circulação internacional do vírus, com destaque para a situação brasileira. Também discute o papel da desinformação e do movimento antivacina na redução da proteção coletiva.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Sarampo; Vacinação; Saúde Pública.

Resumen: *El artículo aborda el Agosto Dorado y la Semana Mundial de la Lactancia Materna 2026, así como la situación epidemiológica del sarampión en las Américas. En relación con el primer tema, analiza las evidencias presentadas por la OMS y UNICEF y el creciente uso de argumentos económicos —como inversión, retorno, productividad y capital humano— para sustentar las políticas de apoyo a la lactancia materna. La segunda parte analiza el resurgimiento del sarampión, las brechas en la cobertura de vacunación y la vulnerabilidad ante la circulación internacional del virus, con énfasis en la situación brasileña. También aborda el papel de la desinformación y del movimiento antivacunas en la reducción de la protección colectiva.*

Palabras clave: *Lactancia Materna; Sarampión; Vacunación; Salud Pública.*

Abstract: The article addresses Agosto Dourado (Golden August) and World Breastfeeding Week 2026, as well as the epidemiological situation of measles in the Americas. Regarding the first topic, it discusses the evidence presented by WHO and UNICEF and the growing use of economic arguments — such as investment, return, productivity, and human capital — to support breastfeeding policies. The second part analyzes the resurgence of measles, gaps in vaccination coverage, and vulnerability to international virus circulation, with particular attention to the Brazilian situation. It also discusses the role of misinformation and the anti-vaccine movement in reducing collective protection.

Keywords: *Breast Feeding; Measles; Vaccination; Public Health.*

Agosto Dourado: evidências, investimentos e os sentidos atribuídos à amamentação

O Agosto Dourado foi instituído com o objetivo de promover, proteger e apoiar a amamentação, ampliando a visibilidade da prática e fortalecendo ações de informação, sensibilização e mobilização da sociedade. O mês de agosto é dedicado à celebração e à valorização da amamentação, sendo marcado por campanhas, atividades educativas e iniciativas de instituições, serviços de saúde, organizações da sociedade civil e governos. A escolha do período também se relaciona à Semana Mundial da Amamentação, realizada anualmente na primeira semana de agosto.

Para além de seu caráter celebrativo e de mobilização, o período também é utilizado por organismos internacionais para apresentar evidências sobre os efeitos da amamentação e sobre as intervenções capazes de favorecer sua continuidade. Entre as estratégias avaliadas estão o aconselhamento qualificado em alimentação de lactentes e crianças pequenas, a implementação dos Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, campanhas de comunicação de massa, políticas de proteção à maternidade, apoio à amamentação no ambiente de trabalho e medidas de proteção contra o marketing de substitutos do leite materno.

Em 2026, a programação da Semana Mundial da Amamentação, realizada de 1º a 7 de agosto, foi organizada em torno do tema “Amamentação para um início de vida sustentável: fortalecer o que funciona” (Breastfeeding for a Sustainable Start in Life: Strengthen What Works). A proposta é reveladora da orientação atual do debate internacional: trata-se de identificar intervenções consideradas efetivas, acompanhar seus resultados e fortalecer sua implementação. No comunicado publicado em 31 de julho, a Organização Mundial da Saúde e o UNICEF afirmam que os países devem fortalecer o apoio à amamentação e os sistemas de saúde para proporcionar às crianças um início saudável de vida. O documento destaca a necessidade de sistemas de saúde capazes de oferecer apoio qualificado, ambientes favoráveis à amamentação e políticas que protejam mulheres e crianças.

O documento também apresenta a amamentação a partir de seus efeitos sobre a saúde e o desenvolvimento. Ele destaca que a amamentação contribui para a sobrevivência e o desenvolvimento infantil e que o apoio oferecido às mulheres ao longo do continuum do cuidado é um componente importante para a melhoria das práticas de alimentação infantil. A questão, portanto, não é apresentada como uma responsabilidade exclusiva das mulheres, mas como uma prática que depende das condições oferecidas pelos sistemas de saúde, pelas famílias, pelos locais de trabalho e pelas políticas públicas.

É nesse contexto que aparece um segundo documento publicado no mesmo período: “Investir na amamentação salva vidas e economiza recursos” (Investing in breastfeeding saves lives and money), elaborado pela OMS e pelo UNICEF e publicado em 30 de julho de 2026. Diferentemente do comunicado de 31 de julho, o documento é explicitamente apresentado como um “advocacy brief” e organiza sua argumentação em torno do caso econômico do investimento em amamentação. A própria página da OMS o apresenta como uma publicação destinada a demonstrar que investimentos no apoio à amamentação produzem elevados retornos em capital humano.

O documento reúne evidências sobre diferentes intervenções de apoio à amamentação e procura estimar seus efeitos em termos de saúde e economia. Entre as intervenções consideradas estão o aconselhamento em alimentação de lactentes e crianças pequenas nos

serviços de saúde e na comunidade, a implementação dos Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, campanhas nacionais de comunicação, proteção à maternidade, apoio à amamentação no ambiente de trabalho e implementação do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. A escolha dessas intervenções não é casual: são apresentadas como estratégias com evidências de efetividade e, portanto, passíveis de serem ampliadas nos sistemas de saúde e nas políticas públicas.

A análise procura, então, estabelecer uma relação entre intervenção, resultado e retorno econômico. O argumento central é que recursos destinados à proteção e ao apoio à amamentação não devem ser compreendidos apenas como gastos em saúde, mas como investimentos capazes de produzir benefícios futuros. O documento estima, por exemplo, que a ampliação do apoio à amamentação nos sistemas de saúde, incluindo aconselhamento e implementação dos Dez Passos, poderia produzir um retorno de US$ 59 para cada US$ 1 investido. O cálculo incorpora benefícios associados principalmente ao desenvolvimento cognitivo, aos resultados educacionais e à produtividade ao longo da vida.

O mesmo enquadramento aparece quando o documento estima os custos associados à insuficiência dos investimentos. A análise calcula perdas econômicas globais de aproximadamente US$ 339 bilhões por ano, relacionadas aos efeitos da não amamentação ou da amamentação abaixo dos níveis recomendados. Essas perdas são calculadas a partir de diferentes dimensões, incluindo mortalidade, desenvolvimento cognitivo, escolaridade, produtividade e custos relacionados à saúde. Dessa forma, aquilo que poderia ser descrito como um conjunto de consequências sanitárias e sociais passa também a ser traduzido em uma medida econômica agregada.

Esse movimento não significa que os documentos abandonem a perspectiva da saúde. Pelo contrário, os efeitos sobre mortalidade, morbidade, desenvolvimento infantil e saúde materna permanecem como elementos importantes da argumentação. O que se observa é a incorporação de uma segunda camada de justificativa: a amamentação é apresentada como uma prática de saúde e, simultaneamente, como um investimento com capacidade de gerar retorno econômico.

Essa dupla argumentação pode ser observada no próprio vocabulário utilizado. Termos como “investimento”, “retorno”, “capital humano”, “produtividade”, “custos”, “perdas econômicas” e “retorno sobre o investimento” passam a ocupar lugar de destaque. O documento não apenas apresenta resultados econômicos como uma consequência adicional das intervenções; ele constrói esses resultados como parte do argumento para mobilização de recursos. O próprio título — Investing in breastfeeding saves lives and money — condensa essa estratégia: salvar vidas e economizar recursos são apresentados como resultados complementares de uma mesma decisão de investimento.

Essa perspectiva também aparece na programação da Semana Mundial da Amamentação de 2026. A OMS apresenta entre suas atividades uma agenda voltada a “fortalecer o que funciona”, com ênfase em novas evidências e na aceleração do investimento em amamentação. Em evento realizado em agosto, a própria OMS e o UNICEF apresentam o estudo econômico como uma ferramenta para oferecer aos formuladores de políticas, doadores e defensores da amamentação um argumento econômico contemporâneo para enfrentar a lacuna de financiamento.

Assim, os dois documentos publicados no início de agosto cumprem funções diferentes, mas articuladas. O comunicado de 31 de julho apresenta a posição institucional da OMS e do UNICEF sobre a necessidade de fortalecer o apoio à amamentação e os sistemas de saúde. Já o "Investir na amamentação salva vidas e economiza recursos" procura traduzir essa agenda em uma linguagem capaz de dialogar diretamente com decisões de financiamento. Em um, predominam a saúde, o cuidado e a organização dos sistemas; no outro, esses mesmos resultados são convertidos em uma argumentação de investimento, retorno e custo econômico.

Essa forma de apresentar a questão pode ser compreendida como uma estratégia de advocacy baseada em evidências econômicas. Em contextos nos quais políticas públicas disputam recursos limitados, demonstrar que determinada intervenção é efetiva pode não ser suficiente. É necessário também demonstrar quanto custa implementá-la, quais resultados pode produzir e quais custos podem ser evitados. A tradução de resultados de saúde em indicadores econômicos amplia, dessa maneira, os argumentos disponíveis para aqueles que defendem o financiamento das políticas de apoio à amamentação.

Há, entretanto, uma questão importante a ser considerada: o que acontece quando a linguagem econômica deixa de ser apenas um recurso argumentativo e passa a organizar a própria forma de atribuir valor à amamentação? A pergunta é particularmente pertinente porque amamentar é uma prática que não se realiza em um vazio econômico. Ela envolve tempo, trabalho, disponibilidade, condições materiais, apoio familiar, organização dos serviços de saúde, políticas de licença, condições de trabalho e relações sociais. Quando essas dimensões são traduzidas predominantemente em termos de investimento e produtividade, parte importante da experiência social da amamentação pode desaparecer da análise.

A linguagem do investimento também pode produzir uma inversão interessante. Em vez de partir da pergunta sobre quais condições sociais, econômicas e institucionais devem existir para que mulheres e crianças tenham seus direitos protegidos, parte-se da pergunta sobre quanto essas condições podem retornar à economia. A primeira formulação coloca no centro sujeitos, direitos e responsabilidades coletivas. A segunda coloca no centro eficiência, retorno e produtividade.

Isso não significa rejeitar a utilização de análises econômicas. Estimar custos, benefícios e custo-efetividade é importante para o planejamento das políticas públicas e para a definição de prioridades. Os dados econômicos produzidos pelas agências são relevantes justamente porque tornam visível uma dimensão frequentemente pouco considerada nas decisões de financiamento. O problema está em tomar essa dimensão como medida suficiente do valor de uma política.

Há ainda uma questão relacionada à própria noção de retorno. O cálculo de US$ 59 para cada US$ 1 investido produz uma imagem poderosa da relação entre recurso aplicado e benefício obtido. Entretanto, nem todos os benefícios da amamentação são facilmente mensuráveis ou monetizáveis. Vínculo, cuidado, autonomia, proteção, experiências familiares, redução de desigualdades e direito à saúde não necessariamente encontram correspondência adequada em indicadores econômicos. A transformação desses elementos em valores monetários pode ser útil para determinadas análises, mas também pode reduzir a complexidade do fenômeno que se pretende compreender.

Da mesma maneira, apresentar a não amamentação como uma fonte de perdas econômicas pode deslocar a discussão sobre responsabilidade. Se a amamentação é tratada

como investimento em capital humano, quem é responsável por realizar esse investimento? A mulher? A família? O serviço de saúde? O empregador? O Estado? A sociedade? A resposta é particularmente importante porque as condições para amamentar são distribuídas de maneira desigual. Mulheres em diferentes situações de trabalho, renda, acesso aos serviços e proteção social não dispõem dos mesmos recursos para sustentar a amamentação.

Por isso, uma leitura crítica das publicações permite reconhecer simultaneamente a força das evidências apresentadas e os limites da racionalidade que as organiza. As intervenções avaliadas possuem resultados relevantes e devem ser consideradas no planejamento das políticas de saúde. A questão não está em negar esses resultados, mas em perguntar quais são as consequências de justificar políticas de cuidado prioritariamente por sua capacidade de produzir ganhos econômicos.

O próprio uso da expressão “capital humano” merece atenção. Quando o desenvolvimento cognitivo de uma criança é apresentado também como um componente do capital humano futuro, o indivíduo passa a ser considerado não apenas em sua dimensão de sujeito de direitos, mas também como alguém que poderá contribuir para a produtividade econômica. A infância, nesse enquadramento, pode ser interpretada simultaneamente como uma etapa da vida a ser protegida e como uma etapa de formação de um futuro trabalhador produtivo.

É nesse ponto que a lógica econômica se aproxima de uma lógica de mercado. Embora os documentos não estejam propondo a transformação da amamentação em mercadoria, a linguagem utilizada aproxima a política de saúde de categorias próprias da economia: investimento, retorno, produtividade, perdas e eficiência. O risco não está necessariamente no uso dessas categorias, mas na possibilidade de que elas passem a definir quais políticas merecem ser protegidas, quanto devem receber e quais resultados são considerados mais valiosos.

A questão que permanece é menos sobre se a amamentação gera retorno econômico — as análises apresentadas procuram demonstrar que sim — e mais sobre porque precisamos demonstrar esse retorno para reconhecer o valor de uma prática de cuidado, saúde e proteção da vida. Se o investimento em amamentação é defendido porque salva vidas, melhora a saúde e favorece o desenvolvimento, esses argumentos já deveriam possuir relevância própria. Quando são convertidos em dólares, anos de escolaridade e produtividade, tornam-se mais facilmente incorporáveis à linguagem das decisões econômicas, mas também correm o risco de subordinar o valor do cuidado àquilo que pode ser calculado como ganho ou perda.

Sarampo nas Américas: reemergência, vacinação e os desafios contemporâneos da saúde pública

O sarampo constitui um dos exemplos mais expressivos da capacidade dos programas de imunização de modificar o perfil epidemiológico de uma doença e, simultaneamente, dos desafios envolvidos na manutenção de conquistas sanitárias. Trata-se de uma doença viral altamente contagiosa, capaz de produzir complicações graves, incluindo pneumonia, encefalite e óbito, mas para a qual existe uma vacina segura e eficaz. Nas Américas, a interrupção da transmissão endêmica foi alcançada em 2002, e a região foi posteriormente certificada como livre de sarampo em 2016. A manutenção desse resultado, entretanto, depende da preservação de níveis elevados de imunidade coletiva, da vigilância epidemiológica e da capacidade de resposta rápida diante de casos importados.

A trajetória recente da doença demonstra como essa conquista permanece vulnerável. No Brasil, após o último registro de casos em 2015, o país recebeu em 2016 a certificação de eliminação do sarampo. A partir de 2018, entretanto, houve retorno da circulação do vírus, associado ao fluxo migratório e à redução das coberturas vacinais. Em 2019, o Brasil perdeu a certificação após a manutenção da transmissão por mais de 12 meses. Entre 2018 e 2022, foram registrados mais de 39 mil casos no país, com concentração especialmente elevada em 2019.

O cenário regional voltou a se modificar de maneira expressiva a partir de 2025. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), foram registrados 14.891 casos confirmados de sarampo em 13 países das Américas em 2025, acompanhados de 29 óbitos. O número representou um aumento de aproximadamente 32 vezes em relação aos 466 casos registrados em 2024 e constituiu o maior número de casos na região desde 2019. Entre os países mais afetados estiveram Canadá, México e Estados Unidos, além de Bolívia, Paraguai, Brasil e outros países que registraram casos associados à importação ou a cadeias de transmissão.

O cenário se agravou em 2026. Entre a semana epidemiológica 1 e a semana 23, encerrada em 13 de junho, a região já havia registrado 22.324 casos confirmados em 17 países e territórios, incluindo 38 mortes. O número representa aumento de 207% em relação ao mesmo período de 2025. México, Guatemala, Estados Unidos e Canadá concentravam 97% dos casos confirmados.

A situação levou a OPAS a classificar o risco para a saúde pública nas Américas como “muito alto”, particularmente diante da persistência de surtos, das lacunas de imunidade e da existência de populações não vacinadas ou com esquemas incompletos. O problema não se limita, portanto, ao número absoluto de casos: a circulação do vírus em diferentes territórios aumenta a possibilidade de importação para países que conseguiram interromper a transmissão endêmica.

Outro aspecto relevante é a distribuição dos casos segundo o histórico vacinal. Em avaliação regional publicada pela Organização fevereiro de 2026, entre os casos confirmados para os quais havia informação disponível, 78% não haviam sido vacinados e 11% apresentavam situação vacinal desconhecida. A incidência foi particularmente elevada entre crianças menores de um ano, seguidas pelas faixas de um a quatro e de cinco a nove anos.

Os dados mais recentes reforçam essa relação. No relatório regional de junho de 2026, aproximadamente 85% dos casos confirmados eram de pessoas não vacinadas ou com situação vacinal desconhecida. O sarampo, por sua elevada transmissibilidade, pode se disseminar rapidamente quando existem bolsões de população suscetível. Por isso, a manutenção da eliminação requer coberturas de pelo menos 95% com duas doses da vacina contendo componente contra o sarampo.

A questão, entretanto, não pode ser explicada apenas pela existência ou ausência de vacinação individual. Os dados de cobertura mostram desigualdades importantes entre países e mesmo dentro deles. Em 2025, a cobertura regional da primeira dose da vacina contra o sarampo caiu para 88%, enquanto a segunda dose alcançou 78%, ambas abaixo do patamar considerado necessário para interromper a transmissão.

No Brasil, a situação também reflete a vulnerabilidade associada à circulação do vírus nas Américas. Em 2025, foram confirmados 38 casos no país. Entre os episódios registrados, destaca-se um surto no Tocantins, com 25 casos, associado à introdução do vírus por pessoas

procedentes da Bolívia. Nesse surto, 84% dos casos ocorreram em uma comunidade tradicional com baixa cobertura vacinal.

Em 2026, até 13 de agosto, foram registrados 24 casos, todos relacionados à importação do vírus. Desses, 21 permaneciam em acompanhamento no estado de São Paulo — 18 na capital, dois em São Bernardo do Campo e um em Guarulhos — enquanto três casos já haviam sido encerrados. O cenário evidencia que, mesmo após a recertificação da eliminação da circulação endêmica, permanecem condições para a introdução e a transmissão do vírus em populações com lacunas de imunidade.

A experiência do sarampo evidencia um paradoxo da prevenção: o sucesso da vacinação pode tornar a doença menos visível e, consequentemente, reduzir a percepção sobre seus riscos e a importância de manter altas coberturas vacinais. A interrupção da transmissão endêmica nas Américas e a posterior recertificação do Brasil como país livre da circulação do vírus constituem importantes conquistas de saúde pública, mas não significam a eliminação do risco de reintrodução. Enquanto houver circulação do vírus em outras regiões, casos importados podem ocorrer e, na presença de populações suscetíveis, desencadear cadeias de transmissão.

Nesse sentido, a manutenção da eliminação depende não apenas da disponibilidade da vacina, mas da continuidade da vacinação, da vigilância epidemiológica e da capacidade de resposta dos sistemas de saúde. A vacinação, particularmente no caso de doenças altamente transmissíveis como o sarampo, produz efeitos que ultrapassam a proteção individual, contribuindo para reduzir a circulação do vírus e proteger a população como um todo.

As lacunas de cobertura vacinal têm múltiplas causas, entre elas dificuldades de acesso, falhas dos serviços, perda de oportunidades de vacinação, problemas de registro, hesitação e desinformação. Esses fatores, entretanto, não devem ser confundidos com a atuação do movimento antivacina, que produz e dissemina sistematicamente discursos contrários à vacinação sem respaldo nas evidências científicas disponíveis.

Se a hesitação vacinal pode decorrer de dúvidas, medo ou falta de informação, o movimento antivacina atua de maneira mais deliberada: questiona a segurança e a efetividade das vacinas, distorce evidências, amplifica informações falsas e contribui para a desconfiança em relação às políticas de imunização. Seus efeitos não permanecem no campo das opiniões individuais. Ao contribuir para a redução das coberturas vacinais, esses discursos ampliam o número de pessoas suscetíveis e favorecem a circulação de doenças imunopreveníveis.

O sarampo torna esse efeito particularmente evidente. Por sua elevada transmissibilidade, a redução da imunidade coletiva cria rapidamente condições para a ocorrência de surtos. A reemergência da doença nas Américas, em um contexto de importantes lacunas vacinais, demonstra que a eliminação da transmissão endêmica não é uma conquista irreversível. Casos importados podem encontrar populações suscetíveis e dar origem a novas cadeias de transmissão.

O problema do movimento antivacina ultrapassa, assim, a liberdade individual de acreditar ou não nas vacinas. A vacinação é uma intervenção que produz efeitos coletivos e cuja recusa, quando disseminada em escala, aumenta o risco para toda a população. A produção deliberada de desinformação sobre vacinas, portanto, não é apenas uma disputa de narrativas: contribui diretamente para a perda de proteção coletiva, para o ressurgimento de doenças controladas e para a ocorrência de casos, complicações e mortes evitáveis. O desafio da saúde

pública, nesse contexto, não é apenas recuperar coberturas vacinais, mas também preservar a confiança na ciência e impedir que a desinformação comprometa conquistas sanitárias construídas ao longo de décadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Alerta sobre sarampo nas Américas reforça importância de intensificar vacinação no Brasil. Brasília, DF, 13 ago. 2026. Acesso em: 17 ago. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/agosto/alerta-sobre-sarampo-nas-americas-reforca-importancia-de-intensificar-vacinacao-no-brasil

BRASIL. Ministério da Saúde. Situação epidemiológica do sarampo. Brasília, DF, 2026. Acesso em: 17 ago. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sarampo/situacao-epidemiologica

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). OPAS chama países a reforçarem vacinação diante do aumento de casos de sarampo nas Américas. 23 abr. 2026. Acesso em: 17 ago. 2026. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/23-4-2026-opas-chama-paises-reforcarem-vacinacao-diante-do-aumento-casos-sarampo-nas-américas

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). OPAS pede reforço da vacinação e da vigilância diante do aumento de casos de sarampo nas Américas. 8 ago. 2026. Acesso em: 17 ago. 2026. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/8-8-2026-opas-pede-reforco-da-vacinacao-e-da-vigilancia-diante-do-aumento-casos-sarampo

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Situation Report #5: Measles in the Americas Region. 18 jun. 2026. Acesso em: 17 ago. 2026. Disponível em: https://www.paho.org/en/documents/situation-report-5-measles-americas-region-18-june-2026

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Countries urged to strengthen breastfeeding support and health systems to give every child a healthy start in life. Geneva/New York, 31 July 2026. Acesso em: 14 ago. 2026. Disponível em:https://www.who.int/news/item/31-07-2026-countries-urged-to-strengthen-breastfeeding-support-and-health-systems-to-give-every-child-a-healthy-start-in-life

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); UNICEF. Investing in breastfeeding saves lives and money. Geneva: World Health Organization, 2026. Acesso em: 13 ago. 2026. Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/investing-in-breastfeeding-saves-lives-and-money

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Breastfeeding Week 2026: Breastfeeding for a sustainable start in life – strengthen what works. Geneva, 2026. Acesso em: 14 ago. 2026. Disponível em: https://www.who.int/campaigns/world-breastfeeding-week/2026?utm_source=chatgpt.com

UNESCO80: reforma institucional, alinhamento com a iniciativa UN80 e a nova arquitetura global da saúde

UNESCO80: reforma institucional, alineación con la Iniciativa UN80 y la nueva arquitectura global de la salud

UNESCO80: institutional reform, alignment with the UN80 initiative and the New Global Health Architecture

Fabiane Gaspar

Resumo: O informe examina o programa UNESCO80, lançado como resposta à crise financeira e política que atinge o sistema das Nações Unidas, agravada pelo anúncio, em julho de 2025, da nova retirada dos Estados Unidos da Organização. Analisam-se a motivação do programa, os três pilares do seu roteiro estratégico (r*oadmap)*, as ações em curso, o estado atual da implementação e os próximos passos até a Estratégia de Médio Prazo 2030-2037. Em seguida, discutem-se as convergências e divergências entre o UNESCO80, a iniciativa UN80 e a reforma da arquitetura global de saúde (GHA) conduzida pela Organização Mundial da Saúde, identificando pontos em comum, diferenças institucionais e riscos para a efetividade do multilateralismo contemporâneo.

Palavras-chave: UNESCO80; reforma das Nações Unidas; multilateralismo; arquitetura global da saúde.

Resumen: *O informe examina el programa UNESCO80, lanzado como respuesta a la crisis financiera y política que afecta al sistema de las Naciones Unidas, agravada por el anuncio, en julio de 2025, de la nueva retirada de los Estados Unidos de la Organización. Se analizan la motivación del programa, los tres pilares de su Hoja de Ruta (Roadmap), las acciones en curso, el estado actual de la implementación y los próximos pasos hasta la Estrategia a Plazo Medio 2030-2037. Posteriormente, se discuten las convergencias y divergencias entre el UNESCO80, la iniciativa UN80 y la reforma de la arquitectura sanitaria mundial (GHA) impulsada por la Organización Mundial de la Salud, identificando puntos en común, diferencias institucionales y riesgos para el multilateralismo contemporáneo.*

Palabras clave: *UNESCO80; reforma de las Naciones Unidas; multilateralismo; arquitectura sanitaria mundial.*

Abstract: *The report examines the UNESCO80 programme, launched as a response to the financial and political crisis affecting the United Nations system, compounded by the announcement, in July 2025, of the United States' renewed withdrawal from the Organization. It analyses the programme's motivation, the three pillars of its Roadmap, ongoing actions, the current state of implementation, and the next steps leading to the 2030-2037 Medium-Term Strategy. It then discusses convergences and divergences between UNESCO80, the UN80 initiative and the reform of the global health architecture (GHA) led by the World Health Organization, identifying common ground, institutional differences and risks to contemporary multilateral effectiveness.*

Keywords: *UNESCO80; United Nations reform; multilateralism; global health architecture.*

Introdução

O ano de 2025 marcou um ponto de inflexão para o sistema multilateral construído no imediato pós segunda guerra mundial. Ao completar oitenta anos de existência, a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas viram-se confrontadas simultaneamente por uma crise financeira sem precedentes recentes, pela retração do apoio de doadores tradicionais e pela retirada, parcial ou total, de um de seus principais financiadores históricos, os Estados Unidos, de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse contexto, processos para uma mudança diante dessa conjuntura emergiram de forma quase simultânea: o UNESCO80, lançado pela Direção-Geral da UNESCO; a iniciativa UN80, conduzida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas; e o processo de reforma da arquitetura global de saúde (*Global Health Architecture*, GHA), hospedado pela OMS.

Este informe tem por objetivo apresentar e analisar o programa UNESCO80, examinando sua motivação, os pilares que estruturam seu *Roadmap*, as ações já empreendidas, o estado atual de implementação e os próximos passos previstos. Na sequência, propõe-se uma leitura comparada entre o UNESCO80, a iniciativa UN80 e a reforma da GHA, com o objetivo de identificar convergências, diferenças institucionais e pontos que apresentam maior ou menor probabilidade de êxito, dado o cenário de restrição orçamentária e fragmentação geopolítica que caracteriza o multilateralismo contemporâneo.

A motivação do UNESCO80: crise financeira, retirada dos Estados Unidos e o cenário multilateral de 2025-2026

O UNESCO80 não pode ser compreendido isoladamente da conjuntura política e orçamentária que atingiu o sistema ONU como um todo, e no caso da UNESCO, agravada mais ainda com a saída do seu maior contribuinte, os Estados Unidos, alegando que a permanência na Organização não atendia aos interesses nacionais norte-americanos.

Segundo a porta-voz do Departamento de Estado, Tammy Bruce, a UNESCO promoveria “causas sociais e culturais divisivas” e manteria enfoque considerado desproporcional sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em contradição com a política externa do governo Trump. A decisão também citou a admissão do Estado da Palestina como membro pleno da UNESCO em 2011 como elemento de contrariedade adicional.

Trata-se da terceira retirada norte-americana da Organização desde sua fundação em 1945: a primeira ocorreu em 1984, sob o governo de Ronald Reagan, sob acusações de politização excessiva; a segunda, em 2017, também sob a primeira administração Trump; e o país havia retornado à UNESCO em 2023, durante o governo de Joe Biden, com compromisso de quitar débitos acumulados e retomar contribuições que, à época, chegaram a representar cerca de um quinto do orçamento regular da Organização.

A diretora-geral da UNESCO à época do anúncio, em julho de 2025, Audrey Azoulay, declarou lamentar profundamente a decisão, mas afirmou que a Organização já se preparava financeiramente para esse cenário. Essa instabilidade orçamentária cíclica, marcada por sucessivas entradas e saídas do maior contribuinte histórico do sistema das Nações Unidas, constitui um dos fatores estruturais que explicam por que a atual Direção-Geral da UNESCO, sob a liderança de Khaled El-Enany, optou por lançar um processo de reforma abrangente logo no

início de seu mandato, buscando reduzir a dependência da Organização em relação a fontes de financiamento politicamente voláteis e fortalecer sua eficiência institucional.

Esse movimento específico da UNESCO insere-se em um quadro mais amplo de tensionamento do multilateralismo. Em março de 2025, o Secretário-Geral António Guterres lançou a iniciativa UN80, explicitamente motivada por um quadro de pressões financeiras crescentes, fragmentação institucional e demandas crescentes sobre o sistema multilateral, em um contexto no qual simulações internas indicavam que o Secretariado da ONU poderia ficar sem recursos para pagar salários e fornecedores já a partir de setembro de 2025, caso não fossem adotadas medidas de contenção.

Paralelamente, a OMS enfrentava sua própria crise, decorrente tanto da retirada formal dos Estados Unidos, efetivada em janeiro de 2026 após processo iniciado um ano antes, quanto do colapso mais amplo do financiamento internacional em saúde, que caiu de um pico de 80,3 bilhões de dólares em 2021 para 39,1 bilhões em 2025, o menor patamar desde 2013.

O UNESCO80, portanto, deve ser lido como uma resposta específica, mas não isolada, a uma crise sistêmica que atinge simultaneamente os três pilares clássicos da arquitetura multilateral construída após 1945: a paz, a segurança e o desenvolvimento, afetando também os pilares da educação, ciência e cultura; e saúde global.

O roteiro estratégico UNESCO80

O roteiro estratégico (r*oadmap)* UNESCO80 foi adotado na 224ª sessão do Conselho Executivo da Organização, em abril de 2026, com a participação dos Estados-Membros de todas as regiões, conduzido desde a eleição do atual Diretor-Geral na 43ª Conferência Geral, em novembro de 2025. Em mensagem dirigida às delegações permanentes, o Diretor-Geral Khaled El-Enany caracterizou o *Roadmap* UNESCO80 como:

> *...apenas o ponto de partida de um processo de reforma mais amplo: ele estabelece as principais direções. A implementação de muitas medidas já começou, e nosso objetivo é conduzir uma reforma abrangente ao longo do próximo C/5 e da próxima Estratégia de Médio Prazo[1], a fim de consolidar uma transformação coerente e sustentável...[2]*

O Roadmap não constitui um pacote de reforma finalizado e não antecipa decisões sobre mandatos, programas ou orçamentos, prerrogativas que permanecem sob autoridade dos órgãos de governança da UNESCO.

O documento está estruturado em três pilares inter-relacionados e mutuamente reforçadores:

[1]Documento **C/4 de planejamento de prazo mais longo** — normalmente cobre cerca de oito anos e define a visão estratégica, os grandes objetivos e as prioridades globais da UNESCO nesse horizonte mais amplo, servindo de referência para os sucessivos Programas e Orçamentos (C/5) que virão dentro desse período.
[2] **C/5 -Programa e Orçamento da UNESCO**: o documento define, para um período de dois anos, quais são as prioridades programáticas da Organização e como o orçamento será distribuído entre elas. É aprovado pela Conferência Geral (o órgão máximo de decisão, com todos os Estados-Membros) a cada sessão.

- **Pilar I**: aborda eficiências e melhorias institucionais, com foco no fortalecimento de sinergias, prestação de contas, transparência, gestão de recursos humanos, métodos de trabalho e governança da infraestrutura em toda a Organização.
- **Pilar II** estabelece um marco estruturado para a revisão da implementação de mandatos por meio de um processo intergovernamental, com atenção às prioridades estratégicas e à vantagem comparativa da UNESCO frente a outras organizações do sistema das Nações Unidas.
- **Pilar III** identifica um conjunto inicial de ajustes estruturais direcionados, a serem realizados ainda durante o biênio corrente, com vistas ao aumento de impacto, coerência e eficiência.

Continuando em sua mensagem, o Diretor-Geral também explicitou as prioridades políticas que orientam a implementação dos três pilares: (i) o fortalecimento da intersetorialidade entre os grandes setores de atuação da UNESCO, (ii) o reforço da rede de escritórios de campo, e (iii) a manutenção de foco robusto sobre as prioridades globais da Organização, notadamente a África e a igualdade de gênero, bem como sobre os grupos prioritários dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e da juventude.

Além disso, o Roadmap prevê compromissos com a melhoria da cooperação com os Estados-Membros, os órgãos de governança e o sistema das Nações Unidas como um todo, com o fortalecimento da transparência e da prestação de contas, com a simplificação de procedimentos administrativos e com a busca de eficiência de custos, preservando, segundo o próprio texto, atenção ao que é descrito como o maior ativo da Organização: seu quadro de pessoal.

O Roadmap situa-se explicitamente em alinhamento com a iniciativa UN80 do sistema das Nações Unidas, da qual a UNESCO é parte, replicando, em escala e linguagem, a estrutura tripartite adotada pelo Secretariado-Geral em Nova York: eficiências institucionais, revisão da implementação de mandatos e ajustes estruturais voltados à redução de duplicações.

Contudo, o próprio texto do Roadmap reitera seu caráter não conclusivo, remetendo decisões substantivas sobre mandatos, programas e orçamento para as instâncias intergovernamentais competentes nos próximos ciclos.

Estado atual da implementação – ações em curso e cronograma

O roteiro estratégico UNESCO80 encontra-se na fase de execução inicial dos três pilares, tendo em vista que foi formalmente adotado pelo Conselho Executivo em abril de 2026. As primeiras rodadas do processo intergovernamental de revisão de mandatos previsto no Pilar II já foram realizadas, com transmissão pública das sessões por meio da plataforma UNESCO80 Live Stream, buscando dar transparência ao processo de forma inédita em relação a oportunidades anteriores de reforma da Organização.

O Grupo de Trabalho de Composição Aberta (*Open-ended Working Group*) sobre a revisão da implementação de mandatos realizou cinco reuniões entre junho e julho de 2026, dedicadas a discutir, de forma intergovernamental, as prioridades estratégicas e a vantagem comparativa da Organização em cada um de seus grandes domínios de atuação.

Paralelamente, o *Roadmap* prevê que, nas áreas em que medidas específicas exijam investimento — como a modernização de infraestrutura e a transformação digital —, o Secretariado submeterá propostas correspondentes ao Conselho Executivo, acompanhadas de

informação completa sobre as implicações financeiras associadas, preservando a prerrogativa orçamentária dos órgãos de governança. O atual ciclo orçamentário compreende o biênio 2026-2027 (43 C/5) que dará subsídios à preparação do próximo Programa e Orçamento, o 44 C/5, referente ao biênio 2028-2029, bem como a futura Estratégia de Médio Prazo da UNESCO, o 45 C/4, que cobrirá o período 2030-2037.

Esse roteiro revela-se como um processo gradual e plurianual, que combina medidas de eficiência de aplicação relativamente imediata (Pilar I e III) com uma revisão de mandatos de natureza mais política e demorada (Pilar II), cujos resultados possivelmente virão somente na próxima década.

Próximos passos

O horizonte imediato do UNESCO80 é marcado por dois compromissos temporais centrais. Em primeiro lugar, a conclusão do processo de revisão de mandatos do Pilar II deverá subsidiar diretamente a elaboração do 44 C/5, o próximo Programa e Orçamento da Organização, para o biênio 2028-2029 — o que implica que decisões sobre prioridades, fusões, descontinuidades ou fortalecimento de programas específicos deverão ser tomadas ao longo de 2027, no âmbito da Conferência Geral. Em segundo lugar, os resultados consolidados do processo de reforma deverão subsidiar a redação da 45 C/4, a próxima Estratégia de Médio Prazo da Organização — 2030-2037, o que projeta os efeitos estruturais do UNESCO80 para além de uma década.

A esse cronograma somam-se os efeitos concretos com a saída dos Estados Unidos visto a redução orçamentária drástica sem seu maior contribuinte, o que deverá impor à Organização a decisão de escolher não somente suas prioridades de suas ações, assim como colocará em prova sua capacidade de adaptação em um cenário de recursos ainda mais escassos ao mesmo tempo que precisa proteger suas prioridades anunciadas — África, igualdade de gênero, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês) e juventude.

A reforma da ONU (UN80) e a nova arquitetura global da saúde (GHA): convergências e divergências

A compreensão integral do UNESCO80 exige sua leitura em diálogo com dois outros processos de reforma que se desenrolam no mesmo período: a iniciativa UN80, de alcance sistêmico, e o processo de reforma da arquitetura global de saúde, liderado pela OMS.

Visão geral da iniciativa UN80

Lançada em março de 2025 pelo Secretário-Geral António Guterres por ocasião dos oitentas anos de fundação da ONU, a iniciativa UN80 é descrita oficialmente como resposta a uma crise sistêmica marcada por divisão geopolítica, diminuição de recursos, violações da Carta das Nações Unidas e dúvidas crescentes sobre o valor do multilateralismo.

Há três eixos de trabalho:

1. melhoria do funcionamento do Secretariado,
2. fortalecimento do ciclo de vida dos mandatos e
3. realinhamento de programas e estruturas.

A iniciativa organiza-se em torno de um Plano de Ação com 86 ações, 31 pacotes de trabalho e três grandes vertentes (*workstreams*) interconectadas.

Do ponto de vista financeiro, o orçamento do Secretariado da ONU para 2026 sofreu redução superior a 9% em recursos e 21% em postos de trabalho frente a 2025, o que, segundo estimativas do *Council on Foreign Relations*, pode representar a eliminação de cerca de 6.900 postos em um quadro de aproximadamente 35 mil funcionários.

Um ponto de atenção que gerou críticas des organizações da sociedade civil foi quanto ao equilíbrio efetivo de cortes orçamentários entre os três pilares da Organização. A *International Service for Human Rights* (ISHR) e o *Universal Rights Group* informaram que os cortes propostos para o orçamento de 2026 atingiram de forma desproporcional o pilar de direitos humanos, com redução de aproximadamente 15% para o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH), superior aos cortes de 12% previstos para desenvolvimento e 13% para paz e segurança. O equilíbrio entre distribuição de recursos e escolha de prioridades é um desafio tão crucial quanto cruel — um dilema que, idealmente, não deveria sequer existir.

Visão geral da reforma da arquitetura global de saúde (GHA)

No campo da saúde, a OMS conduz, desde maio de 2026, um Processo Conjunto sobre a Reforma da Arquitetura Global de Saúde, estabelecido por decisão da 79ª Assembleia Mundial da Saúde a partir de proposta apresentada pelo Secretariado da OMS e de decisão prévia do Conselho Executivo (EB158), de fevereiro de 2026.

O processo é coordenado pela OMS, mas conduzido pelos Estados-Membros, com a participação de entidades das Nações Unidas (UNICEF, UNFPA), de iniciativas globais de saúde (Gavi, o Fundo Global de Luta contra a Aids, a Tuberculose e a Malária, a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias — CEPI —, a Unitaid e o Pandemic Fund), do Banco Mundial e de organizações regionais de saúde, em consulta com a sociedade civil.

Foi instituída uma Força-Tarefa Conjunta, com o mandato de desenvolver opções, recomendações e um roteiro de implementação a partir de três objetivos declarados:

1. alinhar funções, mandatos e capacidades dos atores da arquitetura global de saúde;
2. fortalecer a coordenação e a tomada de decisão entre os níveis global, regional e nacional; e
3. alinhar o financiamento a prioridades definidas pelos próprios países.

O processo é orientado pelos seguintes princípios: (i) equidade e solidariedade, (ii) liderança e apropriação nacional (*country ownership*), (iii) subsidiariedade e (iv) coerência com prestação de contas.

A urgência da reforma da GHA replica, em essência, a mesma situação observada com a UNESCO e a ONU após a retirada formal dos Estados Unidos e da Argentina da Organização, efetivada em janeiro de 2026, o que deixou um déficit financeiro estimado em cerca de 45% do orçamento da OMS para o biênio 2026-2027, que já havia sido reduzido de 5,3 bilhões para 4,2 bilhões de dólares, ainda com déficit remanescente próximo de 1,9 bilhão de dólares, de períodos anteriores.

Como consequência, a Organização já havia eliminado cerca de 2.500 postos de trabalho até março de 2026, o equivalente a quase um quarto de seu quadro de pessoal. Esse quadro é agravado por uma tendência mais ampla de retração do financiamento internacional em saúde, que caiu à metade entre 2021 e 2025, atingindo o patamar mais baixo desde 2013, o que tem

afetado de forma particularmente severa programas verticais de combate ao HIV/Aids, tuberculose e malária.

Em outubro de 2025, líderes de instituições como o Fundo Global, a Gavi e a própria OMS, reunidos na Cúpula Mundial de Saúde em Berlim, defenderam publicamente a redução do número de agências que compõem o sistema internacional de saúde, por considerá-lo excessivamente fragmentado e redundante.

Pontos de convergência

Buscamos comparar os processos na tentativa de identificar convergências e diferenças entre os processos em curso, e possíveis contribuições para incremntar a execução das metas e ações.

Os três processos são desencadeados pelo mesmo choque estrutural da retração simultânea do financiamento estadunidense e a queda mais ampla da ajuda oficial ao desenvolvimento, que recuou 7,1% em 2024 e deverá cair até 28% adicional até 2026, segundo estimativas do International Institute for Strategic Studies (IISS). Trata-se, nos três casos, de reformas impulsionadas por austeridade, e não primariamente por um projeto programático prévio de transformação institucional.

Um outro ponto de convergência que os três processos compartilham está relacionado a uma gramática comum de reforma, estruturada em torno de eficiência administrativa, revisão de mandatos e busca de subsidiariedade — com ênfase recorrente em "apropriação nacional" ou "liderança dos países", presente tanto na retórica do UNESCO80 quanto nos princípios da reforma da GHA e no discurso do UN80 sobre descentralização e realocação para postos de custo mais baixo.

Outrossim, os três processos enfatizam, ao menos discursivamente, seu caráter conduzido pelos Estados-Membros, e não imposto pelos secretariados: o UN80 destaca que "os Estados-Membros estão no banco do motorista"; a reforma da GHA é descrita como "liderada pelos Estados-Membros, hospedada pela OMS"; e o Pilar II do UNESCO80 estabelece explicitamente um processo intergovernamental para a revisão de mandatos.

O deslocamento do protagonismo para os Estados-Membros representa uma oportunidade relevante, na medida em que tende a aproximar o planejamento institucional das realidades nacionais, corrigindo a tendência de aspirações programáticas pouco efetivas diante desses contextos.

Por fim, os três processos vinculam-se a documentos e ciclos orçamentários específicos e de médio prazo — o 44 C/5 e o 45 C/4 na UNESCO, o orçamento de 2026 e o Pacto para o Futuro na ONU, e os próximos ciclos orçamentários e o roteiro de implementação da Força-Tarefa na OMS —, o que projeta seus efeitos substantivos para além do curto prazo.

Diferenças institucionais

A despeito dessas convergências, os três processos operam sobre arquiteturas institucionais substancialmente distintas. A revisão de mandatos do UNESCO80 desenrola-se dentro de uma estrutura de governança relativamente unificada, com Conferência Geral e Conselho Executivo próprios, o que facilita a condução de um processo intergovernamental único.

Já a reforma da GHA precisa coordenar um ecossistema muito mais policêntrico, no qual iniciativas como a Gavi, o Fundo Global, a CEPI, a Unitaid e o Pandemic Fund são juridicamente autônomas em relação à OMS, com governanças, doadores e órgãos diretivos próprios — o que torna qualquer tentativa de racionalização estrutural bem mais complexa do que um simples exercício de reforma interna de secretariado.

A iniciativa UN80, por sua vez, distingue-se por seu alcance verdadeiramente sistêmico, abrangendo o conjunto de fundos, programas e agências especializadas coordenados pelo sistema das Nações Unidas.

Uma diferença relevante é quanto à natureza da crise financeira que no caso da UNESCO, o principal fator de instabilidade é a retirada, já anunciada, de um Estado-Membro que havia retornado à Organização havia apenas dois anos, configurando um padrão cíclico e relativamente previsível de entrada e saída; já no caso da OMS, a crise combina a saída dos Estados Unidos com um colapso mais generalizado e menos previsível do financiamento internacional em saúde, que atinge inclusive doadores tradicionalmente estáveis, o que afeta também o sistema ONU de forma geral também pelo subfinanciamento de causas humanitárias, de paz e de desenvolvimento.

Por fim, observa-se que os cortes documentados no âmbito da UN80 recaíram de modo desproporcional sobre o pilar de direitos humanos, uma assimetria distributiva que ainda não está tão claramente evidenciada nos documentos públicos do UNESCO80, os quais, ao contrário, buscam proteger explicitamente a África e a igualdade de gênero como prioridades protegidas.

O que pode dar certo

É difícil afirmar que os processos darão certo justamente por conta de toda instabilidade geopolítica e dos questionamentos feitos ao multilateralismo institucional de resultados eficientes e eficazes. Alguns componentes desses processos de reforma apresentam probabilidade relativamente alta de sucesso.

As medidas de eficiência institucional pura — consolidação administrativa, digitalização de processos, redução de relatórios duplicados, relocalização de funções para postos de menor custo — constituem intervenções tecnicamente pouco controversas, com precedentes bem-sucedidos em outras reformas do setor público, e tendem a gerar economias mensuráveis sem comprometer diretamente mandatos substantivos.

A criação de instrumentos de transparência e monitoramento, como o Mandate Registry e o Actions Dashboard da UN80 ou as sessões públicas do Grupo de Trabalho do UNESCO80, tende a fortalecer a prestação de contas e pode, com o tempo, reduzir a sobrecarga de relatórios que os próprios Estados-Membros historicamente reclamam.

A proteção explícita de temas prioritários — África, igualdade de gênero, SIDS e juventude no UNESCO80; equidade e solidariedade como princípio estruturante da reforma da GHA — sinaliza intenção política de blindar populações mais vulneráveis diante de cortes indiscriminados, desde que essas prioridades sejam de fato observadas nas decisões orçamentárias subsequentes.

Por fim, a coincidência temporal dos três processos cria uma oportunidade real de coordenação inter-institucional genuína pois que o próprio Roadmap UNESCO80 refere-se

explicitamente ao seu alinhamento com a iniciativa UN80, o que pode, na prática, reduzir duplicações não apenas dentro de cada organização, mas também entre elas.

Riscos associados

Análise publicada pelo I*nternational Peace Institute* observou que a premissa original da UN80 de que um compromisso claro de contenção de custos por parte do Secretário-Geral pouparia a Organização dos cortes mais drásticos mostrou-se equivocada, já que o governo dos Estados Unidos se manteve inadimplente com suas contribuições e chegou a cancelar recursos já aprovados pelo Congresso, mesmo diante do esforço de reforma.

Esse achado sugere um risco comum aos três processos: o de que a retórica de "reforma" funcione, na prática, como eufemismo para um movimento de retração e transferência de custos, e não como transformação genuína. Essa é justamente a crítica que analistas do setor de saúde global fazem ao termo "autosuficiência" (*self-reliance*), usado para descrever a retirada de doadores internacionais: do ponto de vista dos países receptores, não se trata de uma escolha própria rumo à independência, mas de uma retirada imposta, para a qual muitos ainda não têm capacidade de absorção.

Um segundo risco é o de impacto desproporcional sobre mandatos normativos e ligados a direitos, como já documentado no caso do ACNUDH no âmbito da UN80; caso padrão semelhante se repita na UNESCO, isso poderia atingir justamente as agendas prioritárias de grande importância para uma reparação histórica quanto ao continente africano e à igualdade de gênero.

Um terceiro risco relaciona-se à legitimidade do próprio processo de reforma: por ser fortemente impulsionado pelas preferências políticas de um único financiador dominante — que reivindica um retorno da ONU a funções "essenciais" e rejeita o que qualifica como "agenda globalista". Membros europeus e organizações de direitos humanos manifestaram preocupação de que a reforma possa marginalizar prioridades como direitos humanos, igualdade de gênero e ação climática, conforme apontado pelo *Security Council Report*.

Por fim, no campo da saúde, chama atenção um risco de natureza irônica. Ao mesmo tempo em que a reforma da GHA se propõe a reduzir a fragmentação institucional do setor, ela própria vem sendo discutida em diversas iniciativas paralelas e não plenamente coordenadas entre si — a Lusaka Agenda, o Accra Reset, o processo de reflexão da União Europeia, o estudo do MOPAN e o relatório do Wellcome Trust, entre outras.

A isso soma-se um dado relevante: economias emergentes centrais para a governança global da saúde, como Brasil, China, Índia e Indonésia, não aderiram à Declaração Política Conjunta de abril de 2026 sobre a reforma da arquitetura global de saúde. Esses dois fatores combinados sugerem um risco real: o de que o próprio processo pensado para tornar o sistema mais coerente acabe, na prática, reproduzindo a fragmentação que se propõe a resolver.

A presença de representantes de economias emergentes na Força-Tarefa Conjunta pode ajudar a mitigar esse risco, na medida em que amplia a diversidade de vozes na formulação das propostas. Ainda assim, há indícios concretos de que essa margem de manobra é, desde já, limitada pelos próprios termos do mandato aprovado: segundo reportagem do *Health Policy Watch*, o mandato da reforma da GHA endossado pela 79ª Assembleia Mundial da Saúde é, em seu texto final, "altamente restritivo", uma vez que o processo está explicitamente impedido de produzir recomendações sobre "revisões de mandatos organizacionais ou fusões e

consolidações específicas" entre as agências de saúde global cujas funções se sobrepõem — justamente o tipo de mudança estrutural que reduziria a fragmentação de fato.

Esse desenho reforça uma leitura mais cética quanto à capacidade de a reforma avançar de forma substantiva, e não apenas simbólica, pois depende da disposição política dos países historicamente mais influentes em ceder poder e recursos — disposição que, segundo análise do Chatham House sobre o mesmo processo, os países ocidentais de potência intermediária seguem resistindo a demonstrar, ainda que declarem apoio retórico ao multilateralismo.

Considerações finais

A análise comparada do UNESCO80, da iniciativa UN80 e da reforma da arquitetura global de saúde revela que, apesar de suas diferenças de escala e de contexto institucional, os três processos compartilham uma mesma matriz histórica: constituem respostas, simultâneas e ainda em curso, ao mesmo choque geopolítico e financeiro que atingiu o sistema multilateral entre 2025 e 2026, marcado pela retração ou retirada dos Estados Unidos de organismos internacionais e pelo colapso mais amplo da ajuda oficial ao desenvolvimento.

O Roadmap UNESCO80, especificamente, distingue-se por seu desenho gradual, articulado em três pilares complementares e explicitamente vinculado aos ciclos orçamentários da Organização (44C/5 e a 45C/4), o que projeta seus efeitos substantivos para além do horizonte imediato e condiciona seu sucesso à sustentação política do processo intergovernamental de revisão de mandatos ao longo dos próximos anos.

O exame conjunto desses três processos sugere que seu êxito dependerá menos da elegância de seus pilares e roteiros do que da capacidade efetiva dos Estados-Membros de sustentar, com recursos e compromisso político, a retórica de eficiência, apropriação nacional e coerência que os caracteriza.

Há um risco concreto, no caso dos cortes ao pilar de direitos humanos no âmbito da UN80 e nas tensões em torno da reforma da GHA, de que processos anunciados como reformas estruturais se traduzam, na prática, em simples gestão da escassez, com efeitos regressivos sobre agendas normativas historicamente mais vulneráveis, como as de direitos humanos e ajuda humanitária.

Nesse sentido, o acompanhamento do UNESCO80 nos próximos ciclos orçamentários e sua articulação efetiva, e não apenas retórica, com a UN80 e com a reforma da arquitetura global de saúde, permanece um objeto de pesquisa relevante para os estudos sobre multilateralismo, governança global e política internacional. Vejamos as cenas dos próximos capítulos.

Referências

CHATHAM HOUSE. Global health reform cannot wait for a new world order. Middle powers must act now. Londres: Chatham House, 2026. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2026/05/global-health-reform-cannot-wait-new-world-order-middle-powers-must-act-now. Acesso em: 14 ago. 2026.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). The UN80 Initiative: What to Know About the United Nations' Reform Plan. Nova Iorque: CFR, 2025. Disponível em: https://www.cfr.org/articles/un80-initiative-what-know-about-united-nations-reform-plan. Acesso em: 14 ago. 2026.

DEMOCRACY WITHOUT BORDERS. UN reform advances with deep cuts amid calls for a broader debate. Berlim: Democracy Without Borders, 2026. Disponível em:

https://www.democracywithoutborders.org/43233/un-reform-advances-with-deep-cuts-amid-calls-for-a-broader-debate/. Acesso em: 14 ago. 2026.

DIPLOMATIC COURIER. At WHA79, redesigning global health architecture amid rupture. Washington, D.C.: Diplomatic Courier, 2026. Disponível em: https://www.diplomaticourier.com/posts/wha79-redesigning-global-health-architecture-amid-rupture. Acesso em: 14 ago. 2026.

GENEVA SOLUTIONS. After a year of turmoil, WHO remains a pillar of global health. Genebra: Geneva Solutions, 2026. Disponível em: https://genevasolutions.news/global-health/after-a-year-of-turmoil-who-remains-a-pillar-of-global-health. Acesso em: 14 ago. 2026.

GENEVA SOLUTIONS. UN feels the blues as general assembly kicks off. Genebra: Geneva Solutions, 2025. Disponível em: https://genevasolutions.news/global-news/un-feels-the-blues-as-general-assembly-kicks-off. Acesso em: 14 ago. 2026.

HEALTH POLICY WATCH. Global Health Leaders Urge Fewer Agencies Amid Funding Crisis. Genebra: Health Policy Watch, 2025. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/global-health-leaders-urge-fewer-agencies-amid-funding-crisis/. Acesso em: 14 ago. 2026.

HEALTH POLICY WATCH. Vital Signs: Reading Critical Developments In Global Health. Genebra: Health Policy Watch, 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/vital-signs-reading-critical-developments-in-global-health/. Acesso em: 14 ago. 2026.

HEALTH POLICY WATCH. WHA Advances Global Health Architecture Reform Amidst Questions About Where Process Will Really Lead. Genebra: Health Policy Watch, 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/wha-global-health-architecture-reform/. Acesso em: 14 ago. 2026.

INSTITUTE FOR NEW ECONOMIC THINKING (INET). Are We Reforming Global Health or Washing Our Hands Of It? Nova Iorque: INET, 2026. Disponível em: https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/are-we-reforming-global-health-or-washing-our-hands-of-it. Acesso em: 14 ago. 2026.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). The UN at 80: repairing the multilateral order. Londres: IISS, 2025. Disponível em: https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2025/11/the-un-at-80-repairing-the-multilateral-order/. Acesso em: 14 ago. 2026.

INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE (IPI). UN80: The Secretary-General's Revised Budget Will Do More Harm Than Good. Nova Iorque: Global Observatory/IPI, 2025. Disponível em: https://theglobalobservatory.org/2025/09/un80-the-secretary-generals-revised-budget-will-do-more-harm-than-good/. Acesso em: 14 ago. 2026.

INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS (ISHR). UN80 Initiative: proposed budget cuts disproportionately hit the human rights pillar. Genebra: ISHR, 2026. Disponível em: https://ishr.ch/latest-updates/un80-initiative-proposed-budget-cuts-disproportionately-hit-the-human-rights-pillar/. Acesso em: 14 ago. 2026.

ORTIZ-PRADO, Esteban; WEST, Josh; VASCONEZ-GONZALEZ, Jorge; IZQUIERDO-CONDOY, Juan S. A global health crisis in the making: the US withdrawal from the World Health Organization and its impact on global health equity. Journal of Global Health, v. 15, art. 03043, 2025. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12491911/. Acesso em: 14 ago. 2026.

PÚBLICO. Estados Unidos saem da UNESCO dois anos após regresso à organização. Lisboa: Público, 22 jul. 2025. Disponível em: https://www.publico.pt/2025/07/22/mundo/noticia/estados-unidos-saem-unesco-dois-anos-apos-regresso-organizacao-2141305. Acesso em: 14 ago. 2026.

ROYAL UNITED SERVICES INSTITUTE (RUSI). What Does the US Withdrawal from the WHO Mean for Global Health Security? Londres: RUSI, 2025. Disponível em: https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/what-does-us-withdrawal-who-mean-global-health-security. Acesso em: 14 ago. 2026.

SDG KNOWLEDGE HUB. UN80 Working Group Co-Chairs Update Member States on Progress. Winnipeg: IISD/SDG Knowledge Hub, 2025. Disponível em: https://sdg.iisd.org/news/un80-working-group-co-chairs-update-member-states-on-progress/. Acesso em: 14 ago. 2026.

SECURITY COUNCIL REPORT. In Hindsight: The Security Council and the UN80 Initiative — What Lies Ahead? Nova Iorque: Security Council Report, 2025. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2025-09/in-hindsight-the-security-council-and-the-un80-initiative-what-lies-ahead.php. Acesso em: 14 ago. 2026.

THINK GLOBAL HEALTH. World Health Assembly Recap: Financial Crunch, Affected Mandates, and Future Leadership. Nova Iorque: Council on Foreign Relations/Think Global Health, 2026. Disponível em: https://www.thinkglobalhealth.org/article/world-health-assembly-recap-financial-crunch-affected-mandates-and-future-leadership. Acesso em: 14 ago. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Estados Unidos se retiram da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Washington, D.C.: Department of State, 2025. Disponível em: https://www.state.gov/translations/portuguese/estados-unidos-se-retiram-da-organizacao-das-nacoes-unidas-para-a-educacao-a-ciencia-e-a-cultura-unesco. Acesso em: 14 ago. 2026.

UNESCO. UNESCO80. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/unesco80. Acesso em: 14 ago. 2026.

UNESCO. UNESCO80: Structure. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/unesco80/structure?hub=249440. Acesso em: 14 ago. 2026.

UNITED NATIONS. UN80 Initiative: United to Deliver Better. Nova Iorque: United Nations, 2026. Disponível em: https://www.un.org/un80-initiative/en. Acesso em: 14 ago. 2026.

UNIVERSAL RIGHTS GROUP. What do the UN80 reforms mean for the human rights pillar, and what role should the Human Rights Council play in building a UN that is 'better equipped to serve the people whose lives depend on it'? Genebra: Universal Rights Group, 2026. Disponível em: https://www.universal-rights.org/what-do-the-un80-reforms-mean-for-the-human-rights-pillar-and-what-role-should-the-human-rights-council-play-in-building-a-un-that-is-better-equipped-to-serve-the-people-whose-lives-depend-on-it/. Acesso em: 14 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Reforming the global health architecture. Genebra: WHO, 2026. Disponível em: https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture. Acesso em: 14 ago. 2026.

Como as empresas de alimentos ultraprocessados estão atrasando as políticas de obesidade em todo o mundo

Cómo las empresas de alimentos ultraprocesados están frenando las políticas contra la obesidad en todo el mundo

How Ultra-Processed Food Companies Are Hindering Obesity Policies Around the World

Eduardo Nilson, Felipe Neves, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira

Resumo: Este informe parte da discussão do recente alerta do diretor da OMS em relação à atuação das indústrias de alimentos ultraprocessados para atrasar a prevenção e controle da epidemia global de obesidade. Essas indústrias têm seguido a mesma cartilha das indústrias de tabaco em décadas anteriores, influenciando as políticas no sentido de atrasar, enfraquecer e desacreditar as evidências científicas e as recomendações de saúde pública e ameaçando a implementação de políticas efetivas pelos países.

Resumen: *Este informe parte del análisis de la reciente advertencia del director de la OMS sobre las prácticas de las industrias de alimentos ultraprocesados para retrasar la prevención y el control de la epidemia mundial de obesidad. Estas industrias han seguido el mismo guion que las industrias tabacaleras en décadas anteriores, influyendo en las políticas para retrasar, debilitar y desacreditar la evidencia científica y las recomendaciones de salud pública, y amenazando la implementación de políticas efectivas por parte de los países.*

Abstract: *This report begins with a discussion of the recent warning issued by the WHO director regarding the efforts of the ultra-processed food industry to delay the prevention and control of the global obesity epidemic. These industries have followed the same playbook as the tobacco industry in previous decades, influencing policies to delay, weaken, and discredit scientific evidence and public health recommendations, and threatening the implementation of effective policies by countries.*

Introdução

Ao denunciar explicitamente que as corporações transnacionais de alimentos ultraprocessados (AUP) estão minando os esforços globais de saúde por meio de litígios e pressão legal contra governos que se esforçam para promover dietas saudáveis, o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, enfatizou que, quando o lucro comercial e o dano público decorrem do mesmo produto, surge um padrão familiar de interferência da indústria, projetado para semear dúvidas e obstruir a regulação (GREGORY, 2026).

Este alerta ressalta que o aumento global do sobrepeso e da obesidade representa uma das crises mais graves e complexas do século XXI em termos de saúde, socioeconômicos e humanitários, refletindo profundas transformações estruturais nos sistemas alimentares

contemporâneos, em vez de meras escolhas individuais (WORLD OBESITY FEDERATION, 2025; NILSON; SILVA, 2026). Estimativas epidemiológicas globais destacam a magnitude dessa dinâmica: mais de um bilhão de pessoas vivem atualmente com obesidade em todo o mundo, e as projeções indicam que aproximadamente quatro bilhões de indivíduos viverão com sobrepeso ou obesidade até 2035, gerando custos econômicos globais de US$ 3,23 trilhões anualmente até 2030 devido à perda de produtividade e despesas médicas diretas (OKUNOGBE et al., 2022; IHME, 2025).

No Brasil, o panorama epidemiológico reflete essa trajetória crítica com gravidade alarmante. Dados recentes indicam que a prevalência de obesidade excede 30% entre adultos, enquanto aproximadamente 68% vivem com excesso de peso, com projeções sugerindo que metade das crianças e adolescentes brasileiros será afetada nas próximas décadas na ausência de intervenções estruturais (HALPERN; MELO, 2026; NILSON; SILVA, 2026). Essa escalada impõe uma carga financeira substancial ao Sistema Único de Saúde (SUS), acumulando bilhões de reais em internações, procedimentos de alta complexidade e manejo clínico de condições crônicas associadas, como hipertensão, diabetes mellitus tipo 2 e neoplasias (NILSON et al., 2020), além de custos substanciais de internação em cuidados pediátricos (NILSON et al., 2023) e perdas econômicas indiretas que alcançam dezenas de bilhões de reais anualmente por absenteísmo, redução da produtividade do trabalho e aposentadoria precoce por incapacidade (OKUNOGBE et al., 2022).

A base estrutural dessa crise reside na hegemonia de modelos agroindustriais orientados primariamente para a maximização do lucro corporativo, impulsionando o deslocamento sistemático de padrões alimentares tradicionais baseados em alimentos frescos e minimamente processados por formulações industriais ultraprocessadas (FANZO, 2020; NILSON et al., 2023). Sob o sistema de classificação de alimentos NOVA, desenvolvido no Brasil e endossado internacionalmente pela comunidade científica, os alimentos ultraprocessados são caracterizados como formulações industriais de substâncias de baixo custo combinadas com aditivos cosméticos hiperpalatáveis, apresentando perfis nutricionais críticos marcados por alta densidade energética e níveis excessivos de açúcares livres, sódio e gorduras saturadas (MONTEIRO et al., 2025). Um robusto conjunto de evidências epidemiológicas e biomédicas associa consistentemente o consumo frequente desses produtos a pelo menos 32 desfechos adversos à saúde, estabelecendo a obesidade como uma manifestação direta de ambientes alimentares obesogênicos moldados pela dinâmica de mercado (LANE et al., 2024; MONTEIRO et al., 2025).

Esse cenário exemplifica os determinantes comerciais da saúde, definidos como os sistemas, práticas e caminhos pelos quais entidades comerciais influenciam a saúde humana, os ecossistemas planetários e a equidade social (KICKBUSCH; ALLEN; FRANZ, 2016; GILMORE et al., 2023). As corporações transnacionais dos setores de AUP e bebidas pertencem ao bloco corporativo frequentemente conceituado como as Quatro Grandes, cujos modelos operacionais externalizam severos custos de saúde pública e ecológicos para os Estados e sociedades, enquanto concentram retornos financeiros privados (GILMORE et al., 2023; BAKER et al., 2025).

As estratégias políticas corporativas documentadas incluem lobby agressivo visando os poderes legislativo e executivo, contestação legal contra representações de saúde pública, captura regulatória em órgãos de governança internacional e a promoção de pactos de autorregulação voluntária projetados para atrasar ou enfraquecer intervenções estatais obrigatórias (LARA-MEJÍA et al., 2025; GREGORY, 2026; ACT/IDEC, 2022). Além disso, essas

práticas abrangem pesquisas financiadas por corporações visando fabricar dúvida científica, a apropriação de agendas de sustentabilidade por meio de lavagem corporativa desonesta e o emprego generalizado de campanhas de marketing agressivas desproporcionalmente direcionadas a crianças, adolescentes e populações socioeconomicamente vulneráveis (PAHO, 2020; UNICEF, 2025; ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE, 2024).

A expansão global das corporações de AUP exacerba transições nutricionais assimétricas e intensifica o paradoxo do duplo fardo da desnutrição, no qual desnutrição, deficiências de micronutrientes e obesidade coexistem dentro das mesmas comunidades, estratos socioeconômicos e domicílios (SEFERIDI et al., 2022; FAO et al., 2023). Assimetrias de preço geradas por subsídios públicos para monoculturas de commodities industriais tornam os AUP artificialmente baratos e onipresentes, enquanto alimentos frescos e nutritivos fornecidos pela agricultura familiar e de pequena escala enfrentam gargalos logísticos, prêmios de preço relativos e acesso restrito em ambientes de varejo dominados por conglomerados de supermercados (FAO, 2023; SWINBURN et al., 2019).

Sob a perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a expansão desenfreada dessas entidades comerciais constitui uma violação sistemática de direitos fundamentais reconhecidos pelo direito internacional e pelo ordenamento constitucional brasileiro (BURITY et al., 2010; BRAZIL, 2010). A realização plena do direito à alimentação vai muito além da ingestão calórica mínima, exigindo acesso físico e econômico universal a alimentos seguros, nutritivos, culturalmente apropriados e produzidos por meio de sistemas ecologicamente resilientes e sustentáveis (FAO et al., 2023; NILSON; SILVA, 2025). Quando o poder corporativo constrói ambientes que desencadeiam disfunções neurocomportamentais na autorregulação alimentar e minam a autonomia dietética, a soberania alimentar coletiva é erodida e subordinada a imperativos comerciais privados (FANZO, 2020; NILSON; SILVA, 2025).

Diante da inadequação comprovada de estratégias centradas estritamente na modificação individual do estilo de vida e na estigmatização comportamental, respostas abrangentes e estruturais de saúde pública são imperativas (WORLD OBESITY FEDERATION, 2025; NILSON; SILVA, 2026). Enfrentar efetivamente a epidemia de obesidade e seus determinantes comerciais requer a implementação de medidas fiscais e regulatórias baseadas em evidências, incluindo tributação substancial direcionada a produtos ultraprocessados e bebidas adoçadas com açúcar (CAMARGO et al., 2025), rotulagem nutricional frontal obrigatória, proibições legais de marketing de alimentos não saudáveis direcionado a crianças e proteção institucional de ambientes escolares e comunitários contra interferência corporativa (WHO, 2016; PAHO, 2020; UNICEF, 2025).

Simultaneamente, o estabelecimento de mecanismos institucionais vinculantes para identificar, prevenir e gerenciar conflitos de interesse na formulação de políticas públicas de saúde e nutrição é essencial para proteger a tomada de decisão estatal de indústrias reguladas (WHO, 2016; NILSON; SILVA, 2025). Alinhar o cuidado clínico e multidisciplinar abrangente da obesidade dentro de sistemas públicos de saúde universais com a promoção estrutural da agricultura agroecológica, agricultura familiar e compras públicas institucionais sustentáveis é vital para desmantelar sistemas alimentares comerciais hegemônicos, reverter tendências epidemiológicas adversas e salvaguardar a saúde planetária e a equidade social (SWINBURN et al., 2019; NILSON et al., 2023; BAKER et al., 2025).

A Associação Entre Consumo de AUP e a Epidemia de Obesidade: Mecanismos Fisiopatológicos, Epidemiologia e Evidências Clínicas

A transição nutricional contemporânea é caracterizada por um rápido aumento no consumo de formulações industriais prontas para consumo em detrimento de padrões culinários tradicionais. O estudo pioneiro de Louzada et al. (2015), baseado em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estabeleceu algumas das primeiras evidências epidemiológicas populacionais robustas no Brasil demonstrando uma correlação direta entre o consumo de AUP e a prevalência de sobrepeso e obesidade em indivíduos com dez anos ou mais (LOUZADA et al., 2015).

Esta pesquisa aplicou a classificação NOVA, um sistema de classificação de alimentos desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo que categoriza os alimentos de acordo com a extensão e o propósito de seu processamento industrial, distinguindo alimentos frescos ou minimamente processados de formulações industriais prontas para consumo. Os achados indicaram que o deslocamento de refeições culinárias tradicionais brasileiras, como arroz e feijão, por produtos ultraprocessados degradou a qualidade da dieta e aumentou o risco de ganho de peso cumulativo. Sua análise revelou que indivíduos no quintil mais alto de participação calórica de AUP apresentavam índices de massa corporal significativamente maiores e o dobro da probabilidade de excesso de peso em comparação com aqueles no quintil mais baixo.

Na última década, o corpo de evidências epidemiológicas se expandiu globalmente, consolidando-se por meio de revisões sistemáticas, meta-análises e revisões guarda-chuva (*umbrella reviews*). A revisão de escopo abrangente conduzida por Lane et al. (2024), publicada no The BMJ, sintetizou evidências de estudos epidemiológicos envolvendo quase dez milhões de participantes, demonstrando que a alta exposição a AUP está consistentemente associada a 32 desfechos adversos à saúde, incluindo efeitos nos na saúde metabólica, cardiovascular, gastrointestinal, mental e cânceres, com evidências altamente convincentes de um risco aumentado de obesidade, sobrepeso, diabetes mellitus tipo 2 e mortalidade cardiovascular (LANE et al., 2024).

Consistentes com esses achados, a série temática sobre AUP publicada pelo The Lancet em 2025 consolidou a tese de que esses produtos atuam como os principais impulsionadores contemporâneos de doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) e obesidade em escala populacional. Estudos longitudinais em grandes coortes globais demonstram um gradiente de resposta biológica e epidemiológica contínuo: incrementos na participação diária de energia dietética derivada de AUP correspondem a aumentos proporcionais no ganho de peso, índice de massa corporal (IMC) e adiposidade visceral ao longo do tempo (MONTEIRO et al., 2025).

Adicionalmente, a causalidade direta entre a ingestão de AUP e o ganho de peso foi demonstrada pelo ensaio clínico randomizado controlado de referência realizado nos Institutos Nacionais de Saúde (NIH), publicado no periódico *Cell Metabolism* (HALL et al., 2019). Adultos saudáveis foram internados em uma enfermaria metabólica e receberam duas dietas apresentadas ad libitum por duas semanas cada, em um delineamento cruzado randomizado: uma dieta baseada em AUP e outra composta por alimentos frescos e minimamente processados, estritamente pareadas por calorias disponíveis, macronutrientes, açúcar, sódio e fibras.

Os participantes consumiram aproximadamente 500 kcal a mais por dia durante a fase da dieta ultraprocessada, resultando em ganho de peso corporal significativo (aproximadamente 0,9 kg em 14 dias) e aumento da massa gorda, enquanto a intervenção com dieta não processada levou a uma perda de peso equivalente. A taxa de alimentação foi substancialmente mais rápida na dieta ultraprocessada, indicando que propriedades intrínsecas da matriz de AUP sobrepõem os sinais de saciedade fisiológica e, assim, induzem o consumo passivo excessivo.

Complementando esses achados causais, ensaios clínicos randomizados subsequentes e estudos de intervenção dietética que examinaram a substituição da matriz alimentar detalharam os efeitos metabólicos agudos e subagudos da substituição de alimentos integrais por alternativas ultraprocessadas. Essas análises revelaram que alterações adversas em parâmetros glicêmicos, respostas hormonais intestinais pós-prandiais e marcadores inflamatórios decorrem diretamente da degradação da matriz celular do alimento e do perfil de aditivos químicos, confirmando que o processamento industrial per se atua como uma variável independente na desregulação metabólica (HALL et al., 2019; D'AMORE et al., 2024; MONTEIRO et al., 2025).

Vários mecanismos e atributos inter-relacionados explicam as vias fisiopatológicas pelas quais os AUP promovem obesidade e doenças não transmissíveis, conectando fatores nutricionais, físicos, neurocomportamentais e bioquímicos:

1. Deslocamento de Alimentos Saudáveis e Remodelação dos Padrões Alimentares

A penetração generalizada no mercado de formulações ultraprocessadas promove o deslocamento físico e cultural direto de refeições estruturadas centradas em ingredientes frescos ou minimamente processados. Alimentos tradicionais e integrais requerem tempo de preparo culinário e têm prazos de validade mais curtos, enquanto os produtos industriais oferecem extrema conveniência, longa estabilidade de armazenamento e consumo imediato (FANZO, 2020; MONTEIRO et al., 2025).

Essa dinâmica altera a arquitetura dos ambientes alimentares e das rotinas diárias, incentivando lanches contínuos e fragmentados ao longo do dia (LOUZADA et al., 2015; UNICEF, 2025). Além disso, estratégias de marketing corporativo digitais e institucionais agressivas moldam continuamente as preferências dos consumidores, normalizando a presença dessas formulações em lares, escolas e locais de trabalho (ACT/IDEC, 2022; MONTEIRO et al., 2025).

2. Prejuízo da Qualidade da Dieta

Do ponto de vista da composição de nutrientes, dietas com alta participação de AUP apresentam desequilíbrios sistemáticos entre macro e micronutrientes. Esses produtos são projetados industrialmente com altas concentrações de carboidratos refinados de rápida absorção, gorduras saturadas, óleos interesterificados e níveis elevados de sódio utilizados para preservação e palatabilidade.

Concomitantemente, apresentam uma redução acentuada em fibras dietéticas solúveis e insolúveis, o que acelera as taxas de esvaziamento gástrico, diminui a distensão mecânica no trato digestivo e prejudica a produção de ácidos graxos de cadeia curta pela microbiota intestinal. Essa composição resulta em cargas glicêmicas elevadas e picos hiperinsulinêmicos pós-prandiais frequentes que promovem lipogênese e deposição de gordura (MONTEIRO et al., 2025).

3. Depleção de Compostos Bioativos Dietéticos

Métodos de processamento industrial intensos (incluindo extrusão em alta temperatura, hidrogenação, fracionamento molecular e refino intensivo) destroem ou extraem sistematicamente micronutrientes intrínsecos e fitoquímicos protetores naturalmente presentes em matrizes botânicas intactas. Como resultado, dietas dominadas por AUP tornam-se profundamente deficientes em compostos fenólicos, flavonoides, carotenoides, vitaminas essenciais e fitoesteróis.

A ausência desses compostos bioativos dietéticos diminui a capacidade antioxidante endógena e enfraquece os mecanismos de defesa biológica contra espécies reativas de oxigênio e nitrogênio em tecidos metabolicamente ativos. Esse déficit priva o corpo humano de moduladores fisiológicos essenciais necessários para manter a sensibilidade à insulina, preservar a integridade endotelial e suprimir vias de sinalização inflamatória subclínica no tecido adiposo visceral (LANE et al., 2024; MONTEIRO et al., 2025).

4. Aumento da Carga de Xenobióticos Dietéticos

Produtos ultraprocessados introduzem uma gama diversificada de substâncias químicas exógenas que não fazem parte da dieta evolutiva humana padrão. Essa exposição a xenobióticos inclui aditivos cosméticos intencionais (emulsificantes, espessantes, aromatizantes sintéticos, corantes artificiais, adoçantes não nutritivos e intensificadores de sabor), bem como contaminantes industriais neoformados produzidos durante a fabricação em alta temperatura, como acrilamida e produtos finais de glicação avançada (AGEs).

Estudos toxicológicos e clínicos mostram que emulsificantes sintéticos específicos e adoçantes artificiais não calóricos perturbam a taxonomia da microbiota intestinal, degradam a barreira mucosa colônica e aumentam a permeabilidade epitelial intestinal. A translocação resultante de lipopolissacarídeos bacterianos para a circulação sistêmica induz mecanismos de toxicidade metabólica, desencadeando receptores imunes inatos (como TLR-4) e gerando inflamação crônica de baixo grau que fomenta resistência à insulina e adipogênese (D'AMORE et al., 2024; MONTEIRO et al., 2025).

Além disso, migrantes de embalagens químicas, incluindo plastificantes como bisfenóis e ftalatos, atuam como desreguladores endócrinos ambientais ou obesogênicos químicos. Esses compostos interagem com receptores nucleares, notadamente o receptor gama ativado por proliferador de peroxissomo (PPAR-gama), alterando a diferenciação de células-tronco mesenquimais em linhagens de adipócitos e perturbando a regulação neuroendócrina do apetite.

5. Promoção do Consumo Excessivo de Energia e Desregulação da Saciedade

Os AUP são projetados para atingir o ponto de prazer sensorial ("*bliss point*") combinando proporções sinérgicas de açúcares simples, gorduras refinadas e sódio que estimulam fortemente o sistema de recompensa mesolímbico dopaminérgico do cérebro (HALL et al., 2019; MONTEIRO et al., 2025). Essa estimulação hedônica pode sobrepor os circuitos hipotalâmicos homeostáticos de saciedade regulados pela

leptina e insulina, promovendo padrões alimentares compulsivos semelhantes a comportamentos aditivos (HALPERN; MELO, 2026).

A destruição física da matriz celular natural do alimento reduz a necessidade de mastigação oral e acelera acentuadamente a taxa de consumo de energia em quilocalorias por minuto. Como a sinalização de saciedade hormonal periférica por meio de peptídeos intestinais (como GLP-1) requer tempo de trânsito fisiológico para sinalizar a plenitude ao sistema nervoso central, calorias excedentes substanciais são consumidas antes que as cascatas de saciedade neuroquímica possam ser iniciadas (HALL et al., 2019).

Ainda, a alta densidade energética dessas formulações, juntamente com as calorias líquidas de bebidas adoçadas com açúcar que proporcionam pouca compensação da saciedade em ocasiões alimentares subsequentes, reforça um balanço energético positivo persistente, o acúmulo sustentado de tecido adiposo e a aceleração contínua da epidemia global de obesidade (MONTEIRO et al., 2025; D'AMORE et al., 2024).

Diagnosticando a Sindemia Global de AUP e Obesidade

A prevalência estabelecida e crescente de AUP nos sistemas alimentares nacionais está ocorrendo em contextos em que fatores demográficos e socioeconômicos estão convergindo para causar uma sindemia global na qual obesidade, desnutrição, deficiências de micronutrientes e doenças crônicas estão impactando mais criticamente alguns subconjuntos da população mundial. Transições alimentares como essa criam vulnerabilidades que são amplamente determinadas por idade, gênero, status socioeconômico, região e estado da economia nacional. As soluções políticas devem, portanto, estar atentas às diversas realidades locais e às potenciais consequências não intencionais que podem surgir mesmo de mudanças menores no sistema alimentar global ou nacional.

Como o consumo de AUP se estabilizou em mais de 50% da ingestão dietética média em países de alta renda, como Estados Unidos e Reino Unido, enquanto continua aumentando em países de renda média, como o Brasil, e apenas começando a se enraizar em países de baixa renda, o fardo da obesidade é global, mas apresenta diferentes manifestações de risco (MARINO et al., 2021). A escala disso é particularmente evidente entre crianças. Segundo a UNICEF, em 2025, a obesidade superou o baixo peso como a forma mais prevalente de desnutrição experimentada globalmente, afetando 9,4% das crianças de 5 a 19 anos, um aumento em relação a 3% em 2000 (UNICEF, 2025). Embora isso represente uma mudança significativa no fardo global, o baixo peso continua mais prevalente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, e o fardo da desnutrição aguda e crônica (*wasting e stunting*) permanece substancial em muitos países de baixa e média renda (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026). A gravidade da sindemia global de AUP torna-se aparente nesse cruzamento, porque não é que uma forma de desnutrição tenha sido substituída por outra, mas que os países estão cada vez mais enfrentando múltiplas formas de desnutrição simultaneamente, tornando a formulação e implementação de políticas ainda mais complicadas.

Entre crianças menores de cinco anos, o excesso de peso afeta aproximadamente 35,5 milhões de indivíduos, com um número ainda maior relatado para crianças em idade escolar, e a proporção dessas coortes classificadas como tendo obesidade também aumentou drasticamente nas últimas décadas (UNICEF, 2025; UNICEF; WHO; World Bank Group, 2025). Ademais, desenvolver obesidade em uma idade jovem aumenta a probabilidade de que ela

continue na idade adulta, estendendo, portanto, o período durante o qual a doença crônica pode impactar o indivíduo e ser custosa para a sociedade (KIBRET et al., 2024).

Essas tendências no ganho de peso podem ser compreendidas à medida que examinamos o aumento da ingestão de AUP entre os jovens, o que eleva a ingestão calórica e substitui a gama diversificada de alimentos necessários para o crescimento e desenvolvimento saudáveis. A série do Lancet retrata esse deslocamento, com os AUP se tornando cada vez mais incorporados aos ambientes alimentares (MONTEIRO et al., 2025; UNICEF, 2025). Torna-se especialmente aparente no caso das crianças, que geralmente não têm controle sobre suas dietas, que os efeitos adversos não podem ser atribuídos a decisões dietéticas individuais e devem, em vez disso, ser entendidos como uma falha dos governos em garantir que os sistemas alimentares tornem alimentos diversos e nutritivos suficientemente acessíveis a todos.

Um exemplo preocupante disso foi abordado em um artigo recente sobre a composição dietética de crianças pequenas nos Estados Unidos, que relatou que 4 em cada 5 alimentos para crianças pequenas são ultraprocessados (The University of Texas at Austin, 2026). Isso está alinhado com uma descoberta semelhante no Reino Unido em 2024, que descobriu que crianças pequenas obtêm quase metade de suas calorias de AUP, identificando ainda que cereais integrais e iogurtes saborizados eram os principais contribuintes, apesar de serem amplamente comercializados como opções saudáveis (CONWAY et al., 2024). Essa ironia, atribuível à busca por lucros das corporações que produzem AUP, tem um impacto duradouro.

A orientação da OMS sobre alimentação complementar afirma que crianças entre seis e 23 meses passam por um período crítico de rápido desenvolvimento físico e cognitivo, que continua, mas em um ritmo mais lento durante a juventude, e dietas ricas em AUP e pobres em alimentos diversos e densos em nutrientes influenciam significativamente seu crescimento (WHO, 2023). Além disso, os alimentos consumidos em uma idade jovem influenciam as preferências e expectativas alimentares que perdurarão à medida que envelhecem, aumentando as chances de experimentarem um ou muitos fardos da desnutrição ao longo de suas vidas. Para crianças e adultos, os determinantes da obesidade são esmagadoramente fora de seu controle; quais alimentos são acessíveis, disponíveis e promovidos, bem como os padrões nutricionais em vigor, pressagiam e, em certa medida, predeterminam esses desfechos adversos à saúde e destacam a necessidade de ação política abrangente, em oposição à dependência da responsabilidade individual.

Entender que o início precoce dos efeitos adversos está aumentando deve ser um fator mobilizador para os governos, pois há não apenas uma duração aumentada, mas também uma maior chance de confluência de múltiplas doenças crônicas e, portanto, uma maior demanda cumulativa por assistência médica. O desenvolvimento mais precoce de fatores de risco metabólicos e cardiovasculares associados à obesidade é mais custoso ao longo do tempo, especialmente considerando o aumento simultâneo da expectativa de vida. À medida que populações inteiras sofrem de uma ou múltiplas comorbidades da obesidade por períodos mais longos, as despesas com saúde e a perda de produtividade acumulam encargos econômicos significativos para os governos (OECD, 2019).

Diferentes Manifestações da Questão Global da Obesidade

Apesar do alcance global da carga da obesidade, diferentes países enfrentam prognósticos substancialmente diferentes em termos do cronograma e extensão do impacto entre regiões, faixas etárias, sexos e status socioeconômicos. Devido às trajetórias variadas, a

obesidade não pode ser categorizada como uma epidemia uniforme. Em muitos países de alta renda, como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália, a prevalência da obesidade aumentou rapidamente durante a segunda metade do século XX e desde então se estabilizou. Outros países, como o Japão, mantiveram níveis de prevalência mais baixos (NCD Risk Factor Collaboration (NCD-RisC), 2026). No entanto, embora os números estejam se estabilizando, o fardo para a saúde pública permanece alto e, ainda assim, requer abordagem imediata.

A mudança mais consequente recentemente tem sido a rápida aceleração contínua da obesidade em países de baixa e média renda, que ocorreu à medida que os produtos alimentares produzidos comercialmente se proliferaram e a dependência de padrões alimentares tradicionais e métodos de culinária diminuiu. A América Latina, especialmente, tem visto aumentos substanciais na obesidade (NCD Risk Factor Collaboration (NCD-RisC), 2026). Por outro lado, a África apresenta um caso diferente, onde a prevalência da obesidade permanece menor em relação a outros países, mas está, no entanto, em ascensão e justaposta à desnutrição existente e deficiências de micronutrientes (NCD Risk Factor Collaboration (NCD-RisC), 2026; UNICEF; WHO; World Bank Group, 2025). Essas cargas simultâneas significam que os países africanos não podem meramente adotar estruturas políticas implementadas em países onde os AUP já dominam a ingestão dietética, mas, em vez disso, devem proteger o acesso a alimentos suficientes enquanto combatem a propagação dos AUP.

A carga da obesidade se manifesta de forma diferente em diferentes contextos econômicos e sociais, e cada país deve adaptar sua resposta à sua trajetória atual. No entanto, a questão raiz permanece a mesma: a ubiquidade, acessibilidade física e financeira e desejo fabricado dos AUP deslocam opções mais saudáveis, que tendem a ser menos disponíveis, e as consequências físicas e econômicas recaem sobre os indivíduos e os sistemas públicos de saúde. Deve haver ação global para criar condições nas quais dietas saudáveis e equilibradas sejam as mais acessíveis, disponíveis e culturalmente apropriadas. A seção seguinte examina as nuances desse esforço, expondo as barreiras mais comuns e fornecendo sugestões para abordagens políticas que podem ser implementadas em países em diferentes estágios da transição de AUP.

O aumento global do sobrepeso e da obesidade constitui um componente central de uma sindemia mais ampla que interconecta crises nutricionais com determinantes ambientais e comerciais (SWINBURN et al., 2019). Nas últimas décadas, os sistemas agroalimentares sofreram transformações profundas impulsionadas em grande parte pela expansão corporativa e pela produção em massa de AUP, que deslocaram sistematicamente os padrões alimentares tradicionais baseados em alimentos integrais ou minimamente processados. Essa transição nutricional alterou as trajetórias metabólicas populacionais e estabeleceu uma ligação epidemiológica direta entre a alta exposição a formulações industriais e uma escalada do fardo de doenças crônicas não transmissíveis em todo o mundo (MONTEIRO et al., 2025).

As consequências dessa mudança sistêmica se manifestam intensamente em diferentes faixas etárias, apresentando desafios para o bem-estar individual e os gastos públicos. Essas mudanças nos padrões dietéticos agora impactam crianças e adolescentes em taxas sem precedentes, frequentemente superando a desnutrição e estabelecendo bases metabólicas e neurocomportamentais precoces para doenças crônicas ao longo da vida. Estudos que examinam ambientes alimentares comerciais direcionados à primeira infância indicam que muitos produtos comercializados para crianças pequenas não atendem aos padrões nutricionais estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, normalizando perfis hiperpalatáveis desde tenra idade (UNICEF, 2025). À medida que as populações envelhecem, o acúmulo de condições

crônicas relacionadas à dieta exerce uma pressão financeira sobre os sistemas públicos de saúde por meio de despesas médicas diretas e perdas substanciais de produtividade (BAKER et al., 2025).

Análises epidemiológicas globais demonstram que a velocidade e a trajetória da epidemia de obesidade variam significativamente entre países e contextos econômicos. Em muitas nações ocidentais de alta renda, a trajetória ascendente da obesidade entre crianças, adolescentes e adultos desacelerou décadas atrás e se estabilizou em grande parte em níveis endêmicos elevados, ocasionalmente mostrando sinais de estabilização ou pequena reversão em países europeus específicos (NCD-RISC, 2026). Por outro lado, em regiões de baixa e média renda, incluindo partes da América Latina e da África Subsaariana, a prevalência da obesidade continua a aumentar de forma constante ou acelerada, impulsionada por investimento estrangeiro direto e penetração comercial agressiva por corporações alimentícias transnacionais (BAKER et al., 2025; NCD-RISC, 2026). Essa divergência indica que, mesmo em nações onde as taxas de crescimento se estabilizaram, o engajamento político contínuo permanece essencial para abordar os drivers estruturais subjacentes que mantêm altos os fardos basais da doença (NCD-RISC, 2026).

Uma Manifestação Distinta da Crise Global da Obesidade: A Dupla Carga de Desnutrição na África e a Necessidade de Reforma Política Abrangente

Embora historicamente associada a países de alta renda, a rápida ascensão da prevalência da obesidade hoje transcende as tendências socioeconômicas em nível nacional. Há uma década, dados do Observatório Global de Obesidade estimavam 1,9 bilhão de pessoas e 337 milhões de crianças vivendo com sobrepeso ou obesidade, um limiar que marcou o ponto a partir do qual a comunidade internacional começou a tratar a obesidade como um desafio global (WILDING et al., 2021). O aumento da prevalência da obesidade entre adultos e crianças em países africanos, asiáticos e em outras regiões da América Latina reflete de perto o padrão observado no Brasil. Além disso, à medida que os níveis de sobrepeso e obesidade em nações de baixa e média renda se aproximam daqueles observados em países de alta renda, as consequências socioeconômicas resultantes se somam à já significativa carga de doenças infecciosas, tropicais e outras doenças negligenciadas.

Essa sobreposição de cargas econômicas sobre os sistemas de saúde dos LMIC é particularmente evidente no continente africano, onde o aumento dos níveis de obesidade catalisou duas décadas de crescente carga de doenças não transmissíveis (MAWUENYEGAN AGBOYIBOR et al., 2024). De acordo com o boletim do Regional Atlas do Observatório Global de Obesidade, que abrange a Região África da OMS, há uma ampla variação na prevalência da obesidade entre subgrupos do continente: enquanto alguns países apresentaram prevalência de obesidade inferior a 10%, outros se aproximaram de 40%, com a Eritreia registrando a menor prevalência e Seychelles a mais alta. Embora o boletim cubra uma amostra limitada de países, as disparidades ainda ressaltam a importância de estatísticas desagregadas: a República Democrática do Congo apresentou uma prevalência de aproximadamente 5%, em comparação com a prevalência de mais de 30% na África do Sul, refletindo provavelmente os impactos interseccionais dos conflitos sobre o consumo de alimentos, juntamente com a carga mais ampla de DCNT (WHO AFRICA REGION, 2021). Da mesma forma, diversas meta-análises examinaram estatísticas populacionais e demográficas, demonstrando a importância de uma lente interseccional para compreender plenamente quais demografias suportam uma carga desproporcional de DCNTs (MAWUENYEGAN AGBOYIBOR et al., 2024; OTTERBACH et al., 2021).

Os principais grupos de determinantes sociais repetidamente examinados incluem mulheres, crianças e populações de menor nível socioeconômico.

Para ilustrar, as taxas médias mais elevadas de obesidade entre mulheres na África, particularmente a obesidade materna, demonstram a necessidade de abordagens políticas direcionadas especificamente a grupos populacionais mais desagregados com maior risco de desenvolver obesidade. Em média, a prevalência de sobrepeso e obesidade entre adultos na África foi maior em mulheres (17,8% e 9,0%, respectivamente) do que em homens (14,9% e 4,6%, respectivamente), e embora as tendências crescentes de sobrepeso tenham se estabilizado, os pesquisadores observam que as tendências de prevalência de obesidade e baixo peso continuam a aumentar (MAWUENYEGAN AGBOYIBOR et al., 2024; OTTERBACH et al., 2021). Embora os cálculos desagregados por sexo das diferenças na carga da obesidade sejam um primeiro passo em direção a uma abordagem interseccional, a pesquisa mostra a importância de uma abordagem de composição dos determinantes da saúde para compreender o aumento da carga de obesidade suportada pela obesidade materna e em outros grupos populacionais. A obesidade materna serve como um estudo de caso particularmente ilustrativo da obesidade no continente africano, tanto por estar entre os grupos demográficos mais bem documentados nos dados disponíveis quanto por demonstrar como uma carga composta pode se manifestar para as mulheres como atores independentes, Uma gestante com obesidade enfrenta não apenas os riscos associados à obesidade em si, mas uma camada adicional distinta de risco vinculada à gestação, que não se soma simplesmente, mas interage e pode intensificar seu risco basal.

Globalmente, os pesquisadores observam uma incidência crescente de obesidade materna, associada a maiores complicações para mães e crianças durante a gestação, o parto e o pós-parto. No entanto, as taxas de obesidade materna entre as mães na África apresentaram aumentos mais acentuados — uma estatística particularmente alarmante quando compreendida no contexto de que um quarto das mortes maternas no continente resulta de condições médicas pré-existentes, incluindo obesidade e diabetes. Como observado com múltiplas subpopulações no continente, o aumento da obesidade materna agrava a carga sobre os sistemas de saúde já sobrecarregados por outras formas de risco (neste caso, a desnutrição materna). A ascensão concomitante desses dois fatores de risco opostos à saúde materna ressalta a dupla carga de desnutrição.

Evidentemente, a observação do aumento da carga de obesidade entre determinadas populações deve se estender para além daquelas com predisposição biológica ou exposição à obesidade, especialmente para compreender plenamente os impactos insidiosos dos determinantes comerciais da saúde na atual reestruturação dos sistemas alimentares africanos.

As diferentes tendências da obesidade nas últimas décadas entre diferentes grupos socioeconômicos exemplificam ainda mais o impacto da Big Food, das corporações transnacionais de alimentos e de outros determinantes comerciais da saúde nos países africanos. Conforme relatado pelos pesquisadores, em toda a África, o desenvolvimento do sobrepeso está associado à expansão e ao maior acesso a varejistas de alimentos. Com a frequência de consumo de fast food em grande parte estagnada em países de alta renda (BEAL; MORRIS; TUMILOWICZ, 2019), a Big Food tem concentrado cada vez mais seu crescimento de vendas em países em desenvolvimento desde 2006, resultando em maior consumo de refrigerantes, lanches e outros alimentos processados entre grupos socioeconômicos mais elevados nos países africanos (OTTERBACH et al., 2021).

Como resultado, o consumo de refrigerantes, lanches prontos e outros alimentos ultraprocessados cresceu desproporcionalmente em países de baixa e média renda, com a expansão dos supermercados coincidindo com a proliferação de empresas globais de fast food. Embora a sociedade civil tenha feito esforços para conter essas tendências ascendentes, as corporações da Big Food estão obstruindo os esforços para enfrentar as crises de obesidade, conforme relatado pelo Diretor-Geral da OMS, por meio da judicialização da política alimentar, utilizando litígios para atrasar ou bloquear a defesa da saúde pública (GREGORY, 2026). Essas estratégias obstrutivas não se limitam a países de alta renda; elas são cada vez mais consequentes em países em desenvolvimento da África e da América Latina, onde litígios, atrasos regulatórios e outras formas de interferência corporativa podem explorar as limitações institucionais e de recursos existentes, retardando a implementação de reformas de políticas alimentares urgentemente necessárias, mesmo enquanto a obesidade e outras DCNT relacionadas à dieta continuam a aumentar.

Rumo à Mudança Sistêmica

As seções anteriores estabelecem que as tendências globais em obesidade e doenças não transmissíveis não podem ser conceituadas como uma falha de escolhas dietéticas individuais, mas sim como um sintoma da incorporação de AUP nos ambientes alimentares devido à acessibilidade, conveniência e marketing. As respostas políticas eficazes devem, portanto, abordar fundamentalmente as condições comerciais, regulatórias e agrícolas que contribuíram para o sistema alimentar atual, realinhando assim a responsabilidade do indivíduo para os setores corporativo e governamental.

Essa necessidade está se tornando cada vez mais visível no discurso da saúde pública; apesar da relutância passada da OMS em definir AUP, o Diretor-Geral Tedros Adhanom Ghebreyesus denunciou explicitamente a pressão legal que as corporações de AUP historicamente exerceram sobre os governos enquanto tentam implementar políticas dietéticas (GREGORY, 2026). A série do Lancet expande ainda mais isso, mostrando como as condições estruturais duradouras e o fracasso dos compromissos voluntários da indústria em reduzir significativamente a exposição ao marketing de alimentos não saudáveis minam a capacidade de agência dos indivíduos sobre sua saúde, especialmente entre populações de baixa renda e crianças (MONTEIRO et al., 2025). Intervenções que não reconhecem os determinantes comerciais da obesidade estão, portanto, ignorando um importante contribuidor causal e falharão em efetuar mudanças para as populações que são mais visadas por essas corporações transnacionais de AUP. Dito isso, isso não implica que os governos devam necessariamente regular AUP individuais, mas sim buscar ações que reestruturem fundamentalmente o sistema que atualmente favorece o domínio dos AUP, abordando a produção, o marketing e as atividades políticas das corporações de AUP.

Políticas Alimentares na América Latina

A América Latina fornece um exemplo importante do que a intervenção estrutural pode fazer na prática. Como a maioria dos países latino-americanos está em um estágio intermediário da transição de AUP, eles começaram a experimentar o fardo da obesidade e DCNTs relacionadas, mas políticas abrangentes e intersetoriais implementadas antes que os AUP se tornem profundamente enraizados no sistema alimentar mostraram progresso em direção a mudanças positivas.

A política alimentar do Chile, a Lei de Rotulagem e Publicidade de Alimentos do Chile (FLAL) de 2016, utilizou uma abordagem integrada que determinou rótulos de advertência nutricional frontal para nutrientes críticos, restringiu o marketing para crianças e regulamentou a venda de produtos ultraprocessados nas escolas. Essa intervenção levou a reduções significativas na probabilidade de crianças em idade escolar desenvolverem excesso de peso e fornece um forte argumento para a implementação de políticas semelhantes em outros lugares (PARAJE et al., 2026). A eficácia dessa abordagem deve ser entendida no contexto de sua integração; simultaneamente, os rótulos de advertência aumentaram as capacidades de tomada de decisão do consumidor, as restrições de marketing abordaram a desejabilidade direcionada às crianças e as políticas escolares alteraram a acessibilidade imediata. Foi a combinação desses esforços que promoveu um ambiente alimentar que incentivou o comportamento saudável e reduziu o risco de doenças relacionadas à dieta.

O México implementou uma política fiscal diferente que tributa as bebidas adoçadas com açúcar a uma taxa de 1 peso/L num esforço para reduzir o consumo de produtos que contribuem para a ingestão calórica excessiva. Essa intervenção demonstrou diminuir com sucesso a frequência de compra de bebidas açucaradas e aumentar a de água, com evidências de que os lares de baixo status socioeconômico experimentaram as maiores reduções (COLCHERO; MOLINA; GUERRERO-LÓPEZ, 2017; COLCHERO et al., 2016). Essa política fornece um bom modelo para adoção em outros países. No entanto, as políticas de tributação devem ser formuladas com a equidade como prioridade, pois os impostos sobre fontes alimentares mais essenciais podem afetar desproporcionalmente os lares de baixa renda que dependem de produtos ultraprocessados baratos. Abordagens mais abrangentes não devem apenas tornar os produtos não saudáveis mais caros, mas também redirecionar as receitas para subsídios de alimentos frescos minimamente processados ou transferências de renda, num esforço para melhorar a lacuna de acessibilidade entre dietas não saudáveis e saudáveis para populações de baixa renda.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil é outro exemplo único que utiliza a política de nutrição para beneficiar diferentes setores da sociedade. O PNAE restringiu a quantidade de alimentos ultraprocessados de 20% para 15% nos ambientes escolares em 2025, seguido por uma redução para 10% em 2026, enquanto priorizava produtos minimamente processados de origem local, apoiando assim os agricultores familiares e promovendo um ambiente alimentar mais saudável para as crianças (Aliança contra a Fome e a Pobreza, 2023). Paralelamente, o PNAE aumentou recentemente as compras mínimas de alimentos de agricultores familiares em nível local de 30% para 45%. A convergência de políticas de saúde, agricultura e economia dessa maneira muda fundamentalmente o ambiente alimentar para um que desmonta ativamente muitas das desigualdades que enraízam os maus resultados de saúde devido à dieta. Além disso, o Guia Alimentar abrangente do Brasil complementa as políticas existentes e promove o consumo de alimentos minimamente processados para a saúde dos cidadãos (Ministry of Health of Brazil, 2015).

As políticas chilena e brasileira são particularmente relevantes ao considerar a dimensão do curso de vida do risco de obesidade. Ao mudar a dinâmica de acesso e promover padrões alimentares saudáveis desde cedo, as escolas são um alvo ideal para governos que visam reduzir o fardo físico e econômico das doenças crônicas. A série do Lancet identifica ainda as escolas como ambientes particularmente importantes para futuras intervenções no ambiente alimentar (MONTEIRO et al., 2025).

Desafios na definição de ultraprocessados para fins regulatórios

Os Estados Unidos, no entanto, fornecem um exemplo marcante dos desafios de traduzir a preocupação da saúde pública com AUP em política, apesar das evidências convincentes que ligam o consumo de AUP à obesidade e doenças crônicas que se tornam onerosas tanto para o indivíduo quanto para o sistema público de saúde. Lá, a falta de uma definição federal única de AUP é um dos principais contribuintes para esse desafio, pois os formuladores de políticas lutam para distinguir quais produtos deveriam então estar sujeitos a requisitos de rotulagem, exclusão de ambientes escolares, ou outros.

Vale destacar, no entanto, que no campo científico há exemplos de consenso em relação a essa conceituação, como o painel de especialistas do *Healthy Eating Research* (HER) que traz recomendações para a estrutura recomendada para a identificação regulatória adotando a Categoria 4 da classificação Nova como sua base científica, operacionalizada por meio de um método de triagem baseado em ingredientes. Sob este sistema, um alimento ou bebida convencional pode ser claramente identificado como AUP se sua lista de ingredientes incluir pelo menos um marcador de AUP, definido como um aditivo cosmético ou um ingrediente de uso não culinário/industrial. Os marcadores cosméticos abrangem substâncias como emulsificantes, espessantes, adoçantes não açucarados (incluindo opções de origem vegetal como estévia) e corantes e aromatizantes naturais e artificiais, enquanto nutrientes essenciais (vitaminas e minerais), ervas, especiarias e leveduras são explicitamente excluídos do status de marcador. Formulações medicamente necessárias, como fórmulas infantis, soluções de reidratação oral e alimentos médicos definidos federalmente sob o *Orphan Drug Act*, bem como suplementos alimentares, estariam fora deste esquema de classificação de alimentos convencional. Além disso, para evitar impactos regulatórios não intencionais em itens densos em nutrientes, o painel recomenda isentar produtos que atendam aos critérios modificados da FDA "*Healthy*" das regulamentações políticas, desde que não contenham adoçantes não açucarados, mantendo sua classificação subjacente de AUP.

Para operacionalizar esse mecanismo de identificação em escala, as recomendações especificam um protocolo automatizado e transparente que vincula registros em nível de produto a inventários de referência padronizados. Uma lista de referência mestre de marcadores de AUP é compilada a partir do inventário da FDA de Substâncias Adicionadas a Alimentos (SATF) e da Norma Geral do Codex para Aditivos Alimentares, filtrada por classes funcionais designadas como cosméticas ou não culinárias. Esta lista mestre é referenciada de forma cruzada com conjuntos de dados de ingredientes em nível de UPC (como o *USDA Global Branded Food Products Database* ou registros de compras de distribuidores) usando análise textual algorítmica para isolar variáveis de ingredientes individuais e sinalizar automaticamente correspondências de marcadores. Para proteger a classificação contra reformulação da indústria e nomenclatura obscura, as recomendações enfatizam a transparência obrigatória total dos ingredientes, sem exceções de relatórios, divulgação nas embalagens das funções técnicas dos ingredientes, um banco de dados nacional abrangente de funções de ingredientes, uma classificação cautelar de novos ingredientes como marcadores de AUP pendentes de revisão e atualizações recorrentes administradas por agências governamentais designadas ou um consórcio de especialistas independentes.

Embora a FDA tenha delineado uma definição estabelecida como uma de suas prioridades em 2026, muitos estados propuseram ou promulgaram recentemente suas próprias legislações visando definir AUP, particularmente quando aparecem em ambientes escolares

(FDA, 2025). No entanto, essas definições variam significativamente, com algumas focando em listas curtas de aditivos, enquanto outras tentam se alinhar com a classificação NOVA. Definições restritas, baseadas em aditivos ou nutrientes individuais, como as implementadas pela lei da Califórnia e da Pensilvânia, são fáceis de regulamentar, mas frequentemente excluem outros componentes prejudiciais e fazem com que as corporações de AUP se ajustem a esses novos níveis sem abordar fundamentalmente o baixo valor nutricional (POMERANZ; MOZAFFARIAN, 2026). Os desafios enfrentados na Califórnia também exemplificam como os AUP não devem ser definidos por padrões de nutrientes únicos, pois os métodos de processamento e outras características ainda os considerariam ultraprocessados e a reformulação não garante a salubridade. Definições mais amplas, como a modelada segundo o sistema de classificação NOVA implementado em Massachusetts, são mais difíceis de administrar, mas responsabilizam adequadamente as corporações de AUP (POMERANZ; MOZAFFARIAN, 2026). Uma definição federal abrangente é necessária para facilitar esse processo para outros estados.

Embora a agenda *Make America Healthy Again* (MAHA) do governo federal dos Estados Unidos tenha mostrado progresso ao desencorajar explicitamente a ingestão de alimentos altamente processados (nota para o fato de evitarem o uso do conceito mais consolidado na literatura científica global: ultraprocessados), particularmente aqueles com açúcares adicionados e carboidratos refinados, o apoio controverso acompanhante a alimentos de origem animal e laticínios integrais foi criticado por cientistas líderes como Marion Nestle (NESTLE, 2026). Identificar os AUP como uma preocupação é meramente o primeiro passo e deve ser acompanhado por um ambiente alimentar reestruturado usando combinações de regulação, tributação e padrões para apoiar o acesso a alimentos minimamente processados e nutritivos, bem como remover a influência da indústria na política e na academia.

O Poder Público em um Cenário Jurídico Indefinido: Regulamentação dos AUPs

Um mecanismo cada vez mais utilizado por organizações da sociedade civil para contestar o papel das corporações transnacionais de alimentos no aumento da obesidade e na prevalência de DCNT é o litígio estratégico voltado para o fortalecimento da regulação e da responsabilização corporativa. Ironicamente, as corporações adotaram a mesma estratégia para obstruir os esforços de advocacy, contestando medidas de saúde pública com base em argumentos como excesso regulatório, irregularidades processuais, violações de direitos comerciais ou constitucionais, e restrições ao comércio ou à liberdade de expressão comercial. Conforme noticiado pela mídia, emergem tensões entre os compromissos públicos das corporações globais de alimentos com o conhecimento e a transparência do consumidor e sua conduta na prática: em vários continentes, atores da Big Food buscaram atrasar, enfraquecer ou obstruir a implementação de políticas destinadas a fornecer aos consumidores maiores informações sobre os efeitos dos produtos alimentícios na saúde (GREGORY, 2026). Não obstante, tanto os autores independentes quanto as organizações da sociedade civil permanecem firmes em seus esforços legais para responsabilizar as corporações transnacionais de alimentos por sua contribuição para a crescente carga de obesidade e DCNT relacionadas à dieta.

Governos e organizações da sociedade civil que buscam regulamentar grandes corporações alimentícias frequentemente se veem confrontando instituições com recursos abundantes que passaram décadas refinando sofisticadas estratégias de litígio ofensivas e defensivas, que podem ser empregadas não apenas para resistir à regulação, mas para contestar os próprios governos quando políticas de saúde pública ameaçam os interesses corporativos. Por

exemplo, México, Colômbia, Índia, Brasil, EUA e Reino Unido enfrentaram o maior número de ações judiciais movidas por organizações corporativas contra governos, totalizando 239 processos entre 2010 e 2025 (LEI WIN et al., 2026).

Uma das formas mais comuns de litígio empregadas por corporações alimentícias nessas regiões contesta os requisitos de rotulagem frontal como violações de direitos constitucionais ou comerciais. As corporações argumentam que os rótulos de advertência estigmatizam ou "demonizam" injustamente seus produtos, distorcem as percepções dos consumidores e influenciam indevidamente as decisões de compra, em vez de meramente fornecer informações neutras (LEI WIN et al., 2026). Outra dificuldade fundamental no avanço do litígio de interesse público é que os alimentos ultraprocessados raramente são definidos com precisão nos quadros legais e regulatórios. Essa ambiguidade em relação às definições confere às corporações uma margem substancial para contestar medidas de saúde pública, particularmente quando as leis e regulamentações nacionais não estabelecem uma definição clara e juridicamente exequível de alimentos ultraprocessados (YOUNG, 2026). Embora esses argumentos legais possam parecer superficialmente legítimos, as formas documentadas de influência política corporativa podem se estender para além do tribunal, incluindo financiamento de campanhas e partidos políticos, apoio a atores jurídicos com potenciais conflitos de interesse e esforços para moldar ou influenciar organizações da sociedade civil e sua liderança (LEI WIN et al., 2026).

Para ilustrar, entre as 17 ações judiciais em curso no Brasil, incluindo uma ação contra o governo federal sobre a rotulagem frontal, as empresas se unem e formam associações industriais para representá-las como autoras, permitindo-lhes evitar as consequências reputacionais de ter seu nome diretamente associado a litígios contra políticas de saúde pública. Da mesma forma, em outras ocasiões, organizações corporativas tomam medidas para minar ativamente as proteções estruturais existentes contra a especulação financeira. Entre as 18 ações judiciais na Colômbia, muitas das impugnações constitucionais à rotulagem frontal foram apresentadas por indivíduos anteriormente empregados por empresas de alimentos. Enquanto isso, nos Estados Unidos, as corporações alimentícias se apoiam em uma retórica progressista, recrutando líderes negros e latinos para amplificar a oposição a impostos de saúde pública apresentados como regressivos, embora crianças negras e latinas sejam expostas a aproximadamente 70% mais publicidade de alimentos ultraprocessados do que crianças brancas nos Estados Unidos (YOUNG, 2026). Além disso, nos Estados Unidos, o governo federal cedeu poder significativo à indústria, criando um campo de batalha legal no qual os autores públicos e da sociedade civil estão em clara desvantagem, o que exige estratégias legais únicas e inovadoras para contrapor (YOUNG, 2026; LEI WIN et al., 2026; KING, 2025).

Os atores individuais da saúde pública que levam sua defesa para o ambiente online não estão isentos das respostas corporativas. Revisões jurídicas relatam múltiplos casos de indivíduos que expõem a natureza falsa dos rótulos da Big Food e enfrentam ações judiciais das corporações (LEI WIN et al., 2026). Nesse contexto de poder jurídico corporativo e recursos institucionais desiguais, alguns atores públicos começaram a experimentar formas mais agressivas de litígio que deslocam o foco da defesa da regulação para a contestação direta da conduta das próprias grandes corporações alimentícias.

Uma abordagem inovadora fundamental está atualmente em curso na Califórnia, onde o procurador de São Francisco, David Chiu, ajuizou uma ação contra várias empresas da Big Food, incluindo Kraft Heinz, Mondelez, Post, Coca-Cola, PepsiCo, General Mills, Nestlé, Kellanova, Kellogg, Mars e Conagra. Como explica o advogado Scott Young em **The New Case Against*

*Ultraprocessed Food**, ao contrário de casos anteriores nos EUA que se baseavam principalmente em teorias de negligência, a ação de David Chiu avança alegações fundamentadas em fraude e incômodo público. Essa abordagem desloca a investigação legal da difícil tarefa de provar que um produto alimentício específico causou a doença não transmissível de um determinado indivíduo para questões de conhecimento corporativo, conduta enganosa e os danos sociais mais amplos supostamente produzidos pela venda e comercialização generalizadas de alimentos ultraprocessados (YOUNG, 2026). Embora as alegações baseadas em causalidade tenham historicamente enfrentado barreiras probatórias significativas nos tribunais, os litígios centrados no conhecimento corporativo, na conduta enganosa e na interferência na tomada de decisão informada do consumidor podem oferecer um caminho mais viável para responsabilizar as corporações alimentícias.

Uma mudança comparável em direção a alegações baseadas em informações ao consumidor pode ser observada no Quênia, onde o autor Mark Ndumia Ndung'u contestou com sucesso a Nairobi Bottlers e a Coca-Cola por sua falha em fornecer informações nutricionais em garrafas de vidro que estavam disponíveis em garrafas plásticas das mesmas bebidas; os tribunais quenianos finalmente decidiram que essa omissão violava os direitos do consumidor constitucionalmente protegidos (KUYO, 2024; KELIN KENYA, 2023). Embora as alegações baseadas em informações tenham se mostrado valiosas para produzir mudanças regulatórias tangíveis, o estabelecimento de precedentes legais em torno da responsabilidade corporativa por danos à saúde oferece um benefício adicional: fortalece as expectativas de que as corporações coloquem a saúde e a segurança humanas no centro das decisões comerciais e cria incentivos legais contra a comercialização de produtos que representam riscos aos consumidores.

Uma possível via para fortalecer as respostas legais à negligência nas DCNTs relacionadas à alimentação inadequada é reconsiderar a distinção que o discurso jurídico implicitamente traça entre danos agudos e crônicos à saúde pública. Quando a negligência corporativa contribui para um surto de doença infecciosa, a concentração de doenças em um período discreto pode tornar o dano resultante (e a relação entre a conduta corporativa e a saúde da população) comparativamente muito mais visível para os tribunais (ALEXI, 2025). As consequências para a saúde associadas aos alimentos ultraprocessados, por outro lado, acumulam-se gradualmente entre as populações e são mediadas por múltiplos fatores sociais e biológicos, tornando a causalidade individual substancialmente mais difícil de estabelecer (NANO, 2026). No entanto, a manifestação mais lenta da obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e outras DCNT não torna necessariamente suas consequências em nível populacional menos significativas. Nesse contexto, o reenquadramento da exposição cumulativa a ambientes alimentares não saudáveis como uma forma de dano à saúde pública que merece escrutínio legal com urgência igual às ameaças mais agudas à saúde pode expandir os fundamentos conceituais para futuros litígios contra corporações transnacionais de alimentos.

Adaptando Cestas de Políticas para Diferentes Populações e Sistemas Alimentares

As discussões anteriores sobre progressos e limitações demonstram que as intervenções para abordar a sindemia global de AUP e obesidade devem ser multidimensionais, bem como coordenadas nacional e, idealmente, globalmente. Os países devem avaliar suas realidades locais, com foco particular nas populações vulneráveis, e construir cestas de políticas específicas para a idade da população e alinhadas com seu estágio da transição do sistema alimentar de AUP. Isso é consistente com os apelos do Banco Mundial para combinar estratégias econômicas

com implementações políticas para garantir a transformação sustentável do sistema alimentar (World Bank Group, 2024).

Considerando especialmente o sucesso das políticas existentes para o ambiente escolar, a idade tornou-se uma dimensão inicial óbvia para intervenção. Para crianças em idade pré-escolar, os governos devem proteger a amamentação, regulamentar o grau de processamento nos alimentos para crianças pequenas e melhorar a acessibilidade dos alimentos frescos. Para crianças em idade escolar, o ambiente escolar oferece uma oportunidade particularmente impactante, pois as políticas podem alterar simultaneamente o que consomem e percebem como uma dieta normal, independentemente da renda familiar. Para atingir os adultos, a ênfase deve mudar para mudanças mais abrangentes no ambiente alimentar mais amplo. Chile, México e Brasil servem como pontos de referência particularmente bons para esses esforços; rotulagem frontal, impostos sobre bebidas açucaradas, subsídios para alimentos frescos de origem local e restrições de marketing devem ser buscados em conjunto para uma estratégia sustentável de prevenção da obesidade.

Outra dimensão de considerável importância é a posição que um país ocupa na transição de AUP. Em países de alta renda onde os AUP compreendem uma proporção alta, mas estável, da dieta média, os governos devem priorizar a redução das dependências existentes por meio de rótulos de advertência, padrões escolares e incentivos à indústria para reformulação mais saudável. Além disso, os impostos sobre AUP e bebidas açucaradas devem ser buscados com cuidado para evitar encargos não intencionais sobre populações de baixa renda e ser combinados com subsídios para produtos frescos e nutritivos. Esses países devem aprender com os desafios que os Estados Unidos enfrentam e visar encapsular definições amplas de AUP, como a classificação NOVA, e priorizar uma abordagem multidimensional para a mudança do sistema alimentar. Em países de renda média que estão em meio a um rápido aumento no consumo de AUP e na prevalência da obesidade, os esforços devem ser tanto corretivos quanto preventivos. Finalmente, os países de baixa renda frequentemente enfrentam os desafios simultâneos de desnutrição substancial e capacidade governamental ou fiscal limitada para implementar mudanças imediatas. As cestas de políticas desses países devem priorizar a prevenção da proliferação de AUP, ao mesmo tempo em que priorizam a segurança alimentar, a diversidade dietética e a produção local de alimentos. Os ambientes escolares fornecem um modelo bem testado que seria um primeiro passo político impactante para essas nações, no entanto, os esforços de longo prazo também devem abordar mais criticamente a acessibilidade e o acesso.

Os esforços para implementar políticas de saúde pública eficazes enfrentam barreiras políticas, mais notavelmente as atividades políticas corporativas dos fabricantes transnacionais de alimentos visando enfraquecer ou atrasar a intervenção estatal (BAKER et al., 2025). Enfatizando essa obstrução, o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, denunciou recentemente como as corporações de AUP dificultam as iniciativas de saúde pública iniciando ações judiciais e pressão legal contra governos que tentam regulamentar os ambientes alimentares. Apesar dessa resistência, várias jurisdições avançaram estruturas regulatórias para proteger a saúde da população. Na América Latina, países como o Chile foram pioneiros em aprovar leis abrangentes que combinam rótulos de advertência nutricional frontal para alertar os consumidores sobre altos níveis de nutrientes críticos de preocupação, como açúcar, sódio e gordura saturada, juntamente com restrições de marketing e proibições de vendas escolares (PARAJE et al., 2026). Além disso, enquanto o México implementou impostos especiais de consumo sobre bebidas adoçadas com açúcar, o Brasil avançou medidas fiscais e

regulatórias dentro de suas agendas de reforma tributária e segurança alimentar, um esforço de tributação recente que ainda está em processo de implementação enquanto enfrenta continuamente lobby intenso do setor privado (LARA-AREVALO et al., 2026). Enquanto isso, as ações subnacionais e federais nos Estados Unidos refletem um panorama complexo e contestado, onde as narrativas dietéticas federais emergentes sob as diretrizes administrativas recentes geram debates com frequência ao tentar conciliar a ciência nutricional tradicional com diversas prioridades econômicas e políticas (NEVES et al., 2026).

Para consolidar e expandir esses avanços, instituições financeiras e políticas internacionais, incluindo o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, recomendam uma cesta de políticas abrangente que integra medidas restritivas com transformações ambientais de apoio (FAO, 2026). Essa abordagem integrada deve ser adaptada de acordo com a faixa etária dos indivíduos, com ênfase particular na salvaguarda de ambientes institucionais. Os ambientes escolares exigem proteções estatutárias rigorosas que proíbam a disponibilidade comercial e o marketing de AUP, integrando ativamente padrões de compras públicas de alimentos que forneçam alimentos frescos e produzidos localmente pela agricultura familiar e de pequena escala (LARA-AREVALO et al., 2026). Tais ambientes institucionais são vitais para moldar hábitos alimentares saudáveis durante os anos de desenvolvimento formativo e proteger as crianças das influências do marketing corporativo.

Além disso, a implementação desses pacotes de políticas deve levar em conta o status socioeconômico de cada país e a participação relativa de mercado dos AUP nas dietas nacionais. Em nações onde os padrões alimentares industriais estão profundamente enraizados, instrumentos regulatórios vinculantes, como rótulos de advertência frontal obrigatórios, tributação fiscal robusta e salvaguardas rigorosas contra conflitos de interesse, são necessários para reequilibrar os ambientes alimentares (BAKER et al., 2025; SCRINIS et al., 2025). Em ambientes de baixa renda onde os sistemas agroalimentares estão passando por uma rápida transição, as políticas públicas devem simultaneamente fortalecer as cadeias de abastecimento locais e aumentar a acessibilidade de alimentos frescos ou minimamente processados para evitar que a expansão predatória do mercado agrave o duplo fardo da desnutrição (POPKIN et al., 2020; LARA-AREVALO et al., 2026).

Um novo capítulo: Agonistas GLP-1 e a resposta das indústrias de AUP

A rápida expansão da farmacoterapia de alta eficácia, especificamente os agonistas do receptor do peptídeo-1 semelhante ao glucagon (GLP1) e os miméticos de incretina dupla (também chamados, erradamente, de “canetas emagrecedoras”), representa um marco clínico transformador no manejo médico de pessoas vivendo com obesidade (ARONNE et al., 2024). No entanto, confiar nesses tratamentos farmacológicos como única prioridade introduz o risco de justificar a negligência das estratégias de prevenção ambiental, que seriam capazes de abordar os verdadeiros impulsionadores da pandemia de obesidade (BAKER et al., 2025). Como os ensaios clínicos randomizados confirmam que a interrupção do tratamento leva a um rápido reganho de peso e à reversão dos benefícios cardiometabólicos, esses agentes funcionam como terapias metabólicas ao longo da vida que abordam os sintomas biológicos, em vez de resolver a trajetória sistêmica subjacente da doença (ARONNE et al., 2024).

Longe de enfrentar contração econômica ou deslocamento de mercado após a expansão farmacológica, a indústria de AUP está explorando ativamente essa era desenvolvendo portfólios

comerciais complementares de produtos funcionais (BAKER et al., 2025; REZENDE et al., 2026). Os fabricantes de alimentos estão projetando linhas de produtos especializadas especificamente para indivíduos em tratamento com miméticos de incretina, incluindo variantes ricas em proteínas, formulações fortificadas e opções de porção única reduzida (DOBBIE et al., 2026; Rezende et al., 2026). Essa estratégia corporativa adaptativa legitima o ultraprocessamento sob uma narrativa enganosa de salubridade funcional, efetivamente cooptando os avanços clínicos para proteger e expandir o domínio do mercado, enquanto ignora completamente os determinantes comerciais que geraram a crise da obesidade em primeiro lugar (BAKER et al., 2025; REZENDE et al., 2026).

Reequilibrar a governança global da obesidade exige uma rejeição absoluta da falsa dicotomia entre tratamento clínico e prevenção estrutural (CELLETTI et al., 2026; NCD-RISC, 2026). Quando as autoridades públicas delegam a proteção da saúde populacional inteiramente ao manejo médico individualizado, elas exacerbam as desigualdades existentes e deixam as populações vulneráveis à expansão corporativa predatória (Baker et al., 2025; Celletti et al., 2026; NCD-RISC, 2026). Abordar as causas raízes das doenças crônicas relacionadas à dieta requer confrontar esses determinantes comerciais por meio de estruturas regulatórias estatais vinculantes, incluindo rótulos de advertência frontal obrigatórios, impostos sobre saúde e restrições robustas ao marketing direcionado a crianças, garantindo que os avanços médicos reforcem, em vez de substituir, o mandato urgente para a transformação do sistema alimentar (BAKER et al., 2025; SCRINIS et al., 2025).

Conclusão

A epidemia global de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à dieta não pode mais ser compreendida como um somatório de escolhas individuais, mas sim como o resultado sistêmico de um ambiente alimentar deliberadamente construído por corporações transnacionais de ultraprocessados para maximizar lucro em detrimento da saúde populacional. As evidências apresentadas ao longo deste documento, desde os mecanismos fisiopatológicos que explicam por que os alimentos ultraprocessados promovem hiperconsumo calórico e disfunção metabólica, até as estratégias corporativas documentadas de interferência política, litígio contra governos e captura regulatória, convergem para uma conclusão inequívoca: os determinantes comerciais da saúde constituem hoje um dos principais obstáculos ao enfrentamento efetivo da obesidade em escala global.

É fundamental reconhecer, contudo, que as médias globais e nacionais frequentemente obscurecem desigualdades profundas que atravessam a epidemia de obesidade. Os números agregados de prevalência escondem trajetórias radicalmente distintas entre países de alta, média e baixa renda, entre populações urbanas e rurais, entre diferentes faixas etárias e, sobretudo, entre grupos marginalizados por raça, gênero e classe social, que são simultaneamente os mais expostos à comercialização agressiva de ultraprocessados e os menos amparados por políticas públicas de proteção alimentar. Crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, populações negras e indígenas, mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e comunidades de países de baixa e média renda em rápida transição nutricional enfrentam uma dupla penalidade: maior exposição a ambientes obesogênicos e menor capacidade de acesso a alimentos frescos, minimamente processados e culturalmente apropriados. Essa interseccionalidade de vulnerabilidades exige que as políticas de enfrentamento da obesidade sejam desenhadas não como intervenções uniformes, mas como

estratégias sensíveis às desigualdades estruturais que determinam quem adoece e quem tem os recursos para se proteger.

Diante desse cenário, torna-se cada vez mais evidente que abordagens centradas exclusivamente na responsabilização individual, ou mesmo na inovação farmacológica, por mais relevante que seja o avanço dos novos medicamento, como os agonistas de GLP-1, no manejo clínico da obesidade, são insuficientes e, em certos casos, funcionais aos próprios interesses da indústria de ultraprocessados, que já se reposiciona comercialmente para capturar esse novo mercado sem alterar as práticas que geraram a crise em primeiro lugar. A experiência de países, em especial na América Latina, como Chile, México e Brasil, demonstra que apenas políticas estruturais, integradas e coordenadas, combinando rotulagem frontal de advertência, tributação sobre produtos ultraprocessados e bebidas açucaradas, restrições à publicidade infantil, proteção de ambientes escolares e fortalecimento da agricultura familiar, são capazes de reequilibrar ambientes alimentares capturados pela lógica corporativa. Ao mesmo tempo, o caso dos Estados Unidos evidencia que a ausência de uma definição regulatória unificada de ultraprocessados, somada à influência persistente da indústria sobre a formulação de políticas nutricionais, compromete a efetividade de qualquer resposta governamental, por mais bem-intencionada que seja.

Nesse sentido, o enfrentamento da obesidade como problema de saúde pública global exige, antes de tudo, a ruptura com a normalização dos conflitos de interesse que permeiam as relações entre Estados, organismos multilaterais, instituições científicas e a indústria de alimentos ultraprocessados. Não é possível construir políticas nutricionais robustas e duradouras enquanto corporações que lucram diretamente com a venda desses produtos continuarem financiando pesquisas, integrando comitês consultivos governamentais, patrocinando eventos científicos e moldando currículos escolares. A proteção da formulação de políticas públicas contra a captura corporativa deve ser tratada como pré-condição, e não como etapa complementar, de qualquer estratégia efetiva de prevenção e controle da obesidade.

Diante da magnitude e da urgência dessa crise, convoca-se governos, organismos multilaterais, sistemas de saúde, comunidade científica, sociedade civil organizada e cada cidadão a assumirem seu papel na construção de sistemas alimentares que priorizem a saúde coletiva sobre o lucro privado. Aos governos, cabe a responsabilidade de legislar com coragem e transparência, com base nas evidências mais recentes e robustas, estabelecendo salvaguardas institucionais explícitas contra conflitos de interesse e resistindo à pressão legal e política das corporações de ultraprocessados. Aos organismos multilaterais, cabe sustentar e ampliar marcos normativos globais que orientem essa transição, também protegidos da influência da indústria em seus próprios processos decisórios. À comunidade científica e à sociedade civil, cabe vigilância permanente e produção de evidências independentes que informem o debate público. E a todos, cabe a compreensão de que garantir o direito humano à alimentação adequada, saudável e culturalmente apropriada não é uma escolha de mercado, mas um imperativo ético e civilizatório que não pode continuar refém dos interesses comerciais que hoje moldam, de forma desigual e perigosa, o que comemos.

Referências

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Dossiê Big Food 2.0: Como a indústria interfere em políticas de alimentação. Rio de Janeiro: ACT Promoção da Saúde, 2024.

ACT/IDEC. Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação. São Paulo: ACT Promoção da Saúde / Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2022.

Aliança contra a Fome e a Pobreza. Brazil: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) — Global: Aliança contra a Fome e a Pobreza. Disponível em: <https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/exemplo-de-pais/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-do-brasil-pnae/>.

ARONNE, L. J. et al. Continued treatment with tirzepatide for maintenance of weight reduction in adults with obesity: the SURMOUNT-4 randomized clinical trial. JAMA, v. 331, p. 38–48, 2024.

BAKER, P. et al. Towards unified global action on ultra-processed foods: understanding commercial determinants, countering corporate power, and mobilising a public health response. The Lancet, v. 405, p. 1–24, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dialogando sobre o direito humano à alimentação adequada no contexto do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BURITY, V. et al. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010.

CAMARGO, J. M. et al. Effect of Ultraprocessed Foods Taxation on Overweight Prevalence and Noncommunicable Diseases in Brazil. American Journal of Preventive Medicine, v. 68, p. 1–8, 2025.

CELLETTI, F.; FARRAR, J.; DE REGIL, L. World Health Organization Guideline on the Use and Indications of Glucagon-Like Peptide-1 Therapies for the Treatment of Obesity in Adults. JAMA, v. 335, p. 434–38, 2026.

COLCHERO, M. A. et al. Beverage Purchases from Stores in Mexico under the Excise Tax on Sugar Sweetened beverages: Observational Study. BMJ, v. 352, n. 1, 6 Jan. 2016.

COLCHERO, M. A.; MOLINA, M.; GUERRERO-LÓPEZ, C. M. After Mexico Implemented a Tax, Purchases of Sugar-Sweetened Beverages Decreased and Water Increased: Difference by Place of Residence, Household Composition, and Income Level. The Journal of Nutrition, v. 147, n. 8, p. 1552–1557, Aug. 2017.

CONWAY, R. E. et al. Ultra-processed food intake in toddlerhood and mid-childhood in the UK: cross sectional and longitudinal perspectives. European Journal of Nutrition, v. 63, 4 Oct. 2024.

D'AMORE, R. et al. Ultra-processed vs minimally processed diets: effects on metabolic and inflammatory markers in healthy adults. The American Journal of Clinical Nutrition, Bethesda, v. 120, n. 4, p. 815–826, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39267249/.

DOBBIE, L. J. et al. Nutritional, functional, and psychological considerations for incretin-based therapies in adults—an EASO, EFAD, and ECPO Consensus Statement. Lancet Diabetes & Endocrinology, v. 14, S2213–8587(26)00122-1, 2026.

FANZO, J. Inequity in Food Systems Drives Both Hunger and Obesity: It's time to optimize our food systems for nutrition and equity. Johns Hopkins Public Health Magazine, Baltimore, 2020.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum. Rome: FAO, 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2026. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world-2026>.

FDA. HHS, FDA and USDA Address the Health Risks of Ultra-Processed Foods. FDA News, 23 July 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). The State of Food and Agriculture 2023: Revealing the true cost of food to transform agrifood systems. Rome: FAO, 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS et al. The state of food security and nutrition in the world 2026: understanding and addressing the high cost of a healthy diet. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2026.

GILMORE, A. B. et al. Defining and conceptualising the commercial determinants of health. The Lancet, v. 401, n. 10383, p. 1194–1213, 2023.

GREGORY, A. Ultra-processed food companies hindering health drives by suing countries, says WHO. The Guardian, London, 1 ago. 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/society/2026/aug/01/ultra-processed-food-companies-hindering-health-drives-by-suing-countries-says-who. Acesso em: 14 ago. 2026.

HALL, K. D. et al. Ultra-processed diets cause excess calorie intake and weight gain: an inpatient randomized controlled trial of ad libitum food intake. Cell Metabolism, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 67–77.e3, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31105044/.

HALPERN, B.; MELO, M. E. DE. Obesity in Brazil: 214 million reasons to act. Archives of Endocrinology and Metabolism, v. 70, n. 12, p. 1–4, 2026.

Healthy Eating Research. Ultraprocessed Foods in the U.S.: Recommended Definitions and Policies — Frequently Asked Questions. 2026. Disponível em: https://healthyeatingresearch.org/research/ultraprocessed-foods-in-the-u-s-recommended-definitions-and-policies/.

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION (IHME). Global Burden of Disease Study 2021 Data Resources. Seattle: IHME, 2025.

KELIN KENYA. UPHOLDING CONSUMER RIGHTS: KENYAN COURT EMPHASIZES THE NEED FOR NUTRITIONAL INFORMATION ON BEVERAGE LABELS — KELIN Kenya. Disponível em: <https://www.kelinkenya.org/upholding-consumer-rights- kenyan-court-emphasizes-the-need-for-nutritional-information-on-beverage-labels/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

KIBRET, K. T. et al. Life-course trajectories of body mass index and cardiovascular disease risks and health outcomes in adulthood: Systematic review and meta-analysis. Obesity reviews : an official journal of the International Association for the Study of Obesity, v. 25, n. 4, p. e13695, Apr. 2024.

KICKBUSCH, I.; ALLEN, L.; FRANZ, C. The commercial determinants of health. The Lancet Global Health, v. 4, n. 12, p. e895–e896, 2016.

KING, R. Ultra-Processed Foods Lawsuit. Disponível em: <https://www.robertkinglawfirm.com/mass-torts/ultra-processed-foods-lawsuit/>.

KUYO, C. Kenya: The Court of Appeal decides on the statutory obligations of suppliers in respect of product labelling | Bowmans. Disponível em: <https://bowmanslaw.com/insights/kenya-the-court-of-appeal-decides-on-the-statutory-obligations-of-suppliers-in-respect-of-product-labelling/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

LANE, M. M. et al. Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: umbrella review of epidemiological meta-analyses. The BMJ, v. 384, p. e077310, 2024. Disponível em: https://www.bmj.com/content/384/bmj-2023-077310.

LARA-AREVALO, J. et al. Integrating policies that enable minimally processed foods with policies that restrict ultra-processed foods for obesity and noncommunicable disease prevention. Current Obesity Reports, v. 15, p. 57, 2026.

LARA-MEJÍA, V. et al. Corporate political activity of the food industry in the development of food policies in Latin America and the Caribbean: a narrative review of the current literature. Globalization and Health, v. 21, n. 1, p. 1–21, 2025.

LEI WIN, T. et al. Big Food vs. The People. Disponível em: <https://www.lighthousereports.com/investigation/big-food-vs-the-people/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

LOUZADA, M. L. C. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto sobre o perfil de macronutrientes da dieta no Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 49, p. 38, 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2015.v49/38/pt/.

MARINO, M. et al. A Systematic Review of Worldwide Consumption of Ultra-Processed Foods: Findings and Criticisms. Nutrients, v. 13, n. 8, p. 2778, 13 Aug. 2021.

Ministry of Health of Brazil. Dietary Guidelines for the Brazilian Population. 2015. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/wp-content/uploads/2025/03/dietary_guidelines_brazilian_population.pdf>.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence. The Lancet, v. 405, n. 10480, p. 789–806, 2025. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(25)01565-X/fulltext.

NCD RISK FACTOR COLLABORATION (NCD-RisC). Obesity rise plateaus in developed nations and accelerates in developing nations. Nature, v. 653, n. 8115, p. 510-518, 2026.

NESTLE, M. The MAHA 2025-2030 Dietary Guidelines have arrived: Cheerful, Muddled, Contradictory, Ideological, Retro. Disponível em: <https://www.foodpolitics.com/2026/01/the-maha-2025-2030-dietary-guidelines-have-arrived-cheerful-muddled-contradictory-ideological-retro/?lctg=102466531>.

NEVES, F. S. et al. The 2025–2030 US Dietary Guidelines: an analysis of scientific integrity and global health governance. The Lancet Regional Health — Americas, v. 56, p. 101402, 2026.

NILSON, E. A. F. et al. Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 44, p. e32, 2020.

NILSON, E. A. F. et al. Estimation of the direct health costs attributable to child obesity in Brazil. medRxiv, p. 1–15, 2023.

NILSON, E.; SILVA, D. O. A ameaça das corporações ao direito humano à alimentação. Cadernos CRIS, n. 18, p. 1–14, 2025.

NILSON, E.; SILVA, D. O. Dia Mundial da Obesidade 2026: Entre o Legado de 2025 e a Urgência de 8 Bilhões de Razões para Agir. Cadernos CRIS, n. 2, p. 1–10, 2026.

NILSON, E. et al. Os determinantes comerciais da saúde: o que são e como articular com os sistemas alimentares nos organismos internacionais e dos governos nacionais. Cadernos CRIS, n. 4, p. 1–12, 2023.

OKUNOGBE, A. et al. Economic impacts of overweight and obesity: current and future estimates for 161 countries. BMJ Global Health, v. 7, n. 9, p. e009773, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Marco de Referência sobre a Dimensão Comercial dos Determinantes Sociais da Saúde na Agenda de Enfrentamento das DCNT. Brasília: OPAS/OMS, 2020.

PARAJE, G. et al. The impact of Chile's multipronged food labelling and advertising law on early childhood excess weight: a cohort difference-in-differences study. The Lancet, v. 407, n. 10548, p. 2630–2640, June 2026.

POMERANZ, J. L.; MOZAFFARIAN, D. State Actions to Define Ultraprocessed Food for Policy—Opportunities and Challenges. JAMA Health Forum, v. 7, n. 4, p. e260291, 10 Apr. 2026.

POPKIN, B. M.; CORVALAN, C.; GRUMMER-STRAWN, L. M. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. Lancet, v. 395, n. 10217, p. 65-74, 2020.

REZENDE, L. F. M. et al. Misleading narrative of "healthy" ultraprocessed foods. BMJ, v. 392, e087538, 2026.

SCRINIS, G. et al. Policies to halt and reverse the rise in ultra-processed food production, marketing, and consumption. Lancet, v. 406, n. 10520, p. 2685-2702, 2025.

SEFERIDI, P. et al. Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. The Lancet Global Health, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. The Lancet, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

The University of Texas at Austin. 80% of Toddler Foods on Grocery Shelves Are Ultra-Processed | Newswise. Disponível em: <https://cns.utexas.edu/news/research/those-toddler-foods-grocery-shelves-more-80-are-ultraprocessed>.

UNICEF. Feeding Profit: How Food Environments Are Failing Children. Child Nutrition Report 2025. New York: UNICEF, 2025. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/feeding-profit-2025-child-nutrition-report/>.

UNICEF; WHO; World Bank Group. Joint Child Malnutrition Estimates. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/jme/>.

World Bank Group. Investment Framework for Nutrition 2024. [s.l.] World Bank Group, 2 Oct. 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/nutrition/publication/investment-framework-nutrition>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Addressing and managing conflicts of interest in the planning and delivery of nutrition programmes at country level. Geneva: WHO, 2016.

WHO. WHO Guideline for complementary feeding of infants and young children 6-23 months of age. 16 Oct. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240081864>.

WORLD OBESITY FEDERATION. World Obesity Atlas 2025. London: World Obesity Federation, 2025.

O Relatório de Impacto Lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

El Informe de Impacto Publicado por el Banco Interamericano de Desarollo

The Impact Report Released by the Inter-American Development Bank

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgou o Relatório de Impacto 2026 da instituição financeira. O relatório apontou que o BID focou em projetos que impactassem no desenvolvimento da América Latina e do Caribe, o que resultou no acesso de milhões de pessoas à serviços de qualidade em diversos setores, evidenciando a relevância da instituição financeira multilateral.

Palavras-chave: BID; América Latina; Caribe; Desenvolvimento.

Resumo: *El Banco Interamericano de Desarollo (BID) publicó su Informe de Impacto 2026. El informe indica que el BID se centro em proyectos que impactaron el desarollo de América Latina y el Caribe, lo que permitió que millones de personas tuvieran acceso a servicios de calidad em diversos sectores, ressaltando así la relevância de la institución financeira multilateral.*

Palabras clave: *BID; America Latina; Caribe; Desarollo.*

Abstract: *The Inter-American Development Bank (IADB) released its 2026 Impact Report. The report indicated that IADB focused on projects that impacted the development of Latin America and the Caribbean, resulting in millions of people having access to quality services in several sectors, highlighting the relevance of the multilateral financial institution.*

Keywords: *IADB; Latin America; Caribbean; Development****.***

O Relatório

O recém-lançado *Relatório de Impacto 2026* do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostrou em números que a instituição financeira permaneceu focada em impactar o desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ALC) onde milhares de pessoas foram beneficiadas entre os anos de 2024 e 2025.

De acordo com a publicação, o BID conseguiu com que a maioria dos projetos concluídos alcançassem bons resultados, evidenciando que a instituição financeira está trilhando o caminho certo para atingir as suas 49 Metas de Desempenho (Estratégia Institucional 2024-2030). A publicação apontou que as operações lideradas pelo BID no acesso a serviços de saúde e nutrição de qualidade atingiram 36 milhões de pessoas; já os acessos à água potável e ao saneamento básico com segurança conseguiram alcançar 12 milhões de pessoas na região.

Na publicação consta que os projetos de educação, especialmente os programas de primeira infância e desenvolvimento de habilidades, alcançaram 1,9 milhão de pessoas. O acesso

à internet banda larga foi expandida para 11 milhões de pessoas em toda a ALC. O acesso à serviços e investimentos agrícolas de excelência promovidos pelo BID apoiaram 1,2 milhão de agricultores na região.

A série de reformas institucionais promovidas pelo BID nos últimos anos tiveram destaque no relatório. De acordo com o relatório, ao promover estas reformas, a instituição financeira fortaleceu e ampliou a sua capacidade financeira para apoiar os seus projetos em até US$500 bilhões em financiamento e investimento para os próximos dez anos. Simultaneamente, aperfeiçoou a supervisão do portfólio e o gerenciamento de resultados, com o intuito de assegurar que os projetos apresentem resultados de desenvolvimento contínuo.

O relatório abordou a respeito da taxa de realização dos resultados de desenvolvimento na finalização dos projetos, constatando que os resultados evoluíram "tanto para o BID quanto para o BID Invest". A Estratégia Institucional do BID também teve destaque. De acordo com a publicação, o progresso da implementação das suas diretrizes, proporcionou a evolução dos resultados da instituição financeira.

Ilan Goldfajn, presidente do BID, fez alguns comentários a respeito dos dados positivos destacados no relatório. Para ele, os resultados mostraram o quanto o BID progrediu na atenção e no cuidado com a ALC, o que acabou gerando o impacto profundo que a instituição financeira tanto almejou para os seus países-membros. Goldfajn ressaltou que o BID forneceu resultados de desenvolvimento alcançáveis e isso resultou nos bons números destacados no relatório. O presidente encerrou a sua fala dizendo que a instituição financeira está "ajudando a região a se tornar mais produtiva, resiliente e próspera".

Considerações Finais

Os países da ALC avançaram ao longo dos anos no desenvolvimento de diversos setores, porém, ainda precisam progredir nas suas infraestruturas, tornando-as mais eficientes, inclusivas e sustentáveis. Para que isso se concretize em um tempo mais curto possível, se faz necessário o apoio multilateral, que é o que o BID nos apresenta em sua mais nova publicação.

Os resultados mostrados no Relatório de Impacto 2026 do BID evidenciaram que a instituição financeira caminha em uma direção para alcançar as suas metas de desempenho. A publicação ressaltou que o BID vai além de ser um "provedor de financiamento", destacando a sua expertise e as suas parcerias que ajudam na elaboração de diretrizes para encarar os desafios mais críticos da região na área do desenvolvimento.

O BID está focado em projetos que ajudem a viabilizar o crescimento econômico sustentável, o estado de direito e a capacidade institucional e a diminuição de riscos sociais e ambientais na ALC. Na área ambiental, há um destaque importante da instituição financeira em conjunto com a coalizão formada por outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), que aumentaram no ano de 2025 o financiamento climático para US$163 bilhões, com o objetivo de apoiar a resiliência e a sustentabilidade ao clima.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Grupo BID segue no caminho para alcançar suas metas e ampliar seu impacto no desenvolvimento [acesso em 17 ago 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/noticias/grupo-bid-segue-no-caminho-para-alcancar-suas-metas-e-ampliar-seu-impacto-no-desenvolvimento

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Marco de Impacto 2024-2030 [acesso em 17 ago 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/estrategia-institucional/medindo-nossos-resultados

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Relatório de Impacto versão em inglês [acesso em 17 ago 2026]. Disponível em: https://publications.iadb.org/en/2026-idb-group-impact-report

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Multilateral Development Banks Increased Climate Financing to $163 Billion in 2025, Supporting Climate-Resilient and Sustainable Growth [acesso em 17 ago 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-increased-climate-financing-163-billion-2025-supporting-climate

Atuação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento na Região do MENA (Mediterrâneo e Norte da África)

Actuación de los bancos regionales de desarrollo en la región de MENA

The Role of Regional Development Banks in the MENA Region

Laura Tavares Soares

Resumo: Este é um Informe de transição entre as análises dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e da região do MENA (**MENA** é uma sigla em inglês para "Middle East and North Africa" que reúne países do Oriente Médio e Norte da África). Trata-se de uma avaliação da atuação dos BRDs, no seu conjunto e com destaque para o Banco Islâmico de Desenvolvimento — IsDB, nos países da região MENA. Os BRDs atuam, basicamente, no financiamento de projetos de infraestrutura, desenvolvimento social, energia, agricultura e apoio pós-conflito nessa região, de modo complementar a outras agências multilaterais e bilaterais de financiamento. Já o IsDB, através das suas Finanças Islâmicas ("Islamic Finance"), possui forte presença nos países da região MENA (em sua maioria de origem muçulmana).

Palavras-chave: Bancos Regionais Multilaterais de Desenvolvimento; Região MENA; Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Resumen: *Este es un informe de transición entre los análisis de los Bancos Regionales de Desarrollo (BRDs) y la región MENA (MENA es la sigla en inglés "Middle East and North Africa" que abarca los países de Oriente Medio y Norte de África). Evalúa el desempeño de los BRDs en su conjunto, con especial énfasis en el Banco Islámico de Desarrollo (IsDB), en los países de la región MENA. Los BRDs financian principalmente proyectos de infraestructura, desarrollo social, energía, agricultura y apoyo posconflicto en esta región, complementando a otras agencias de financiación multilaterales y bilaterales. El IsDB, a través de su brazo de finanzas islámicas, tiene una fuerte presencia en los países de la región MENA (en su mayoría de origen musulmán).*

Palabras clave: *Bancos regionales multilaterales de desarrollo; Región MENA; Banco Islámico de Desarrollo.*

Abstract: *This is a transitional report between the analyses of Regional Development Banks (RDBs) and the MENA region (MENA stands for "Middle East and North Africa" encompassing countries in the Middle East and North Africa). It assesses the performance of the RDBs as a whole, with particular emphasis on the Islamic Development Bank (ISDB), in the countries of the MENA region. The RDBs primarily finance infrastructure, social development, energy, agriculture, and post-conflict support projects in this region, complementing other multilateral and bilateral financing agencies. The ISDB, through its Islamic Finance arm, has a strong presence in the MENA countries (mostly of Muslim origin).*

Keywords: *Multilateral Regional Development Banks; MENA Region; Islamic Development Bank.*

Introdução

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) desempenham um papel importante no financiamento de projetos de infraestrutura, desenvolvimento social, energia, agricultura e apoio pós-conflito na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA). Eles complementam os esforços de outras agências multilaterais e bilaterais, com foco em integração regional, sustentabilidade e inclusão.

Principais Bancos de Desenvolvimento Regional atuantes no MENA

1. Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB – Islamic Development Bank)

Sua sede é em Jeddah na Arábia Saudita. São 57 países membros, em sua maioria muçulmanos (com forte presença no MENA). A atuação principal do IsDB na região é:

- Financiamento de grandes projetos de infraestrutura (energia, transporte, água).
- Apoio a países em crise (Síria, Iêmen, Palestina) via fundos humanitários e de recuperação.
- Iniciativas de desenvolvimento sustentável ("Al-Quds Fund", Programas de empoderamento feminino e de juventude).
- Foco nas Finanças Islâmicas ("Islamic Finance"), modo de financiamento inovador sem juros e, portanto, sem endividamento dos países.

2. Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico na África (BADEA)

Seu foco principal é a Cooperação Árabe-África, atuando no Norte da África (Egito, Tunísia, Argélia, Marrocos).

3. Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e Social (AFESD)

Com sede no Kuwait, atua principalmente no financiamento de projetos de desenvolvimento nos países árabes, nas áreas de infraestrutura, agricultura, **saúde** e educação. Presta *apoio técnico e concessional para países de menor renda.*

4. Banco de Desenvolvimento do Conselho de Cooperação do Golfo (ex.: Fundo de Desenvolvimento do Kuwait, Fundo Abu Dhabi)

Atende aos países do Golfo (Arábia Saudita, Emirados, Qatar, Kuwait), atuando via *fundos soberanos* e *bancos nacionais de desenvolvimento*, financiando *projetos regionais e de reconstrução*.

5. Outros Bancos relevantes

- *Banco Europeu de Investimento (BEI) e Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa* — atuam via parcerias.
- *Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)*— forte atuação no Norte da África (Magrebe).

Áreas de Atuação Prioritárias no MENA

- *Reconstrução pós-conflito* (infraestrutura e serviços básicos): Síria, Iêmen, Líbia e Palestina.

- *Energia e Transição Verde*: projetos de *energias renováveis* (solar no Egito, Marrocos e Golfo) e eficiência energética.
- *Água e Saneamento*: trata-se de uma área crítica devido à escassez hídrica na região.
- *Desenvolvimento Humano*: Educação, **Saúde** (incluindo saúde mental em alguns programas), empoderamento feminino e juventude.
- *Infraestrutura e Conectividade*: rodovias, portos e *integração econômica (ex.: projetos de comércio intra-árabe).*
- *Resiliência Climática e Segurança Alimentar*: programas *contra desertificação e apoio à agricultura*.

Os principais *desafios* dos BRDs na região do MENA são:

- Coordenação: há sobreposição entre instituições multilaterais; esforços de maior alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Impacto de conflitos: Bancos como o IsDB destinam recursos significativos para *ajuda humanitária e recuperação precoce*.

Como principais *tendências* temos:

- O *Financiamento Islâmico*, com crescimento de instrumentos do tipo "Sharia-compliant" (sukuk, murabaha, etc.).
- O *Foco em inclusão*: maior atenção ao gênero e à juventude.
- As parcerias público-privadas.

Exemplos Recentes

- Financiamento do IsDB para *projetos de energia solar* no Egito e Marrocos.
- Apoio à *reconstrução de infraestrutura* em áreas afetadas na Síria e Iêmen.
- Programas de *resposta às crises alimentar e de refugiados*.

Em síntese, os Bancos Regionais na região do MENA atuam como catalisadores importantes, especialmente em contextos onde o financiamento ocidental enfrenta restrições políticas. Eles priorizam solidariedade regional e soluções adaptadas culturalmente.

Atuação do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) na Região do MENA

O IsDB (Islamic Development Bank), sediado em Jeddah (Arábia Saudita), é *um dos principais bancos regionais de desenvolvimento atuantes no MENA*. Fundado em 1975, possui 57 países-membros (maioria muçulmanos) e financia projetos com base nos princípios da ***finança islâmica*** (*sem juros, com compartilhamento de riscos e ênfase em ética e sustentabilidade*).

Principais Áreas de Atuação do IsDB no MENA

O IsDB *concentra esforços em países de renda baixa e média*, com *foco em integração regional*, *desenvolvimento inclusivo* e *recuperação pós-conflito*.

- Área de Infraestrutura e Conectividade:
  - Financiamento de rodovias, portos, aeroportos e energia.

- ❖ Projetos de energia renovável (solar no Egito, Marrocos e Jordânia).
- ➢ Reconstrução Pós-Conflito:
  - ❖ Síria: apoio à *recuperação de infraestrutura, serviços básicos e meios de subsistência para retornados*.
  - ❖ Iêmen: *projetos humanitários,* ***saúde****, educação e agricultura em áreas afetadas pela guerra*.
  - ❖ Palestina: forte atuação via "Al-Quds Fund" (*Fundo para Jerusalém*) e apoio a *projetos sociais e de infraestrutura.*
- ➢ Desenvolvimento Humano:
  - ❖ **Saúde,** incluindo *fortalecimento de sistemas de saúde e resposta a emergências*.
  - ❖ *Educação e capacitação técnica*.
  - ❖ *Empoderamento feminino e apoio à juventude* com programas de *empreendedorismo e inclusão financeira*.
- ➢ Agricultura, Segurança Alimentar e Água:
  - ❖ Projetos de *irrigação, resiliência climática e combate à desertificação* (áreas críticas na região do MENA).
- ➢ Finanças Islâmicas e Setor Privado:
  - ❖ Emissão de "sukuk" (*títulos islâmicos*).
  - ❖ Parcerias público-privadas, com apoio a PMEs (pequenas e médias empresas).

Estratégia e Impacto do IsDB

- Estratégia 10 anos (**2026–2035**), com foco em "*Transformação para o Futuro*" — *sustentabilidade, digitalização, inclusão e resiliência*.
- Volume de Financiamento: Bilhões de dólares anuais para o MENA, frequentemente em cofinanciamento com outros bancos (Banco Mundial, AFESD, fundos do Golfo).
- Abordagem diferenciada: com ênfase em *soluções adaptadas à cultura e à religião*, com forte *coordenação com países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)*.

Desafios Enfrentados pelo Banco

- *Instabilidade geopolítica e conflitos* que dificultam a implementação de projetos.
- Necessidade de maior *coordenação* com outros doadores.
- *Pressão por maior transparência e impacto mensurável*.

Em síntese, o IsDB atua como um parceiro estratégico para os países do MENA, especialmente aqueles em transição ou recuperação, oferecendo financiamento flexível e alinhado aos valores regionais. Sua atuação complementa a dos bancos multilaterais ocidentais e fortalece a solidariedade Sul-Sul.

Atuação do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) em Saúde na Região do MENA

O IsDB tem uma atuação relevante no **setor de saúde** no MENA, especialmente em *países com sistemas de saúde fragilizados por conflitos, pobreza ou alta demanda demográfica*. O banco prioriza projetos que fortalecem a *infraestrutura de saúde, acesso a serviços e resiliência a emergências*, sempre alinhados aos princípios da finança islâmica.

Principais Linhas de Atuação em Saúde

- Infraestrutura Hospitalar e Equipamentos:
  - Financiamento de *construção, expansão e modernização de hospitais e centros de saúde primária.*
  - Fornecimento de *equipamentos médicos avançados* (ex.: em países do Magrebe e Mashreq).
- Saúde Materna, Infantil e Reprodutiva:
  - Programas de *redução da mortalidade materna e infantil*.
  - Apoio a *campanhas de vacinação e nutrição*.
- Combate a Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis:
  - Iniciativas contra *cólera, tuberculose, hepatite e outras endemias*.
  - *Projetos para controle de diabetes, doenças cardiovasculares e câncer* (com uma carga crescente no MENA).
- Resposta a Emergências e Crises:
  - *Apoio rápido em situações de conflito* (Síria, Iêmen) e *desastres naturais*.
  - *Fortalecimento de sistemas de vigilância epidemiológica e preparação para pandemias*.
- Saúde Digital e Inovação:
  - *Projetos de telemedicina e sistemas de informação em saúde*, especialmente em *áreas remotas ou afetadas por conflitos*.
- Capacitação e Recursos Humanos:
  - *Treinamento de profissionais de saúde* e *bolsas de estudo em medicina e ciências da saúde*.
- Exemplos de Projetos de Saúde no MENA
  - Síria: *financiamento para recuperação de hospitais; fornecimento de medicamentos; e apoio psicossocial a populações afetadas pelo conflito e retornados*.
  - Iêmen: *projetos emergenciais de saúde materna, nutrição e combate a surtos de doenças infecciosas em zonas de guerra*.
  - Egito, Marrocos e Tunísia: investimentos em *infraestrutura hospitalar moderna* e ***programas de saúde pública***.
  - Países do Golfo: *parcerias para excelência em saúde* (*pesquisa, turismo médico e prevenção de doenças crônicas*).
- Abordagem Estratégica
  - *Integração com ODS*: alinhamento com o Objetivo 3 (Saúde e Bem-Estar) da Agenda 2030.
  - *Parcerias*: colaboração com OMS, UNICEF e *governos nacionais* para *maximizar impacto*.
  - Foco em Equidade: *prioridade a mulheres, crianças, jovens e populações vulneráveis (refugiados, deslocados)*.
  - Sustentabilidade: ênfase em *sistemas de saúde resilientes a choques climáticos e conflitos*.

Como impactos positivos da atuação do IsDB em saúde está a contribuição para a *expansão do acesso à saúde em regiões carentes e o apoio a crises humanitárias.*

Entre os desafios pesa muito a existência de conflitos em curso que limitam a execução de projetos; a necessidade de maior integração com iniciativas de *saúde mental* (ainda pouco explorada); e a *dependência de cofinanciamento devido à escala das necessidades*.

Em síntese, o IsDB atua como um importante parceiro complementar na área de **saúde** dos países da região do MENA, com ênfase em soluções culturalmente sensíveis e de longo prazo. Sua atuação nessa área é particularmente estratégica em contextos de recuperação pós-conflito, como na Síria e no Iêmen.

Considerações Finais

Sem dúvida o maior destaque deste Informe é a atuação dos BRDs nas situações de conflitos e guerras prevalentes em diversos países da região do MENA. As intervenções dos Bancos são de caráter emergencial, durante os conflitos — na assistência humanitária, como também na recuperação pós conflitos, sobretudo das infraestruturas destruídas pelas guerras. Essas atuações muitas vezes são realizadas em conjunto, na medida em que os conflitos se perpetuam.

Outro destaque é a atuação conjunta dos BRDs com os governos e organizações da sociedade civil, com respeito às culturas locais.

A área de **saúde** é um dos principais focos de atenção, tanto na assistência à população afetada pelos conflitos como na recuperação da infraestrutura (hospitais, serviços de saúde), bem como na construção de estruturas resilientes a desastres — consequências das guerras e das condições climáticas adversas.

O Banco Islâmico de Desenvolvimento foi destacado por sua penetração nos países do MENA, de maioria muçulmana. Sua especificidade de financiamento, utilizando a moeda islâmica sem cobrança de juros e sem geração de dívidas, possui uma grande efetividade nos países mais pobres.

Referências

ISLAMIC DEVELOPMENT BANK (IsDB). Vídeo institucional. Facebook, [s.d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1580301330177221>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ISLAMIC FINANCE. Vídeo sobre finanças islâmicas. YouTube, [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZELxYBqY_8E>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ISLAMIC DEVELOPMENT BANK (IsDB). Página institucional. Jeddah, [s.d.]. Disponível em: <https://www.isdb.org/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ISLAMIC DEVELOPMENT BANK (IsDB). Where we work. Jeddah, [s.d.]. Disponível em: <https://www.isdb.org/where-we-work>. Acesso em: 17 ago. 2026.

GREEN FINANCE LAC. Seven multilateral development banks join forces to mitigate the economic impacts of the conflict in the Middle East. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://greenfinancelac.org/resources/news/seven-multilateral-development-banks-join-forces-to-mitigate-the-economic-impacts-of-the-conflict-in-the-middle-east/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). Joint statement by seven multilateral development banks pledging support to address impacts of the Middle East conflict. Manila, [s.d.]. Disponível em: <https://www.adb.org/news/joint-statement-seven-multilateral-development-banks-pledging-support-address-impacts-middle-east-conflict>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BANK INFORMATION CENTER. Middle East and North Africa (MENA). Washington, D.C., [s.d.]. Disponível em: <https://bankinformationcenter.org/region/middle-east-and-north-africa/>. Acesso em: 17 ago. 2026.

WORLD BANK. Joint statement by seven multilateral development banks pledging support to address impacts of the Middle East conflict. Washington, D.C., 18 maio 2026. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2026/05/18/joint-statement-by-seven-multilateral-development-banks-pledging-support-to-address-impacts-of-the-middle-east-conflict>. Acesso em: 17 ago. 2026.

GOOGLE. Atuação dos BDRs: bancos regionais multilaterais de desenvolvimento na região do MENA. Resultados de pesquisa. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Atua%C3%A7%C3%A3o+dos+bdrs+bancos+regionais+multilaterais+de+desenvolvimento+na+regi%C3%A3o+do+MENA>. Acesso em: 17 ago. 2026.

Medidas unilaterais, inteligência artificial e assimetrias tecnológicas: desafios ao desenvolvimento na governança multilateral

Medidas unilaterales, inteligencia artificial y asimetrías tecnológicas: retos para el desarrollo en la gobernanza multilateral

Unilateral Measures, Artificial Intelligence and Technological Asymmetries: Development Challenges in Multilateral Governance

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este documento examina três desenvolvimentos recentes da governança multilateral relacionados ao comércio, à inteligência artificial, à inovação e à propriedade intelectual. Inicialmente, analisa a solicitação da China para participar das consultas iniciadas pelo Brasil na OMC contra medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos, destacando o interesse comercial substancial alegado e os aspectos procedimentais da participação de terceiros. Em seguida, apresenta as principais conclusões da UNCTAD sobre ciência, tecnologia e inovação na era da inteligência artificial, abordando aplicações científicas, produtividade, dados, capacidades nacionais, propriedade intelectual, ciência aberta e desigualdades entre países. Por fim, examina os debates das Assembleias da OMPI de 2026 a partir da análise do South Centre, com atenção às divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre Agenda do Desenvolvimento, inteligência artificial, saúde pública, transferência de tecnologia, flexibilidades patentárias, conhecimentos tradicionais, biopirataria, governança e representação. Em conjunto, os temas evidenciam tensões persistentes na governança econômica e tecnológica internacional.

Palavras-chave: governança multilateral; comércio internacional; inteligência artificial; ciência, tecnologia e inovação; propriedade intelectual; assimetrias tecnológicas; países em desenvolvimento; transferência de tecnologia; saúde pública; desenvolvimento sustentável

Resumen: *Este documento examina tres acontecimientos de la gobernanza multilateral relacionados con comercio, inteligencia artificial, innovación y propiedad intelectual. Primero, analiza la solicitud de China para participar en las consultas iniciadas por Brasil en la OMC contra medidas arancelarias de Estados Unidos, destacando el interés comercial sustancial alegado y la participación de terceros. A continuación, presenta las conclusiones de la UNCTAD sobre ciencia, tecnología e innovación en la era de la inteligencia artificial, abordando aplicaciones científicas, productividad, datos, capacidades nacionales, propiedad intelectual, ciencia abierta y desigualdades entre países. Por último, examina los debates de las Asambleas de la OMPI de 2026 a partir del análisis del South Centre, atendiendo a divergencias entre países desarrollados y en desarrollo sobre Agenda para el Desarrollo, inteligencia artificial, salud pública, transferencia de tecnología, flexibilidades de patentes, conocimientos tradicionales, biopiratería, gobernanza y representación. En conjunto, estos temas evidencian tensiones en la gobernanza económica y tecnológica internacional.*

Palabras clave: *gobernanza multilateral; comercio internacional; inteligencia artificial; ciencia, tecnología e innovación; propiedad intelectual; asimetrías tecnológicas; países en desarrollo; transferencia de tecnología; salud pública; desarrollo sostenible.*

Abstract: *This document examines three developments in multilateral governance concerning trade, artificial intelligence, innovation and intellectual property. First, it analyses China's request to join the consultations initiated by Brazil at the WTO concerning tariff measures adopted by the United States, highlighting China's substantial trade interest and the procedural aspects of third-party participation. It then presents UNCTAD's main findings on science, technology and innovation in the age of artificial intelligence, addressing scientific applications, productivity, data, national capabilities, intellectual property, open science and inequalities between countries. Finally, it examines the debates at the 2026 WIPO Assemblies through the South Centre's analysis, focusing on divergences between developed and developing countries regarding the Development Agenda, artificial intelligence, public health, technology transfer, patent flexibilities, traditional knowledge, biopiracy, governance and representation. Taken together, these developments reveal tensions within international economic and technological governance and highlight competing approaches to access, innovation, development and the distribution of technological benefits.*

Keywords: *multilateral governance; international trade; artificial intelligence; science, technology and innovation; intellectual property; technological asymmetries; developing countries; technology transfer; public health; sustainable development.*

China solicita participação nas consultas entre Brasil e Estados Unidos na OMC

A China solicitou sua participação nas consultas iniciadas pelo Brasil, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), contramedidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos. O pedido foi apresentado em 6 de agosto de 2026, por meio de comunicação da delegação chinesa às delegações dos Estados Unidos e do Brasil (WT/DS646/2), na qual a China declarou possuir interesse comercial substancial na controvérsia (OMCa, 2026).

O documento refere-se ao pedido de consultas apresentado pelo Brasil no caso *Estados Unidos – Direitos Adicionais sobre Certos Produtos do Brasil* (WT/DS646/1), distribuído aos Membros da OMC em 30 de julho de 2026. A solicitação chinesa foi formulada com fundamento no Artigo 4.11 do Entendimento sobre Regras e Procedimentos Relativos à Solução de Controvérsias (ESC), que permite a participação de outro Membro nas consultas quando este demonstre possuir interesse comercial substancial na matéria.

Em sua comunicação, a China sustentou que esse interesse decorre da investigação conduzida pelos Estados Unidos ao abrigo da Seção 301 sobre trabalho forçado, bem como dos instrumentos jurídicos utilizados para conduzir e implementar a investigação. Entre eles, mencionou as Seções 301 e 304 da Lei de Comércio de 1974, além das determinações e notificações relativas às ações adotadas pelas autoridades norte-americanas.

Segundo a China, essas medidas resultam na imposição de restrições sobre produtos de origem chinesa e afetam, ressalvadas isenções específicas, suas exportações para o mercado norte-americano. Pequim destacou, em particular, os efeitos das tarifas adicionais sobre as condições de concorrência enfrentadas pelos produtos chineses nos Estados Unidos. A controvérsia, portanto, alcança uma questão mais ampla relacionada ao recurso dos Estados

Unidos a medidas comerciais unilaterais e à sua compatibilidade com as obrigações multilaterais assumidas no âmbito da OMC.

Com base nesses argumentos, a China solicitou sua participação nas consultas. Cópias da comunicação foram encaminhadas ao Brasil e ao Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), com solicitação de distribuição do documento aos demais Membros da Organização.

O pedido chinês foi apresentado no mesmo dia em que os Estados Unidos aceitaram a solicitação brasileira de realização de consultas, embora ainda não tenha sido definida uma data para seu início. A participação da China amplia a dimensão da controvérsia para além dos interesses comerciais especificamente brasileiros, ao evidenciar questionamentos de outro importante parceiro comercial dos Estados Unidos quanto ao emprego da Seção 301 e de medidas tarifárias adotadas unilateralmente. A participação chinesa tende a reforçar o debate multilateral sobre a compatibilidade da utilização da Seção 301 e das tarifas dela decorrentes com as obrigações assumidas pelos Estados Unidos no sistema multilateral de comércio.

Aspectos procedimentais das consultas e da participação de terceiros

A fase de consultas

Consultas bilaterais entre as partes constituem a primeira etapa da solução formal de controvérsias. Elas oferecem às partes a oportunidade de discutir a questão e encontrar uma solução satisfatória sem recorrer ao litígio. Somente após o fracasso dessas consultas obrigatórias em produzir uma solução satisfatória no prazo de 60 dias é que a parte reclamante pode solicitar a apreciação do caso por um painel. Mesmo quando as consultas não resultam na solução da controvérsia, permanece sempre a possibilidade de as partes encontrarem uma solução mutuamente acordada em qualquer fase posterior do procedimento. A maioria das controvérsias na OMC não avança além da fase de consultas, seja porque se alcançou um acordo satisfatório, seja porque a parte reclamante decidiu, por outros motivos, não dar prosseguimento à questão (OMCb, s.d.).

A participação de terceiros nas consultas

Um Membro da OMC que não seja nem o reclamante nem o reclamado pode ter interesse nas questões que as partes de uma disputa estão discutindo em suas consultas. Existem várias razões para tal interesse: por exemplo, esse outro Membro pode ter um interesse comercial e, assim, sentir-se igualmente prejudicado pela medida contestada; pode, ao contrário, beneficiar-se dessa medida; ou pode estar preocupado com a contestação por manter uma medida semelhante à do reclamado. O Membro em questão também pode ter interesse em estar presente nas discussões sobre qualquer solução mutuamente acordada, uma vez que tal solução pode afetar seus interesses. Esse outro Membro pode solicitar a participação nas consultas se tiver um interesse comercial substancial na matéria em discussão e se as consultas tiverem sido solicitadas nos termos do Artigo XXII:1 do GATT 1994, do Artigo XXII:1 do GATS ou das disposições correspondentes dos outros acordos abrangidos. A solicitação deve ser dirigida aos Membros que realizam as consultas e ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) no prazo de dez dias após a data de circulação da solicitação original de consultas. O Membro reclamado também deve concordar que a alegação de interesse comercial substancial é fundamentada. Se o reclamado discordar, não há recurso pelo qual o Membro interessado possa impor sua presença nas consultas, independentemente de quão legítimo possa ser o interesse comercial

substancial invocado. No entanto, o Membro interessado pode sempre solicitar consultas diretamente com o reclamado (Artigo 4.11 do DSU), o que iniciaria um novo e distinto procedimento de solução de controvérsias (OMCb, s.d.).

Ciência, tecnologia e inovação na era da IA

A publicação *Science, Technology and Innovation in the Age of AI* examina como a inteligência artificial reconfigura o processo de pesquisa e desenvolvimento e o que essa reconfiguração exige das políticas de inovação dos países em desenvolvimento. O documento consolida as discussões da 29ª sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento das Nações Unidas (CSTD), realizada em abril de 2026, e incorpora contribuições de dezessete governos, entre eles o brasileiro, além de agências do sistema ONU que incluem a OMS, a UNESCO e o PNUD (UNCTAD, 2026).

Os avanços recentes, sobretudo em IA generativa, levam o documento a tratá-la como tecnologia de propósito geral, caracterizada por pervasividade, dinamicidade e complementaridades de inovação, ou seja, por aplicar-se a uma ampla gama de atividades econômicas, por impulsionar melhorias técnicas contínuas que destravam novas aplicações e por favorecer inovações complementares. Sobre o ciclo de P&D, que o documento decompõe em conceituação, pesquisa, desenvolvimento e implantação, a IA atua por quatro canais, coleta e curadoria de dados, análise de dados, geração de hipóteses e experimentação e simulação, e o efeito mais relevante não está na aceleração de cada estágio isoladamente, mas na intensificação dos ciclos de retroalimentação entre eles (UNCTAD, 2026).

A magnitude estimada do fenômeno é expressiva: cálculo da McKinsey & Company reproduzido no relatório indica que a IA poderia dobrar o ritmo da P&D e destravar até meio trilhão de dólares em valor anualmente, com os maiores ganhos concentrados nos setores de maior intensidade de P&D medida pelo gasto como proporção da receita, entre eles o farmacêutico e o de semicondutores. A expectativa dos próprios pesquisadores acompanha essa projeção, e levantamento da *Nature* citado no documento registra que mais da metade dos respondentes considera que ferramentas de IA se tornarão muito importantes ou essenciais ao seu trabalho (UNCTAD, 2026).

Aplicações em biociências

A predição de dobramento de proteínas pelo AlphaFold, cujos criadores dividiram o Nobel de Química de 2024 com David Baker, cobriu cerca de 200 milhões de estruturas, praticamente todo o proteoma conhecido, e permite modelar interações moleculares e testar produtos biológicos, incluindo terapias. O deslocamento da fronteira científica aqui é de outra ordem que a mera aceleração de tarefas: o que era um dos grandes problemas em aberto das ciências da vida passou a ser insumo disponível para desenho de fármacos e de materiais de origem biológica (UNCTAD, 2026).

No enfrentamento da resistência antimicrobiana, a triagem por IA de milhares de combinações químicas reduziu o universo de candidatos a um punhado testável e levou à identificação da abaucina, antibiótico ativo contra uma das espécies bacterianas mais problemáticas, além de abrir caminho para o reposicionamento de fármacos e para terapias combinadas. O alcance se estende ao diagnóstico e ao tratamento, com aplicações em radioterapia oncológica, análise automatizada de eletrocardiogramas, análise computacional de face para diagnóstico de doenças raras e sistemas de telemedicina como o RE.CARDIO,

desenvolvido no Uzbequistão para predizer eventos cardiovasculares e monitorar pacientes a distância (UNCTAD, 2026).

O documento examina ainda aplicações em ciência dos materiais, onde o modelo GNoME identificou mais de 2,2 milhões de novos cristais, equivalente a quase 800 anos de pesquisa pelos métodos tradicionais, e em ciência do clima, com gêmeos digitais planetários e previsão meteorológica por aprendizado de máquina superando os sistemas mais avançados (UNCTAD, 2026).

A distribuição desigual dos ganhos

Os efeitos sobre a produtividade da pesquisa são desiguais em grau que compromete a leitura otimista das estimativas agregadas: a produção dos pesquisadores de melhor desempenho praticamente dobra com apoio de IA, enquanto o terço inferior obtém pouco benefício. A explicação está na reorganização do trabalho científico, que automatiza boa parte da geração de ideias e desloca o pesquisador para a avaliação dos resultados produzidos pela máquina, tarefa em que o domínio prévio do campo permite separar sugestões promissoras de pistas falsas, ao passo que sua ausência dissipa recursos na investigação de resultados equivocados (UNCTAD, 2026).

O mesmo padrão aparece na adoção. Dois fatores a condicionam, idade e familiaridade prévia com os modelos, e quem já dispunha desse conhecimento apresenta probabilidade dezessete vezes maior de incorporar IA ao trabalho, o que faz da distribuição preexistente de competências um determinante do acesso aos ganhos. Os ganhos, ademais, não vêm sem contrapartida subjetiva: 82% dos cientistas pesquisados relatam redução da satisfação profissional, atribuída à diminuição da criatividade e à subutilização de suas habilidades (UNCTAD, 2026).

Dados, explicabilidade e reprodutibilidade

O crescimento acelerado da escala dos modelos alimenta a preocupação de que os dados públicos de alta qualidade gerados por humanos se esgotem em poucos anos, e em áreas de fronteira a ausência de séries históricas suficientes limita o desenvolvimento de sistemas robustos. Dados sintéticos ampliam o volume de material de treinamento, mas o acesso a dados reais permanece decisivo por capturar a complexidade e a variabilidade que os modelos precisam compreender para generalizar de modo confiável. A esses limites somam-se restrições de propriedade intelectual e de regulação de privacidade sobre dados de projetos proprietários ou sensíveis, e problemas de anotação, desatualização e falta de padronização que comprometem a acurácia mesmo quando os dados existem (UNCTAD, 2026).

A qualidade dos dados tem uma dimensão de gênero que o documento trata com destaque: mulheres são sistematicamente sub-representadas ou mal caracterizadas nos conjuntos de treinamento, o que produz danos alocativos, na distribuição desigual de recursos, e representacionais, na perpetuação de estereótipos. Essa desvantagem gera sistemas com desempenho inferior para mulheres em saúde, com subdiagnóstico documentado a partir de radiografias de tórax, além de emprego e serviços financeiros (UNCTAD, 2026).

Muitos sistemas, sobretudo os de aprendizado profundo, operam como caixas-pretas cujos processos decisórios não são facilmente interpretáveis, o que dificulta a validação científica, a aprovação regulatória e a própria detecção de vieses e erros; os métodos de IA explicável esbarram no compromisso entre desempenho e interpretabilidade. Na

reprodutibilidade, dados inacessíveis, algoritmos não divulgados, pré-processamento inconsistente e hiperparâmetros não compartilhados fazem com que variações pequenas nas condições de treinamento produzam resultados distintos, e estudo de Princeton citado no relatório dimensiona o alcance do problema ao mostrar que um erro comum de aprendizado de máquina, o vazamento de dados, pode ter afetado 294 artigos publicados em dezessete campos diferentes (UNCTAD, 2026).

Fraude científica e risco de perda de competências

A IA generativa produz conteúdo fabricado, incluindo afirmações imprecisas, achados alucinados e citações a fontes inexistentes, detectáveis em geral apenas por leitores especializados, e mais da metade dos cientistas entrevistados pela *Nature* manifestou preocupação com a facilitação de fraudes. A UNCTAD adverte que a ampliação do acesso à pesquisa carrega simultaneamente o risco de uso indevido, inclusive o auxílio a não especialistas no desenvolvimento de riscos biológicos (UNCTAD, 2026).

Quanto à perda de competências, a preocupação recai sobre a dependência excessiva das ferramentas, que reduziria o engajamento com o processo científico e erodiria a capacidade analítica e crítica, com efeito mais severo sobre pesquisadores em início de carreira, cuja formação de expertise fundamental e de experiência prática pode ser comprometida. Como os sistemas de IA não compreendem relações de causa e efeito, e a ciência se ocupa precisamente delas, o documento os posiciona como ferramenta de apoio ao cientista e não como substituto, condição para preservar a integridade e o julgamento independente na produção científica (UNCTAD, 2026).

Política de inovação e propriedade intelectual na era da IA

A política de inovação partiu de uma concepção linear, na qual a pesquisa básica se converteria em produtos comercializáveis e a intervenção pública se justificava pela correção de falhas de mercado, para reconhecer que a produção de conhecimento não conduz automaticamente à inovação nem os investimentos em P&D se traduzem diretamente em crescimento econômico, hipótese desmentida pela persistência das distâncias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento a despeito dos esforços de construção de capacidades científicas. O deslocamento subsequente incorporou a colaboração entre atores do sistema de inovação, o empreendedorismo, a difusão tecnológica e a orientação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dando origem à abordagem transformativa consolidada a partir do início dos anos 2010, que já responde por mais de 40% das estratégias nacionais de inovação em levantamento sobre 24 países da OCDE, contra cerca de 19% das políticas ligadas aos objetivos tradicionais (UNCTAD, 2026).

A aceleração da mudança técnica coloca o risco de que a formulação convencional se torne obsoleta antes mesmo da implementação plena das políticas, e a resposta proposta combina coleta contínua de dados e retorno dos inovadores, refinamento iterativo ao longo do processo de P&D e experimentação proativa por meio de sandboxes regulatórios, ambientes controlados nos quais tecnologias são testadas sem aplicação integral da regulação, como o instituído pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados no Brasil para tecnologias relacionadas à IA. A UNCTAD sustenta que a política de inovação não deve apenas facilitar o progresso técnico, mas dirigir ativamente o curso do desenvolvimento da IA, assegurando que a inovação sirva ao interesse público, leitura ancorada no reconhecimento, pela Agenda 2030, de que o desenvolvimento tecnológico não é neutro (UNCTAD, 2026).

O direito de propriedade intelectual aparece como o caso exemplar de área que precisa se adaptar, porque a IA redefine os próprios processos de criação e invenção que os marcos legais foram desenhados para incentivar. As questões em aberto envolvem elegibilidade e inventoria quando a IA figura como ferramenta do processo inventivo, componente embarcado da invenção ou candidata à condição de inventora, posição que a maior parte das legislações de patentes e de direito autoral não reconhece; disputa-se ainda se os dados de treinamento estão protegidos por direito autoral, hipótese que, se afirmada, restringiria o acesso a determinados conjuntos e poderia retardar o desenvolvimento de modelos (UNCTAD, 2026).

A incerteza jurídica quanto à titularidade, à patenteabilidade e à responsabilidade por infração desestimula pesquisadores a integrar IA ao seu trabalho, e alguns países já se moveram para reduzi-la: a China divulgou diretrizes experimentais que classificam os pedidos relacionados à IA em quatro tipos, vedam a nomeação de sistemas como inventores e exigem informação sobre os conjuntos de treinamento e a configuração dos parâmetros, enquanto a Índia esclareceu, em diretrizes revisadas de exame, o grau de inovação técnica exigido e a extensão da divulgação sobre o funcionamento dos sistemas. A recomendação do documento é que os governos atualizem as leis de PI acompanhadas de diretrizes claras de implementação, equilibrando o estímulo à inovação e a proteção dos direitos dos inventores (UNCTAD, 2026).

Capacidades nacionais e a experiência brasileira

O Instituto de Inteligência Artificial do Laboratório Nacional de Computação Científica coordena atividade científica e tecnológica entre universidades, empresas, centros de pesquisa e organizações internacionais, e lidera o mapeamento dos centros de pesquisa em IA no país, com 160 grupos e instituições identificados. Entre suas linhas de atuação, o documento destaca projetos de genômica, medicina personalizada e desenvolvimento de fármacos assistidos por IA conduzidos em coordenação com o Sistema Único de Saúde e o Ministério da Saúde, além do desenvolvimento de grandes modelos de linguagem em português e da Olimpíada Brasileira de Inteligência Artificial, que reuniu mais de 716 mil estudantes em sua primeira edição (UNCTAD, 2026).

Outras experiências nacionais examinadas seguem lógicas próximas por caminhos distintos, do Centro Africano de Pesquisa em Inteligência Artificial, criado pela República do Congo com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África para coordenar a formação no continente, ao parque tecnológico argelino de Sidi Abdellah e aos modelos de financiamento condicionados à parceria adotados por Paquistão e Turquia. No plano multilateral, a UIT pretendia capacitar 10 mil pessoas em habilidades de IA em 2025 por meio da AI Skills Coalition, e a Estratégia Continental de IA da União Africana concentra-se na construção de capacidades fundacionais, com atenção explícita à inclusão de mulheres e grupos sub-representados (UNCTAD, 2026).

Ciência aberta, abertura dos modelos e concentração da propriedade intelectual

Ciência aberta e inovação aberta partem do mesmo princípio de livre circulação do conhecimento, mas divergem em origem e atores: a primeira é conduzida por instituições públicas de pesquisa e comunidades acadêmicas, ancorada na noção de conhecimento como bem público e na remoção de barreiras institucionais, geográficas e econômicas; a segunda é liderada por empresas e startups que mobilizam ideias externas para acelerar soluções orientadas ao mercado. A abertura dos modelos, por sua vez, não é binária, distribuindo-se ao longo de um espectro que abrange código, conjuntos de treinamento, pesos e parâmetros,

componentes que podem ser liberados ou restringidos em graus distintos, e quanto mais deles se tornam públicos, mais fácil se torna reproduzir, modificar e utilizar o modelo (UNCTAD, 2026).

O movimento recente favorece a abertura: estimativa da OCDE reproduzida no documento indica que cerca de 55% dos modelos disponíveis em abril de 2025 eram de pesos abertos, com ganhos expressivos de qualidade, ainda que os sistemas líderes permaneçam majoritariamente fechados. Para os países em desenvolvimento, modelos abertos reduzem barreiras fiscais, técnicas e de infraestrutura à entrada, permitem adaptar sistemas a contextos nacionais específicos e sustentam a capacitação ao franquear a universidades e institutos a experimentação com sistemas de IA (UNCTAD, 2026).

As restrições, porém, persistem: tensões geopolíticas, incentivos comerciais e preocupações com segurança desestimulam a abertura; os limites de infraestrutura, competências e dados subsistem mesmo com acesso franqueado; e a facilitação do acesso amplia o risco de uso malicioso e dificulta a fiscalização à medida que os modelos circulam e evoluem (UNCTAD, 2026).

Aplicados estrategicamente, os marcos de propriedade intelectual podem favorecer a colaboração controlada por meio de licenciamento, parcerias de pesquisa, *patent pools* e comuns de IA, com licenças abertas ampliando o acesso global a modelos, dados e software sem suprimir o crédito aos criadores. A concentração de patentes de IA e o controle proprietário sobre modelos comerciais em um número reduzido de países e empresas operam em sentido oposto: como os sistemas de IA dependem de inovação cumulativa, o bloqueio ao acesso a modelos preexistentes ou a dados de treinamento restringe a pesquisa derivada, prejudica a reprodutibilidade e desfavorece instituições menores, startups e países em desenvolvimento. A UNCTAD adverte que políticas de PI desalinhadas em relação aos princípios da inovação aberta arriscam reforçar a concentração de mercado e aprofundar as disparidades globais de capacidade inovativa (UNCTAD, 2026).

No plano das regras multilaterais, o documento recomenda políticas de PI que promovam a abertura, como o licenciamento aberto de conjuntos de dados e modelos e mandatos de acesso público para pesquisa financiada com recursos públicos, em consonância com os artigos 7 e 8 do Acordo TRIPS. Invoca também o artigo 66.2, cuja obrigação recai sobre os países desenvolvidos membros em favor dos países menos desenvolvidos, propondo que os compromissos ali assumidos sejam cumpridos e ampliados mediante o compartilhamento de ferramentas e conjuntos de dados de IA de código aberto, e atribui à própria UNCTAD o papel de fortalecer a capacidade institucional dos países em desenvolvimento para negociar acordos equitativos de transferência de tecnologia e de licenciamento (UNCTAD, 2026).

Governança, saúde e recomendações de política

A orientação da OMS sobre modelos multimodais de grande escala aplicados à saúde cobre apoio à decisão clínica, autoavaliação por pacientes, educação médica, pesquisa e tarefas administrativas, e identifica riscos que incluem a geração de informação falsa ou enviesada, violações de privacidade, viés de automação e acesso desigual. As recomendações compreendem desenho transparente, engajamento inclusivo de partes interessadas e auditorias independentes após a implantação, além do chamado aos governos para que regulem esses modelos, imponham avaliações de impacto e invistam em infraestrutura pública de dados eticamente acessível; o documento registra ainda as considerações regulatórias da OMS

destinadas a apoiar Estados-membros na adaptação da regulação de dispositivos médicos às especificidades da IA (UNCTAD, 2026).

Apesar da convergência dos princípios em torno de valores centrados no humano, transparência, prestação de contas e inclusividade, trajetória que vai dos princípios da OCDE e do G20 de 2019 ao tratado juridicamente vinculante do Conselho da Europa de 2024, as iniciativas permanecem fragmentadas, com aplicação desigual, orientação operacional limitada e princípios frequentemente aspiracionais em vez de obrigatórios. A UNCTAD sustenta que o avanço responsável do progresso científico requer maior coordenação internacional, interoperabilidade entre padrões regionais e globais e fortalecimento dos marcos de responsabilização, e aponta a criação do Diálogo Global sobre Governança de IA e do Painel Científico Internacional Independente sobre IA como caminho para a compatibilização das abordagens (UNCTAD, 2026).

Para os países em desenvolvimento, a recomendação central é integrar a IA às estratégias nacionais de CTI com definição explícita de setores prioritários e alinhamento aos planos de desenvolvimento, sustentada por investimento em capacidades próprias, infraestrutura, dados e formação, e acompanhada de instrumentos regulatórios flexíveis, da adaptação dos marcos de propriedade intelectual e de marcos éticos que reflitam valores locais sem desalinhar-se dos padrões globais. À comunidade internacional o documento pede o apoio a plataformas interoperáveis de ciência e inovação abertas aderentes aos princípios FAIR e CARE, o engajamento de pesquisadores de países em desenvolvimento em colaborações transfronteiriças com acesso a infraestrutura, dados e conhecimento técnico, e a ampliação da cooperação em capacitação nos termos da resolução da Assembleia Geral sobre o tema, com a CSTD atuando por meio das Revisões de Política de CTI e de formação em governança de dados abertos e práticas responsáveis de inovação (UNCTAD, 2026).

As Assembleias da OMPI de 2026 e as prioridades de desenvolvimento

As assimetrias que condicionam a apropriação dos ganhos da IA não se esgotam no acesso a infraestrutura, dados e competências; elas se reproduzem nas regras que organizam a circulação internacional do conhecimento, e é sobre essas regras que versa a matéria *Developing countries express concern over governance and development priorities at WIPO Assemblies*, de Nirmalya Syam e Ningxiner Li, do Programa de Saúde, Propriedade Intelectual e Biodiversidade do South Centre, publicada em 5 de agosto de 2026 na SouthNews n. 567. O texto relata a 68ª série de reuniões das Assembleias dos Estados-membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, realizada em Genebra entre 7 e 15 de julho, que reuniu 22 órgãos diretivos e sucedeu à recondução, em abril, do Diretor-Geral Daren Tang para um segundo mandato com início em 1º de outubro (SYAM; LI, 2026).

Sem que se esperasse acordo substantivo relevante, as Assembleias decidiram sobre governança, supervisão e sistemas internacionais de registro e examinaram o trabalho dos comitês, ocasião em que os Estados-membros expuseram visões divergentes sobre o sistema internacional de propriedade intelectual. Os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos pressionaram por orientação ao desenvolvimento, acesso ao conhecimento, espaço de política, transferência de tecnologia e avaliações mensuráveis de impacto; os desenvolvidos enfatizaram a promoção da proteção, a eficiência dos sistemas globais de registro e a modernização apoiada em IA (SYAM; LI, 2026).

O Grupo B qualificou de importância máxima o mandato de promover a proteção da PI no mundo e defendeu que a modernização dos sistemas internacionais de depósito e registro permaneça como primeira prioridade, observando que as taxas desses sistemas fornecem aproximadamente 95% da receita da organização. Os Estados Unidos subscreveram essa leitura, pleiteando a modernização dos sistemas de registro por IA e outras ferramentas tecnológicas e propondo maior redirecionamento dos recursos gerados pelos depósitos do PCT para o próprio sistema (SYAM; LI, 2026).

A Agenda do Desenvolvimento como obrigação transversal

A África do Sul, em nome do Grupo Africano, reafirmou o compromisso com a Agenda do Desenvolvimento e sustentou que os benefícios do sistema de PI devem ser equilibrados com acesso equitativo ao conhecimento, transferência de tecnologia e capacitação, propondo que os futuros relatórios do Diretor-Geral enfatizem o impacto tangível e mensurável das atividades sobre capacidades nacionais, inovação local e uso da PI como instrumento de desenvolvimento econômico e social. O Brasil afirmou que áreas substantivas críticas da Agenda, entre elas o estabelecimento de normas, as flexibilidades, as políticas públicas, o domínio público e o acesso ao conhecimento, ainda não foram incorporadas transversalmente às atividades da organização, e propôs que o próximo marco estratégico retome a Recomendação 45 da Agenda, ela própria derivada do artigo 7 do TRIPS, segundo o qual a proteção e a observância dos direitos de PI devem servir à vantagem mútua de produtores e usuários do conhecimento tecnológico e contribuir para o bem-estar social e econômico (SYAM; LI, 2026).

O Nepal, pelo Grupo dos PMDs, cobrou a operacionalização efetiva das flexibilidades do TRIPS e, em particular, do artigo 66.2, sustentando que o espaço de política permanece essencial para uma graduação sustentável e irreversível. O South Centre, alinhado a essas posições, argumentou que o desenvolvimento é parte integrante do mandato da OMPI como agência especializada das Nações Unidas e defendeu que a Agenda seja reafirmada e fortalecida em seu vigésimo aniversário, em 2027, com atenção às barreiras que a PI pode criar ao acesso a materiais educacionais, à saúde e a tecnologias verdes (SYAM; LI, 2026).

A divergência reapareceu no Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual, onde há amplo acordo quanto à importância da Agenda e dos 65 projetos aprovados até o momento, mas não quanto ao modo de implementá-la: os países desenvolvidos defenderam a metodologia baseada em projetos, centrada em inovação, comercialização, fortalecimento institucional e produtos mensuráveis, enquanto os países em desenvolvimento sustentaram o tratamento do desenvolvimento como obrigação institucional transversal. O Brasil afirmou que o Comitê não deve ser tomado como foro de atividades de cooperação técnica meramente executadas no território de países em desenvolvimento, e que propostas que sirvam exclusivamente aos interesses de titulares de direitos, em sua maioria originários de países desenvolvidos, deveriam ser apresentadas a outros órgãos ou financiadas diretamente pelos Estados interessados, acrescentando que a promessa transformadora da Agenda permanece em medida significativa não cumprida (SYAM; LI, 2026).

O Irã argumentou que a Agenda não foi concebida como coleção separada de projetos confinada a um comitê e que o impacto deve ser julgado pelo que efetivamente mudou no terreno, posição que se conecta à cobrança, feita por Irã e Tunísia no debate orçamentário, de que o desempenho da organização seja avaliado por impacto sustentável e não pelo número de atividades realizadas. A Tunísia observou que, como agência das Nações Unidas, a OMPI deve

responder às necessidades de seus Estados-membros e não apoiar atividades escolhidas exclusivamente pela geração de receita (SYAM; LI, 2026).

Inteligência artificial e assimetrias tecnológicas no debate da OMPI

Os países em desenvolvimento apoiaram maior atenção à IA nas atividades da organização, condicionando-a ao enfrentamento das desigualdades, da concentração tecnológica e das barreiras à participação na economia digital, com o Grupo dos PMDs, o Irã e Botsuana apontando a necessidade de superar as divisões tecnológica e digital e de fortalecer ecossistemas domésticos de inovação. O Irã sustentou que a próxima era tecnológica não deve reproduzir as desigualdades da atual, e o Brasil alertou para a necessidade de impedir o uso malicioso e não regulado da IA concentrada em pouquíssimas mãos (SYAM; LI, 2026).

No Comitê Permanente de Direito de Autor e Direitos Conexos, o Brasil sustentou que o debate sobre transparência e equidade na distribuição digital de obras e sobre sua exploração por modelos de inteligência artificial já se tornou o tema principal do órgão sem que assim se nomeie, advertindo que a ausência de um item permanente de agenda arrisca fazê-lo perder relevância e ceder a iniciativa a regulações domésticas isoladas e não coordenadas ou a foros internacionais menos representativos. Indonésia, Bangladesh, China e Tailândia apoiaram a continuidade da discussão sobre IA e direito autoral, enquanto os Estados Unidos se opuseram ao item permanente, preferindo respostas nacionais ou de mercado (SYAM; LI, 2026).

A dimensão cultural do problema foi introduzida por Samoa, que alertou para a captura, ingestão e reprodução de materiais culturais do Pacífico por sistemas de IA sem autorização, atribuição ou repartição de benefícios, e replicou à posição norte-americana de que conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais pertenceriam exclusivamente ao Comitê Intergovernamental afirmando que confiná-los ali cria um ponto cego normativo. O mesmo debate sobre limites e exceções atravessou o Comitê em outra frente, com o Grupo Africano, o GRULAC, a Índia, a Indonésia e o Egito defendendo instrumento internacional sobre limitações e exceções para bibliotecas, arquivos e instituições de ensino e pesquisa, e União Europeia, Estados Unidos, Japão e o grupo dos Estados da Europa Central e do Báltico rejeitando a via vinculante (SYAM; LI, 2026).

Saúde pública, flexibilidades patentárias e transferência de tecnologia

No Comitê Permanente sobre o Direito de Patentes, o Brasil defendeu o aprofundamento das discussões sobre flexibilidades do regime patentário à luz das lições da pandemia de covid-19 e da necessidade de preparação para futuras emergências sanitárias, considerando as necessidades dos países em desenvolvimento. Rejeitou, no mesmo movimento, a abordagem exclusivamente voluntária da transferência de tecnologia, advertindo que condicioná-la ao consentimento e aos termos comerciais ditados pelos titulares tornaria inócuas as licenças compulsórias e outras medidas de interesse público (SYAM; LI, 2026).

Botsuana, Nigéria, Irã, Nepal, Bangladesh, África do Sul, Índia, Colômbia, Cuba e Uganda acompanharam essa ênfase em saúde pública, segurança alimentar, espaço de política, inovação local e transferência de tecnologia, enquanto União Europeia, Grupo B, Japão e Estados Unidos se concentraram na transferência voluntária e mutuamente acordada, na qualidade das patentes, no exame assistido por IA e em possível harmonização substantiva. Contra esta última, o Brasil defendeu que o Comitê se abstenha de trabalho normativo,

preservando o espaço de política e as flexibilidades disponíveis aos Estados-membros (SYAM; LI, 2026).

A cobrança por evidência de resultados em saúde apareceu também no debate orçamentário, com a Colômbia solicitando relatórios mais claros sobre acesso e transferência de tecnologia e registrando não ter visto informação sobre licenças de acesso ou transferência de tecnologia em saúde nas quais o componente de propriedade intelectual tenha sido facilitado pela OMPI (SYAM; LI, 2026).

Recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e biopirataria

No Comitê Intergovernamental, o Grupo Africano, o GRULAC, os Países Afins, os Estados Insulares do Pacífico e o Brasil defenderam a aceleração das negociações sobre texto, muitos deles reclamando instrumento internacional vinculante e advertindo que o compartilhamento de informações não deve consumir o tempo destinado à negociação. Grupo B, União Europeia, Espanha e Estados Unidos priorizaram a coleta de evidências e a clarificação conceitual, com a União Europeia favorecendo resultado não vinculante e baseado em medidas, ao que a África do Sul respondeu não ser sustentável qualquer tentativa de substituir direitos por medidas (SYAM; LI, 2026).

O Brasil pleiteou financiamento sustentável para a participação indígena, cooperação técnica e capacitação para a implementação do Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, de 2024, e sua integração técnica aos sistemas da organização, inclusive ao PCT; a Colômbia acrescentou o reconhecimento das expressões culturais tradicionais, a representação adequada das comunidades e a compilação sistemática dos regimes nacionais *sui generis* (SYAM; LI, 2026).

O tratado de 2024 também produziu o principal impasse procedimental da série: o 19º Grupo de Trabalho do PCT não adotou sua agenda nem realizou trabalho substantivo em razão do desacordo sobre a incorporação de suas regras, em particular do regime de divulgação. O Brasil reiterou a proposta de iniciar as discussões na sessão seguinte à décima adesão ou ratificação, com avaliação técnica e jurídica do Escritório Internacional, sustentando que o trabalho preliminar não prejulgaria a necessidade de emendas, enquanto o Grupo B condicionou a discussão à entrada em vigor do tratado e a República da Coreia a considerou juridicamente prematura (SYAM; LI, 2026).

No Comitê Consultivo sobre Observância, a divergência mais aguda recaiu sobre a inclusão da biopirataria e da apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. O GRULAC pediu a continuidade do exame do tema por suas implicações para a biodiversidade e para as comunidades indígenas e locais, a Índia sustentou que a observância deve estender-se para além da contrafação, e o Brasil advogou compreensão holística que abranja a licitude e a equidade da aquisição dos ativos de propriedade intelectual, com participação de comunidades indígenas e locais; os Estados Unidos opuseram-se, argumentando que a matéria pertence exclusivamente ao Comitê Intergovernamental (SYAM; LI, 2026).

Governança, representação e o balanço do South Centre

O Grupo Africano manifestou preocupação com o desequilíbrio persistente na representação geográfica do Secretariado e reclamou representação equitativa em todos os níveis, com Lesoto e Uganda cobrando ação sobre a sub-representação de africanos em cargos superiores e a Índia qualificando de preocupação legítima a diversidade limitada na liderança. O

Brasil criticou a equipe de alta gestão proposta por não oferecer renovação, rotação nem equilíbrio geográfico, sustentando que o equilíbrio de gênero não constituiu consideração e que foram empregados métodos não transparentes de seleção, e o South Centre acrescentou que as indicações para Diretor-Geral Adjunto favoreceram países desenvolvidos, reduziram o equilíbrio de gênero e deixaram três grupos regionais sem representação (SYAM; LI, 2026).

Syam e Li concluem que, embora as Assembleias tenham concluído sua agenda administrativa, as divergências substantivas de longa data foram apenas reiteradas: de um lado, o enquadramento do trabalho da organização na proteção da PI, na eficiência dos serviços globais e na administração habilitada por tecnologia; de outro, a advertência de que a legitimidade da OMPI depende também do acesso ao conhecimento e à tecnologia, do espaço de política, das respostas à biopirataria e aos mercados digitais desiguais e de resultados de desenvolvimento mensuráveis. Os autores avaliam que essas diferenças devem continuar a obstruir as discussões substantivas nos respectivos órgãos, e que a capacidade da organização de servir a Estados-membros com necessidades tão distintas será testada pelo desfecho das negociações sobre limitações e exceções, direito autoral no ambiente digital, programa de trabalho do sistema patentário e texto sobre conhecimentos tradicionais, além do desenho do novo Plano Estratégico de Médio Prazo (SYAM; LI, 2026).

Referências

OMCa. *United States – Additional Duties on Certain Products from Brazil: request to join consultations: communication from China*. WT/DS646/2. Geneva: WTO, 10 Aug. 2026. Disponível em: WTO – documento WT/DS646/2

OMCb. *The process: stages in a typical WTO dispute settlement case: consultations*. Geneva: WTO, [s.d.]. Disponível em: WTO – Dispute Settlement System Training Module

SYAM, Nirmalya; LI, Ningxiner. Developing countries express concern over governance and development priorities at WIPO Assemblies. SouthNews, n. 567, Genebra: South Centre. 2026. Disponível em: https://us5.campaign-archive.com/?u=fa9cf38799136b5660f367ba6&id=18b486990e

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Science, technology and innovation in the age of AI: technical and statistical report. Genebra: Nações Unidas, 2026. Disponível em: https://unctad.org/publication/science-technology-and-innovation-age-ai

Construindo e desconstruindo a Governança Global em Saúde: os papéis das Organizações da Sociedade Civil

Construyendo y deconstruyendo la gobernanza global en salud: los roles de las organizaciones de la sociedad civil

Building and Deconstructing Global Health Governance: The Roles of Civil Society Organizations

Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Mateus dos Santos Brito e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Na quinzena analisada, 35 das 58 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas publicaram manifestações relacionadas a temas da saúde global. Em geral, as OSC de interesse público concentraram suas manifestações em denúncias de violações do Direito Internacional Humanitário (em casos como na Cisjordânia, Líbano, Colômbia, Haiti), retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos, ataques a programas sociais, políticas migratórias excludentes, desigualdade na publicação científica e impactos de desastres naturais (a exemplo do terremoto na Colômbia). As OSC de interesse privado, por sua vez, continuaram a direcionar suas publicações a inovações tecnológicas e soluções de gestão, a exemplo das manifestações de organizações como GAVI, Wellcome Trust e a Fundação Gates. Neste sentido, embora ambas os tipos de organizações da sociedade civil atuem no campo da saúde global, é percebida uma crescente especialização funcional que tende a despolitizar a agenda: as OSC privadas ocupam o espaço da "solução técnica", enquanto as OSC públicas se enquadram no papel de denúncia e resistência a práticas que reproduzem a injustiça social.

Resumen: *Durante la quincena analizada, 35 de las 58 organizaciones de la sociedad civil (OSC) monitoreadas publicaron declaraciones relacionadas con temas de salud global. En general, las OSC de interés público centraron sus declaraciones en denuncias de violaciones del Derecho Internacional Humanitario (en casos como los de Cisjordania, Líbano, Colombia y Haití), retrocesos en los derechos sexuales y reproductivos, ataques a los programas sociales, políticas migratorias excluyentes, desigualdad en la publicación científica y los impactos de los desastres naturales (como el terremoto en Colombia). Las OSC de interés privado, por su parte, continuaron orientando sus publicaciones hacia innovaciones tecnológicas y soluciones de gestión, como lo demuestran las manifestaciones de organizaciones como GAVI, Wellcome Trust y la Fundación Gates. En este sentido, aunque ambos tipos de organizaciones de la sociedad civil actúan en el ámbito de la salud global, se percibe una creciente especialización funcional que tiende a despolitizar la agenda: las OSC privadas ocupan el espacio de la «solución técnica», mientras que las OSC públicas asumen el papel de denuncia y resistencia frente a prácticas que reproducen la injusticia social.*

Abstract: *During the two-week period analyzed, 35 of the 58 civil society organizations (CSOs) monitored published statements related to global health issues. In general, public-interest CSOs focused their statements on denouncing violations of international humanitarian law (in cases*

such as those in the West Bank, Lebanon, Colombia, and Haiti), setbacks in sexual and reproductive rights, attacks on social programs, exclusionary immigration policies, inequality in scientific publishing, and the impacts of natural disasters (such as the earthquake in Colombia). Private-interest CSOs, in turn, continued to focus their publications on technological innovations and management solutions, as exemplified by the statements from organizations such as GAVI, the Wellcome Trust, and the Gates Foundation. In this sense, although both types of civil society organizations operate in the field of global health, there is a growing functional specialization that tends to depoliticize the agenda: private CSOs occupy the space of "technical solutions," while public CSOs assume the role of denouncing and resisting practices that perpetuate social injustice.

Introdução

O cenário delineado pelas manifestações das Organizações da Sociedade Civil no presente informe revela uma geografia da saúde global persistentemente fragmentada: de um lado, zonas de guerra e desastres naturais onde populações civis e profissionais de saúde são alvejados; de outro, laboratórios e conferências onde se desenham inovações tecnológicas que prometem salvar vidas, mas frequentemente ignoram as barreiras estruturais de acesso. Na Cisjordânia, a Human Rights Watch documentou que restrições e bloqueios impostos por Israel têm atrasado ambulâncias palestinas, comprometendo o acesso a cuidados de emergência, um padrão que se repete no Líbano, onde o ataque que matou a jornalista Amal Khalil foi classificado pela organização como aparente crime de guerra. A Save the Children, por sua vez, denunciou a destruição de moradias, escolas e hospitais na Colômbia após o terremoto de magnitude 7.4, expondo a vulnerabilidade de comunidades e a necessidade premente de sistemas de resposta humanitária preparados. Diante desse quadro, as OSC de interesse público ocupam o lugar de testemunhas e denunciantes, documentando violações, prestando assistência direta e cobrando responsabilização internacional, ainda que seus alertas frequentemente caiam no vazio da inação diplomática.

Em contraste, as OSC de interesse privado pautaram suas manifestações prioritariamente em inovações tecnocientíficas, na eficiência de sistemas e em soluções de financiamento. A GAVI celebrou o avanço de uma nova vacina que pode ser armazenada sem refrigeração, superando um dos principais obstáculos logísticos das campanhas vacinais em regiões remotas, e apoiou ensaios clínicos para mpox na República Democrática do Congo, visando incluir populações historicamente subrepresentadas como mulheres grávidas e crianças. A Gates Foundation, por sua vez, apresentou o programa Coach Mpilo, na África do Sul, que já alcançou 41 mil homens vivendo com HIV, com 96% de adesão ao tratamento, demonstrando o potencial de estratégias comunitárias de apoio entre pares.

Nesse contexto, a governança global da saúde emerge como um campo de disputa em que as OSC privadas exercem crescente influência na definição de prioridades, métodos e, em especial, financiamento. A Wellcome Trust, por exemplo, publicou artigo defendendo que a equidade deve ser incorporada como elemento central da excelência científica, apontando que países de baixa renda recebem apenas 0,2% dos financiamentos de pesquisa biomédica, uma denúncia importante, mas que parte da própria estrutura de poder que concentra recursos em poucos financiadores do Norte. Diante deste cenário, resta uma questão central: considerando a militarização das fronteiras, a judicialização dos corpos femininos, a desigualdade na

publicação científica e a lentidão das negociações multilaterais, para onde caminha a governança global da saúde, e qual o papel das OSC na construção (ou desconstrução) de um sistema verdadeiramente equitativo e solidário?

Organizações de Interesse Público

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) publicou um vídeo em que destaca três reflexões sobre o futuro da resposta global ao HIV, inspiradas pelas discussões entre milhares de pesquisadores, ativistas e líderes na Conferência de Aids 2026, realizada no Rio de Janeiro.[1]

A Medicus Mundi International divulgou o alerta da Associação Médica Paquistanesa que alertou sobre o medo de discriminação e a falta de testes gratuitos e confidenciais estão alimentando uma crise de HIV no país, onde centenas de crianças foram infectadas devido ao reuso de agulhas em hospitais. A notícia destacou o papel da associação médica na exigência de que o governo disponibilize testes rápidos gratuitos em toda a rede primária e invista no treinamento de profissionais para reduzir o preconceito. [2,3]

A Fundação Huésped divulgou em matéria o relatório do ONUSIDA que alerta para um preocupante retrocesso nos direitos humanos, com o aumento da criminalização de populações-chave, dificultando o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento do HIV. Apesar dos avanços científicos, o fim da AIDS dependerá de decisões políticas, financiamento sustentável e da garantia dos direitos humanos, especialmente das populações historicamente marginalizadas.[4] A organização também destacou os principais alertas do relatório sobre o retrocesso na resposta ao HIV, especialmente em razão da redução do financiamento internacional e do enfraquecimento dos serviços de prevenção e das organizações comunitárias.[5]

Tuberculose

Médicos Sem Fronteiras (MSF) concluiu a transferência de seu projeto de combate à tuberculose em Tondo, Manila, para parceiros locais, após cinco anos de atuação. A iniciativa fortaleceu um modelo comunitário de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença, capacitando lideranças locais e destacando a importância da participação comunitária, do diagnóstico precoce e da garantia de acesso contínuo a medicamentos para o controle da tuberculose. [6]

Ebola

Médicos Sem Fronteiras (MSF) passou a integrar o estudo clínico internacional PARTNERS, coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para avaliar a segurança e a eficácia dos tratamentos MBP134 e Remdesivir contra o vírus Ebola (cepa Bundibugyo) na República Democrática do Congo. O ensaio, realizado em centros apoiados pela organização, busca gerar evidências que possam ampliar as opções terapêuticas e fortalecer a resposta a futuros surtos da doença. [7]

A CARE International publicou um boletim sobre a situação do surto de Ebola na República Democrática do Congo (RDC), relatando o número de mortes, 1.850 e os mais de 4.000 casos confirmados, com mulheres e meninas representando 60% dos casos suspeitos. A análise

indica que a falta de serviços gratuitos impede que os doentes busquem tratamento, gerando óbitos em casa e riscos elevados de contágio comunitário. A CARE interveio treinando mais de 500 agentes comunitários que alcançaram 210.000 pessoas com mensagens de prevenção e orientações sobre o vírus em sessões de cuidados pré-natais. [8]

Dengue e Arboviroses

MSF lançou um novo projeto de combate à dengue em Tegucigalpa, Honduras, voltado ao diagnóstico precoce, tratamento oportuno e vigilância epidemiológica comunitária. Em parceria com o Ministério da Saúde, comunidades locais e o World Mosquito Program, a iniciativa também utiliza a liberação de mosquitos *Aedes aegypti* com a bactéria Wolbachia para reduzir a transmissão da dengue, fortalecendo a prevenção e a participação comunitária diante do aumento da doença associado, entre outros fatores, às mudanças climáticas.[9]

Doenças Tropicais Negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) divulgou artigo sugerindo que a União Europeia organize seu financiamento público de P&D para apoiar ecossistemas de inovação mais justos e fortes que ofereçam as ferramentas de saúde de que as pessoas precisam, tanto na Europa quanto globalmente. O artigo recomenda três prioridades: (a) financiamento previsível e de longo prazo para P&D e manufatura orientadas pelo interesse público e geograficamente distribuídas, (b) estratégias e condições de acesso desde o início em P&D biomédica financiada pela UE e (c) ciência aberta e colaborativa, incluindo a infraestrutura necessária para apoiá-la.[10]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) aproveitou a passagem do Dia Nacional de Combate à Leishmaniose, em 10 de agosto, para lembrar que mais de 13.000 pessoas são afetadas pela leishmaniose cutânea e cerca de duas mil são afetadas pela leishmaniose visceral no Brasil a cada ano. Clama pela urgente ampliação do acesso ao diagnóstico, tratamento e prevenção.[11]

Vacinação

Public Citizen criticou uma nova ordem executiva do governo Trump que altera o calendário de vacinação infantil ao reduzir o número de vacinas recomendadas e propor a substituição da vacina tríplice viral (MMR) por aplicações separadas contra sarampo, caxumba e rubéola. A organização afirma que a medida contraria as evidências científicas, pode reduzir a cobertura vacinal, aumentar os custos da assistência e comprometer as exigências de vacinação para ingresso escolar, em um contexto de aumento dos casos de sarampo nos Estados Unidos.[12]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Obesidade

A NDC Alliance deu seguimento aos debates sobre obesidade, após a realização do Congresso sobre Obesidade da World Obesity Federation. A obesidade deve ser alvo de políticas equitativas e centradas na pessoa, objetivando a prevenção, cuidado, pesquisa e reabilitação, sobretudo, considerando a obesidade como uma doença crônica complexa com impactos ao longo de toda a vida, sendo fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças crônicas não transmissíveis.[13]

Desigualdades no cuidado às DCNT

A NDC Alliance ressaltou os impactos das barreiras geográficas e territoriais no acesso aos serviços de saúde e qualidade de vida, destacando que a depender do local de moradia de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis, pode-se ter maiores ou menores dificuldades no acesso à saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. Quando se examina o caso de crianças e jovens de comunidades periféricas que vivem com diabetes, essas barreiras podem ser ainda mais complexas e intensas.[14]

Saúde Mental

A Federação Mundial de Saúde Mental (WFMH) anunciou o tema do Dia Mundial da Saúde Mental de 2026, celebrado em 10 de outubro: "Lived Experiences Heard: Real Voices, Real Change" ("Experiências vividas ouvidas: vozes reais, mudanças reais"). A organização espera que instituições ao redor do mundo promovam atividades alinhadas ao tema, destacando a valorização das experiências das pessoas diretamente afetadas por questões de saúde mental e apoiando também a iniciativa da OMS sobre desinstitucionalização.[15]

Alimentação saudável

A ACT Promoção da Saúde defendeu a aprovação do PL 4501/2020, que propõe proibir a comercialização e a publicidade de alimentos e bebidas ultraprocessados nas escolas, destacando os impactos do consumo desses produtos sobre a saúde de crianças e adolescentes. A organização criticou as oito emendas apresentadas pelo senador Marcos Pontes que podem atrasar a tramitação e reduzir a efetividade da proposta. O projeto está atualmente na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, última etapa antes de seguir para a Câmara dos Deputados.[16]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Direitos Humanos

ActionAid condenou as mortes e os milhares de feridos registrados na fronteira entre Espanha e Marrocos, em Ceuta, afirmando que a tragédia é consequência de políticas migratórias centradas na dissuasão e na externalização das fronteiras, em detrimento da proteção dos direitos humanos. A organização defendeu a criação de vias seguras e legais para migração e asilo, a proibição de deportações coletivas, a garantia de procedimentos individuais de proteção e a adoção de políticas que priorizem a preservação da vida, a transparência e a proteção de grupos vulneráveis, especialmente mulheres, crianças e adolescentes. [17]

Human Rights Watch (HRW) alertou que redes conservadoras internacionais, especialmente dos Estados Unidos e da Europa, têm apoiado iniciativas legislativas em países africanos para restringir direitos de mulheres e da população LGBT+ sob o discurso de "valores familiares" e "soberania". A organização afirma que essas iniciativas ameaçam direitos humanos, saúde pública e compromissos assumidos pelos Estados africanos em tratados regionais e internacionais. [18]

Human Rights Watch (HRW) denunciou que restrições e bloqueios impostos por Israel na Cisjordânia têm atrasado ambulâncias palestinas e comprometido o acesso a cuidados de emergência. A organização documentou casos envolvendo gestantes, crianças e pacientes graves, afirmando que essas medidas colocam vidas em risco e violam as obrigações do direito internacional humanitário de proteger o acesso à assistência médica[19].

Human Rights Watch (HRW) afirmou que o ataque israelense que matou a jornalista Amal Khalil e feriu outra jornalista no sul do Líbano apresenta evidências de ter sido deliberadamente dirigido contra civis, caracterizando um aparente crime de guerra. A organização também denunciou ataques contra equipes de resgate e pediu investigações independentes, responsabilização internacional e maior proteção a jornalistas e profissionais de saúde em conflitos armados. [20]

Gênero

Na República Dominicana, o novo Código Penal (Lei 74-25), vigente desde 3 de agosto de 2026, manteve a proibição total do aborto, sem exceções para casos de estupro, risco à vida da gestante ou inviabilidade fetal. Diante disso, um caso apresentado por Rosa, mãe de uma adolescente de 16 anos que morreu após não receber tratamento médico durante a gravidez, chegou à Corte Constitucional. O processo representa uma oportunidade para que a Corte reconheça as chamadas "três causais", estabelecendo exceções mínimas à criminalização do aborto.[21]

A InterAcademy Partnership publicou chamada a pessoas ineteressadas a ajudar a moldar uma resposta global ao assédio sexual em Ciência, Tecnonoligia, Engenharia e Matemática. Com o apoio da Henry Luce Foundation, a IAP está recrutando especialistas regionais para se tornarem embaixadores da causa e academias membros para sediar um workshop global de planejamento em 2027.[22]

A Progressive International divulgou matéria sobre a situação de vulnerabilidade de mulheres pobres na África do Sul, destacando a violência de gênero, a falta de moradia e de serviços básicos, a insegurança alimentar, as desigualdades no acesso à saúde e os riscos enfrentados por mulheres ativistas. O texto defende políticas públicas que garantam moradia digna, serviços essenciais, saúde e direitos reprodutivos, proteção contra a violência, trabalho e renda, ressaltando que esses fatores são fundamentais para a saúde, a segurança e a dignidade das mulheres. [23]

Direitos LGBT

A ACON criticou a decisão do Governo de Nova Gales do Sul de não ampliar a legislação contra a incitação ao ódio para incluir orientação sexual e identidade de gênero. A organização alertou que essa medida deixa pessoas LGBTQIA+ sem proteção legal equivalente diante do aumento de discursos e violências motivados por ódio e defendeu leis mais abrangentes, mecanismos de denúncia e apoio às vítimas.[24]

Educação, pobreza e infância

O projeto Empowering Vulnerable Children with Education (EVE), implementado pela World Vision em parceria com organizações locais e o Ministério da Educação, busca reduzir a evasão escolar e ampliar o acesso à educação primária de qualidade, enfrentando fatores como pobreza, trabalho infantil, casamento precoce e dificuldades de deslocamento. O projeto demonstra que a combinação entre educação, participação comunitária e articulação institucional pode fortalecer a permanência escolar de crianças vulneráveis, garantindo a sustentabilidade das ações após o encerramento do financiamento externo.[25]

Equidade em Pesquisa

A InterAcademy Partnership divulgou publicação da Royal Society que denuncia a desigualdade na publicação científica. Com o título "A ciência é global. Publicação científica não é", a publicação destaca pesquisas e pesquisadores das comunidades do Sul Global e indígenas, denunciando que, em 2023, onze países representaram 77% das submissões ao periódico, enquanto pesquisadores do Sul Global representaram apenas 8% das submissões e 4% dos artigos aceitos.[26]

Acesso a medicamentos

Public Citizen criticou a investigação aberta pelo governo dos Estados Unidos contra a política de precificação de medicamentos da Alemanha, argumentando que ela favorece a indústria farmacêutica em detrimento do acesso a medicamentos. A organização defende que os altos preços praticados nos EUA decorrem do poder de mercado das empresas farmacêuticas, e não das políticas de negociação de preços adotadas por outros países, conclamando o governo norte-americano a ampliar mecanismos de negociação para reduzir os custos dos medicamentos. [27]

Infraestrutura urbana

Public Citizen apoiou a proposta de moratória para novos centros de dados (*data centers*) em San Antonio, Texas, argumentando que a rápida expansão dessas instalações aumenta a demanda por energia, pressiona os recursos hídricos e pode agravar problemas de poluição do ar e saúde pública. A organização defende que a suspensão temporária de novos empreendimentos permitirá avaliar seus impactos ambientais, sociais e sobre a infraestrutura urbana antes da aprovação de novos projetos. [28]

Mercado, grandes fortunas e taxação

A NCD Alliance denunciou, por meio do livro Big Food vs The People, a interferência negativa e sistemática de grandes empresas de alimentos ultraprocessados, como a Coca-Cola e Pepsi, nas políticas de saúde pública. Segundo o livro, de 2012 a 2025 cerca de 239 processos foram movidos por essas empresas, em diversos países do mundo, contra políticas públicas de prevenção ao uso de alimentos ultraprocessados, envolvendo a rotulagem das embalagens, publicidade para crianças e impostos.[29]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças Climáticas e Saúde

A Progressive International em boletim alertou para o agravamento da crise climática e seus impactos sobre a saúde, a segurança alimentar e as condições de vida das populações. A organização destaca o aumento das ondas de calor, secas, incêndios e redução dos níveis dos rios na Europa, com consequências para a agricultura, a geração de energia e o abastecimento de alimentos. Também chama atenção para o fortalecimento do fenômeno El Niño, que pode ampliar a insegurança alimentar e pressionar os preços de produtos básicos em diferentes regiões do mundo. A matéria argumenta que, apesar da disponibilidade de tecnologias para uma transição energética baseada em fontes renováveis, a dependência dos combustíveis fósseis permanece devido a interesses econômicos e políticos. Nesse contexto, defende maior ação dos governos para acelerar a transição energética, reduzir a dependência de petróleo, gás e carvão e proteger os países e populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.[30]

A CARE em parceria com organizações do estado de Washington vem apoiando na mitigação da emergência relacionada aos Incêndios florestais no norte de Spokane, que devastaram comunidades, causando perdas de moradias e evacuações. Segundo a organização, a situação exigiu uma resposta rápida para mitigar riscos respiratórios e garantir a subsistência das famílias e trabalhadores de resgate no local. [31]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Fortalecimento dos Sistemas de Saúde

International Council of Nurses (ICN) destacou, em seu relatório do International Nurses Day 2026, que a confiança é o primeiro dos "Sete Poderes da Enfermagem", defendendo que ela constitui um fator mensurável para melhorar os resultados em saúde, fortalecer os sistemas de saúde, ampliar a segurança do cuidado e promover o bem-estar das populações. [32]

World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) destacou a publicação de um estudo que propõe o uso de hotéis como unidades temporárias de atendimento durante desastres e pandemias. O relatório apresenta o guia Hotel2Hospital (H2H), um modelo operacional para converter hotéis em hospitais de campanha, incluindo leitos de terapia intensiva, com orientações sobre infraestrutura, regulamentação, custos e gestão. A proposta busca ampliar a capacidade de resposta dos sistemas de saúde em situações de grande demanda por atendimento. [33]

Atenção Primária à Saúde

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou a realização da sua 9ª Conferência da Região da África, a se realizar em 10 e 11 de setembro, em Gaborone (Botsuana). Sob o tema "Somos Um: África unida para avançar a saúde planetária por meio da colaboração e alinhamento de recursos na Atenção Primária à Saúde", a conferência explorará como a medicina familiar pode responder aos desafios de saúde, sociais e climáticos da África.[34]

Recursos Humanos em Saúde

International Council of Nurses (ICN) destacou a importância da transformação digital na saúde e defendeu que os enfermeiros tenham papel ativo na adoção e no desenvolvimento de tecnologias voltadas à assistência, à comunicação com pacientes e à melhoria dos resultados em saúde. A organização também divulgou um curso sobre saúde digital em sua plataforma de aprendizagem. [35]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) fez uma série de postagens, convidando todos que trabalham em saúde pública, atenção à saúde, pesquisa, políticas públicas ou educação, a participarem do 18º Congresso Mundial de Saúde Pública a se realizar na Cidade do Cabo, entre 6 e 9 de setembro de 2026. Entre as sessões plenárias, encontra-se uma sobre atenção primária e força de trabalho em saúde.[36]

Saúde Digital

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou a realização de uma "masterclass" sobre telemedicina para profissionais de saúde a ser realizada na Escola de Pós-Graduação em Estudos Empresariais da University of Cape Town. A oficina abordará considerações operacionais e éticas críticas, como privacidade de dados, cibersegurança,

confidencialidade do paciente, estruturas legais, licenciamento, modelos de reembolso e garantia de qualidade em ambientes virtuais de saúde.[37]

Saúde Comunitária

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) divulgou um artigo sobre a prevenção, o cuidado integrado, a alfabetização em saúde e o envelhecimento saudável, destacando o importante papel desempenhado pelos agentes comunitários de saúde.[38]

Humanização do cuidado

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) fez várias publicações, divulgando seu congresso. Em uma delas, destacou como tema a ser debatido a gentileza ao longo da jornada de cuidado. Nesse sentido, convidou seus membros a compartilhar histórias sobre práticas de cuidado compassivo, respeitoso e centrado na pessoa para a vida, por meio de liderança, fluxos de trabalho, políticas e cultura.[39]

Formação profissional

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais publicou a versão 2026 dos Padrões Mínimos para a Educação de Terapeutas Ocupacionais e as Competências Mínimas de Terapeutas Ocupacionais.[40]

Modelos de Atenção Primária e Redes de Cuidado

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou um filme em que discute o que a medicina de família pode aprender quando começa ouvindo. Trata-se da visita de sua presidente, Prof. Viviana Martinez-Bianchi, à Aotearoa Nova Zelândia, após a Conferência Mundial de Saúde Rural da WONCA e de uma reflexão sobre o conhecimento indígena, pertencimento, saúde rural e comunidade.[41]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Guerra e Saúde

O SHEM publicou boletim mensal sobre o impacto dos conflitos armados sobre a saúde, destacando o deslocamento forçado, a superlotação, a interrupção da vacinação e o colapso dos sistemas de água, saneamento e saúde favorecem a disseminação de doenças infecciosas e dificultam sua detecção e controle. A partir de casos na Ucrânia, Gaza, República Democrática do Congo e Uganda, o texto aborda riscos como resistência antimicrobiana, tuberculose, poliomielite, hepatite e surtos de doenças hemorrágicas. A principal mensagem é que populações afetadas por conflitos e deslocamentos são frequentemente excluídas dos sistemas de vigilância e dos serviços de saúde, reforçando a necessidade de colocar a equidade em saúde e a saúde como direito humano no centro das respostas humanitárias e de saúde global.[42]

International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW) publicou uma reflexão que relaciona o pensamento de Rudolf Virchow à lógica da saúde pública e do desarmamento humanitário. O texto defende que guerras e violência armada devem ser compreendidas como determinantes sociais da saúde, ressaltando o papel dos profissionais de saúde na documentação dos impactos dos conflitos, na prevenção do sofrimento humano e na defesa de políticas de desarmamento e proteção da população civil. [43]

Haiti

Médicos Sem Fronteiras (MSF) suspendeu novamente as atividades da maternidade Isaïe Jeanty, em Porto Príncipe, Haiti, devido à intensificação da violência armada na região. A interrupção, a segunda em menos de dois meses, compromete o acesso de milhares de mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, enquanto a organização alerta para o aumento de vítimas por ferimentos de bala e reforça o apelo para que todas as partes respeitem as unidades de saúde e garantam o acesso seguro aos cuidados médicos. [44]

Terremoto na Colômbia

A CARE International mobilizou suas equipes de emergência para apoiar a Colômbia após um terremoto devastador que atingiu o oeste do país, em 10 de agosto, matando 240 pessoas, ferindo 4.000 e destruindo mais de 9.000 lares. Segundo a notícia, a catástrofe sobrecarregou hospitais e isolou comunidades vulneráveis em Chocó, que já enfrentavam pobreza e conflitos armados. A organização mobilizou equipes de emergência para distribuir água potável, kits de higiene e suprimentos médicos, priorizando a segurança de mulheres e crianças. [45]

Save the Children iniciou uma resposta emergencial após o terremoto de magnitude 7,4 que atingiu o oeste da Colômbia, deixando ao menos 126 mortos, quase 1.500 feridos e milhares de pessoas afetadas. A organização destinou recursos imediatos para criar espaços seguros para crianças, oferecer apoio psicossocial, distribuir kits de higiene, alimentos e assistência nutricional, além de realizar avaliações rápidas das necessidades. A Save the Children alertou que a destruição de moradias, escolas, hospitais e infraestrutura básica agrava a vulnerabilidade das famílias e reforçou a necessidade de garantir abrigo, água potável, serviços de saúde e proteção à infância durante a resposta humanitária. [46]

Após o terremoto na Colômbia, a Fòs Feminista, em parceria com organizações locais, mobilizou equipes para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde nas comunidades afetadas. A resposta inclui atenção primária, apoio psicológico, saúde sexual e reprodutiva, contracepção, atendimento a gestantes e assistência a sobreviventes de violência sexual e de gênero.[47]

O terremoto de magnitude 7,4 atingiu a Colômbia, com epicentro em Palmar. O tremor foi sentido em diversas cidades, incluindo Bogotá, Cali, Pereira e Manizales, provocando danos estruturais, feridos e interrupções no fornecimento de água, energia e comunicações. A World Vision ativou seu comitê de crise e iniciou o monitoramento das regiões afetadas, avaliando a segurança de seus funcionários e as necessidades das comunidades, com atenção especial às crianças. O terremoto expôs a vulnerabilidade de comunidades colombianas e reforçou a necessidade de sistemas de resposta humanitária preparados, articulação institucional e proteção das populações vulneráveis, particularmente crianças.[48]

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) expressou sua solidariedade ao povo da Colômbia após o devastador terremoto de magnitude 7,4 que atingiu a região oeste do país em 10 de agosto de 2026.[49]

Afeganistão

A CARE International publicou um levantamento sobre a situação das mulheres afegãs após cinco anos da mudança de governo, visto que segundo a notícia o país enfrenta uma crise

onde 21,9 milhões de pessoas precisam de ajuda, mas cortes de financiamento internacional forçaram o fechamento de 30 clínicas. A organização alertou que, principalmente, a situação é alarmante para a saúde materna, com o país registrando a maior mortalidade da Ásia (638 mortes por 100 mil nascidos vivos), e vem intervindo com a instalação de 32 clínicas de saúde remanescentes em cinco províncias, provendo cuidados primários, nutrição e apoio psicossocial.[50]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde da Criança

Save the Children defendeu a manutenção do programa Head Start, destacando seu papel na promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. A organização afirmou que o programa oferece educação, alimentação, acompanhamento do desenvolvimento, ambientes seguros e apoio às famílias, contribuindo para que crianças ingressem na escola em melhores condições de aprendizagem.[51]

Save the Children destacou a importância do Método Canguru (Kangaroo Mother Care – KMC) para aumentar a sobrevivência e o desenvolvimento de recém-nascidos, especialmente prematuros e de baixo peso. A organização ressaltou que a combinação de contato pele a pele, aleitamento materno e acompanhamento contínuo melhora a recuperação dos bebês, sendo uma estratégia essencial em contextos de conflitos, desastres e crises humanitárias, onde o acesso a serviços de saúde e condições básicas é limitado.[52]

Envelhecimento Saudável

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) publicou nota sobre o manejo da dor, considerando-o fundamental para o envelhecimento saudável. Acrescenta que o manejo da dor é negligenciado em políticas, pesquisas e cuidados. Para enfrentar esse desafio, a IFA convocou uma reunião, intitulada "Manejo da Dor na Vida Posterior: Alinhando Evidências, Políticas e Ação", para explorar desafios e oportunidades compartilhadas de ação.[53]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Acordo Pandêmico

A Medicus Mundi international divulgou a crítica do grupo, Health Policy Watch, sobre o texto final da Declaração Política da ONU sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR),[2,54] por carecer de planos concretos de financiamento e metas de prestação de contas. A análise do grupo aponta que a falta dos US$ 15 bilhões anuais necessários para prevenção deixa o mundo vulnerável a crises zoonóticas como o Ebola. Na notícia, o grupo defende que o documento deve incluir compromissos mensuráveis em três anos e a adoção efetiva da abordagem "Saúde Única" para evitar novos transbordamentos virais.[2,54]

Em artigo publicado, a Global Health Centre analisa o capítulo ainda não concluído do *Pandemic Agreement* da OMS, especialmente o mecanismo de *Pathogen Access and Benefit-Sharing* (PABS). O sistema pretende estabelecer regras para o acesso internacional a materiais e informações sobre patógenos e, simultaneamente, garantir uma repartição mais equitativa dos benefícios derivados de sua utilização. Esse mecanismo é fundamental para transformar o acordo em um instrumento operacional e politicamente sustentável, no entanto, as negociações envolvem questões sensíveis relacionadas à soberania, compartilhamento de amostras, vacinas, tecnologias e benefícios financeiros. Desde a publicação do artigo, os Estados-Membros

ampliaram o prazo para concluir o Anexo PABS até 2027, em um processo marcado pelo desafio de conciliar interesses divergentes e construir um acordo considerado justo, funcional e duradouro.[55]

OMS e Governança Global

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou sua participação no Fórum Global de Ensaios Clínicos da OMS (GCTF), desejando contribuir com sua experiência na realização de pesquisas clínicas centrada no paciente em ambientes carentes. A GCTF é uma rede gerenciada pela OMS que reúne diversos atores para fortalecer ensaios clínicos em todo o mundo e aprimorar sua qualidade, eficiência e integridade ética.[56]

Public Pharma

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) publicou estudos sobre a "Public Pharma" (ou indústria farmacêutica pública), considerando-a uma alternativa aos sistemas farmacêuticos comerciais. Esse modelo abrange a propriedade pública das etapas de pesquisa, desenvolvimento, fabricação e distribuição de medicamentos e outras tecnologias de saúde, tendo como objetivo explícito atender às necessidades coletivas de saúde em vez de gerar lucro privado.[57]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A International Federation of Social Workers manifestou preocupação com as transformações que a Inteligência Artificial (IA) tem realizado nas sociedades, sobretudo, no que diz respeito ao aprofundamento das desigualdades sociais e os impactos da IA junto aos povos indígenas. É preciso que esses povos sejam inseridos nesses debates, considerando os seus conhecimentos e direitos, para o desenvolvimento de uma IA ética.[58]

Organizações de Interesse Privado

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

A Fundação Gates destaca o Coach Mpilo, programa de apoio entre pares criado na África do Sul para enfrentar as barreiras que dificultam a adesão de homens ao tratamento do HIV. A iniciativa capacita homens vivendo com HIV, chamados de "coaches", para apoiar outros homens por meio de aconselhamento, educação sobre o tratamento e compartilhamento de experiências, buscando reduzir o estigma e fortalecer a confiança para o cuidado. A experiência evidencia o potencial de estratégias comunitárias e de apoio entre pares para ampliar a adesão ao tratamento e enfrentar desigualdades na resposta ao HIV.[59]

Ebola

A GAVI, The Vaccine Alliance apoiou a recomendação de incluir a vacina Ervebo, já utilizada contra o Ebola, em ensaios clínicos relacionados ao ebola vírus Bundibugyo. A medida busca avaliar se um imunizante existente pode oferecer proteção contra essa variante e, assim, acelerar a disponibilidade de uma possível ferramenta de resposta. A realização de ensaios clínicos também poderá fornecer evidências fundamentais para futuras decisões regulatórias e de saúde pública. [60]

Hepatites

A FIND reuniu autoridades de saúde, organizações comunitárias e parceiros governamentais em Meghalaya, na Índia, para fortalecer a resposta à hepatite entre populações vulneráveis. A organização destacou os resultados da iniciativa HEP-CARE, que utiliza navegadores comunitários e lideranças locais para ampliar o acesso à prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da doença. A FIND ressaltou que o engajamento comunitário e a cooperação entre governo, sociedade civil e parceiros técnicos são fundamentais para reduzir o estigma, eliminar barreiras de acesso e avançar rumo à eliminação da hepatite. [61]

Doenças Tropicais Negligenciadas

A Wellcome Trust publicou uma reportagem sobre os esforços para ampliar o combate à esquistossomose na Tanzânia, especialmente entre crianças em idade pré-escolar, que historicamente tinham acesso limitado ao tratamento. A iniciativa, contudo, enfrenta o desafio da reinfecção, reforçando a necessidade de medidas complementares, como melhoria do saneamento, redução da exposição à água contaminada e maior engajamento das comunidades.[62]

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou o avanço referente a uma nova vacina que pode ser armazenada sem refrigeração e que passou com sucesso por seu primeiro ensaio clínico em humanos, trazendo perspectivas para ampliar a imunização em regiões de difícil acesso. A tecnologia busca superar um dos principais obstáculos logísticos das campanhas vacinais: a necessidade de manter a cadeia de frio. Ainda que sejam necessários estudos maiores para confirmar sua eficácia, a inovação pode reduzir custos logísticos e perdas de doses.[63]

A GAVI, The Vaccine Alliance abordou a importância de ensaios clínicos realizados na República Democrática do Congo para avaliar vacinas contra mpox entre populações particularmente vulneráveis. A inclusão dessas populações também pode reduzir lacunas de conhecimento importantes para decisões de saúde pública, reforçando a necessidade de produzir evidências locais e garantir que grupos vulneráveis sejam contemplados nas respostas a emergências sanitárias.[64]

Vigilância Epidemiológica e Resposta a Surtos

A Wellcome Trust explicou em artigo como as mudanças climáticas podem ampliar o risco de doenças transmitidas por alimentos, principalmente devido ao aumento das temperaturas do ar e da água, alterações nas precipitações e eventos climáticos extremos. O artigo destaca que, além da mitigação das mudanças climáticas, são necessárias medidas de adaptação, como fortalecimento da vigilância epidemiológica, educação em saúde, melhoria das práticas de armazenamento e transporte de alimentos e sistemas de alerta precoce.[65]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Equidade em Pesquisa

A Wellcome Trust publicou artigo defendendo que a equidade deve ser incorporada como elemento central da excelência científica, diante da desigualdade na distribuição global de recursos para pesquisa. O texto destaca que países de baixa renda recebem apenas cerca de

0,2% dos financiamentos de pesquisa biomédica concedidos pelos principais financiadores, e propõe mudanças na distribuição de poder, recursos e definição das agendas de pesquisa.[66]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças Climáticas e Saúde

A Wellcome Trust destacou em outro artigo a relação bidirecional entre mudanças climáticas e sistemas alimentares: enquanto a produção de alimentos responde por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa, o aquecimento global prejudica a produção agrícola, reduz o valor nutricional dos alimentos e contribui para a escassez e o aumento dos preços. O artigo aponta que cerca de 2,6 bilhões de pessoas não conseguiram pagar por uma dieta saudável em 2024, e defende a adoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis, práticas agrícolas resilientes, redução do desperdício de alimentos e maior investimento em soluções baseadas em evidências científicas.[67]

Clima e Doenças Transmissíveis

A CORE Group divulga um artigo sobre como a mudança climática não produz um efeito uniforme sobre a malária na África: ela está deslocando e reorganizando geograficamente o risco epidemiológico, aumentando a vulnerabilidade de algumas regiões enquanto reduz a adequação climática para a transmissão em outras.[68]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde da Criança

A Fundação Rockefeller reforçou seu compromisso com a ampliação dos programas de alimentação escolar. Segundo a organização, 50% das crianças em idade pré-escolar no mundo apresentam deficiências de nutrientes, e o investimento em refeições escolares poderia contribuir para enfrentar esse problema. A Fundação também destaca que os programas de alimentação escolar produzem impactos que vão além da saúde e nutrição infantil: cada US$1 investido pode gerar um retorno de 9 vezes em benefícios de longo prazo, evidenciando seu potencial como estratégia de desenvolvimento social e econômico.[69]

Eventos

World Medical Association (WMA) divulgou o prazo final de inscrições para a 18ª Conferência Mundial de Bioética, Ética Médica e Direito da Saúde, que ocorrerá entre 28 e 30 de setembro de 2026, em Porto, Portugal. O evento reunirá especialistas para discutir temas relacionados à bioética, ética médica, direito da saúde e inteligência artificial, promovendo intercâmbio de conhecimento e cooperação internacional. [70]

World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) promoveu um webinar do *Nursing Special Interest Group (SIG)* sobre colaboração interprofissional na gestão de desastres e o papel da fisioterapia na recuperação de populações afetadas. O evento destacou estratégias para fortalecer a coordenação entre profissionais de saúde, melhorar a resposta a emergências e ampliar a reabilitação e a resiliência comunitária no período pós-desastre. [71]

World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) divulgou a edição de agosto da *Disaster Medicine Lecture Series*, promovida em parceria com a Universidade de

Massachusetts, o National Center for Disaster Medicine and Public Health (NCDMPH) e o American College of Emergency Physicians (ACEP). O evento abordará a difusão de inovações no cuidado clínico, a atuação da Guarda Nacional em desastres, preparação para emergências em saúde pública, coordenação interinstitucional e fortalecimento da resiliência dos sistemas de saúde. [72]

Considerações Finais

A análise das manifestações coletadas no presente informe permite afirmar que a fratura entre OSC de interesse público e privado não se limita a uma divisão funcional de tarefas (quem denuncia *vs* quem desenvolve inovações), mas reflete uma persistente disputa de poder sobre a condução da governança global em saúde.

O que se observa, portanto, é uma divisão internacional do trabalho na saúde global: as OSC públicas atuam como "soldados da linha de frente" (documentando mortes, prestando assistência em zonas de guerra e desastres, denunciando violações), enquanto as OSC privadas atuam como "arquitetas do sistema", desenhando vacinas, financiando programas, definindo métricas de eficiência e moldando a agenda de pesquisa. Essa divisão, porém, não é neutra: ela reproduz e aprofunda assimetrias de poder, uma vez que as OSC privadas detêm recursos financeiros e capacidade de incidência muito superiores, além de ocuparem espaços estratégicos de decisão (como conselhos da OMS, GAVI, Fundo Global, etc.), enquanto as OSC públicas frequentemente lutam para serem ouvidas.

Não se deve, no entanto, descredibilizar as contribuições das OSC privadas, que avançam com soluções concretas para diversos pontos da agenda global. No entanto, embora tecnicamente relevantes, estas tendem a despolitizar a saúde global, tratando a fome, as doenças e as mudanças climáticas como problemas de gestão, inovação e eficiência, e não como fruto de decisões políticas, econômicas e militares que exigem confronto, regulação e justiça redistributiva. A Wellcome Trust, por exemplo, reconheceu que 2,6 bilhões de pessoas não conseguiram pagar por uma dieta saudável em 2024 e defende dietas sustentáveis e práticas agrícolas resilientes, mas acaba não apontando como parte das iniciativas de mudança o questionamento ao sistema de comércio internacional, aos subsídios agrícolas distorcidos ou à concentração fundiária que produzem essa fome.

O sistema multilateral, tensionado entre a lentidão das negociações e a velocidade das inovações privadas, caminha para uma governança híbrida, na qual o público denuncia, o privado resolve, e a equidade permanece como promessa não cumprida. A construção (ou desconstrução) de um sistema verdadeiramente equitativo e solidário para a saúde global deve perpassar por tais questionamentos, e em um nível futuro, pelas respostas à tais questionamentos.

Referências

1. DNDI. Drugs for Neglected Diseases initiative. After five days of discussions with thousands of researchers, activists, and leaders at the #AIDSConference in Rio de Janeiro [Internet]. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_aidsconference-aids2026-globalhealth-activity-7493562826448470016-PuT4
2. Medicus Mundi International. Rajput RB. Pakistan's HIV surge exposes infection control failures at health facilities [Internet]. Health Policy Watch; 2026 Aug 10 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://healthpolicy-watch.news/pakistans-hiv-surge/
3. Cullinan K. Pakistan's HIV Surge Exposes Infection Control Failures At Health Facilities [Internet].

Health Policy Watch. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://healthpolicy-watch.news/pakistans-hiv-surge/

4. Fundación Huésped. Retroceso en los derechos sexuales y reproductivos de mujeres, niñas y poblaciones clave [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/retroceso-en-los-derechos-sexuales-y-reproductivos-de-mujeres-ninas-y-poblaciones-clave

5. Fundación Huésped. Un resurgimiento de la epidemia por los recortes en los servicios de prevención y en las organizaciones comunitarias [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/un-resurgimiento-de-la-epidemia-por-los-recortes-en-los-servicios-de-prevencion-y-en-las-organizaciones-comunitarias

6. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Legacy of community led tuberculosis response in Manila [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Aug 12]. Available from: https://www.msf.org/legacy-community-led-tuberculosis-response-manila

7. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Three questions about the new clinical trial for the Ebola disease outbreak in DRC [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Aug 12]. Available from: https://www.msf.org/three-questions-about-new-clinical-trial-ebola-disease-outbreak-drc

8. Bergeron R. As Ebola cases climb, healthcare costs keep people from seeking treatment [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/ebola-bulletin-healthcare-costs-preventing-people-from-seeking-care/

9. Médecins Sans Frontières (MSF) International. MSF launches dengue project in Tegucigalpa [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Aug 12]. Available from: https://www.msf.org/msf-launches-dengue-project-tegucigalpa

10. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. EU Research Budget Should Support Fairer Innovation Ecosystems [Internet]. LinkedIn. Aug, 7 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_healthinnovation-openscience-equitableaccess-activity-7491124585485037570-Y29M

11. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiativa. Brazil Marks National Day to Combat Leishmaniasis [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_cutaneous-leishmaniasis-activity-7492614012463894528-BQ3C

12. Public Citizen. More Trump administration childhood vaccine nonsense [Internet]. Washington (DC): Public Citizen; [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.citizen.org/news/more-trump-administration-childhood-vaccine-nonsense/

13. World Obesity Federation. World Obesity Day: 8 billion reasons to act [Internet]. LinkedIn; 2026 Mar 4 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/obesity-diabetes-actonncds-share-7491750086067040256-uAyk/

14. NCD Alliance. Where you live can determine the barriers you face and the opportunities you have to access NCD care [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 12 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/diabetes-internationalyouthday-actonncds-share-7493361591401299970-yru-/

15. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-08-11_world-mental-health-day-2026

16. ACT Promoção da Saúde. Senador Astronauta quer mandar para o espaço PL 4501/2020, que garante alimentação saudável nas escolas [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://actbr.org.br/pl-4501-senador-astronauta/9559/

17. August 5. Ceuta must be a wake-up call on harmful migration policies, ActionAid warns [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Aug 12]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/ceuta-must-be-wake-call

18. Board of Directors, Committees A. External Actors Pressing "Family Values" in Africa [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/08/05/external-actors-pressing-family-values-in-africa

19. Senior Management, Board of Directors, Committees A. West Bank: Israel Delaying Palestinian Ambulances Risks Lives [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/08/05/west-bank-israel-delaying-palestinian-ambulances-risks-lives

20. Board of Directors, Committees A. Lebanon: Israel's Killing of Journalist an Apparent War Crime [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/08/06/lebanon-israels-killing-of-journalist-an-apparent-war-crime

21. Feminista F. A Case Reaches the Court: A Turning Point in the Dominican Republic [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/dominican-republic-abortion-ban-constitutional-court/

22. IAP. InterAcademy Partnership. Help shape a global response to sexual harassment in STEM [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_womeninstem-womeninscience-activity-7492479070300164096-UbkL

23. Progressive International. This August we honour the women of South Africa [Internet]. Progressive International. [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-08-14-this-august-we-honour-the-women-of-south-africa/en/

24. ACON. 'Safety Cannot Be Selective' – NSW's Hate Speech Laws Must Protect All Communities [Internet]. ACON. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

25. World Vision. Empowering Vulnerable Children with Education Project Concludes with Strong Impact and Sustainability Pathway [Internet]. World Vision. Ago 1' 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/zambia/empowering-vulnerable-children-education-project-concludes-strong-impact-and

26. IAP. InterAcademy Partnership. Science Is Global. Scientific Publishing Isn't [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_globalsouth-sciencepublishing-activity-7492524610819796992-WY0u

27. Trump Admin Should Drop Investigation Against Germany's Drug Pricing Policies [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://www.citizen.org/news/trump-admin-should-drop-investigation-against-germanys-drug-pricing-policies/

28. Public Citizen Backs Proposed San Antonio Data Center Moratorium [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://www.citizen.org/news/public-citizen-backs-proposed-san-antonio-data-center-moratorium/

29. NCD Alliance. Big Food's legal playbook exposed: Coca-Cola, PepsiCo & others sue to derail life-saving health policies [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 3 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_big-foods-legal-playbook-exposed-coca-cola-activity-7490088134257389568-eMiT

30. Progressive International. PI Briefing | No. 23 | The Earth Beneath Us [Internet]. Progressive

International. [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-08-07-pi-briefing-no-23-the-earth-beneath-us/en/

31. Vulpillieres M. CARE providing emergency support for women and families impacted by Washington state wildfires [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/care-providing-emergency-support-for-women-and-families-impacted-by-washington-state-wildfires/

32. International Council of Nurses. The power of trust: one of the seven powers of nursing [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 10 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ind2026-ournursesourfuture-share-7491725152964120576-VBVo/

33. World Association for Disaster and Emergency Medicine. Hotel-to-Hospital conversion as an alternate care facility strategy for large-scale medical surge: development, validation, and operational framework of the Hotel2Hospital Guidebook [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 11 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/pdm-disaster-pandemic-share-7492690662195187712-XmUB/

34. Wonca. World Organization of Family Doctors. Young family doctors are helping shape the future of primary care across Africa. Afriwon Renaissance, in collaboration with the Botswana Association of Family Physicians, invites young doctors… [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_young-family-doctors-are-helping-shape-the-activity-7493237363511476225-6d9A

35. ICN-International Council of Nurses. 💡🎓 Technology is transforming the way we deliver care, connect with patients, and improve health outcomes around the world [Internet]. 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/icn-international-council-of-nurses_icnlearninghub-activity-7493629749987139584-P2nj

36. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Come to Cape Town. Meet the people working on the world's biggest health challenges [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_capetown-southafrica-primaryhealthcare-activity-7493924934839197696-X1-j

37. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Masterclass on Telemedicine for Health Professionals [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_telemedicine-accessibility-efficiency-activity-7494041401031098371-uZk5

38. IFA. international Federation on Ageing. Community Health Workers Key to Healthy Aging [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_chws-healthyageing-communityhealthworkers-activity-7490466811231072256-98_h

39. IHF. International Hospital Federation. Kindness across the care journey [Internet]. LinkedIn. Aug, 14 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_whc2026-ihfseoul-membersmakeihf-activity-7494015255879258112-UaFC

40. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. The 2026 version of the Minimum Standards for the Education of Occupational Therapists and the Minimum Competencies of Occupational Therapists [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_the-2026-version-of-the-minimum-standards-activity-7493606859589939200-k-py

41. WONCA. World Organization of Famiy Doctors. What can family medicine learn when we begin by listening? The Fire That Keeps Burning (Ahi Kā) follows WONCA President Prof Viviana Martinez-Bianchi during her visit to Aotearoa New Zealand, after… [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_what-can-family-medicine-learn-

when-we-begin-activity-7493845105624231936-BGwe

42. SHEM. Wars and Infectious Disease: A Parallel Crisis [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/hl63-wars-and-infectious-disease-a-parallel-ugcPost-7493785977430339584-oTFy/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAADdFdlcBJ14tDspukdsqDg2baq5Ib84opAE

43. Shahrour G. When physicians diagnose war: Rudolf Virchow and the public health logic of humanitarian disarmament [Internet]. IPPNW peace and health blog. 2026 [cited 2026 Aug 12]. Available from: https://peaceandhealthblog.com/2026/08/12/when-physicians-diagnose-war-rudolf-virchow-and-the-public-health-logic-of-humanitarian-disarmament/

44. Médecins Sans Frontières (MSF) International. Haiti: MSF suspends operations at the Isaie Jeanty Maternity hospital [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Aug 12]. Available from: https://www.msf.org/haiti-msf-suspends-operations-isaie-jeanty-maternity-hospital

45. Sobhan H. Colombia earthquake 2026: What you need to know [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/colombia-earthquake-2026/

46. Save the Children. Colombia [Internet]. Fairfield (CT): Save the Children; 2026 Aug 12 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.savethechildren.org/us/where-we-work/colombia

47. Feminista F. Colombia: Community-Based Care Continues After the Earthquake [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/colombia-community-based-care-continues-after-the-earthquake/

48. World Vision. Powerful earthquake strikes Colombia [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/powerful-earthquake-strikes-colombia

49. PHM. People's Health Movement. The PHM stands in solidarity with the Colombian people following the August 10 earthquake [Internet]. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://phmovement.org/phm-stands-solidarity-colombian-people-following-august-10-earthquake

50. Vulpillieres M. Afghan women need urgent and long-term investment as funding cuts force clinic closures [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/afghan-women-need-urgent-and-long-term-investment-as-funding-cuts-force-clinic-closures/

51. Save the Children US. For decades, Head Start has helped children enter school healthy, safe and ready to learn [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 10 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_for-decades-head-start-has-helped-children-activity-7491531386907119616-r4bg

52. World Health Organization. A baby's first days are among the most important for newborn screening [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 7 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/a-babys-first-days-are-among-the-most-share-7491162884014714880-BAgU/

53. IFA. International Federation on Ageing. Pain Management in Later Life: Expert Meeting Summary [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_painmanagement-healthageing-longevity-activity-7491101054571532290-JEEZ

54. Cullinan K. EXCLUSIVE: Here Is The 'Final Text' Of UN Political Declaration On Pandemics – Although Its Adoption Is Far From Guaranteed [Internet]. Health Policy Watch. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://healthpolicy-watch.news/exclusive-here-is-the-final-draft-of-un-political-

declaration-on-pandemics/

55. Geneva Graduate Institute. The Pandemic Agreement's Unfinished Chapter: Tortoise or Hare? [Internet]. [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/pandemic-agreements-unfinished-chapter-tortoise-or-hare

56. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. We are proud to join the WHO Global Clinical Trials Forum [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_clinicaltrials-research-globalhealth-activity-7493947285282746368-VFxa

57. PHM. People's Health Movement. Public Pharma Case Studies [Internet]. [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://phmovement.org/public-pharma-case-studies

58. International Federation of Social Workers. Artificial intelligence (AI) and Indigenous Peoples' self-determination [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 10 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/artificial-intelligence-ai-and-indigenous-share-7491452820643069952-cQ2v/

59. Mwase C. The peer coaching program getting men back on HIV/AIDS treatment in South Africa [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/hiv-coach-mpilo

60. Gavi welcomes recommendation to include existing Ebola vaccine Ervebo in clinical trials for Bundibugyo virus disease [Internet]. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-welcomes-recommendation-include-existing-ebola-vaccine-ervebo-clinical-trials

61. FIND. Hepatitis: let's break it down [Internet]. LinkedIn; 2026 Jul 28 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-worldhepatitisday-activity-7488144053386104833-Qh18

62. Tackling schistosomiasis in Tanzania's young children [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Aug 13]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/tackling-schistosomiasis-tanzanias-young-children

63. Joi P. Fridge-free vaccine passes first human trial, raising hopes for the hardest-to-reach [Internet]. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/fridge-free-vaccine-passes-first-human-trial-raising-hopes-hardest-reach

64. How vaccine trials in Congo could help protect mothers and children from Mpox [Internet]. 2026 [cited 2026 Aug 15]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/how-vaccine-trials-congo-could-help-protect-mothers-and-children-mpox

65. Wellcome. How climate change affects foodborne diseases [Internet]. London: Wellcome; [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/how-climate-change-affects-foodborne-diseases

66. Wellcome. Why equity is science's greatest opportunity [Internet]. London: Wellcome; [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/why-equity-sciences-greatest-opportunity

67. Wellcome. Diet, food and climate change [Internet]. London: Wellcome; [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/diet-food-and-climate-change

68. CORE Group. Climate Change Impact on Childhood Malaria in Africa [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_africa-globalhealth-climatechange-activity-7489024590002671616-6HpD

69. The Rockefeller Foundation. Our commitment to healthy school meals [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/the-rockefeller-foundation_our-commitment-to-healthy-school-meals-activity-7493640865010065409-NicH

70. World Medical Association. Last call for registration: 18th World Conference on Bioethics, Medical Ethics and Health Law [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 13 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/register-share-7493562111717994498-SFvp/

71. World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM). Nursing SIG webinar: disaster management collaboration and physiotherapy [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 11 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/the-world-association-of-disaster-and-emergency-medicine_nursing-collaboration-physiotherapists-activity-7491287396764979200-92ua

72. World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM). August Disaster Medicine Lecture Series: improving diffusion of clinical care innovations in public health emergencies and the role of the National Guard in disaster response [Internet]. LinkedIn; 2026 Aug 13 [cited 2026 Aug 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/disastermedicine-disastermedicine-leadership-share-7493373059484016641-_bZp

Governando a Catástrofe Climática: Diplomacia Fiscal, Responsabilização Corporativa e Imperialismo Energético na Era do Clima Extremo

Manejo de la catástrofe climática: diplomacia fiscal, responsabilidad corporativa e imperialismo energético en la era del clima extremo

Governing the Climate Catastrophe: Tax Diplomacy, Corporate Accountability, and Energy Imperialism in the Age of Extreme Weather

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, no Panorama Político-Econômico, analisamos três grandes acontecimentos: a quinta rodada de negociações da Convenção Fiscal da ONU, onde tensões entre o Sul Global e países da OCDE sobre mecanismos de resolução de disputas, cláusulas de opcionalidade e relações entre tratados revelam a persistente luta por um sistema fiscal internacional justo; a expansão da litigação climática, destacada pela ação judicial de agricultores ugandenses contra o East African Crude Oil Pipeline (EACOP), que estabelece precedentes de responsabilização corporativa transnacional, além da emergente fronteira de litígios voltada para data centers devido aos seus intensivos impactos ambientais; e o entrincheiramento geopolítico dos combustíveis fósseis sob o Super El Niño, onde o poder imperial dos EUA perpetua a dependência e mina transições justas, como exemplificado pelo caso colombiano. Na seção Saúde, abordamos a crise de insegurança alimentar na África — onde 309 milhões de pessoas enfrentam fome, superando a Ásia pela primeira vez — juntamente com o surto de Ebola na República Democrática do Congo, o precário bem-estar dos profissionais de saúde e as negociações estagnadas do Acordo Pandêmico, particularmente o mecanismo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), cujos atrasos arriscam permitir que o bilateralismo ao estilo estadunidense se torne a nova norma na governança pandêmica.

Palavras-chave: Convenção Fiscal da ONU. Litigação Climática. Insegurança Alimentar. Acordo Pandêmico.

Resumen: *En este informe, en la sección «Panorama político-económico», analizamos tres acontecimientos importantes: la quinta ronda de negociaciones de la Convención Fiscal de la ONU, donde las tensiones entre el Sur Global y los países de la OCDE sobre los mecanismos de resolución de controversias, las cláusulas de opcionalidad y las relaciones entre tratados revelan la lucha persistente por un sistema fiscal internacional justo; la expansión de los litigios climáticos, destacada por la demanda judicial de agricultores ugandeses contra el Oleoducto de Crudo del África Oriental (EACOP), que sienta precedentes en materia de rendición de cuentas corporativa transnacional, además del nuevo ámbito de litigios centrado en los centros de datos debido a sus intensos impactos ambientales; y el afianzamiento geopolítico de los combustibles fósiles en el contexto del Super El Niño, donde el poder imperial de EE. UU. perpetúa la dependencia y socava las transiciones justas, como lo ilustra el caso colombiano. En la sección de Salud, abordamos la crisis de inseguridad alimentaria en África —donde 309 millones de personas padecen hambre, superando a Asia por primera vez— junto con el brote de ébola en la República Democrática del Congo, el precario bienestar de los profesionales de la salud y las*

negociaciones estancadas del Acuerdo sobre Pandemias, en particular el mecanismo de Acceso a los Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS), cuyos retrasos corren el riesgo de permitir que el bilateralismo al estilo estadounidense se convierta en la nueva norma en la gobernanza de las pandemias.

Palabras clave: *Convención Fiscal de la ONU. Litigios climáticos. Inseguridad alimentaria. Acuerdo sobre Pandemias.*

Abstract: *In this report, in the Political-Economic Overview, we analyze three major developments: the fifth round of the UN Tax Convention negotiations, where tensions between the Global South and OECD countries over dispute resolution mechanisms, optionality clauses, and treaty relationships reveal the persistent struggle for a just international tax system; the expansion of climate litigation, highlighted by the Ugandan farmers' lawsuit against the East African Crude Oil Pipeline (EACOP), which establishes precedents for transnational corporate accountability, alongside the emerging litigation frontier targeting data centers due to their intensive environmental impacts; and the geopolitical entrenchment of fossil fuels under Super El Niño, where U.S. imperial power perpetuates dependency and undermines just transitions, as exemplified by the Colombian case. In the Health section, we address the food insecurity crisis in Africa — where 309 million people face hunger, surpassing Asia for the first time — alongside the escalating Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo, the precarious wellbeing of healthcare professionals, and the stalled Pandemic Agreement negotiations, particularly the Access to Pathogens and Benefit-Sharing (PABS) mechanism, whose delays risk allowing US-style bilateralism to become the new norm in pandemic governance.*

Keywords: *UN Tax Convention. Climate Litigation. Food Insecurity. Pandemic Agreement.*

Panorama Político — Econômico

No Panorama Político-Econômico, nos focamos nos 3 acontecimentos de maior relevância da quinzena: a quinta rodada da *UN Tax Convention*, os avanços da litigação climática e a luta contra combustíveis fósseis — dado a urgência imposta pelo *Super El Niño.*

Sem dúvida, o principal evento da quinzena foi a quinta rodada de negociações da *UN Tax Convention Negotiations*, concluída no dia 14 de agosto após duas semanas de negociações. *A Tax Justice Network* vem publicando resumos muito completos sobre as negociações:

"O último dia da 5ª sessão das negociações da convenção fiscal da ONU em Nova Iorque concluiu as discussões sobre o protocolo de resolução de disputas fiscais. Delegados debateram como as disputas devem ser tratadas quando nenhum tratado fiscal se aplica, quais mecanismos os países devem aceitar e como o novo protocolo deve interagir com acordos existentes. Sobre disputas onde nenhum instrumento fiscal se aplica, Brasil e Grupo Africano questionaram se consultas não vinculativas que não podem se afastar da legislação interna poderiam resolver de forma significativa a dupla tributação ou a dupla não tributação, enquanto consomem recursos administrativos escassos. Nigéria questionou como os países poderiam chegar a um acordo sem uma base jurídica comum, enquanto Argélia observou que os países atualmente não podem optar por não participar. Países Baixos, Singapura e Itália defenderam o mecanismo como útil para países com redes limitadas de tratados. Lesoto destacou casos em que não residentes enfrentam retenção na fonte, mas não recebem qualquer alívio no seu país de residência, deixando países sem tratados sem uma via formal para resolver a dupla tributação resultante.

O Colíder da Jamaica argumentou que o mecanismo poderia preencher lacunas onde os tratados existentes carecem de uma cláusula completa de procedimento amigável (MAP). A opcionalidade permaneceu uma linha de fratura central. Os Colíderes favoreceram tornar pelo menos um mecanismo de prevenção de disputas e um mecanismo de resolução de disputas obrigatórios. O Grupo Africano opôs-se a tornar qualquer mecanismo de prevenção obrigatório, mas apoiou o procedimento amigável (MAP) como o único núcleo obrigatório do protocolo, argumentando que um protocolo de resolução de disputas que permitisse aos países optar por não participar do MAP perderia a sua relevância. Outra divisão dizia respeito à relação do protocolo com os tratados existentes. Muitos países da OCDE, juntamente com os EAU e a China, apoiaram a Alternativa A: os mecanismos existentes seriam substituídos apenas onde os países optassem conjuntamente por aderir. O Grupo Africano apoiou a Alternativa B: o protocolo substituiria mecanismos existentes semelhantes por padrão, a menos que os países concordassem de outra forma. O Grupo Africano argumentou que a substituição por padrão é importante porque muitas disposições existentes de tratados refletem desequilíbrios históricos no poder de negociação, que um novo protocolo multilateral deveria ser capaz de corrigir sem exigir que os países afirmem a mudança bilateralmente. Gana vinculou isso ao impulso do Grupo Africano para que o MAP seja um mecanismo central não passível de reserva. Uma terceira abordagem surgiu. Espanha questionou se qualquer uma das alternativas era necessária, argumentando que os mecanismos existentes e os novos poderiam coexistir. Rússia favoreceu igualmente a coexistência com acordos caso a caso, enquanto Índia sugeriu mecanismos paralelos com base nas preferências das partes, mas alertou contra a criação de oportunidades para os contribuintes escolherem estrategicamente entre fóruns.

A sessão encerra após duas semanas de negociações ao longo da Convenção-Quadro e dos seus dois protocolos iniciais."

A *Global Alliance for Tax Justice* também publicou uma série de notas em formato de jornal durante a rodada, focada principalmente no papel da sociedade civil, fazendo um balanço e destacando que, embora o processo esteja avançando rapidamente num fórum com igualdade de vozes entre todos os países, persistem dúvidas sobre se a direção é a correta. As discussões políticas e jurídicas foram finalmente aprofundadas, com muitos países apoiando reformas ambiciosas contra uma minoria que prefere o status quo, mas ainda há muito a acrescentar em artigos críticos. Por exemplo, no Protocolo 2 (sobre resolução de disputas), há linguagem como "os contribuintes podem", o que preocupa a sociedade civil por colocar empresas multinacionais como titulares de direitos e administrações fiscais como prestadoras de serviços, o que foge à abordagem típica da ONU baseada em compromissos entre Estados. Sobre o financiamento (Artigo 18), a sociedade civil defende um Mecanismo Financeiro obrigatório e com contribuições regulares, rejeitando a escolha discricionária de projetos pelos Estados, e alerta para a distribuição desigual de recursos entre os três fluxos de trabalho (Fluxo III com 4 funções formais, Fluxo I com 1 e Fluxo II com nenhuma).

"SÓ TEMOS UM ANO PARA SALVAR O MUNDO (FISCAL)!"

Que INC5 intenso nós vivemos! Apesar do cansaço, tão intenso quanto os dias de negociações que passaram, o Tax Chronicle não poderia deixar seus queridos leitores sem olhar para trás e fazer um balanço das últimas duas semanas. Uma coisa é certa, em primeiro lugar: este processo, pela primeira vez num fórum onde todos os países têm voz igual, está avançando, e está avançando rápido! A questão agora é se está avançando suficientemente na direção certa? Em relação à Convenção-Quadro, as negociações sobre o zero draft finalmente

permitiram uma discussão política e jurídica há muito esperada. Vemos um grande número de países que estão claramente a favor de uma reforma real do sistema, enquanto alguns prefeririam permanecer num status quo fiscal custoso e injusto, por sua própria conta e risco. Enquanto sociedade civil, ficamos satisfeitos por testemunhar discussões reais na sala, e até mesmo ambição em alguns artigos-chave. Ainda assim, há muito trabalho a ser feito (e substância a ser adicionada em questões críticas) para construir uma Convenção-Quadro capaz de gerar um sistema fiscal internacional justo, eficiente, inclusivo e transparente para o desenvolvimento sustentável (ver Chronicle #68 para o nosso resumo da primeira semana).

NÓS CONTESTAMOS!

O Protocolo 2 está ainda no nível do 1º projeto, mas já percebemos que está seguindo numa direção preocupante. As palavras "os contribuintes podem" sugerem uma abordagem onde as corporações multinacionais são colocadas no papel de titulares de direitos, e as administrações fiscais são obrigadas a servi-las. Esta não é a abordagem típica da ONU, onde é mais comum que os Estados-Membros definam seus compromissos e prestem contas entre si, mas não definam direitos para as corporações. Acreditamos que mecanismos de prevenção de disputas podem ser introduzidos sem inventar "mecanismos iniciados pelos contribuintes"! Quanto aos protocolos, o que podemos dizer, exceto que estas duas semanas não nos permitiram sair de alguma... confusão é provavelmente a palavra mais adequada. Negociar três acordos vinculativos ao mesmo tempo sempre seria complicado – e instamos vocês, caros delegados, a construir estes instrumentos sobre uma base sólida (a Convenção-Quadro!). Infelizmente, o sinal será cortado para a sociedade civil amanhã, quando as discussões secretas recomeçarem no Zoom. Ainda há tempo para corrigir esta opacidade em prol deste processo, da sua legitimidade e da sua transparência. Antes de Nairóbi (INC6), vocês terão que completar suas submissões por escrito. A sociedade civil encoraja fortemente vocês a reler e se inspirar no seu catálogo de propostas de artigos para a Convenção-Quadro. Convidamos vocês a encontrar nele a inspiração e a coragem para redigir uma Convenção-Quadro ambiciosa, justa, substancial, preparada para o futuro, capaz de cumprir o mandato histórico dado a este comité. Só temos um ano para salvar o mundo (fiscal)!

SEM GASTOS SEM FINANCIAMENTO

Um texto jurídico sem financiamento é apenas palavras no papel. Nós, nesta sala, sabemos disso melhor do que ninguém – somos, afinal, os geeks das finanças!

Direitos, objetivos, compromissos, nada disso se sustenta sem dinheiro por trás. E, no entanto, na semana passada, na discussão sobre o Artigo 18 da Convenção (Recursos Financeiros), ouvimos alguns Estados-Membros resistirem fortemente à ideia de compromissos financeiros obrigatórios para a Convenção.

Esta semana, vimos esses mesmos Estados, nas discussões do Protocolo 2, negociar um texto que é intensivo em recursos por natureza, incluindo a potencial dependência de órgãos subsidiários e prevendo um papel pesado para a ONU na implementação.

Para a sociedade civil, o pedido é claro: queremos que seja estabelecido um Mecanismo Financeiro ao abrigo da Convenção. Um que apoie e forneça recursos para a implementação da Convenção, do seu Secretariado, dos seus mecanismos centrais, órgãos subsidiários e protocolos. A cooperação fiscal internacional não é um esforço pontual, mas um projeto contínuo que exige a construção e manutenção de infraestruturas partilhadas e, portanto, a

Convenção precisará de fontes sustentáveis de financiamento, incluindo contribuições obrigatórias de forma regular. Num aspeto positivo, uma função-chave da Convenção é aumentar as receitas domésticas da grande maioria dos países do mundo, pelo que os governos estão prestes a fazer um excelente investimento!

Mas para ser claro – não devemos aceitar uma Convenção-Quadro sem financiamento garantido, onde os Estados escolhem a dedo quais projetos e protocolos financiar. Isso não é flexibilidade, é uma estratégia condenada a asfixiar o núcleo da Convenção, redirecionando recursos para o pequeno elemento que, num determinado ano, serve as prioridades de um determinado Estado."

Ainda dentro do campo burocrático das mudanças estruturais, acompanhamos diversos desenrolares sobre a litigação climática. Em 7 de julho, um grupo de agricultores ugandenses iniciou uma ação judicial climática contra a *Eacop, o East African Crude Oil Pipeline*, um gigantesco projeto de oleoduto para transportar petróleo bruto extraído no oeste do Uganda até ao porto de Tanga, na Tanzânia, no Oceano Índico. Uma viagem de quase 1.500 km que o tornaria o oleoduto aquecido mais longo do mundo. Durante o seu ciclo de vida, poderá ser responsável por milhões de toneladas de emissões causadoras de alterações climáticas, o que o coloca em total contradição com os objetivos climáticos globais. A Center for International Environmental Law — CIEL definiu o caso como primeiro caso ambiental e climático, destacando como esta é uma disputa climática que está a ligar os pontos entre as causas e as consequências da crise climática — ligando, por primeira vez, espaços opostos do globo, tanto em geografia, quanto em causa e consequência: centro e periferia, zonas de transferência e acúmulo riqueza e zonas de sacrifício.

"Durante anos, o projeto tem estado no centro de controvérsias acérrimas devido ao seu impacto no clima e em ecossistemas críticos e habitats protegidos. Para não mencionar as aproximadamente 100 mil pessoas que se estima já terem sido diretamente afetadas com a expropriação de terras. O resultado foi a campanha internacional Stop Eacop, que exerceu pressão sobre todos os envolvidos, desde realizadores cinematográficos até financiadores, colhendo vários sucessos. Em 2022, a Sace, a agência pública italiana de crédito à exportação, também recuou, sob o impulso de uma campanha realizada em Itália pela ReCommon, Fridays for Future e Laudato Si Movement, em colaboração com a Stop Eacop. Por outro lado, a gigante francesa de petróleo e gás Total Energies (que detém a maioria do projeto) e a gigante chinesa de combustíveis fósseis CNOOC (China National Offshore Oil Corporation) continuam na linha da frente como protagonistas.

A ação judicial climática contra a Eacop por um ambiente saudável

O fato relevante é que os agricultores ugandenses, para o seu caso, recorreram ao High Court do Reino Unido. País onde está registada a empresa à qual pertence o projeto, a Eacop Ltd. O objetivo da ação judicial climática é tentar parar o projeto antes de este entrar em funcionamento. O tempo está a esgotar-se: segundo os promotores, o oleoduto já estaria cerca de 80% concluído. Poderá tornar-se plenamente operacional já em outubro deste ano, com uma capacidade de transporte de 230 mil barris de petróleo por dia. Para o conseguir, o tribunal britânico terá de aplicar as disposições da lei ugandense contra uma empresa constituída no Reino Unido. Segundo os demandantes, a EACOP viola vários direitos protegidos pelo ordenamento jurídico do país, começando pelo direito a um ambiente limpo e saudável, que no Uganda goza de proteção constitucional que foi posteriormente explicitada e intensificada com

a Lei Nacional do Ambiente de 2019. A ação judicial pode, portanto, ser classificada como litígio climático preventivo. Acima de tudo, procura estabelecer o princípio da responsabilidade corporativa transfronteiriça, ou seja, uma responsabilidade das empresas que vai além das fronteiras nacionais e se torna transfronteiriça. “Esta declaração representa uma prova crucial para a responsabilização”, comentou Nathalie Eddy, responsável jurídica e de campanha para o setor do petróleo e gás na CIEL. “As empresas não deveriam poder causar danos ao clima e às comunidades no estrangeiro e considerá-los fora do âmbito da lei.”

O papel do Tribunal de Haia e da indústria dos combustíveis fósseis

Para a apresentação da ação judicial climática contra a Eacop, os agricultores ugandenses recorreram ao famoso escritório de advogados londrino Leigh Day, especializado na área dos direitos humanos e do ambiente. A rede global de advocacy Avaaz também apoiou a iniciativa através de uma campanha de crowdfunding.

Não é a primeira vez que o projeto Eacop é contestado nos tribunais. Mas agora a opinião consultiva emitida no verão de 2025 pelo Tribunal Internacional de Justiça sobre as obrigações dos Estados em relação às alterações climáticas poderá contribuir para fazer a diferença. A esperança é, portanto, que os juízes decidam tomar o mesmo partido.

Em contrapartida, a indústria dos combustíveis fósseis e os seus poderosos aliados remarão contra. A Africa Energy Chamber, um grupo de lobby sediado na África do Sul, atacou a iniciativa, acusando-a de ser uma campanha ideológica que pretende ditar as escolhas energéticas de África a partir do estrangeiro. É o costumeiro drill, baby, drill sob outra roupagem, temperado com o mantra dos combustíveis fósseis como portadores de riqueza e progresso, que incrivelmente resiste mesmo em plena crise climática. E que será necessário continuar a combater, dentro e fora dos tribunais.”

Além das multinacionais inimigas da saúde do sistema terra, os *data centers* também terão seus dias de Corte. O já mencionado litígio climático está colocando os *data centers* na mira pelo seu impacto ambiental e climático e essa tendência é esperada a se fortalecer no futuro.

“Data centers, as “fazendas de informação” semelhantes em tamanho a cidadelas que abrigam as infraestruturas digitais que fazem funcionar a inteligência artificial, estão no centro de controvérsias incandescentes e protestos populares. Acima de tudo, estão na mira os elevadíssimos consumos de solo, água e eletricidade que as caracterizam.

A previsão é que as controvérsias e os protestos possam em breve migrar em massa dos territórios para os tribunais. Pelo menos é o que hipotetiza o relatório “Global trends in climate change litigation 2026 Snapshot report”, publicado no final de junho pelo Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment da London School of Economics. Segundo ele, os data centers são uma das principais áreas emergentes no panorama internacional das causas climáticas.

O mercado empurra, a política aprova: os data centers crescem

Uma das tendências do litígio climático que o relatório destacou em escala global é a sua expansão e inovação. Alimentando-a já hoje e, com toda a probabilidade, cada vez mais no futuro, estão, entre outros, as disputas relativas aos data centers. Com especial referência àquelas que se concentram nas emissões causadoras de alterações climáticas produzidas pelo

seu consumo de energia. A própria Microsoft também admitiu isso, afirmando no seu mais recente relatório de sustentabilidade que o aumento de 25% num ano das suas emissões de CO2 se deve em grande parte à construção de novos data centers.

O crescimento impetuoso da inteligência artificial está à vista de todos. Por um lado, o mercado pressiona por uma expansão rápida e consistente das infraestruturas que a suportam. Por outro lado, a política monta na onda do crescimento: se a revolução ligada à inteligência artificial é, de facto, um dos desafios estratégicos para a competitividade no futuro, os países, com os seus governos, tentam posicionar-se da melhor forma possível para a enfrentar. O que significa aprovações rápidas e em larga escala de novos data centers. É natural, portanto, que as comunidades que tentam resistir à proliferação de fazendas de informática nos seus territórios mais cedo ou mais tarde pensem em recorrer aos tribunais."

O *23.º Briefing de 2026 da Progressive International* mostra o desastre climático — a ruptura climática — que enfrentamos e nos pergunta por que razão a energia limpa não conseguiu deslocar os combustíveis fósseis — e como o poder imperial dos Estados Unidos atua para manter o fluxo de petróleo correndo, possibilitando uma transição ativa e justa.

"A ruptura vai muito para além da Europa. O El Niño está a fortalecer-se rapidamente no Pacífico. A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA dá-lhe 81% de probabilidade de se tornar "muito forte" — a sua categoria mais alta — entre outubro e dezembro. O Programa Alimentar Mundial estima que este El Niño possa empurrar pelo menos mais 49 milhões de pessoas para a insegurança alimentar aguda até ao final do próximo ano. Os preços dos cereais já estão 6,9% acima do ano passado, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura divulgados hoje.

Não podemos trazer de volta o clima antigo. Mas não estamos indefesos. A humanidade já sabe produzir energia sem queimar carvão, petróleo e gás. A China construiu energia eólica e solar a uma escala sem precedentes. As suas emissões permanecem abaixo do pico atingido no início de 2024, e o carvão forneceu menos de metade da sua eletricidade nos primeiros seis meses deste ano. O Estado definiu metas, direcionou crédito e organizou fábricas, redes e cadeias de abastecimento, investindo 625 mil milhões de dólares em energia limpa em 2024. A intensidade das emissões caiu 12% entre 2020 e 2025, ainda aquém dos 18% planeados. A China construiu a maquinaria da transição; está apenas a começar a usá-la contra a energia fóssil.

Nenhum outro país combina a escala econômica da China com a mesma capacidade de direcionar investimento. Deixado ao mercado, cada nova fonte de energia foi sobreposta às anteriores. O carvão sobreviveu ao petróleo. O petróleo sobreviveu ao gás. As renováveis cresceram juntamente com o consumo de combustíveis fósseis. Em 1865, o economista inglês William Stanley Jevons percebeu que uma maior eficiência poderia reduzir custos, abrir novos usos e aumentar a procura total. Sem uma decisão de fechar minas e poços, a energia limpa barata alimenta nova produção enquanto os combustíveis fósseis continuam a queimar.

O lucro puxa para o outro lado. Quando a guerra EUA-Israel contra o Irão fez disparar os preços do petróleo, oito grandes empresas petrolíferas fizeram 93 mil milhões de dólares em três meses. A BP mais do que duplicou o seu lucro trimestral enquanto recuava no investimento em baixo carbono; a Shell vendeu o seu negócio europeu de renováveis onshore esta semana. O mercado não fecha um campo petrolífero lucrativo porque um painel solar é mais barato. Mantém ambos.

No centro desta ordem, com os seus grupos de porta-aviões e terminais de exportação, estão os Estados Unidos. Produziram mais petróleo em 2025 do que qualquer outro país na história e forneceram mais de um quarto das exportações mundiais de GNL. Mas o poder fóssil americano estende-se muito para além dos seus próprios poços. Em janeiro, forças dos EUA sequestraram o Presidente Nicolás Maduro e Washington assumiu o controle das vendas e receitas de petróleo venezuelanas e redirecionou cargas para refinarias dos EUA. No Golfo, a guerra EUA-Israel contra o Irão fechou efetivamente o Estreito de Ormuz, por onde passa normalmente cerca de um quinto do petróleo e GNL mundiais. A Quinta Frota não conseguiu mantê-lo aberto. Washington arma a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, sanciona o petróleo russo e iraniano, e prende a Europa ao gás americano.

À porta dos Estados Unidos, a Colômbia começou a organizar uma saída. Em abril, 57 governos reuniram-se em Santa Marta, Colômbia — um porto exportador de carvão — para a primeira conferência internacional dedicada a abandonar os combustíveis fósseis, convocada pelo Presidente Gustavo Petro. Comprometeram-se a redigir planos para a eliminação faseada a nível nacional, remover subsídios aos combustíveis fósseis e enfrentar as dívidas que forçam os países mais pobres a continuar a exportar carvão, petróleo e gás.

Dois meses depois, Donald Trump apoiou Abelardo de la Espriella e avisou que a relação da Colômbia com os Estados Unidos dependia da sua vitória nas eleições presidenciais. De la Espriella venceu por 250 mil votos. Hoje toma posse. Ele planeia reativar o fracking e expandir as exportações de carvão; o seu futuro ministro do Ambiente chama a Santa Marta uma "perda absoluta de tempo e dinheiro". No próximo ano, a conferência muda-se para Tuvalu. A Colômbia abriu o caminho. Depois de Washington ter apoiado o homem que promete reverter o rumo, está a preparar-se para recuar.

O clima antigo já foi. Não vai voltar. Mas ainda estamos aqui. Continuaremos a criar filhos, a cultivar alimentos, a construir casas e a encontrar alegria num planeta mais quente e menos estável. A luta é colocar essas esperanças comuns ao alcance de todos. O Império e o Capital trouxeram-nos para o perigo profundo. Não devem ser autorizados a organizar a forma como vivemos através dele."

Saúde

Em Saúde, trazemos um relatório sobre a insegurança alimentar no continente africano — junto da crise de Ebola na RDC, um novo informe sobre o bem estar dos trabalhadores da saúde e notícias sobre o Acordo Pandêmico.

Uma nova reportagem da *Breakthrough News* analisa o novo relatório *State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) report*, mostrando que metade da população africana atualmente sofre com insegurança alimentar. O relatório, que analisa todas as regiões do planeta, mostra progressos sustentados, mas desiguais. Globalmente, 7,8% da população (645 milhões de pessoas) sofreram fome em 2025, uma redução em relação aos 8,1% de 2024 e 8,6% de 2022. Pela primeira vez, África acolhe o maior número de pessoas com fome (309 milhões, ou 20% da sua população), ultrapassando a Ásia (292 milhões, 6%). A insegurança alimentar afeta 25,8% da população mundial (2,1 mil milhões de pessoas), com um declínio constante desde 2020, sendo as zonas rurais e as mulheres desproporcionalmente afetadas. A diversidade alimentar continua inadequada, com apenas 30,8% das crianças e 62,7% das mulheres a consumir uma dieta minimamente diversificada. O progresso na nutrição materno-infantil é demasiado lento, com o atraso de crescimento e o emagrecimento a melhorar apenas

marginalmente, enquanto a anemia nas mulheres está a piorar e a obesidade adulta aumentou de 12,1% (2012) para 16,2% (2024). As disparidades regionais são acentuadas: África está no caminho certo para atingir as metas de atraso de crescimento, mas quase todas as regiões estão a ficar aquém na redução da anemia, e o excesso de peso infantil está a aumentar acentuadamente na Oceânia.

As dietas saudáveis continuam inacessíveis para 2,69 mil milhões de pessoas (32,7% da população mundial) em 2025, uma redução em relação aos 2,97 mil milhões em 2021, mas a acessibilidade está a piorar em África (66,6% não conseguem pagar uma dieta saudável). O custo global de uma dieta saudável subiu para 4,28 dólares PPC em 2025, com o custo mais elevado na América Latina e Caraíbas (4,91 dólares PPC). Os alimentos de origem animal e os vegetais são responsáveis pela maior parte dos custos da dieta, enquanto os alimentos básicos contribuem pouco. Fatores estruturais — incluindo produtividade agrícola, investimento público em I&D, infraestruturas, logística, integração comercial e custos de energia — estão fortemente associados aos custos da dieta. As estratégias eficazes combinam a expansão da oferta (através da produção, comércio e eficiência da cadeia de valor) com reformas estruturais, visando alimentos perecíveis e grupos de alto custo. As atividades pós-porteira representam 70–75% dos preços ao consumidor, pelo que melhorar a eficiência a montante (processamento, logística, grossistas) é fundamental. No entanto, as reformas devem ser específicas ao contexto, evitar prejudicar a sustentabilidade ambiental ou os meios de subsistência rurais, e incluir apoio à transição para grupos vulneráveis, pequenos agricultores, mulheres e jovens, a fim de garantir benefícios inclusivos.

“É a principal avaliação anual da ONU sobre a fome global, preparada conjuntamente todos os anos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

A sua edição de 2026, publicada em 21 de julho, estimou que 645 milhões de pessoas em todo o mundo, correspondendo a 7,8% da população mundial, sofreram fome no ano passado. Embora note que isto representa uma redução em relação aos 8,1% em 2024 e 8,6% em 2022, o relatório destacou “diferenças regionais gritantes”.

Os 20% da população de África que enfrentaram fome no ano passado, em comparação com 8% na Oceânia, 6% na Ásia, 4,8% na América Latina e Caraíbas, e menos de 2,5% na Europa e América do Norte.

África tem sido há muito tempo o continente com a maior proporção de fome na sua população. No entanto, a Ásia, cuja população é três vezes superior à de África, tinha anteriormente o maior número absoluto de pessoas com fome.”

A mesma região avaliada como o continente com a maior proporção de fome (20% da população) e, pela primeira vez, o maior número absoluto de pessoas com fome (309 milhões), enfrenta também um surto de Ébola que está prestes a se tornar o mais mortal da história, com 4.665 casos e 2.184 mortes confirmadas até 12 de agosto na República Democrática do Congo. Esta dupla crise reflete a fragilidade dos sistemas de saúde, alimentação e governação em muitas partes do continente. A fome enfraquece a população, tornando-a mais vulnerável a doenças, enquanto os surtos sobrecarregam recursos já escassos, desviando fundos que poderiam ser usados para combater a desnutrição. Além disso, a subnotificação de casos de

Ébola (o surto começou em fevereiro, mas só foi declarado três meses depois) espelha as lacunas de monitorização e resposta.

"O surto de Ébola – a caminho de se tornar o mais mortal conhecido no mundo – espalhou-se para uma sexta província na região nordeste da República Democrática do Congo (RDC), na fronteira com a República Centro-Africana (RCA).

Um motociclista de táxi-moto, que tinha viajado de Isiro, capital da vizinha província de Haut-Uélé, morreu na capital da província de Bas-Uélé, Buta, após ter recebido tratamento em vários hospitais. Postumamente, testou positivo para o vírus Bundibugyo que causa o surto atual.

Jean Kaseya, diretor-geral do principal órgão de saúde do continente, os Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC África), afirmou na quinta-feira, 13 de agosto, que este é o primeiro caso conhecido em Bas-Uélé.

A vastidão da província e as suas más infraestruturas de transporte e comunicação representam um desafio para uma resposta sanitária eficaz, complicada ainda mais pela presença de milhares de refugiados que fogem da violência na vizinha República Centro-Africana (RCA).

A violência armada também está a dificultar a resposta das autoridades de saúde nas outras cinco províncias para onde o surto se espalhou, incluindo Kivu do Norte e Kivu do Sul, cujas grandes extensões de terras ricas em minerais estão ocupadas pelo exército ruandês e pela sua frente, o grupo armado M23.

A notícia de que o surto chegou a uma sexta província surgiu apenas um dia depois de Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), ter alertado que o surto está a crescer rapidamente, transformando-se no mais mortal conhecido na história."

Recém-publicado na *The Lancet*, o estudo *"A core outcome set for the wellbeing of healthcare professionals: an international Delphi consensus study"* avalia como bem-estar dos profissionais de saúde está sob pressão a nível global, causando uma rotatividade que prejudica a segurança dos pacientes, a qualidade dos cuidados e a resiliência do sistema. Foi realizado estudo Delphi internacional, eletrônico, modificado segundo a metodologia RAND/UCLA. Os membros do painel foram recrutados internacionalmente entre 7 de maio de 2025 e 26 de julho de 2025, através de convites pessoais, amostragem em cadeia e redes profissionais.

"De 254 constructos candidatos, refinámos 137 constructos únicos para classificação no Delphi. 57 painelistas (100% dos convidados) completaram a ronda 1, 50 (88%) completaram a ronda 2 e 46 (81%) completaram a ronda 3. Os painelistas participaram de 20 países em seis continentes. Trinta constructos preencheram os critérios de inclusão na ronda 1; dois constructos adicionais foram adicionados a partir de sugestões dos painelistas. Após a ronda 2, 62 constructos permaneceram para priorização. A classificação resultou num COS de dez itens, liderado por equilíbrio entre vida profissional e pessoal, satisfação no trabalho e qualidade de vida; outros resultados priorizados incluíram motivação, saúde mental, significado no trabalho, satisfação com o rendimento, cultura de trabalho, crescimento profissional percebido e stress."

Sobre o Acordo Pandêmico, em discussão desde 2021, trazemos também uma publicação da *The Lance*t, o *"PABS and the dangerous temptation of more time"* foi elaborado com base nas recentes colocações do Diretor-Geral da OMS, Tedros, que alertou contra o

adiamento do anexo sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (o famoso *PABS*, que vem gerando impasses desde o início dos diálogos) do Acordo Pandêmico, observando que mais tempo não garante melhores resultados e corre o risco de permitir que o trabalho se expanda sem resolver divergências fundamentais. Após quase cinco anos de negociações, o *PABS* continua sem resolução, com o novo prazo fixado para maio de 2027, na 80ª Assembleia Mundial da Saúde.

O anexo vincularia o compartilhamento de materiais de patógenos e dados de sequências ao acesso equitativo a vacinas, terapêuticas e diagnósticos. As colocações de Tedros são bem recebidas — principalmente após 5 anos — porém, é essencial destacar o papel do PABS para o Sul Global:

"Os países de baixa e média renda querem um compartilhamento de benefícios previsível. O Grupo África dos Estados-Membros da OMS propôs que, durante uma emergência pandêmica, os fabricantes disponibilizem 20% de sua produção em tempo real de vacinas, terapêuticas e diagnósticos à OMS, incluindo pelo menos 10% doados, juntamente com contribuições monetárias anuais para o fortalecimento de capacidades e contratos vinculativos de compartilhamento de benefícios. Diante de cortes recordes na ajuda internacional, essa proposta parece razoável e baseada na simples reciprocidade.

Os fabricantes querem flexibilidade, participação voluntária e incentivos à inovação. Se o PABS se tornar juridicamente complexo ou punitivo demais, as empresas podem participar menos, a pesquisa e o desenvolvimento podem desacelerar e o sistema pode se tornar mais difícil de usar em uma emergência. Mas a COVID-19 mostrou que, embora os mecanismos voluntários possam impulsionar a inovação, eles não garantem acesso equitativo: em novembro de 2023, a cobertura da primeira dose da vacina era de cerca de 80% nos países de alta renda e de 33% nos países de baixa renda.

Se o PABS não definir as regras da reciprocidade, outros arranjos poderão fazê-lo. Em um Comentário nesta edição, Nelson Evaborhene e colegas alertam que o adiamento do PABS pode permitir que arranjos bilaterais sobre o compartilhamento de materiais de patógenos e informações de sequências se tornem as regras operacionais da governança pandêmica. O exemplo mais claro é a mudança dos EUA em direção a acordos bilaterais de saúde sob a Estratégia Global de Saúde "América Primeiro". Mas a política de uma administração não deve ser confundida com uma trajetória global inevitável, nem essa política deve ser permitida para se tornar o modelo padrão para a governança pandêmica.

O bilateralismo não deve obscurecer o valor das regras multilaterais. Em Correspondência nesta edição, Safura Abdool Karim e Tess Johnson destacam que o surto de hantavírus ligado ao navio de cruzeiro Hondius testou os Regulamentos Sanitários Internacionais, que foram emendados em 2024. O surto mostrou que, mesmo sob tensão política, os Regulamentos Sanitários Internacionais forneceram um quadro para entrada em portos, notificação rápida, cooperação em saúde pública e solidariedade. As emendas de 2024 moveram a governança pandêmica em direção ao acesso equitativo a produtos de saúde, e o PABS é o próximo teste dessa equidade.

A tarefa política é concluir o PABS rapidamente, mas na forma mais forte possível. A OMS, as grandes potências, as coalizões de potências médias e os Estados que buscam reciprocidade devem preencher o espaço deixado pela guinada bilateral dos EUA, construindo um sistema em que os países que compartilham materiais e informações de sequências do PABS

sejam participantes, não receptores, e a reciprocidade não fique a critério dos doadores. Os países de alta renda devem usar sua alavancagem sobre os fabricantes, incluindo financiamento público, compras, licenciamento e acesso ao mercado, para concretizar o compartilhamento de benefícios. Concluir o PABS também é importante para implementar a Saúde Única: o compartilhamento equitativo de benefícios pode fortalecer laboratórios locais, capacidade de pesquisa e fabricação regional em cenários de risco de transbordamento. À medida que os dados de sequências de patógenos se tornam cada vez mais importantes para a pesquisa habilitada por IA e a biologia sintética, o compartilhamento equitativo de benefícios se torna essencial. As negociações não devem falhar: mesmo um anexo PABS imperfeito seria preferível a permitir que o bilateralismo ao estilo dos EUA se torne a nova norma na governança pandêmica."

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: O UNOSSC intensificou as ações rumo ao Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. No Dia Internacional da Juventude, lançou o relatório *Percepção dos jovens e Cooperação Sul-Sul e Triangular*, destacando o protagonismo jovem no Sul Global e cobrando inclusão decisória e financeira. No âmbito do Centro Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSDC II), impulsionou projetos práticos de transição verde e agrofloresta em parceria com a China.

Em relação à Declaração de Durban (DDPA), o G-77 e a China defenderam a preservação dos compromissos históricos contra o racismo para o marco de 25 anos da DDPA em setembro de 2026. Na AGNU impulsionaram o processo de avaliação do BAPA+40 para 2028, reiterando princípios de soberania e voluntariedade. Nas reformas de governança (ECOSOC, HLPF e 2º Comitê), o grupo contestou restrições ao seu direito de apresentar resoluções, criticou manobras na Iniciativa ONU80 e exigiu maior integração com as instituições de Bretton Woods, priorizando a erradicação da pobreza.

O MNA destacou a contradição de Uganda ao aprovar o envio de tropas para uma força internacional em Gaza a pedido dos EUA, contrariando a Cúpula de Kampala, de 2024, que condenava a agressão militar israelense e defendia o Estado da Palestina. A incoerência enfraquece sua autoridade normativa do MNA e reforça a necessidade de um não-alinhamento pragmático. No âmbito regional, o Vietnã doou quase 4 milhões de dólares à Cuba por ocasião do centenário de Fidel Castro. O NAMYO celebrou o dia internacional da Juventude no dia 12 de agosto cobrando poder decisório para os jovens no cenário da governança global.

A análise do Centro Sul sobre a 68.ª Assembleia da OMPI evidenciou o impasse entre países desenvolvidos, que priorizam a proteção estrita da propriedade intelectual, e o Sul Global, que cobra a efetivação da Agenda de Desenvolvimento e das flexibilidades do TRIPS. Países em desenvolvimento exigiram transferência tecnológica, acesso à saúde e à educação, propondo que o sucesso institucional seja medido por impactos sociais concretos.

A cooperação Sul-Sul do Brasil e da Fiocruz avança na integração entre tecnologia, formação e soberania no Sul Global. No setor agrícola, o Fórum Angola–Brasil impulsionou a transferência tecnológica e parcerias privadas em Luanda. Na saúde, a Fiocruz iniciou em Angola o mestrado ProfSaúde para fortalecer a Atenção Primária. Paralelamente, a instituição formalizou aliança com o CLACSO (2026–2030) focada em saúde coletiva, justiça socioambiental e soberania sanitária na América Latina, além de liderar a Rede Capes Global no debate sobre internacionalização equitativa.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *La UNOSSC intensificó sus acciones para el Día de las Naciones Unidas para la Cooperación Sur-Sur. En el Día Internacional de la Juventud, lanzó el informe Percepción de los jóvenes y Cooperación Sur-Sur y Triangular, destacando el protagonismo juvenil en el Sur Global y exigiendo mayor inclusión en la toma de decisiones y en el financiamiento. En el marco del Centro Global de Desarrollo Sur-Sur (GSSDC II), impulsó proyectos prácticos de transición verde y agroforestería en alianza con China.*

En relación con la Declaración de Durban (DDPA), el G-77 & China defendió la preservación de los compromisos históricos contra el racismo con miras a los 25 años de la DDPA en septiembre de 2026. En la Asamblea General de la ONU, impulsó el proceso de evaluación del BAPA+40 para 2028, reiterando los principios de soberanía y voluntariedad. En cuanto a las reformas de gobernanza (ECOSOC, HLPF y Comisión de Asuntos Económicos y Financieros), el grupo cuestionó las restricciones a su derecho de presentar proyectos de resolución, criticó maniobras en la Iniciativa ONU80 y exigió una mayor integración con las instituciones de Bretton Woods, priorizando la erradicación de la pobreza.

El MNA señaló la contradicción de Uganda al aprobar el envío de tropas a una fuerza internacional en Gaza a solicitud de los EE. UU., en contraposición con la Cumbre de Kampala de 2024, que condenó la agresión militar israelí y defendió la soberanía del Estado de Palestina. Esta incoherencia debilita la autoridad normativa del MNA y refuerza la necesidad de un no alineamiento pragmático. En el ámbito regional, Vietnam donó casi 4 millones de dólares a Cuba con motivo del centenario del nacimiento de Fidel Castro. La NAMYO conmemoró el Día Internacional de la Juventud el 12 de agosto exigiendo poder decisorio real para los jóvenes en la gobernanza global.

El análisis del Centro Sur sobre la 68.ª Asamblea de la OMPI evidenció el estancamiento entre los países desarrollados —que priorizan la protección estricta de la propiedad intelectual— y el Sur Global, que exige la aplicación efectiva de la Agenda para el Desarrollo y de las flexibilidades del Acuerdo sobre los ADPIC. Los países en desarrollo demandaron transferencia tecnológica, acceso a la salud y a la educación, proponiendo que el éxito institucional se mida por sus impactos sociales concretos.

La cooperación Sur-Sur de Brasil y la Fiocruz avanza en la integración entre tecnología, formación y soberanía en el Sur Global. En el sector agrícola, el Foro Angola–Brasil impulsó la transferencia tecnológica y las alianzas privadas en Luanda. En el ámbito de la salud, la Fiocruz inició en Angola la maestría ProfSaúde para fortalecer la Atención Primaria. Paralelamente, la institución formalizó una alianza con el CLACSO (2026–2030) centrada en la salud colectiva, la justicia socioambiental y la soberanía sanitaria en América Latina, además de liderar la Red Capes Global en el debate sobre la internacionalización equitativa.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *UNOSSC intensified global efforts leading up to the United Nations Day for South-South Cooperation. On International Youth Day, it launched the report Youth Perspectives and South-South and Triangular Cooperation, highlighting the leadership of youth in the Global South and calling for greater decision-making and financial inclusion. Within the framework of the Global South-South Development Center (GSSDC II), it advanced practical projects in green transition and agroforestry in partnership with China.*

Regarding the Durban Declaration and Programme of Action (DDPA), the G-77 and China advocated for preserving historic anti-racism commitments ahead of the 25th anniversary of the DDPA in September 2026. In the UN General Assembly, they advanced the review process for BAPA+40 towards 2028, reiterating principles of sovereignty and voluntariness. On governance reforms (ECOSOC, HLPF, and the 2nd Committee), the group contested restrictions on its right to submit draft resolutions, criticized manoeuvres surrounding the UN80 Initiative, and demanded greater integration with Bretton Woods institutions, prioritizing poverty eradication.

The NAM highlighted the contradiction in Uganda's approval of troop deployments to an international force in Gaza at the request of the US, which departs from the 2024 Kampala Summit Declaration condemning Israeli military aggression and supporting Palestinian statehood. This inconsistency weakens NAM's normative authority and reinforces the need for pragmatic non-alignment. At the regional level, Vietnam donated nearly $4 million to Cuba on Fidel Castro's birth centenary. NAMYO commemorated International Youth Day on August 12 by demanding actual decision-making power for youth in global governance.

The South Centre's analysis of the 68th WIPO Assemblies highlighted the impasse between developed countries, which prioritize strict intellectual property protection, and the Global South, which demands the effective implementation of the Development Agenda and TRIPS flexibilities. Developing countries called for technology transfer, access to health and education, proposing that institutional success be measured by concrete social impacts.

Brazil and Fiocruz's South-South cooperation continue to integrate technology, capacity building, and sovereignty across the Global South. In the agricultural sector, the Angola–Brazil Agribusiness Forum boosted technology transfer and private partnerships in Luanda. In public health, Fiocruz launched the ProfSaúde professional master's program in Angola to strengthen Primary Health Care. Concurrently, the institution formalised an alliance with CLACSO (2026–2030) focused on collective health, socio-environmental justice, and health sovereignty in Latin America, while leading the Capes Global Network in promoting equitable internationalization.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

Nos preparativos para 12 de setembro – Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

À medida que o dia 12 de setembro se aproxima, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) intensifica seu alcance global para comemorar o Dia das Nações

Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Celebrando a histórica adoção do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA) de 1978 — que estabeleceu as bases para a cooperação técnica e econômica entre as nações em desenvolvimento —, esta data destaca o poder da solidariedade entre pares, do compartilhamento de conhecimento e da autossuficiência coletiva em todo o Sul Global.

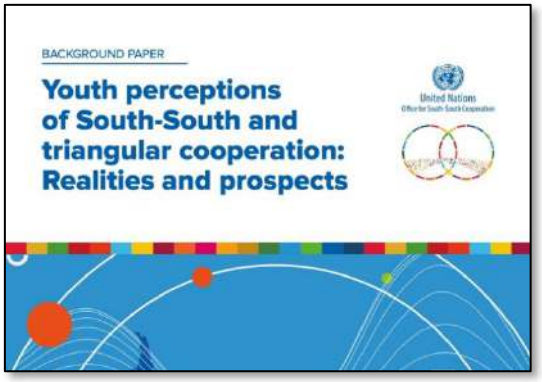
Solidariedade em Ascensão: Aliança Global para o Desenvolvimento Inclusivo e Inovador



Lembrando que o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul celebra a crescente solidariedade, colaboração e o intercâmbio de soluções práticas entre os países do Sul Global. A data reconhece que cada país possui conhecimentos, experiências e inovações valiosos a compartilhar, e que o progresso é mais robusto quando os países aprendem uns com os outros.

Em 2026, a data é celebrada sob o tema "**Solidariedade em Ascensão: Aliança Global para o Desenvolvimento Inclusivo e Inovador**", que destaca como a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular podem ajudar os países a conectar soluções comprovadas às parcerias, à expertise e ao apoio necessários para ampliá-las.

12 de agosto – Dia Internacional da Juventude



Foi lançado no dia 12 de agosto de 2026, o documento **Percepção dos jovens e Cooperação Sul-Sul e Triangular: realidades e perspectivas** para celebrar o Dia Internacional da Juventude.

A data foi criada em 1999 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para destacar o papel dos jovens na sociedade.

O documento destaca que com quase 90% dos 1,8 bilhão de jovens do mundo vivendo no Sul Global, a juventude não representa apenas o futuro do desenvolvimento, ela já molda o presente por meio da inovação, do empreendedorismo, do domínio digital e da liderança comunitária.

Essa transformação dos jovens em atores centrais da mudança social é a própria base para o desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, o documento elaborado pelo UNOSSC analisa detalhadamente como as novas gerações compreendem, vivenciam e impulsionam a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

A análise de 50 relatos individuais revelou o pulsar de um grupo jovem e heterogêneo, com 58% dos participantes entre 19 e 29 anos, majoritariamente vindos de classes de média e baixa renda. Para essas novas gerações, a verdadeira cooperação não é um conceito abstrato: ela se traduz em transformações concretas no dia a dia, com impactos diretos e visíveis na educação, na saúde pública e no fortalecimento das comunidades.

Longe de esperar passivamente, os jovens atuam por conta própria. Seu investimento é feito em capital humano: tempo, dedicação, conhecimento e a construção de redes de afeto e solidariedade, em vez de recursos financeiros. Embora mais de 80% demonstrem um otimismo contagiante sobre o papel dessas iniciativas, manter esse engajamento vivo é um desafio constante. Mudanças políticas repentinas, instabilidade econômica e contextos de rápida transformação ameaçam a continuidade de suas ações. Soma-se a isso um descompasso marcante com a esfera governamental: enquanto os jovens encontram na família e na comunidade o verdadeiro porto seguro para seus projetos, o apoio e a orientação dos formuladores de políticas públicas continuam ausentes.

Na visão dos participantes, a Cooperação Sul-Sul e Triangular não deve se limitar a resolver problemas pontuais, mas sim servir como ponte para enfrentar grandes crises regionais e globais. Ao projetarem o futuro, eles são claros sobre o que consideram essencial para a qualidade de vida: educação de excelência, equilíbrio ambiental, empregos dignos e saúde fortalecida. O relatório deixa, assim, um recado urgente: é hora de abrir espaço na mesa de decisão, garantindo financiamento e canais permanentes de escuta para que a juventude deixe de ser apenas espectadora e assuma, de fato, a coautoria do desenvolvimento global.

14 de agosto de 2026 – Centro Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSDC II / *Global South-South Development Center*



O Projeto da Fase II do Centro Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSDC II) é uma iniciativa internacional de cooperação voltada ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável, capacitação técnica e transferência de tecnologia entre países do Sul Global.

O **GSSDC** atua como uma plataforma de fomento a projetos práticos de Cooperação Sul-Sul e Triangular. A iniciativa conta com o suporte do UNOSSC e financiamento do Governo da China, além de envolver redes internacionais como o Centro Financeiro das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNFSSC).

No âmbito da Fase II, o Instituto de Botânica de Kunming (KIB), vinculado à Academia Chinesa de Ciências (CAS) e através da equipe do programa *Mountain Futures,* foi selecionado como instituição executora de subprojetos focados em agrofloresta, conservação ecológica e transição verde.

Brasil na cooperação Sul-Sul

12 de agosto de 2026 — Brasil–Angola: aprofundamento da cooperação agrícola

Realizado em Luanda, o Fórum de Agronegócios Angola–Brasil reuniu mais de 1.100 empresários, investidores e autoridades dos dois países, marcando o início de uma nova etapa na cooperação agrícola bilateral.

O encontro evidenciou a convergência entre assistência técnica, transferência de tecnologia, pesquisa, formação profissional e investimentos produtivos.



Essa iniciativa dá continuidade a uma parceria iniciada em 1980 e fortalecida pelo acordo de cooperação técnica em agricultura e pecuária firmado em 2003. Desde então, instituições brasileiras como Embrapa, Emater-MG, Conab, Codevasf e diversas universidades atuam ativamente na capacitação e na transferência de conhecimento para Angola. Entre os principais marcos dessa trajetória estão a formação de cerca de 250 técnicos e líderes agrícolas pela Conab e os estudos da Codevasf para o desenvolvimento de áreas irrigadas na província do Cunene.

O fórum sinalizou uma clara reorientação estratégica: a cooperação técnica passa a se conectar diretamente ao capital privado, ao desenvolvimento de cadeias de valor e à inovação no campo. Essa aproximação entre os setores empresariais ganhou impulso após a visita do ministro brasileiro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, a Angola, em dezembro de 2024.

Entre os novos projetos, destacam-se o mapeamento de cerca de 800 mil hectares para estudos voltados ao estabelecimento de empresas brasileiras integradas às comunidades locais, e o Projeto Terra Lunda, previsto para cultivar 20 mil hectares de grãos a partir de 2027. Ao mesmo tempo, o fortalecimento institucional permanece no centro das atenções, como demonstra o projeto Angola–Brasil–Embrapa, assinado em maio de 2025 para apoiar instituições angolanas de pesquisa agropecuária e florestal.

Em suma, a cooperação agrícola entre os dois países evolui de um modelo focado prioritariamente na capacitação e pesquisa para uma parceria integrada, que alia a produção e os investimentos privados ao contínuo desenvolvimento de capacidades locais.

Cooperação da Fiocruz



23 a 31 de julho de 2026 – Cooperação Brasil–Angola: Fiocruz Realiza Missão Técnico-Acadêmica para Início de Mestrado em Saúde

Uma missão da Fiocruz coordenada pela Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais (VPSGRI) esteve em Angola para marcar o início de uma nova etapa do Programa de Cooperação Brasil–Angola de Formação de Recursos Humanos. As

atividades foram centradas na recepção e integração de 54 estudantes angolanos selecionados para o mestrado profissional ProfSaúde, oferecido pela Fiocruz em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

Além de dar as boas-vindas aos alunos, a missão teve como objetivos alinhar as instituições parceiras e promover a troca de conhecimentos sobre a organização dos sistemas de saúde, com foco na Atenção Primária. Durante a programação, o alinhamento curricular e as estratégias formativas foram adaptados à realidade do país africano, visando ao fortalecimento de competências em atenção básica e gestão de serviços de saúde.

A agenda incluiu oficinas, encontros técnicos e práticas educativas, consolidando mais uma frente estratégica de cooperação técnica e acadêmica promovida pela Fiocruz no continente africano.

6 de agosto de 2026 – Rio Innovation Week



Vale lembrar que a **Rio Innovation Week (RIOW)** é o maior evento de inovação, tecnologia e negócios da América Latina.

Realizada anualmente na cidade do Rio de Janeiro, a conferência reúne empresas, *startups*, investidores, centros de pesquisa, universidades e órgãos governamentais para debater tendências globais e o futuro de diversos setores.

Durante a Rio Innovation Week, a Fiocruz foi representada por André Périssé e Cristiani Vieira Machado que juntamente com Fernanda Mello, da UFRJ, que participaram da mesa **"***Ciência sem Fronteiras: como a cooperação internacional impulsiona soluções para grandes desafios globais".*

O debate destacou a internacionalização da pós-graduação e a criação de redes colaborativas como estratégias essenciais para enfrentar crises transfronteiriças, tais como as mudanças climáticas, o aquecimento global, as emergências sanitárias e as assimetrias no acesso à saúde.

Durante o painel, os especialistas defenderam uma visão de internacionalização que vai além do intercâmbio acadêmico tradicional, priorizando a circulação contínua de conhecimento e o alinhamento de parcerias equitativas — sobretudo entre instituições do Sul Global e dos BRICS.

Como modelo dessa abordagem, foi destacada a Rede Capes Global para o Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Saúde. Coordenada pela Fiocruz, a iniciativa articula instituições brasileiras para potencializar a cooperação científica, a mobilidade de pesquisadores e o fortalecimento de redes internacionais de pesquisa.

3 de agosto de 2026 – Integração Regional e Cooperação Sul-Sul: A Aliança Estratégica entre Fiocruz e CLACSO

A Fiocruz e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) formalizaram a assinatura de um memorando de entendimento com o objetivo de fortalecer a integração latino-americana e a cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde coletiva, meio ambiente e soberania sanitária.



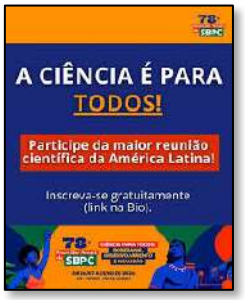
Foto: Pedro Linger

O acordo estabelece um plano de trabalho plurianual para o período de 2026 a 2030, focando no desenvolvimento de pesquisas conjuntas, na formação acadêmica e na formulação de políticas públicas regionais.

A aliança une a liderança da Fiocruz no campo da saúde pública e biomédica à vasta rede do CLACSO, que reúne mais de 800 centros de pesquisa e pós-graduação em 55 países. A Fiocruz integra a rede do CLACSO, composta por mais de mil centros de pesquisa e formação da América Latina e do Caribe.

O plano de ação estrutura-se em quatro eixos prioritários: o fortalecimento dos sistemas públicos de saúde e da soberania sanitária via Grupo de Trabalho Internacional de Saúde da CLACSO; a governança territorial, clima e justiça socioambiental voltada para populações em situação de vulnerabilidade; a promoção da ciência aberta e da soberania de dados para reduzir a dependência de plataformas proprietárias do Norte Global; e o incentivo ao intercâmbio acadêmico e à mobilidade de pesquisadores.

Estrategicamente, a parceria consolida a abordagem das determinações sociais e ambientais da saúde ao conectar as ciências sociais às políticas de saúde pública. Ao articular diagnósticos e evidências produzidos na própria região, a iniciativa impulsiona a autonomia técnico-científica da América Latina e do Caribe, qualificando a resposta dos governos e movimentos sociais aos desafios globais e às desigualdades socioambientais no Sul Global.



26 de julho a 1º de agosto de 2026 – 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): Ciência para todos: soberania, desenvolvimento científico e inclusão

O evento, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, (RJ), contou com a participação de diversas unidades da Fiocruz. A programação incluiu mais de 200 atividades científicas, educacionais e culturais.

Atividades e Destaques da Fiocruz na 78ª Reunião Anual da SBPC

Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB)

A vice-presidente Alda Maria da Cruz destacou a popularização científica como ferramenta para aproximar o público da pesquisa e incentivar a participação de jovens, com ênfase em mulheres e meninas racializadas.

SBPC Jovem e Coleções Biológicas: Apresentação do *Gabinete de Curiosidades*, com modelos didáticos que demonstraram as cinco tipologias de acervos da Fiocruz: microbiológicas, zoológicas, histopatológicas, botânicas e arque paleontológicas.

Mesa-Redonda e Debates: Discussão sobre controle do *Aedes aegypti*, produtos naturais, recursos como patrimônio da humanidade e marcos legais para uso de sequências digitais (DSI).

Pesquisa Translacional e Jogos: Lançamento do jogo educativo *Ache Aqui* e materiais digitais sobre alimentação saudável, além dos jogos *DiverSUS* (sobre saúde mental, diversidade e combate ao racismo e LGBTfobia), *Pet Saúde Digital*, *Ciência em Ação* e *Missão Saúde*.

Inovação Tecnológica: Demonstração prática de uso de impressora 3D promovida pela Rede de Plataformas Tecnológicas.

Contribuições das Unidades e Institutos

Icict/Fiocruz: Realizou minicurso sobre saúde e meio ambiente nas escolas, oficinas pelo Observatório de Clima e Saúde, rodas de conversa sobre memória e audiovisual, além da exibição dos documentários *Ciência delas* e *Mulheres na ciência*.

Fiocruz Minas: Apresentou o guia *Caminhos para autonomia: tecendo identidades femininas na construção do amanhã*, o *escape room* educativo *Código Matilda* e jogos da Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (Obsma).

Centro de Estudos Estratégicos (CEE-Fiocruz): Promoveu conferências sobre o Complexo Econômico Industrial da Saúde (Ceis), soberania nacional e os desafios do SUS frente às transições demográficas e tecnológicas, com participação dos pesquisadores Carlos Gadelha, José Gomes Temporão e Rômulo Paes de Sousa.

Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz): Levou o museu itinerante *Ciência Móvel* (que atendeu cerca de 2 mil visitantes), o jogo *Guardiões do Oceano*, além de conferências sobre genética, eugenia e a história da saúde pública a partir do arquivo de Sergio Arouca.

Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz): Apresentou atividades interativas sobre HIV/Aids (jogo *PreventHIVo*), arboviroses, vacinação e doença de Chagas. Destacaram-se o jogo premiado *Ciclo do Poder* (sobre dignidade e saúde menstrual), propostas educativas em quadrinhos/mangás e o jogo *Extensão em Jogo*.

Fiocruz Pernambuco: Lançou o videoclipe infantil *A mulher que botou medo na peste* e o e-book *Descobrindo Ciência com as Crianças* (ambos com recursos de acessibilidade em libras, legendas e audiodescrição), além da exposição *Colecionar é POP* sobre a Coleção de *Yersinia pestis*.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

29 de julho de 2026 – Declaração em nome do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai na reunião informal do plenário da Assembleia Geral da ONU sobre a sessão informativa relativa à ONU-80

O G-77 e a China acolheram o envio dos materiais preparatórios, mas reforçaram a necessidade de receber os documentos com antecedência adequada para garantir uma participação fundamentada.

Ao reafirmarem seu apoio ao objetivo da Iniciativa ONU80, focado no fortalecimento do impacto e da entrega das Nações Unidas, o bloco vem exigindo que o processo de reforma seja transparente, inclusivo, intergovernamental e respeite estritamente os mandatos aprovados, sem enfraquecer a presença da ONU nos países do programa. O Grupo enfatizou que nenhuma reforma dependente de deliberação intergovernamental deve ser implementada antes dessa avaliação formal.

Em relação à arquitetura de financiamento, o G-77 reconheceu o papel dos recursos voluntários, mas destacou a importância central do financiamento voluntário previsível e sustentável (especialmente as contribuições obrigatórias), exigindo que revisões financeiras não prejudiquem os países em desenvolvimento e solicitando esclarecimentos sobre o reposicionamento do Fundo Conjunto para os ODS e o alinhamento de fundos temáticos.

Quanto aos mecanismos de Gestão baseada em Resultados (MfR) e os diálogos entre a liderança da ONU e os Estados-Membros, o grupo defendeu que essas iniciativas aproveitem os relatórios já existentes, evitem duplicidades ou novas camadas burocráticas e contem com a neutralidade do Secretariado.

Por fim, no âmbito do desenvolvimento e da consolidação da paz, o G-77 reafirmou que as atividades operacionais para o desenvolvimento devem manter como foco prioritário a erradicação da pobreza em todas as suas formas.

O sistema de Coordenadores Residentes deve apoiar diretamente o desenvolvimento sustentável das nações atendidas, evitando desvios de suas funções primordiais.

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU.
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento.

O Grupo conclui solicitando um cronograma claro e sequenciado para os próximos passos da Iniciativa ONU80, garantindo o respeito às competências dos órgãos governamentais e mantendo o compromisso de engajamento construtivo por uma ONU mais eficiente, equitativa e representativa.

28 de julho de 2026 – Declaração em nome do Grupo dos 77 e da China por ocasião da adoção da resolução sobre o escopo e as modalidades da Declaração Política da Reunião de Alto Nível para comemorar o 25º aniversário da adoção da Declaração e do Programa de Ação de Durban

Há vinte e cinco anos, a comunidade internacional comprometeu-se com a Declaração e Programa de Ação de Durban[7]. Os Estados-Membros reconheceram que o racismo, a xenofobia e as intolerâncias correlatas são males universais que exigem soluções tanto globais quanto nacionais.

O G-77 e a China declararam que permanece oportuno que, após o fim formal do apartheid na África do Sul, o mundo tenha se reunido para condenar as causas profundas desse regime. O apartheid, o colonialismo e a escravidão foram todos enraizados na visão destrutiva de que alguns seres humanos são superiores a outros. As formas históricas e contemporâneas de racismo e xenofobia devem continuar a ser enfrentadas a fim de cumprirmos com os compromissos com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

O Grupo expressou que o 25º aniversário deve permitir aos Estados-Membros reafirmar seu firme compromisso no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas, além de fortalecer o apoio público global à Declaração e Programa de Ação de Durban.

Como a Conferência Mundial contra o Racismo original foi realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, o marco exato de 25 anos é celebrado durante essas mesmas datas em setembro de 2026.

Esta próxima reunião de alto nível será uma oportunidade importante para reafirmar a conquista histórica da DDPA, avaliar as lacunas na implementação e acelerar nossos esforços coletivos no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas.

A este respeito, o Grupo gostaria de enfatizar a importância de preservar e fortalecer os compromissos existentes da DDPA, garantindo ao mesmo tempo que a Declaração Política não busque redefinir ou re-determinar os parâmetros e metas estabelecidos em 2001.

O G-77 e a China participaram ativamente das negociações para a Declaração política dos 25 anos da DDPA.

---

[7] A **Declaração e Programa de Ação de Durban** (DDPA) é um documento histórico adotado na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela ONU em Durban, África do Sul, em 2001. O texto estabelece o plano de ação global mais abrangente para o combate à discriminação, reconhecendo a escravidão e o tráfico de pessoas escravizadas como crimes contra a humanidade, destacando o impacto desproporcional do racismo sobre populações vulneráveis — como afrodescendentes e povos indígenas — e orientando os Estados a adotarem políticas públicas de reparação, ações afirmativas e garantias de direitos humanos.

Por fim, o Grupo considerou lamentável que uma votação tenha sido solicitada sobre este tema e espera que todas as delegações participem durante as negociações sobre a declaração política, para demonstrar o contínuo compromisso dos Estados-Membros com a solidariedade global contra o racismo, a xenofobia e as intolerâncias correlatas.

28 de julho de 2026 – Declaração em nome do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai, por ocasião da adoção da resolução sobre as modalidades para a revisão intergovernamental da implementação do Documento Final de Buenos Aires da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (processo BAPA+40)

O Grupo agradeceu a liderança dos co-facilitadores da Bulgária e do Iraque, bem como ao trabalho do coordenador do grupo, o representante do Brasil, pelo empenho em avançar as posições comuns do bloco até a conclusão das negociações.

Celebraram a adoção da resolução que estabelece as modalidades para a revisão ampla, inclusiva e liderada pelos Estados-Membros sobre a implementação do Documento de Resultados do BAPA+40 de 2019. O Grupo reafirmou que a cooperação Sul-Sul é uma manifestação concreta de solidariedade entre países em desenvolvimento e um instrumento vital para o desenvolvimento sustentável, guiado por princípios fundamentais como soberania nacional, igualdade, não-condicionalidade, não-ingerência em assuntos internos e benefício mútuo. Destacaram também o seu caráter voluntário e seu papel de complementaridade, e jamais de substituição, em relação à cooperação Norte-Sul.

A futura revisão que deverá ser apresentada em 2028, será uma oportunidade para diagnosticar os progressos obtidos desde 2019, identificar lacunas persistentes e desafios emergentes, além de renovar o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O G-77 e a China enfatizaram a necessidade de reafirmar o papel central da Organização das Nações Unidas na promoção desse tipo de cooperação, fortalecendo o apoio prestado pelo seu sistema de desenvolvimento e pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

Por fim, consideram esta pauta urgente, diante das múltiplas crises enfrentadas pelos países em desenvolvimento, que incluem gargalos de financiamento, vulnerabilidades de dívida, mudanças climáticas, insegurança alimentar e energética, e a crescente lacuna digital.

O G-77 e China ressaltaram que a troca de conhecimentos, tecnologias e soluções inovadoras fortalece a resiliência e apoia as prioridades nacionais. O grupo reafirmou seu compromisso construtivo em mobilizar o renovado impulso político para que o processo de revisão resulte em ações orientadas a resultados e alinhadas às aspirações do Sul Global.

EM NOTA

No informe passado, destacamos que a AGNU definiu que esta revisão será conduzida no mais alto nível possível e resultará em uma declaração política concisa, objetiva, voltada para o futuro e focada em ações concretas. O documento avaliará o progresso na aplicação dos acordos da BAPA+40 e ajudará a orientar os próximos passos da cooperação Sul-Sul e triangular.

O UNOSSC atuará como a secretaria técnica encarregada de apoiar tanto a revisão intergovernamental quanto todo o processo preparatório.

Esta revisão foi aprovada por 158 membros com o voto contrário dos Estados Unidos.





Bloco / País	Posição	Argumentos Principais
G77 + China *(representado pelo Uruguai)*	**A favor**	Destacou que a revisão de 2028 é uma oportunidade crucial para mensurar os avanços alcançados na cooperação para o desenvolvimento e fortalecer parcerias entre os países em desenvolvimento.
Estados Unidos	**Contra**	Argumentou que resoluções devem "gerar resultados concretos em vez de apenas preencher o calendário" e criticou o evento como um exercício dispendioso e sem justificativa estratégica.

24 de julho de 2026 – Declaração de explicação de posição em nome do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai, sobre a adoção das resoluções relativas à revisão dos dispositivos contidos nas resoluções 75/290 A e 75/290 B da AGNU sobre o fortalecimento do ECOSOC e do HLPF

O Grupo reconheceu o trabalho dos embaixadores de Barbados e Malta na condução de negociações inclusivas e detalhadas, ressaltando a relevância do ECOSOC e do HLPF no acompanhamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apoiando a maioria dos pontos da resolução.

No entanto, lamentaram a exclusão de propostas para fortalecer a coordenação entre o ECOSOC e as instituições de Bretton Woods conforme previsto na Carta da ONU, defendendo a necessidade de mecanismos de diálogo mais robustos.

Além disso, demonstraram insatisfação com a mudança de posicionamento de algumas delegações na fase final das negociações sobre a iniciativa ONU80, criticando a introdução de novos textos sem consulta prévia como um precedente inadequado.

Por fim, o Grupo reforçou que a revisão de mandatos da ONU80 deve ocorrer de forma individualizada, conduzida pelos Estados-membros e fundamentada em dados concretos, sem comprometer mandatos essenciais para os países em desenvolvimento.

Agradeceram aos cofacilitadores e coordenadores do Brasil e do Paquistão.

23 de julho de 2026 – Declaração em nome do Grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai durante a adoção da decisão sobre a revitalização dos trabalhos da Segunda Comissão da Assembleia Geral. **O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras**

O G-77 e a China reconheceram os esforços no processo de negociação para a revitalização do 2º Comitê da AGNU, destacando que sempre atuaram com boa-fé e espírito construtivo durante todo o debate. Lideraram ações concretas ao assumirem compromissos para consolidar e alterar a periodicidade de suas próprias resoluções, apontando uma assimetria no esforço coletivo, já que nenhuma outra delegação fora do grupo apresentou propostas semelhantes.

O grupo criticou a imposição de uma regra geral sobre a periodicidade e substância dos documentos, violando o entendimento prévio de que cada resolução deveria ser avaliada individualmente por seu próprio mérito.

Diante disso, o G-77 e a China declararam formalmente que não apoiam o parágrafo que restringe seu direito de apresentar propostas no 2º Comitê.

Por fim, o grupo exigiu que seus esforços voluntários sejam reconhecidos nos processos de revitalização da Assembleia Geral e na Iniciativa ONU80, defendendo que o Comitê não seja forçado a uma nova revisão de mandatos na sessão seguinte. E concluíram que as futuras reformas não devam focar apenas na redução numérica de resoluções, mas sim no fortalecimento do impacto do Comitê para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

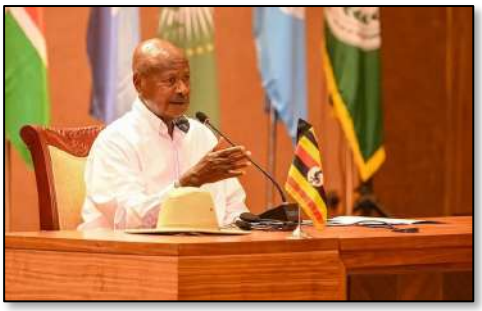
Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques



13 de agosto de 2026 – Uganda reflete sua projeção e postura diplomática.

O debate político em Uganda trouxe à tona uma contradição estrutural em sua política externa.

Atual presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados até 2027, o país sediou, em janeiro de 2024, a Cúpula de Kampala, cuja declaração final condenou categoricamente a agressão militar israelense em Gaza, o ataque a civis e o deslocamento forçado da população, reafirmando a defesa da soberania do Estado da Palestina.

No entanto, ao aprovar no Parlamento, no dia 06 de agosto de 2026 — a pedido dos Estados Unidos da América — o envio de tropas para uma força internacional em Gaza, Uganda se alinha operacionalmente aos EUA, o maior aliado e protetor de Israel nas esferas militar e diplomática em vez de a um mediador neutro.

Deve-se destacar que a credibilidade da presidência de Uganda no MNA depende diretamente da coerência entre sua retórica multilateral e sua prática bilateral.

O hiato entre o discurso e a ação compromete a autoridade normativa do MNA quando busca redefinir sua relevância global.

Essa postura revela que a diplomacia de Uganda ainda opera sob a lógica da unipolaridade de duas décadas atrás, quando o alinhamento quase exclusivo aos EUA garantia dividendos claros.

O cenário global atual, contudo, é muito distinto: sobrecarregada e dividida entre as frentes da Europa, Oriente Médio e Indo-Pacífico, a administração norte-americana enfrenta desgaste de estoques militares e prioriza a contenção estratégica da China, contexto típico em que grandes potências transferem custos e riscos operacionais a parceiros periféricos.

Existe uma diferença fundamental entre ser um parceiro estratégico e ser apenas usado estrategicamente. A experiência de Uganda na Somália mostra esse risco: o país assumiu os custos da intervenção militar, mas quem colheu os frutos econômicos e políticos de longo prazo foi a Turquia.

Para piorar, a imagem de estabilidade de Uganda está em queda, o próprio governo dos EUA emitiu um alerta máximo de risco para viagens ao país (Nível 4). Isso enfraquece o poder de barganha de Kampala ao oferecer suas tropas.

Diante desse cenário, abre-se para Uganda a oportunidade de fortalecer um não-alinhamento pragmático no cenário global multipolar, alinhando as decisões de curto prazo a uma visão diplomacia mais contemporânea.

13 de agosto de 2026 – Vietnã homenageia Cuba no centenário de Fidel Castro.



A Sociedade da Cruz Vermelha do Vietnã (VRCS) entregou à Embaixada de Cuba em Hanói uma doação de 100 bilhões de dongs (cerca de US$ 3,82 milhões). Os recursos foram arrecadados durante a campanha do Mês Humanitário de 2026 e formalizados às vésperas do centenário de nascimento de Fidel Castro em 13 de agosto de 1926.

Durante a cerimônia, a presidente da VRCS enquadrou o gesto como uma expressão de solidariedade e gratidão histórica.

Ela evocou a icônica visita de Fidel à zona libertada de Quang Tri, em 1973, e sua célebre declaração de disposição para "derramar o próprio sangue pelo Vietnã" — episódio fundacional da aliança bilateral. Em resposta, o embaixador cubano destacou a importância do apoio vietnamita diante das graves dificuldades econômicas da ilha e presenteou a instituição com uma obra de arte composta por mais de 6.600 fotografias em homenagem a Fidel.

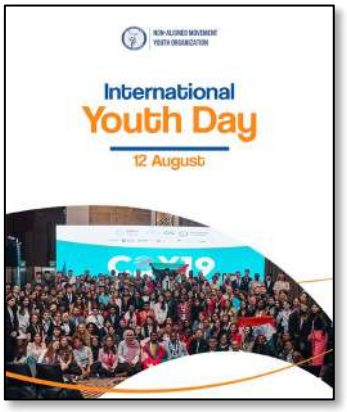
Na perspectiva das relações internacionais, o episódio desdobra-se em três dimensões estratégicas:

- **Dimensão Humanitária:** A ajuda foi canalizada por meio de uma Sociedade Nacional da Cruz Vermelha, o que permite mobilizar recursos sob os princípios universais e neutros do direito internacional humanitário.
- **Dimensão Diplomática e Ideológica:** O evento teve um caráter especial pois coincidiu com o centenário de Fidel Castro; evocação do legado de Ho Chi Minh; a continuidade dos programas lançados em 2025 pela VRCS e pela Frente da Pátria que reafirmaram a aliança política entre dois dos raros Estados socialistas no cenário contemporâneo.
- **Dimensão Estrutural:** O montante financeiro, apesar de modesto frente à profunda crise de energia, alimentos e divisas em Cuba e agravada pelo embargo norte-americano, demonstra que o impacto do gesto é predominantemente político e reputacional. O ato sinaliza que Cuba mantém respaldo internacional e consolida a projeção do Vietnã como liderança solidária do Sul Global, ainda que não altere substancialmente a fragilidade econômica cubana.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

12 de agosto de 2026 – NAMYO celebra o Dia Internacional da Juventude.



A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) uniu-se às celebrações do Dia Internacional da Juventude com um posicionamento que reafirma o papel dos jovens na transformação social.

Em comunicado oficial, a NAMYO destacou o protagonismo dos jovens em todo o mundo, ressaltando que suas perspectivas, liderança e capacidade de inovação continuam a moldar comunidades e a impulsionar avanços socioeconômicos cruciais.

O comunicado se alinha a uma trajetória consistente de *advocacy* que a NAMYO vem construindo em instâncias de maior densidade política.

Exemplo disso foram as atuações no Fórum de Juventude do ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU) e no 13.º Fórum Urbano Mundial (WUF13), em Baku. Nesses espaços, a NAMYO argumentou que a participação jovem não pode se limitar ao plano simbólico ou consultivo.

A entidade defende a inclusão efetiva dos jovens nos círculos de tomada de decisão, garantindo-lhes poder deliberativo e autoridade política real nos processos de governança global e local.

O Dia Internacional da Juventude foi instituído pela AGNU em 17 de dezembro de 1999, por meio da Resolução 54/120.

A data seguiu uma recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, realizada em Lisboa em agosto de 1998, e passou a ser comemorada anualmente no dia 12 de agosto (sendo celebrada pela primeira vez em 12 de agosto de 2000).

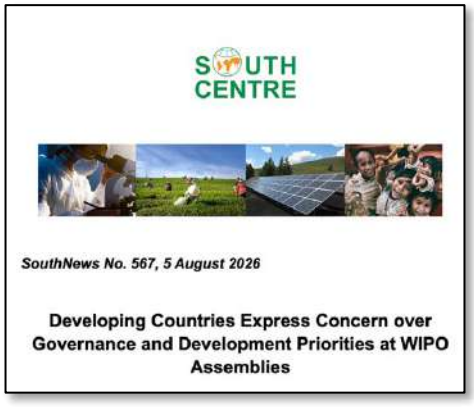
Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global. O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

5 de agosto de 2026 – [Países em desenvolvimento expressam preocupação com a governança e as prioridades de desenvolvimento nas assembleias da OMPI.]

Por Nirmalya Syam e Ningxiner Li



A 68.ª série de reuniões das Assembleias dos Estados-Membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) reuniu 22 órgãos diretivos em Genebra, no primeiro encontro após a recondução ao cargo, do Diretor-Geral Daren Tang. Embora sem a expectativa de acordos substantivos, os debates evidenciaram uma divisão estrutural na arquitetura global da propriedade intelectual (PI).

De um lado, os países desenvolvidos (via Grupo B)[8] defenderam a proteção estrita da PI como missão central da OMPI, destacando que as taxas dos sistemas internacionais de registro geram cerca de 95% da receita da organização. De outro, países em desenvolvimento pressionaram pela transversalização da agenda de desenvolvimento, pela mensuração do impacto real das ações e pela aplicação efetiva das flexibilidades do Acordo TRIPS.

Nessa linha, a África do Sul, em nome do Grupo Africano, cobrou relatórios orientados a resultados tangíveis. O Nepal, pelo Grupo dos países menos desenvolvidos, exigiu o cumprimento do Artigo 66.2 do TRIPS[9] relativo à transferência de tecnologia. O Brasil sintetizou o diagnóstico ao alertar que temas críticos, como normas, flexibilidades, políticas públicas, domínio público e acesso ao conhecimento, continuam fora da agenda prática da OMPI, propondo o resgate da Recomendação 45 da Agenda de Desenvolvimento, alinhada ao Artigo 7[10] do TRIPS.

Impactos para a Saúde Global e Conhecimento

Três frentes de debate concentram relevância imediata para a saúde pública e o acesso ao conhecimento:

- Direito de Patentes (SCP): O Brasil defendeu o aprofundamento do debate sobre flexibilidades patentárias com base nas lições da pandemia de COVID-19 e no preparo para futuras emergências. O país alertou que condicionar a transferência de tecnologia apenas ao consentimento comercial dos titulares inviabiliza licenças compulsórias e outras medidas de interesse público.

[8] No contexto das negociações internacionais e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o Grupo B é o nome oficial do bloco diplomático que reúne os países desenvolvidos (de economia de mercado). Faz parte do Grupo B a maioria dos países da OCDE

[9] O Artigo 66.2 do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, da OMC) é uma cláusula de obrigação jurídica internacional que exige que os países desenvolvidos ofereçam incentivos às suas empresas e instituições para transferirem tecnologia aos Países Menos Desenvolvidos

[10] Tanto a Recomendação 45 da Agenda de Desenvolvimento da OMPI quanto o Artigo 7 do Acordo TRIPS da OMC representam a bússola política do Sul Global nas negociações de propriedade intelectual (PI). Ambos defendem que a PI não é um fim em si mesma, mas um instrumento subordinado ao bem-estar social, ao desenvolvimento econômico e ao equilíbrio de direitos e deveres.

- Acesso ao Conhecimento (SCCR): O Grupo Africano defendeu um instrumento sobre limitações e exceções ao direito autoral para atender populações sem acesso a livros e materiais educacionais. União Europeia, CEBS, Estados Unidos e Japão, no entanto, mantiveram a recusa a acordos juridicamente vinculantes.
- Fiscalização (ACE): Índia, Brasil e GRULAC defenderam que a agenda de observância dos direitos inclua o combate à biopirataria e à apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. Os EUA rebateram a proposta alegando competência exclusiva do IGC. Samoa criticou essa compartimentalização normativa, ressaltando que ela cria um ponto cego regulatório diante da apropriação de patrimônio cultural do Pacífico por sistemas de inteligência artificial.

Transparência e Representatividade

No campo da diplomacia da saúde, destaca-se a intervenção da Colômbia, que apontou a ausência, nos relatórios da OMPI, de registros de licenças de saúde ou transferência de tecnologia efetivamente facilitadas pela organização. A constatação reforça a crítica de países como Irã e Tunísia de que o desempenho institucional deve ser medido por impacto sustentável, e não pelo mero volume de eventos e atividades. Paralelamente, Grupo Africano, GRULAC, Ásia-Pacífico, Índia, Brasil e Centro Sul reiteraram cobranças por maior equilíbrio de gênero e representação geográfica nos quadros diretivos.

Perspectivas para 2027

Marco dos vinte anos da Agenda de Desenvolvimento, a proposta do Grupo Africano (copatrocinada pela Nigéria) é para incluir uma seção de avaliação no relatório do Diretor-Geral que testará a disposição da OMPI em submeter duas décadas de promessas a uma verificação empírica.

Para o Sul Global, o impasse central permanece: a OMPI aceitará avaliar seu sucesso pelo impacto concreto — preços de medicamentos, acesso à educação e capacitação produtiva local — ou continuará contabilizando processos sem medir consequências?

O Sul Global como Motor do Século XXI: Trajetória, Reformas e o Futuro do G-77 & China

El Sur Global como motor del siglo XXI: trayectoria, reformas y futuro del G-77 y China

The Global South as a Driver of the 21st Century: Trajectory, Reforms, and the Future of the G-77 & China

Regina Ungerer

1. Origens e Evolução Histórica: Da UNCTAD I à Consolidação Institucional

As origens do G-77 remontam à década de 1960, período marcado pelo movimento de descolonização e pelo ingresso de dezenas de nações recém-independentes na Organização das Nações Unidas. Em novembro de 1963, durante a 18ª Sessão da Assembleia Geral da ONU em Nova York, os países em desenvolvimento manifestaram formalmente seu descontentamento com a arquitetura econômica internacional vigente. A declaração conjunta daquele ano já sublinhava a urgência de reformular as regras do comércio global, reduzir barreiras tarifárias sobre matérias-primas e assegurar preços estáveis e equitativos para sustentar o crescimento autossustentável dos países em desenvolvimento.

O passo definitivo para a institucionalização do bloco ocorreu na primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I), realizada em Genebra entre março e junho de 1964. Sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch — primeiro Secretário-Geral da UNCTAD —, consolidou-se a visão de que os mecanismos de mercado não atendiam às necessidades do mundo em desenvolvimento, que começava a se manifestar exigindo tratamento diferenciado e alianças estratégicas. Prebisch incentivou a união das nações da América Latina, África e Ásia em um bloco único de negociação.

Em 15 de junho de 1964, setenta e sete países assinaram a *Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento*, fundando o G-77. A primeira reunião geral do grupo ocorreu em Argel, em outubro de 1967, resultando na Carta de Argel, que estabeleceu a estrutura institucional permanente do movimento.

Ao longo dos anos, o G-77 estruturou "Capítulos" estratégicos com escritórios de ligação em organismos internacionais vitais em Genebra (UNCTAD), Nairobi (PNUMA), Paris (UNESCO), Roma (FAO/IFAD), Viena (UNIDO) e em Washington DC, o Grupo dos 24 no FMI e Banco Mundial.

2. Cúpula do Sul

A Cúpula do Sul (*South Summit*) nasceu para dar densidade política e direcionamento estratégico ao G-77 & China. Embora o G-77 tenha surgido em 1964, suas decisões operacionais eram tomadas principalmente em reuniões ministeriais anuais e nos fóruns da ONU. Com a virada do milênio e o avanço da globalização, que aprofundou a vulnerabilidade e as assimetrias e expôs as vulnerabilidades estruturais, especialmente econômicas dos países em desenvolvimento, houve a necessidade de convocar os próprios Chefes de Estado e de Governo

dos países membros do bloco para consolidar uma agenda soberana e definir posições comuns frente à governança global.

A trajetória desse fórum decisório iniciou-se historicamente com a realização da I Cúpula do Sul, em Havana, Cuba, no ano de 2000. O encontro estabeleceu as bases para uma atuação conjunta diante das transformações econômicas globais, exigindo regras de comércio mais equitativas e maior alocação de recursos para o financiamento do desenvolvimento. Essa dinâmica teve continuidade com a II Cúpula do Sul, realizada em Doha, Catar, em 2005, que reafirmou o compromisso com a Cooperação Sul-Sul, o combate às desigualdades e a urgência de reformar as instituições financeiras internacionais. Mais recentemente, a realização da III Cúpula do Sul, em Kampala, Uganda, em janeiro de 2024, renovou a unidade e a resiliência do bloco no cenário pós-pandemia, concentrando esforços no combate à crise das dívidas soberanas, nos impactos do choque climático e na superação da disparidade tecnológica que afeta o Sul Global.

Para os países em desenvolvimento, a Cúpula do Sul representa uma plataforma indispensável de autonomia e fortalecimento do poder de barganha internacional. Ao se articularem em um fórum livre das pressões do Norte Global, os países membros tem a possibilidade de converter demandas isoladas em um posicionamento coletivo forte. Isso amplia sua influência nas negociações multilaterais e fomenta parcerias estratégicas que reduzem a dependência histórica de exigências externas, especialmente dos países desenvolvidos.

Dessa forma, ao vocalizar as aspirações de 134 nações, que somam cerca de 85% da população mundial e a maior parcela do crescimento econômico global em Paridade de Poder de Compra, a Cúpula do Sul se consolidou como a mais legítima expressão e a voz representativa do Sul Global na busca por uma ordem internacional mais justa, sustentável e democratizada.

3. Ascensão Econômica e Demográfica do Sul

A atuação diplomática do G-77 e China reflete uma mudança estrutural na geografia econômica e política global. O centro de gravidade do planeta deslocou-se progressivamente em direção ao Sul Global.

As trocas comerciais entre países em desenvolvimento cresceram a taxas superiores às do comércio Norte-Sul. Atualmente, o Sul Global responde por quase metade do comércio mundial de mercadorias e bens intermediários, com países emergentes atuando como hubs industriais centrais nas cadeias globais de valor.

Concentrando cerca de 85% da população mundial, o Sul Global vivencia a expansão de sua força de trabalho e mercado consumidor interno, em contraste com o envelhecimento demográfico do Norte.

Em Paridade de Poder de Compra, os países emergentes e em desenvolvimento superaram as economias do G7, representando mais de 50% do PIB global em poder de compra e mais de 40% em termos nominais.

O Sul se converteu no principal destino do Investimento Estrangeiro Direto (IED) global, ao mesmo tempo em que ampliou expressivamente os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e registros de patentes.

As transformações em curso refletem uma reorganização estrutural das relações internacionais em três frentes fundamentais:

Na arquitetura comercial, se observa a redução da dependência exclusiva dos mercados tradicionais do Norte, abrindo espaço para a consolidação de rotas autônomas entre a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. No âmbito financeiro, o avanço se manifesta no fortalecimento de instituições multilaterais alternativas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), na expansão das trocas em moedas locais e na consequente redução da vulnerabilidade em relação ao dólar.

Na geopolítica global, a articulação em fóruns como a ONU e o bloco BRICS+ ajuda a fortalecer a busca pela democratização do Conselho de Segurança e das estruturas do sistema financeiro internacional.

4. Posições para o Futuro, Reformas e Agendas Internacionais

Diante das fragilidades expostas por crises econômicas recentes, choques climáticos, pelo impacto da pandemia de COVID-19 e pelo endividamento soberano, o G-77 e China articula propostas claras para a reestruturação da governança multilateral.

***A Reforma da ONU e a Iniciativa* ONU80**

Na esfera da celebração dos 80 anos das Nações Unidas, com a iniciativa ONU80, o G-77 & China vêm reafirmando a urgência de uma reforma profunda nas estruturas da organização. O Grupo prioriza o aumento da transparência, da representatividade e da eficiência operacional da AGNU e do ECOSOC, garantindo de forma inequívoca que o pilar do desenvolvimento socioeconômico ocupe centralidade e igualdade de condições em relação às pautas de paz e segurança global.

Somando-se à modernização desses órgãos centrais, o bloco lidera os debates em prol da reconfiguração da composição do Conselho de Segurança da ONU, cujas estruturas ainda refletem o arranjo de poder do pós-Segunda Guerra Mundial. O objetivo do G-77 & China é assegurar a inclusão de assentos permanentes e não permanentes para os países em desenvolvimento das regiões da África, Ásia e América Latina, adequando a governança política à realidade geopolítica contemporânea.

Em relação à arquitetura financeira e do cumprimento dos compromissos internacionais, o G-77 & China atuam de maneira decisiva no acompanhamento do Compromisso de Sevilha, documento final resultante da 4ª Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), bem como na implementação continuada da Agenda de Ação de Adis Abeba. Nesse contexto, as posições estratégicas do grupo se organizam-se em torno de quatro eixos fundamentais:

Alívio e Reestruturação da Dívida Soberana: Defesa da criação de mecanismos multilaterais sustentáveis e previsíveis para a reestruturação e o alívio imediato do endividamento em países de baixa e média renda. O foco principal está na eliminação de condicionalidades de caráter neocolonial e na abolição de sobretaxas e custos financeiros abusivos de empréstimos que sufocam os orçamentos nacionais dos países.

Financiamento Concessional e Ação Climática: Exigência de suporte financeiro baseado no princípio das responsabilidades históricas comuns, porém diferenciadas, assegurando que o financiamento voltado à adaptação climática e à transição energética justa ocorra por meio de recursos concessionais e doações, evitando a ampliação do endividamento dos países do Sul Global.

Reforma da Arquitetura Financeira Internacional: Defesa da democratização dos processos de tomada de decisão, cotas e poder de voto no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, com o intuito de dar voz, legitimidade e representação proporcional às economias em desenvolvimento.

Governança Digital e Transferência Tecnológica: Reivindicação por uma governança global inclusiva da Inteligência Artificial e de tecnologias emergentes. O Grupo busca combater a concentração da propriedade intelectual no Norte Global e prevenir o aprofundamento das assimetrias digitais, promovendo a transferência direta de tecnologia, a capacitação e o acesso equitativo às ferramentas digitais pelo Sul Global.

5. O Sul Global e o Horizonte do G-77 e China

O papel do G-77 & China para os próximos anos reside na transição da dependência para uma autossuficiência prática, soberana e solidária. A governança do Grupo, pautada pela alternância anual da Presidência *Pro Tempore* entre as regiões da África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe, assegura coesão e rotatividade representativa em sua condução política.

Iniciativas continentais como a *Reset Accra* na África exemplificam essa mudança de foco da cooperação tradicional para a mobilização de capital local, industrialização e soberania sanitária e de infraestrutura. Do mesmo modo, o protagonismo do bloco na defesa do Fundo de Perdas e Danos no contexto climático e na valorização dos minerais críticos do Sul reafirma sua relevância na nova economia verde global.

Um marco central na agenda estratégica de médio prazo será o processo de acompanhamento da Conferência de Buenos Aires sobre Cooperação Sul-Sul rumo a 2028. O plano do bloco estrutura-se em quatro eixos prioritários:

Avaliação Pragmática: Mensuração dos resultados concretos alcançados pela Cooperação Sul-Sul (CSS) e triangular, fortalecendo instrumentos operacionais como o Fundo Pérez-Guerrero (PGTF).

Resiliência a Crises: Respostas articuladas e solidárias a vulnerabilidades financeiras, choques climáticos e rupturas nas cadeias globais de suprimento.

Fortalecimento Institucional: Valorização do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) como catalisador de parcerias e projetos estratégicos.

Implementação dos ODS: Conexão de recursos e tecnologias globais a projetos concebidos, liderados e executados por e para países em desenvolvimento, acelerando o cumprimento da Agenda 2030 sem deixar nenhum país para trás.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Alinhamentos Estratégicos Marcam a Preparação para a Reunião de Finanças do G20

Las alineaciones estratégicas marcan los preparativos para la reunión del G-20 sobre finanzas

Strategic Alignments Shape Preparations for the G20 Finance Ministers' Meeting

Resumo: O presente informe dedica-se à análise dos preparativos do G20 no período que antecede a reunião ministerial de finanças em Asheville, no fim de agosto. Destacam-se a articulação sino-brasileira para contrapor a condução da presidência norte-americana e demandar reformas institucionais na governança do fórum, a continuidade das ações da Força Tarefa Conjunta Finanças e Saúde (JFHTF), mesmo fora do escopo do G20, e as iniciativas do Ministério da Fazenda brasileiro para reverter as tarifas de importação impostas por Washington durante as discussões na Carolina do Norte.

Palavras-chave: G20; EUA.

***Resumen**: El presente informe se centra en el análisis de los preparativos del G-20 en el período previo a la reunión ministerial de finanzas que se celebrará en Asheville a finales de agosto. Se destacan la coordinación entre China y Brasil para contrarrestar la gestión de la presidencia estadounidense y exigir reformas institucionales en la gobernanza del foro, la continuidad de las acciones del Grupo de Trabajo Conjunto de Finanzas y Salud (JFHTF), incluso fuera del ámbito del G20, y las iniciativas del Ministerio de Hacienda brasileño para revertir los aranceles de importación impuestos por Washington durante las negociaciones en Carolina del Norte.*

***Palabras clave:** G20; USA.*

***Abstract:** The report analyzes G20 preparations in the run-up to the finance ministers' meeting in Asheville at the end of August. It highlights the Sino-Brazilian coordination aimed at countering the U.S. presidency's approach and demanding institutional reforms in the forum's governance, the continuity of the Joint Finance and Health Task Force (JFHTF) actions even outside the G20 scope, and the initiatives of the Brazilian Ministry of Finance to reverse the import tariffs imposed by Washington during the discussions in North Carolina.*

***Keywords:** G20; USA.*

A dinâmica do G20 ao longo desta quinzena caracterizou-se por um ritmo reduzido de atualizações formais, refletindo o período que antecede a reunião conjunta de ministros da economia e governadores dos bancos centrais, agendada para ocorrer entre 29 de agosto e 1º de setembro em Asheville, na Carolina do Norte. A expectativa em torno desse encontro ministerial em território norte-americano concentra as atenções dos membros do fórum, momento em que se espera o surgimento de diretrizes mais palpáveis e de definições substantivas sobre o andamento dos trabalhos da trilha financeira sob a presidência dos Estados Unidos.

Nesse intervalo de articulações, destaca-se a atuação internacional do Brasil na consolidação de uma frente coordenada com a China para contrapor o modelo de gestão imposto por Washington à frente do bloco. Durante o 3º Fórum de Cooperação Financeira Brasil-China, realizado em Pequim, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Mathias Alencastro, e o vice-ministro das Finanças da China, Liao Min, formalizaram o descontentamento compartilhado com a atual condução norte-americana. Diante desse diagnóstico, os dois governos estruturaram uma proposta conjunta de pressão visando à implementação de reformas durante a Cúpula de Líderes do G20, prevista para os dias 15 e 16 de dezembro em Miami, na Flórida. O objetivo central da iniciativa é tornar o fórum mais enxuto, dinâmico e eficiente, preservando seu caráter multilateral e canalizando as discussões prioritárias para modelos de financiamento sustentável, quadro que ganha relevância adicional após a ausência do presidente Donald Trump na Cúpula anterior, sediada na África do Sul.

Essa concertação estratégica apoia-se no momento de projeção diplomática vivenciado pelo Brasil, impulsionado pelo exercício consecutivo da presidência do G20 em 2024, da presidência dos BRICS em 2025 e pela realização da COP 30 no país, também em 2025. Essa sequência de lideranças no plano internacional fortaleceu a rotina de consultas e alinhamentos prévios entre as equipes econômicas de Brasília e de Pequim antes das principais deliberações em fóruns multilaterais. Além disso, essa articulação insere-se em um movimento mais amplo de reorganização entre os membros do fórum, no qual os países têm buscado estruturar contrapesos e salvaguardas diplomáticas para mitigar as fricções geradas pela condução norte-americana. Esse movimento converge diretamente com a estratégia recente adotada pela África do Sul para contornar o boicote promovido por Washington e evitar o isolamento nas discussões do bloco, conforme abordado no Informe anterior. Para preservar sua capacidade de interlocução, Pretória articulou um respaldo estratégico no continente europeu por meio de um acordo firmado entre o ministro das Relações Internacionais e Cooperação sul-africano, Ronald Lamola, e o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, assegurando que o governo alemão atue como porta-voz e defensor das posições sul-africanas no G20 enquanto persistir o bloqueio dos Estados Unidos. Essa garantia estabelecida por Berlim oferece sustentação institucional a Pretória até a presidência do Reino Unido em 2027, período em que o país projeta restabelecer sua participação plena nas deliberações do grupo, mantendo, no intervalo, a intensificação de sua presença em outros fóruns internacionais.

Extrapolando a agenda do G20 em si, há ainda expectativas de a reunião ministerial em Asheville servir como espaço direto para o enfrentamento de tensões bilaterais na área comercial. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, pretende utilizar o encontro para dialogar com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, com o propósito de reverter as tarifas de importação recentemente aplicadas contra o mercado brasileiro. A gestão econômica brasileira repudiou formalmente as medidas protecionistas, classificando-as como uma

interferência externa injustificável que prejudica o desempenho das exportações do agronegócio e da indústria nacional, além de colocar em risco postos de trabalho no país. Durigan sustentou que as justificativas apresentadas por Washington carecem de fundamento e atendem a interesses de favorecimento a aliados políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro no cenário doméstico brasileiro.

Diante desse atrito com os Estados Unidos, o governo brasileiro reafirmou uma postura diplomática estritamente pragmática, priorizando o fortalecimento permanente dos fluxos comerciais com a China, seu principal parceiro econômico, e aprofundando laços com a Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Demonstrando confiança na capacidade da diplomacia nacional para equacionar o impasse após o ciclo eleitoral norte-americano, o Ministério da Fazenda também articulou uma rede de proteção financeira emergencial no plano interno. Por meio de linhas de crédito especiais disponibilizadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as companhias afetadas pelas restrições de vendas ao mercado norte-americano terão acesso a capital de giro e prazos de carência, medida voltada a assegurar fôlego financeiro aos empreendimentos e impedir demissões enquanto se busca uma solução definitiva pela via bilateral.

Por fim, outra decisão da presidência do G20 pelos Estados Unidos em 2026 que fragilizou a arquitetura multilateral, especificamente na saúde global, foi a opção deliberada por não convocar a Força-Tarefa Conjunta Finanças-Saúde (JFHTF, na sigla em inglês), movimento que sinaliza a retração do país diante de uma das agendas mais estruturantes do G20 na área da saúde desde a pandemia. A decisão, contudo, não interrompeu o trabalho do grupo. Sob a liderança de Serina Ng, Diretora Executiva da JFHTF na Organização Mundial da Saúde (OMS), a JFHTF segue avançando de forma substantiva no financiamento da saúde e nas ações de preparação e resposta a pandemias (PPPR), demonstrando que a continuidade institucional do multilateralismo não depende da boa vontade de uma única presidência.

Diante desse vácuo, o grupo manteve seu mandato e sua capacidade de articulação, sustentando a coordenação finanças-saúde fora do arcabouço formal do G20. Na prática, isso significa facilitar o acesso, o uso e a incorporação dos relatórios e ferramentas de referência produzidos pelo grupo anteriormente, bem como dar continuidade aos resultados alcançados sob a liderança do Brasil em 2024, um legado que permanece vivo e operante. Como medida provisória, enquanto se estabelece um site independente, todos os documentos relevantes já foram disponibilizados na página da Organização Mundial da Saúde (OMS) dedicada à JFHTF[1], garantindo transparência e acesso público ao acervo do grupo.

Entre os instrumentos e resultados concretos, destacam-se:

1. **Playbook Operacional do G20 para o Financiamento da Resposta a Pandemias**: segue ativamente utilizado por países do Banco Mundial para aprimorar o planejamento de PPPR. Em apresentação recente da OMS, o documento foi empregado para evidenciar as complexidades de coordenação na resposta ao Ebola, prova de que a ferramenta transcende o papel e se converte em instrumento operacional real.

2. **Quadro de Financiamento "Day Zero" (DZFF)**: a análise da JFHTF sobre as lacunas funcionais e o custo econômico dos atrasos no acesso a produtos de saúde foi

[1] Disponível em https://www.who.int/groups/g20-joint-finance-health-task-force-(jfhtf).

apresentada, no final de 2025, aos membros do Conselho do Banco Mundial. O resultado foi decisivo: o Conselho aprovou o desenvolvimento do DZFF, diretamente alinhado às conclusões do Grupo de Avaliação Independente sobre a resposta do Banco à COVID-19. O quadro permitirá ao Conselho tomar decisões informadas sobre a potencial aquisição de risco e em base consolidada para países no futuro.

3. **Mecanismo de Acompanhamento Financeiro (FTM) para a resposta ao Ebola**: aproveitando o impacto e as lições do G20 Mpox Tracker, criado durante a presidência brasileira em 2024, a OMS e o Africa CDC lançaram o FTM para o plano Continental IMST. O mecanismo estabeleceu uma abordagem sistemática de transparência, rastreamento e responsabilização financeira, alcançada em poucas semanas após o lançamento do plano, com cifras regularmente atualizadas publicadas no site da OMS.[2]

4. **Avaliação de Risco de Pandemias e rastreamento de financiamento:** a secretaria da JFHTF engajou-se em projeto voltado a produzir estimativas politicamente relevantes sobre a probabilidade futura e os custos econômicos de pandemias, informando políticas coordenadas de finanças e saúde. Em paralelo, a OCDE inicia novos trabalhos, em coordenação com outras organizações, para melhorar o rastreamento do financiamento de PPPR entre setores e fortalecer a resiliência global diante de novas ameaças em um ambiente financeiro em rápida transformação.

5. **Uso extensivo dos relatórios da JFHTF**: os documentos seguem amplamente citados e utilizados por bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Roteiro de Investimento do ADB para PPPR[3], e pela própria orientação normativa da OMS.[4]

Para além desses instrumentos, o grupo apoiará eventos paralelos da OMS sobre financiamento de contramedidas médicas (MCM) e continuará engajado com o Painel Independente de Alto Nível do G20 (HLIP). Também estão em curso esforços para incorporar sistematicamente perspectivas econômicas e financeiras, com base no *Framework for Economic Vulnerabilities and Risks* (FEVR), aos exercícios de planejamento e simulação de pandemias. Já houve conversas iniciais com o Reino Unido sobre seus planos para o G20 em 2027. A mensagem é clara: há necessidade de uma colaboração finanças-saúde proposital e direcionada para construir resiliência e assegurar segurança econômica e sanitária, uma agenda que, independentemente de quem presida o G20, não pode esperar.

Expectativa maior é que 2026 passe e venha a presidência inglesa em 2027 para mitigar os efeitos da presidência norte-americana, trazendo de volta para agenda não só a JFHTF, mas também o Grupo de Trabalho de Saúde do G20, para que a saúde global não fique à margem desse fórum importantíssimo para o multilateralismo e para o conserto das nações.

Referências

[2] É possível acessar informações atualizadas na página da OMS a seguir: who-emergencies.shinyapps.io/bvd-ftm/.

[3] Disponível em https://www.adb.org/sites/default/files/publication/1143131/fitting-pandemic-solutions-scale.pdf).

[4] Disponível em https://www.who.int/publications/i/item/B09792.

TIMESLIVE. SA will work through US G20 snub, says Kganyago. TimesLIVE, Business, 2026. Disponível em: https://www.timeslive.co.za/news/business/2026-07-31-sa-will-work-through-us-g20-snub-says-kganyago/. Acesso em: 3 ago. 2026.

NEWS24. Germany pledges to champion South Africa's voice at the G20. News24, Politics, 2026. Disponível em: https://www.news24.com/politics/germany-pledges-to-champion-south-africas-voice-at-the-g20-20260724-0445. Acesso em: 3 ago. 2026.

PODER360. Durigan tentará reverter tarifas dos EUA em encontro do G20. Poder360, Poder Economia, 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-economia/durigan-tentara-reverter-tarifas-dos-eua-em-encontro-do-g20/. Acesso em: 17 ago. 2026.

PODER360. Brasil e China articulam contraponto aos EUA no G20. Poder360, Poder China, 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-china/brasil-e-china-articulam-contraponto-aos-eua-no-g20/. Acesso em: 17 ago. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury Announces G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting in Asheville. U.S. Department of the Treasury, News, 2026. Disponível em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0594. Acesso em: 17 ago. 2026.

G7: o hiato de agosto e a assimetria do Ebola

G7: el hiato de agosto y la asimetría del Ébola

G7: the August hiatus and the Ebola asymmetry

Resumo: Durante a quinzena de 3 a 16 de agosto de 2026, o calendário oficial da presidência francesa está vazio, e o que se observa é o grupo agindo por meio de seus membros: novo aporte norte-americano ao enfrentamento do Ebola, alinhado ao compromisso de Évian, enquanto o surto de vírus Bundibugyo se torna o mais letal da história congolesa e expõe a assimetria do financiamento entre os sete; sanções canadenses ancoradas em declarações coletivas; e o vencimento, sem acordo, da janela de 60 dias com o Irã. À margem, a trilha técnica de cibersegurança anuncia continuidade sob a presidência norte-americana de 2027.

Palavras-chave: G7; Ebola; Financiamento da Saúde Global.

Resumen: *Durante la quincena del 3 al 16 de agosto de 2026, el calendario oficial de la presidencia francesa está vacío, y lo que se observa es el grupo actuando por medio de sus miembros: un nuevo aporte estadounidense al combate del Ébola, alineado con el compromiso de Évian, mientras el brote de virus Bundibugyo se convierte en el más letal de la historia congoleña y expone la asimetría del financiamiento entre los siete; sanciones canadienses ancladas en declaraciones colectivas; y el vencimiento, sin acuerdo, de la ventana de 60 días con Irán. Al margen, la vía técnica de ciberseguridad anuncia continuidad bajo la presidencia estadounidense de 2027.*

Palabras clave: *G7; Ébola; financiamiento de la salud global.*

Abstract: *During the fortnight of August 3 to 16, 2026, the French presidency's official calendar is empty, and what can be observed is the group acting through its members: a new US disbursement for the Ebola response, aligned with the Évian commitment, as the Bundibugyo virus outbreak becomes the deadliest in Congolese history and exposes the asymmetry of funding*

among the seven; Canadian sanctions anchored in collective statements; and the expiry, without agreement, of the 60-day window with Iran. On the sidelines, the technical cybersecurity track announces continuity under the 2027 US presidency.

Keywords: *G7; Ebola; global health financing.*

A quinzena não registra novidades quanto aos encontros do G7. A agenda da presidência francesa não traz nenhum evento entre 9 de julho e 4 de setembro, e o próximo encontro ministerial será apenas a reunião informal de chanceleres em Nova York, em 21 de setembro, à margem da Assembleia Geral da ONU; depois seguem a quarta reunião de ministros de finanças em Bangkok (12 de outubro), o segundo encontro de chanceleres em Marselha (9 e 10 de novembro) e a reunião de ministros do interior em Lyon (20 e 21 de novembro) (ELYSÉE, 2026). No entanto, apesar do hiato das férias no hemisfério norte, algumas ações foram executadas isoladamente pelos membros.

A primeira delas é no campo da saúde. Em 5 de agosto, o Departamento de Estado norte-americano anunciou mais US$ 242 milhões para a resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda, declarando que o aporte se alinha ao compromisso assumido na Cúpula de Évian, em 16 de junho, de destinar até US$ 500 milhões adicionais ao enfrentamento da epidemia; com isso, os anúncios do Departamento superam US$ 512 milhões em assistência direta (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2026b). Nesse caso, a chamada de líderes de Évian para enfrentamento do Ebola, publicada durante a Cúpula de 2026, mesmo sendo um instrumento sem força vinculante, funcionou como dispositivo de compromisso.

O quadro epidemiológico do Ebola piorou de forma decisiva justamente nesta quinzena. Em 16 de agosto, o Instituto Nacional de Saúde Pública congolês registrou 2.325 mortes, marca que ultrapassa as 2.299 do surto de 2018-2020 e a torna a epidemia de Ebola mais letal da história do país, com 4.945 casos confirmados, dos quais 101 detectados nas 24 horas anteriores. A letalidade entre casos confirmados subiu de cerca de 20%, no início de junho, para 46%; segundo especialista de Médicos Sem Fronteiras que atua na RDC, muitos casos seguem sendo detectados tarde, vários apenas após a morte na comunidade. O surto é o de crescimento mais rápido já registrado e, em 12 de agosto, o diretor-geral da OMS advertiu que, mantido o ritmo, poderá superar a epidemia da África Ocidental de 2014-2016, que matou mais de 11 mil pessoas. Já são seis províncias congolesas afetadas, além de casos em Uganda, e a cepa Bundibugyo continua sem vacina ou tratamento aprovados (AL JAZEERA, 2026).

A resposta multilateral respondeu em escala menor do que o previsto. Em 14 de agosto, o subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, Tom Fletcher, afirmou que “o Ebola está ganhando” e anunciou US$ 30,5 milhões adicionais do Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF), somando-se aos US$ 24 milhões já alocados à RDC e vizinhos, que significa pouco mais de US$ 54 milhões em recursos emergenciais da ONU (ONU, 2026). A distribuição do esforço financeiro entre o grupo dos sete é assimétrica. Além dos US$ 512 milhões em assistência direta, os Estados Unidos anunciaram, em junho, US$ 50 milhões à CEPI (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2026a). para desenvolver contramedidas médicas específicas contra a cepa Bundibugyo, incluindo estudos laboratoriais, ensaios clínicos e manufatura. A União Europeia contabiliza € 493 milhões em ajuda emergencial, vacinas, tratamento e segurança sanitária na região dos Grandes Lagos e em Uganda, dos quais € 84 milhões em ajuda

humanitária imediata, desenvolvimento e pesquisa. Os demais membros operam em outra ordem de magnitude: o Reino Unido comprometeu até US$ 26 milhões, o Japão aprovou uma doação emergencial de US$ 3,5 milhões em 22 de junho e o Canadá destinou cerca de US$ 8 milhões à resposta na RDC, em Uganda e no Sudão do Sul.

Os Estados Unidos têm sido o maior contribuinte da resposta internacional ao Ebola, apesar dos cortes na assistência anteriores ao surto, incluindo o desmonte da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Segundo autoridades da ajuda internacional, esses cortes foram responsáveis por atrasar a primeira resposta à crise. Ainda assim, o país afirma que seu financiamento sustentou mais de 180 unidades de saúde em áreas afetadas pela doença e permitiu adquirir e distribuir quase 300 toneladas de insumos essenciais (REUTERS, 2026a).

O segundo ponto não se trata de uma ação, mas talvez da falta de uma ação. No que tange à guerra de Israel e EUA contra o Irã, o memorando de entendimento assinado em Islamabad em 17 de junho abriu uma janela de 60 dias para a negociação de um acordo definitivo, prorrogável por consentimento mútuo. Essa janela vence dia 17 de agosto sem novo entendimento até o momento de elaboração deste informe. Inclusive, as tensões continuam e há novas escaladas recentes. Donald Trump afirmou em 14 de agosto que pretende declarar em breve o Estreito de Ormuz como território americano, apesar do ato contrariar as regras do direito internacional. Em resposta, o Irã disse que a ameaça não os intimida (G1, 2026).

A cobertura sobre o assunto tem sido divergente: agências turcas noticiaram extensão acordada com mediação paquistanesa, versão negada por autoridades iranianas (MIDDLE EAST MONITOR, 2026). Com a janela encerrada e o estreito ainda sob disputa, mais uma vez G7 não consegue que uma declaração durante sua Cúpula seja efetiva e permanece refém de um processo bilateral que não conduz. Em meio a isso, contudo, no plano nacional, o Canadá sancionou cinco indivíduos iranianos por obstrução à navegação em Ormuz, apoiando-se explicitamente nas declarações dos chanceleres do G7 de março e junho (GLOBAL AFFAIRS CANADA, 2026).

O terceiro ponto é sobre o crescimento econômico dos países do G7, especialmente o Reino Unido. Dados de 13 de agosto mostraram crescimento britânico de 0,4% no segundo trimestre, após 0,6% no primeiro, com investimento empresarial em alta de 1,7%, o que mantém o Reino Unido como a economia de maior expansão do grupo no primeiro semestre, algo em torno de 1% (CNBC, 2026; RESOLUTION FOUNDATION, 2026). A leitura de mercado situa o país no topo ou próximo do topo da tabela do G7 por dois trimestres consecutivos, logo atrás do Canadá e à frente dos Estados Unidos e da Itália (ITV NEWS, 2026). O governo britânico converteu o dado em argumento político, e a comparação intragrupo é hoje moeda corrente do debate doméstico (REUTERS, 2026b). No entanto, esses dados possuem ressalvas. Primeiro, porque o PIB per capita britânico segue 6,6% abaixo da tendência pré-pandemia, o que expõe o quanto a liderança se mede em um clube de crescimento baixo (RESOLUTION FOUNDATION, 2026). Segundo, porque a guerra com o Irã é um choque comum a todos os sete: elevou o preço internacional do petróleo, empurrou a gasolina britânica em 11 pence por litro no mês, pressiona inflação e juros e levou o Banco da Inglaterra a rebaixar a projeção de crescimento (ITV NEWS, 2026; RESOLUTION FOUNDATION, 2026).

Por fim, a trilha técnica segue avançando à margem de tudo isso. Reportagem de 13 de agosto sobre os comunicados publicados em 31 de julho pelas autoridades financeiras do grupo

registra que o Grupo de Especialistas em Cibernética (CEG), copresidido pelo Tesouro norte-americano e pelo Banco da Inglaterra, terá suas atividades ampliadas, e que o Tesouro dos Estados Unidos pretende aprofundar a cooperação prática em cibersegurança quando assumir a presidência do grupo em 2027 (GLOBAL GOVERNMENT FINANCE, 2026).

Referências

AL JAZEERA. Ebola outbreak in DR Congo becomes deadliest in country's history. Doha, 17 ago. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/8/17/ebola-outbreak-in-dr-congo-becomes-deadliest-in-countrys-history. Acesso em: 17 ago. 2026.

CNBC. The Iran war risks bringing the G7's fastest-growing economy to a halt. Englewood Cliffs, 13 ago. 2026. Disponível em: https://www.cnbc.com/2026/08/13/iran-war-g7s-fastest-growing-economy.html. Acesso em: 16 ago. 2026.

ELYSÉE. G7 agenda. Paris: Présidence de la République, 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/diary. Acesso em: 16 ago. 2026.

FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE. The UK has committed up to $26 million to support the Ebola response: UK statement at the UN Security Council. Nova York, 26 jun. 2026. Disponível em: https://www.gov.uk/government/speeches/the-uk-has-committed-up-to-26-million-to-support-the-ebola-response-uk-statement-at-the-un-security-council. Acesso em: 17 ago. 2026.

G1. Trump diz que vai declarar Estreito de Ormuz como território dos EUA. Rio de Janeiro, 14 ago. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/08/14/trump-diz-que-vai-declarar-estreito-de-ormuz-como-territorio-dos-eua.ghtml. Acesso em: 16 ago. 2026.

GLOBAL AFFAIRS CANADA. Minister Anand announces additional sanctions against Iranian individuals obstructing navigation rights in and around the Strait of Hormuz. Ottawa, 14 ago. 2026. Disponível em: https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2026/08/minister-anand-announces-additional-sanctions-against-iranian-individuals-obstructing-navigation-rights-in-and-around-the-strait-of-hormuz.html. Acesso em: 16 ago. 2026.

GLOBAL GOVERNMENT FINANCE. US Treasury looks to 'deepen practical cooperation' across G7 on cybersecurity. Londres, 13 ago. 2026. Disponível em: https://www.globalgovernmentfinance.com/g7-cyber-expert-group-us-treasury-deepen-cooperation/. Acesso em: 16 ago. 2026.

ITV NEWS. UK economy races ahead of G7 pack in first half of 2026 despite Gulf war. Londres, 13 ago. 2026. Disponível em: https://www.itv.com/news/2026-08-13/uk-economy-races-ahead-of-g7-pack-in-first-half-of-2026-despite-gulf-war. Acesso em: 16 ago. 2026.

MIDDLE EAST MONITOR. US, Iran agree to extend 60-day ceasefire ahead of Aug. 17 deadline. Londres, 12 ago. 2026. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20260812-us-iran-agree-to-extend-60-day-ceasefire-ahead-of-aug-17-deadline/. Acesso em: 16 ago. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. Emergency Grant in response to the Ebola virus disease outbreak in the Democratic Republic of the Congo and the Republic of Uganda. Tóquio, 22 jun. 2026. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_02444.html. Acesso em: 17 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 'Ebola is winning': Epidemic now killing one person every 30 minutes. UN News, Nova York, 14 ago. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/08/1168148. Acesso em: 17 ago. 2026.

RESOLUTION FOUNDATION. Economy slows but doesn't stall as the UK leads the G7 on growth. Londres, 13 ago. 2026. Disponível em: https://www.resolutionfoundation.org/press-releases/economy-slows-but-doesnt-stall-as-the-uk-economy-leads-the-g7-on-growth/. Acesso em: 16 ago. 2026.

REUTERS. US will nearly double financial commitment to Ebola response. Londres, 5 ago. 2026a. Disponível em: https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/us-will-nearly-double-financial-commitment-ebola-response-2026-08-05/. Acesso em: 17 ago. 2026.

REUTERS. UK GDP bounced in June, helped by Gulf ceasefire, World Cup and sunshine. Londres, 13 ago. 2026b. Disponível em: https://finance.yahoo.com/economy/articles/uk-economy-unexpectedly-grows-0-061256829.html. Acesso em: 16 ago. 2026.

THE GLOBE AND MAIL. Ottawa earmarks $8-million for Ebola aid in DRC, Uganda, South Sudan as outbreak expands. Toronto, 28 mai. 2026. Disponível em: https://www.theglobeandmail.com/canada/article-ottawa-ebola-aid-outbreak-drc-uganda-south-sudan/. Acesso em: 17 ago. 2026.

THE NATIONAL. Stalemate on the strait as deadline for US-Iran agreement expires. Abu Dhabi, 16 ago. 2026. Disponível em: https://www.thenationalnews.com/news/us/2026/08/16/deadline-for-us-iran-agreement-expires-with-stalemate-set-to-continue/. Acesso em: 16 ago. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Ebola Response Update – June 12, 2026. Washington: Office of the Spokesperson, 12 jun. 2026a. Disponível em: https://ug.usembassy.gov/ebola-response-update-june-12-2026/. Acesso em: 17 ago. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Ebola Response Update – August 5, 2026. Washington: Office of the Spokesperson, 5 ago. 2026b. Disponível em: https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/08/ebola-response-update-august-5-2026/. Acesso em: 17 ago. 2026.

Saúde e o futuro da relação entre Brasil e OCDE

La salud y el futuro de las relaciones entre Brasil y la OCDE

Health and the Future of the Relationship Between Brazil and the OECD

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre quatro pesquisas de temas relacionados à Saúde e uma pequena atualização sobre o processo brasileiro de adesão à OCDE.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: Los aspectos más destacados de la OCDE se dividen entre cuatro estudios sobre temas relacionados con la salud y una breve actualización sobre el proceso de adhesión de Brasil a la OCDE.*

***Palabras clave**: OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include four studies on health-related topics and a brief update on Brazil's process of joining the OECD.*

***Keywords:** OECD; international cooperation.*

Ao longo da primeira quinzena do mês de agosto de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu, dentre seus múltiplos e constantes acréscimos em seu rico e acessível acervo literário eletrônico, a publicação de quatro textos que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados à Saúde. Dessarte, os mesmos são brevemente salientados e apresentados a seguir.

Intitulado *"Valuing a reduction in the risk of skin sensitisation: A large-scale multi-country stated preference approach"*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado se preocupa em analisar a temática da sensibilização cutânea derivada da exposição a substâncias químicas e suprir a lacuna de informações sobre o valor monetário que o público atribui a evitar tal tipo de sensibilização. A fim de obter mais dados e contribuir na aquisição de uma melhor compreensão da dimensão do valor atribuído da questão, os autores do artigo elaboraram uma pesquisa de preferência declarada que estima a disposição dos indivíduos em pagar para evitar a frequência, a gravidade e a visibilidade de crises cutâneas em nove países (Canadá, Dinamarca, Países Baixos, Polônia, Espanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos). O estudo também explora como outros fatores socioeconômicos – tais como, por exemplo, idade, gênero e renda – influenciam a valoração da sensibilização cutânea.

Na esteira de tal discussão, a organização também apresentou no período o documento *"Detailed Review Paper on Respiratory Sensitisation"*, fornecendo uma visão geral do estado atual da ciência, das técnicas e dos métodos disponíveis para testar e avaliar o potencial de sensibilização respiratória de substâncias químicas – uma reação alérgica que se manifesta no trato respiratório e é chamado coloquialmente de "asma". Observa-se que atualmente não há métodos padronizados para testar esse efeito e, por isso, o objetivo da revisão detalhada proposta do documento é o de facilitar o desenvolvimento de métodos de teste que não utilizem animais para prever o potencial de sensibilização respiratória de substâncias químicas de baixo peso molecular. Para além disso, o texto ainda recapitula o contexto regulatório atual, explora os fundamentos científicos dos mecanismos de ação e das vias biológicas relacionados à sensibilização respiratória, indica uma lista de substâncias químicas de referência para servir como parâmetros de comparação para validação adicional e avaliação de desempenho dos métodos e abordagens candidatos e oferece uma análise abrangente dos métodos disponíveis – modelo in silico, in vitro, ex vivo e in vivo – com a possibilidade de comparar seu nível de maturidade.

Outro destaque do período foi o *policy brief "Strengthening health checks for the prevention and management of cardiovascular disease"*, que aborda a relação entre as doenças cardiovasculares e exames de saúde. É interessante ressaltar, primeiramente, que as doenças cardiovasculares permanecem sendo a principal causa de morte e incapacidade no mundo e, na União Europeia, são elas as responsáveis por uma em cada três mortes e geram um custo anual de 282 bilhões de euros. Assim, exames de saúde são apresentados no documento como um modo de reforço para a detecção precoce e o manejo das doenças cardiovasculares e seus fatores de risco quando direcionados e vinculados a um acompanhamento eficaz. Todavia, o acesso, a adesão e a implementação variam entre os países.

Com base em dados comparáveis entre países e exemplos de políticas e programas nacionais de países membros da OCDE, o texto identifica e ressalta cinco considerações estratégicas para fortalecer os exames de saúde cardiovascular:

I. Melhorar o acesso;

II. Aumentar a conscientização e a adesão entre populações de alto risco;

III. Fortalecer os dados de saúde de saúde e a infraestrutura digital;

IV. Integrar os exames a fluxos de cuidado coordenado; e

V. Garantir a concepção de programas com boa relação custo-benefício.

Segundo a OCDE, em conjunto, essas prioridades podem auxiliar os formuladores de políticas a reforçar a prevenção cardiovascular, reduzir as desigualdades em saúde e melhorar a saúde da população a longo prazo.

A quarta pesquisa é o estudo de caso *"Enhancing Biscay's home-based care with digital technologies"*, onde a organização se debruça sobre a iniciativa EtxeTIC, um serviço público desenvolvido pelo Conselho Provincial de Biscaia, na Espanha, para apoiar o atendimento domiciliar a pessoas em situação de vulnerabilidade. O serviço combina o suporte relacional oferecido por centros comunitários de proximidade com monitoramento domiciliar baseado em tecnologia, detecção precoce de riscos e planos de cuidados. A análise do documento examina o EtxeTIC sob a ótica do *OECD Digital Government Policy Framework* (Estrutura de Políticas de Governo Digital da OCDE, em tradução livre), apresentando como a iniciativa incorpora uma abordagem centrada no usuário (planos personalizados, capacitação profissional, acesso gratuito) e uma orientação proativa (monitoramento antecipatório e alertas preventivos), ao mesmo tempo em que identifica áreas que requerem maior desenvolvimento, como o fortalecimento da governança de dados, a interoperabilidade entre serviços de saúde e assistência social e a mensuração de resultados.

Por fim, outro tópico de destaque da quinzena retoma os olhares sobre as atualizações sobre a agenda do governo brasileiro e o processo de adesão do país latino-americano para integrar à OCDE. O Brasil iniciou ainda em 2022, sob a presidência de Jair Bolsonaro (PL), o ingresso na OCDE, um processo moroso e que requer que o país alinhe suas leis, economia e políticas públicas às práticas do fórum internacional. Desde o ano de 2023, já sob o governo Lula (PT), a gestão federal possui um grupo de trabalho que gere o desenvolvimento do processo, avaliando bônus e ônus da real incorporação brasileira à organização internacional.

Segundo artigos jornalísticos recentes, nos bastidores do atual governo, a avaliação é de que não haveria vantagem na adesão, dado que o Brasil já participa de grupos e comitês pontuais e obtém ganhos de seu interesse. A posição de membro não geraria benefícios adicionais, além de que, ao ingressar, o país se adequaria ao arcabouço normativo da OCDE, que contém cláusulas potencialmente prejudiciais para países em desenvolvimento, e precisaria abdicar de condicionantes para o investimento internacional. A exemplo, o país não poderia cobrar de empresas estrangeiras contrapartidas como a alocação de recursos monetários em infraestruturas de áreas remotas. Outro ponto de tensão seria a incompatibilidade entre o posicionamento político da OCDE e, consequentemente, de seus membros com a tradição da diplomacia brasileira. Desse modo, o processo de adesão brasileira permanece como uma não-prioridade na agenda governamental.

Contudo, 2026 é um ano eleitoral em que será votada a manutenção ou troca do chefe de Estado e governo federal brasileiro. Seguindo o calendário eleitoral e os processos de candidatura, os candidatos tornaram público suas propostas de governo. Observa-se que concorrentes de Lula preveem, se eleitos, aderir à OCDE. Até o momento, a discussão sobre o tema ainda não escalou para algo além disso, podendo especular se esse será um tópico tratado nos futuros momentos de campanha e/ou de debates ou se será apenas uma das pequenas oposições de propostas de governos.

Referências

Conu D, Sotis C, Atkinson G, Chung V, Dussaux D, Georgiou S et al. Valuing a reduction in the risk of skin sensitisation: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers

[Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Aug 14];277. Available from: https://doi.org/10.1787/fc305de9-en.

OECD. Detailed Review Paper on Respiratory Sensitisation. OECD Series on Testing and Assessment [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/b5258246-en.

OECD. Strengthening health checks for the prevention and management of cardiovascular disease. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/95c9ccdb-en.

OECD. Enhancing Biscay's home-based care with digital technologies. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/publications/public-governance-case-studies_575651e4-en/enhancing-biscay-s-home-based-care-with-digital-technologies_c6007d1f-en.html.

Moliterno D. Lula não vê vantagem em OCDE enquanto rivais prometem ingressar no "clube". CNN Brasil [Internet]. 2026 Aug 11 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-nao-ve-vantagem-em-ocde-enquanto-rivais-prometem-ingressar-no-clube/.

Soares J, Rittner D. Sem menção ao Brics e ao Mercosul, plano de Flávio prioriza OCDE e abertura. CNN Brasil [Internet]. 2026 Aug 13 [cited 2026 Aug 14]. Available from: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/sem-mencao-ao-brics-e-ao-mercosul-plano-de-flavio-prioriza-ocde-e-abertura/.

América Latina: Segurança, Soberania e o reordenamento das relações hemisféricas

América Latina: Seguridad, soberanía y la reordenación de las relaciones hemisféricas

Latin America: Security, Sovereignty, and the Reordering of Hemispheric Relations

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A primeira quinzena de agosto de 2026 revela uma América Latina atravessada por importantes transformações políticas, diplomáticas e sociais. A intensificação da agenda de segurança, o fortalecimento da presença dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, as mudanças nas alianças políticas nacionais e o enfraquecimento de alguns mecanismos de concertação regional configuram um cenário que poderá redefinir as relações entre os países latino-americanos nos próximos anos. Atualizamos o perfil de manifestações sociais que têm se tornado mais um dos elementos de aceitação ou negação da política nacional na América Latina e que podem pressionar por mudanças. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre HIV, resiliência climática e emergências e desastres; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de eventos sobre saúde digital, o programa mundial do mosquito, endometriose e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou de eventos de segurança pública e ilícitos transfronteiriços.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *La primera quincena de agosto de 2026 muestra una América Latina atravesada por importantes transformaciones políticas, diplomáticas y sociales. La intensificación de la agenda de seguridad, el fortalecimiento de la presencia de Estados Unidos en el hemisferio occidental, los cambios en las alianzas políticas nacionales y el debilitamiento de algunos mecanismos de concertación regional conforman un escenario que podría redefinir las relaciones entre los países latinoamericanos en los próximos años. Actualizamos el perfil de las manifestaciones sociales, que se han convertido en uno de los elementos clave para la aceptación o el rechazo de la política nacional en América Latina y que pueden ejercer presión para que se produzcan cambios. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre el VIH, la resiliencia climática y las emergencias y desastres; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica (COMISCA) participó en eventos sobre salud digital, el programa mundial contra el mosquito y la endometriosis, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) participó en eventos sobre seguridad pública y delitos transfronterizos.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *The first half of August 2026 reveals a Latin America undergoing significant political, diplomatic, and social transformations. The intensification of the security agenda, the*

strengthening of the United States' presence in the Western Hemisphere, shifts in national political alliances, and the weakening of certain regional coordination mechanisms are shaping a landscape that could redefine relations among Latin American countries in the coming years. We have updated the profile of social protests, which have become yet another factor influencing the acceptance or rejection of national policies in Latin America and which may exert pressure for change. Regarding regional organizations, we highlight that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in events on HIV, climate resilience, and emergencies and disasters; the Executive Secretariat of the Central American Council of Health Ministers (COMISCA) participated in events on digital health, the global mosquito program, and endometriosis; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) participated in events on public safety and cross-border illicit activities.

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Introdução

A primeira quinzena de agosto de 2026 revela uma América Latina atravessada por importantes transformações políticas, diplomáticas e sociais. A intensificação da agenda de segurança, o fortalecimento da presença dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, as mudanças nas alianças políticas nacionais e o enfraquecimento de alguns mecanismos de concertação regional configuram um cenário que poderá redefinir as relações entre os países latino-americanos nos próximos anos.

Neste contexto, ganha especial relevância a retomada da pergunta formulada na edição anterior da sessão América Latina dos Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: *serão as questões securitárias o tema capaz de unir os países da América Latina nos próximos anos?*

Segurança como novo eixo da política regional

O fenômeno não é inteiramente novo. A América Latina possui uma longa experiência de cooperação em matéria de segurança e combate ao narcotráfico. A novidade está na possibilidade de que a segurança passe a ocupar o lugar que anteriormente correspondia à integração econômica, ao desenvolvimento ou à defesa do multilateralismo como principal elemento de convergência regional.

A nova orientação norte-americana acentua essa tendência. A ampliação da cooperação militar e de segurança com alguns governos latino-americanos, particularmente na Colômbia, ocorre paralelamente a uma postura mais cautelosa de outros países, como o México, que procura cooperar com Washington em matéria de inteligência e combate ao crime, mas rejeita qualquer forma de intervenção militar que possa comprometer sua soberania.

Esse processo cria uma América Latina com diferentes níveis de aproximação aos Estados Unidos. Alguns governos veem Washington como parceiro indispensável para enfrentar o crime organizado e o narcotráfico; outros procuram preservar maior autonomia estratégica e evitar uma excessiva dependência; enquanto outros buscam equilibrar suas relações entre Estados Unidos, China e demais atores internacionais.

O resultado é uma crescente fragmentação das respostas regionais à questão da segurança.

Segurança humana ou securitização?

É justamente nesse ponto que a reflexão dos Cadernos Fiocruz adquire especial importância. Se a segurança for entendida exclusivamente como combate ao crime, controle territorial e capacidade militar, existe o risco de uma securitização das agendas sociais. Saúde, migração, pobreza, alimentação e mudanças climáticas podem ser progressivamente interpretadas como problemas de segurança, em vez de serem tratadas como questões de direitos, desenvolvimento e proteção social.

Uma abordagem diferente seria pensar a segurança a partir do conceito de segurança humana, no qual a proteção das pessoas — e não apenas a defesa do território — constitui o objetivo central. Essa perspectiva aproxima diretamente segurança e saúde.

Uma população ameaçada pela violência, pela insegurança alimentar, pelas mudanças climáticas, pelas epidemias ou pela ausência de acesso aos serviços essenciais também se encontra em situação de insegurança.

A diplomacia sanitária como espaço de convergência

É nesse contexto que a diplomacia sanitária pode adquirir uma importância estratégica. The Lancet destaca que a diplomacia é uma dimensão constitutiva da governança global da saúde e que a saúde não pode ser separada das relações de poder, das negociações internacionais e das decisões políticas.

Para a América Latina, essa perspectiva é particularmente relevante. A região possui problemas sanitários comuns que não podem ser enfrentados isoladamente: preparação para pandemias, produção de vacinas e medicamentos, vigilância epidemiológica, mudanças climáticas, doenças transmissíveis, doenças crônicas, saúde mental e emergências sanitárias.

A experiência recente também demonstra a importância da cooperação regional. A própria agenda da OPS/OMS para 2026–2031 coloca o fortalecimento dos sistemas de saúde e das capacidades nacionais como elementos fundamentais da resposta regional.

Nesse sentido, a saúde pode funcionar como uma agenda de construção de confiança em uma região politicamente fragmentada.

Enquanto a segurança pode dividir os governos entre diferentes posições sobre o papel dos Estados Unidos, a saúde oferece espaços de cooperação mais amplos: vigilância, vacinação, resposta a emergências, medicamentos, tecnologias sanitárias e fortalecimento dos sistemas públicos.

Clima, saúde e novas formas de insegurança

A dimensão climática amplia ainda mais essa discussão. O Lancet Countdown Latin America mostra que a região está particularmente exposta aos efeitos das mudanças climáticas e que a ação climática precisa ser articulada com equidade, saúde e desenvolvimento.

Ondas de calor, secas, incêndios, enchentes e outros eventos extremos pressionam os sistemas de saúde e aprofundam desigualdades. Ao mesmo tempo, os efeitos psicológicos dessas transformações — especialmente entre crianças e jovens — começam a ocupar maior espaço na agenda pública. Assim, a segurança do século XXI não pode ser reduzida à segurança militar. Ela envolve também segurança sanitária, alimentar, climática, energética e social

Um novo papel para a América Latina

A questão que se coloca para os próximos anos é se a América Latina conseguirá transformar suas diferentes formas de insegurança em uma agenda comum de cooperação.

Existe o risco de que a segurança seja utilizada para aprofundar a fragmentação regional, aumentando a dependência de alguns países em relação às grandes potências e reduzindo o espaço para soluções multilaterais.

Mas existe também uma oportunidade. Se os países latino-americanos conseguirem construir uma concepção mais ampla de segurança — centrada na proteção das pessoas, na soberania, no desenvolvimento sustentável e na saúde — a questão securitária poderá tornar-se não um fator de divisão, mas um novo espaço de concertação regional.

Essa perspectiva é particularmente importante para a diplomacia sanitária. A construção de capacidades regionais para produzir medicamentos e vacinas, responder a emergências, fortalecer sistemas de saúde e enfrentar as mudanças climáticas pode contribuir simultaneamente para a soberania sanitária e para a segurança regional.

Argentina e Brasil: uma dificuldade adicional para a concertação regional

A deterioração das relações entre Argentina e Brasil constitui outro elemento importante deste cenário. O governo brasileiro decidiu manter a relação diplomática com a Argentina no nível de encarregado de negócios após novos enfrentamentos públicos entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Javier Milei[1]. O embaixador brasileiro não retornará a Buenos Aires nas atuais circunstâncias.

A importância desse episódio ultrapassa a relação bilateral. Argentina e Brasil são os principais países do MERCOSUL e historicamente tiveram um papel central na construção da concertação política sul-americana. O enfraquecimento do diálogo entre ambos pode reduzir a capacidade de coordenação regional justamente em um momento em que a América do Sul enfrenta fortes pressões geopolíticas.

A questão central passa a ser se os países conseguirão construir respostas coletivas para problemas comuns — segurança, narcotráfico, migração, mudanças climáticas, segurança alimentar e saúde — apesar de suas crescentes diferenças políticas.

Colômbia e a nova relação com Washington

A Colômbia ocupa uma posição particularmente importante nesse processo. O novo governo de Abelardo de la Espriella vem aprofundando sua aproximação com Washington e incorporando a cooperação em segurança como componente central de sua política externa.

Essa mudança pode produzir efeitos importantes no equilíbrio sul-americano. A Colômbia tradicionalmente possui uma relação estratégica com os Estados Unidos, mas a nova conjuntura amplia a dimensão militar e de segurança dessa parceria.

[1] https://www.reuters.com/world/americas/brazil-downgrades-diplomatic-ties-with-argentina-after-milei-remarks-2026-08-05/

O problema não é exclusivamente diplomático. O fortalecimento do papel das forças armadas no combate ao crime organizado recoloca na agenda regional o debate sobre os limites entre segurança pública, defesa nacional e segurança interna.

Essa discussão é particularmente importante para a América Latina, onde existe uma longa experiência de militarização da segurança interna e onde permanecem preocupações relacionadas aos direitos humanos e ao controle democrático das forças de segurança.

Dessa vez, a Colômbia sofre com terremoto.

Sem dúvida, um dos eventos mais significativos das últimas duas semanas foi o *terremoto de magnitude 7,4 que atingiu a Colômbia* em 10 de agosto de 2026. O epicentro foi localizado em San José del Palmar, departamento de Chocó. O tremor, que ocorreu por volta das 7h34, afetou principalmente as regiões oeste e centro-oeste do país, com graves consequências em Cali, Pereira, Dosquebradas, Manizales, Armenia e outras cidades da região cafeeira.

Uma semana após o terremoto, o balanço das vítimas continua sendo atualizado. Os números oficiais citados nos últimos relatórios apontam para aproximadamente 289 mortos; entre 4.100 e 4.200 feridos; 143 desaparecidos; e mais de 185.000 desabrigados[2]. O desastre afetou 15 departamentos e cerca de 448 a 450 municípios.

A magnitude do desastre é particularmente significativa devido ao seu alcance geográfico: quase 127.000 casas foram afetadas em algum grau. Estima-se que cerca de 27.000 casas tenham sido destruídas. Dezenas de edifícios desabaram completamente, principalmente em Cali e Pereira. Danos significativos foram relatados em hospitais, escolas, prédios públicos, infraestrutura viária e serviços básicos. Pelo menos 216 unidades de saúde foram afetadas, segundo informações disponíveis[3].

Durante os primeiros dias, equipes de busca e resgate urbanas, bombeiros, forças de segurança, pessoal médico e voluntários foram mobilizados.

A Colômbia possui significativa experiência institucional em gestão de riscos e equipes de resgate especializadas. A cooperação internacional também foi incorporada, incluindo equipes dos Estados Unidos e de Israel, entre outros apoios. A emergência está gradualmente passando da fase de busca e resgate para uma fase de recuperação, deslocamento e reconstrução. As chances cada vez menores de encontrar sobreviventes sob os escombros estão modificando as prioridades operacionais[4].

O *terremoto impactou o sistema de saúde colombiano*: danos físicos a instalações de saúde, incluindo hospitais; sobrecarga dos serviços de emergência e trauma; necessidade de

---

[2] A diferença entre os números publicados por diferentes veículos de comunicação se explica pela constante atualização dos registros e pela remoção de pessoas inicialmente da lista de desaparecidos. https://www.reuters.com/business/environment/search-teams-comb-rubble-colombia-nearly-week-after-quake-aid-effort-expands-2026-08-16/

[3] Um dos incidentes mais graves ocorreu em Cali, onde estruturas desabadas deixaram pessoas presas sob os escombros. A situação também foi particularmente crítica no Hospital Universitário do Valle, onde as operações de resgate continuavam para pessoas presas sob os escombros. https://elpais.com/america-colombia/2026-08-16/el-lento-rescate-de-los-pacientes-que-quedaron-bajo-los-escombros-del-hospital-universitario-del-valle.html

[4] https://www.reuters.com/business/environment/search-teams-comb-rubble-colombia-nearly-week-after-quake-aid-effort-expands-2026-08-16

manter o atendimento a doenças não diretamente relacionadas ao terremoto; atendimento a pessoas com lesões físicas, incapacidades temporárias e doenças crônicas; necessidades de saúde mental entre sobreviventes, familiares e profissionais de saúde; risco de interrupção no fornecimento de medicamentos, oxigênio, água e outros suprimentos essenciais; necessidade de garantir a continuidade da assistência materno-infantil e o atendimento a populações vulneráveis; o impacto psicológico já se torna significativo. Sobreviventes descrevem episódios de ansiedade, insônia e hipervigilância diante dos tremores secundários, reações consideradas comuns após um desastre dessa magnitude[5].

Um aspecto particularmente relevante é que o epicentro está localizado em Chocó, uma das regiões historicamente mais vulneráveis do país, enquanto alguns dos maiores danos ocorreram em cidades maiores como Cali e Pereira. Assim, um dos principais *desafios é evitar concentrar a assistência exclusivamente nas grandes cidades e garantir que ela também chegue às comunidades rurais, indígenas e afrodescendentes, onde a infraestrutura e a capacidade institucional são mais limitadas*[6].

O terremoto também teve um *impacto econômico significativo*. A cobertura de seguros é extremamente desigual: estima-se que mais de 90% das casas colombianas não possuam seguro contra terremotos, o que significa que uma parcela significativa das famílias terá que depender de assistência pública, apoio familiar e programas governamentais de reconstrução[7]. Em Cali, as estimativas iniciais apontam para um custo de reconstrução de vários bilhões de dólares, e a restauração completa da infraestrutura danificada pode levar vários anos[8].

Manifestações, Mobilizações e Protestos Sociais na América Latina

A primeira quinzena de agosto de 2026 mostra uma persistência do conflito social na América Latina, embora com características diferentes dos principais ciclos de protestos de 2019–2022. Os protestos atualmente se apresentam mais fragmentados, setoriais e territoriais, mas também há uma crescente coordenação entre sindicatos, organizações sociais, estudantes, aposentados, movimentos indígenas e organizações de direitos humanos.

A rejeição das políticas de ajuste econômico e cortes nos gastos públicos; a defesa das pensões, salários e direitos trabalhistas; a oposição aos cortes na educação, ciência e universidades públicas; defesa da independência judicial e das instituições democráticas; rejeição do aumento dos preços dos transportes e combustíveis; reivindicações indígenas, camponesas e territoriais; defesa dos direitos das mulheres; oposição a certas políticas de segurança e à crescente militarização; mobilizações anti-imperialistas e protestos contra a política externa dos EUA sãos os principais motivos de mobilização durante esse período foram:

Uma característica particularmente significativa é que os protestos não se concentram exclusivamente em governos de uma determinada orientação ideológica. Durante as duas

[5] https://elpais.com/america-colombia/2026-08-17/el-miedo-a-volver-a-casa-tras-el-terremoto-se-mueven-las-cortinas-y-uno-piensa-que-esta-temblando.html

[6] https://elpais.com/espana/2026-08-17/los-colombianos-en-espana-se-movilizan-tras-el-terremoto-tengo-mucha-impotencia-de-estar-al-otro-lado.html

[7] https://elpais.com/america-colombia/2026-08-17/los-afectados-del-terremoto-ponen-su-fe-en-las-aseguradoras-esperamos-que-nos-digan-que-va-a-pasar.html

[8] https://www.huffingtonpost.es/planeta/una-semana-terremoto-colombia-esperanzas-supervivientes-quedan-esfuerzos-buscar-reconstruirbr-f202608.html

primeiras semanas, foram registrados conflitos tanto contra governos de direita quanto de centro-direita, bem como contra políticas específicas de governos de orientação progressista.

***Argentina**. Convergência de aposentados, trabalhadores, cientistas e universidades*: Em 6 de agosto, organizações de aposentados, sindicatos e movimentos sociais mobilizaram-se novamente em frente ao Congresso para protestar contra as políticas econômicas do governo de Javier Milei. O protesto concentrou-se em reivindicações por renda previdenciária, acesso a medicamentos, proteção social e oposição a diversas iniciativas promovidas pelo Poder Executivo. O dia foi marcado por forte presença policial e relatos de repressão. O conflito social intensificou-se durante a semana seguinte. Em 12 de agosto, cientistas, pesquisadores, trabalhadores universitários e organizações ligadas à ciência e à educação lideraram um dia de mobilização nacional em defesa do sistema científico, tecnológico e universitário[9,10].

Na América Central, está emergindo com força uma dimensão de protesto ligada à defesa institucional, à independência judicial e aos limites do poder presidencial. Nesse contexto, em 6 de agosto, na ***Costa Rica***[11], milhares de cidadãos se reuniram em San José e em outras partes do país para expressar seu apoio ao judiciário e à independência de juízes e promotores. A mobilização ocorreu em um cenário de crescente confronto entre o governo e setores do judiciário. A importância dessa mobilização vai além do conflito institucional específico: ela constitui um exemplo de *mobilização cidadã em defesa dos mecanismos de controle democrático, e não um protesto estritamente econômico ou setorial.*

Persiste *uma forte capacidade de mobilização em certos setores da esquerda latino-americana*, centrada em questões de soberania, anti-imperialismo e rejeição à intervenção dos EUA. Nesse sentido, em 13 de agosto, organizações juvenis no Brasil se mobilizaram em frente às instalações diplomáticas dos EUA no Rio de Janeiro e em São Paulo[12]. O protesto foi liderado, entre outros, por organizações juvenis ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que contestaram o embargo dos EUA contra Cuba e denunciaram a interferência estadunidense na América Latina. A natureza dessa mobilização difere dos protestos sociais associados ao custo de vida ou ao ajuste econômico. Trata-se de um *protesto geopolítico, ligado à política externa dos EUA e à defesa de Cuba*.

No ***Equador***, uma possível *convergência está emergindo entre conflitos econômicos, transporte, organizações indígenas e defesa territorial*: organizações camponesas e indígenas começaram a expressar sua rejeição ao aumento das tarifas de transporte. A FENOCIN anunciou ações de mobilização em resposta ao aumento de aproximadamente 25% nas tarifas. Essa

---

[9] https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/canciones-estrellas-culonas-y-los-messi-miles-de-personas-marcharon-con-la-camiseta-de-la-ciencia-argentina/

[10] Os cortes no financiamento da ciência e tecnologia na Argentina levaram a uma crise significativa no país. Desde que Javier Milei assumiu o cargo, os cortes orçamentários atingiram níveis sem precedentes, afetando milhares de pesquisadores e destruindo décadas de investimento. A Agência Nacional de Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Agencia I+D+i) enfrenta uma situação crítica, com a suspensão de repasses de verbas e a paralisação de editais. O investimento público em ciência caiu para 0,14% do PIB e aproximadamente oito empregos foram perdidos por dia desde dezembro de 2023. Essa situação levou mais de 2.600 cientistas internacionais, incluindo 25 laureados com o Prêmio Nobel, a pedir ao governo de Javier Milei que interrompa o desmantelamento do sistema científico argentino. https://www.interesesconectados.com.ar/post/ciencia-y-tecnolog%C3%ADa-en-argentina-qu%C3%A9-se-destruye-cuando-se-recorta-la-inversi%C3%B3n-en-conocimiento

[11] https://www.dw.com/es/miles-manifiestan-su-apoyo-al-poder-judicial-en-costa-rica/a-78273267

[12] https://www.poder360.com.br/poder-brasil/mst-faz-atos-em-3-estados-contra-os-eua-veja-fotos/

situação é particularmente significativa porque coincide com um ciclo anterior de mobilizações indígenas, trabalhistas e sociais contra as políticas do governo Daniel Noboa. Os conflitos relacionados à mineração e à defesa territorial também persistem. Organizações ambientais e indígenas mantêm ações contra projetos extrativistas e denunciam a militarização de territórios onde existem conflitos minerários[13].

Observa-se uma recomposição dos protestos juvenis em torno da educação, dos gastos sociais e da rejeição de certas políticas governamentais, como é o caso do ***Chile***, que continua a apresentar conflitos significativos ligados às políticas educacionais e sociais[14]. O protesto chileno tem uma característica única: o movimento estudantil volta a funcionar como um dos principais veículos de expressão do descontentamento juvenil, mas agora articulado com professores e organizações sociais.

O ***México*** mantém um alto nível de mobilização social diária, porém com um padrão descentralizado e fragmentado. A Secretaria de Segurança Cidadã da Cidade do México mantém uma agenda específica de mobilizações sociais para agosto de 2026, com registros diários de encontros, marchas, bloqueios e manifestações[15]. Diferentemente da Argentina, da Costa Rica ou do Equador, não surgiu, na primeira quinzena do mês, um único conflito nacional capaz de concentrar os protestos. A característica dominante foi a multiplicidade de conflitos setoriais e urbanos.

O ***Peru*** continua a vivenciar altos níveis de conflito social[16]. Durante a primeira quinzena de agosto, eclodiram protestos relacionados ao aumento dos preços dos combustíveis[17], particularmente em regiões como Ucayali[18], juntamente com bloqueios de estradas e manifestações de trabalhadores do setor de transportes. A experiência recente do Peru demonstra que conflitos econômicos setoriais podem rapidamente se transformar em questões políticas nacionais, resultantes da convergência de comunidades camponesas, grupos indígenas, sindicatos, trabalhadores do setor de transportes e organizações locais.

---

[13] https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/gremios-y-organizaciones-sociales-se-movilizan-en-quito-y-guayaquil-contra-las-politicas-del-gobierno/

[14] Durante os primeiros dias de agosto, foram registradas mobilizações estudantis e ações de organizações sociais contra as políticas de austeridade e os cortes na educação. A NODAL documentou uma série de mobilizações da Confederação de Estudantes e do Sindicato dos Professores contra as políticas do governo de José Antonio Kast, incluindo episódios de repressão policial.

[15] Em 13 de agosto, por exemplo, diversas manifestações e bloqueios foram registrados no Centro Histórico da Cidade do México. https://www.sinembargo.mx/4853858/caos-vial-en-cdmx-este-13-de-agosto-cierres-en-zocalo-marchas-y-conciertos-masivos/

[16] https://www.infobae.com/peru/2026/08/12/cgtp-convoca-a-movilizacion-nacional-para-este-jueves-13-de-agosto-las-amenazas-contra-los-derechos-laborales-no-pasaran/

[17] https://elpopular.pe/actualidad/2026/08/16/paro-de-transportistas-gremios-dan-24-horas-al-gobierno-ante-alza-de-combustibles-y-advierten-protestas-en-8-regiones-del-peru-283456

[18] https://www.infobae.com/peru/2026/08/14/paro-de-transportistas-se-intensifica-en-ucayali-loreto-arequipa-y-tacna-por-el-alza-del-combustible/

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre HIV, resiliência climática e emergências e desastres[19,20,21]

Em julho, o ORAS-Conhu participou da oficina para a implementação do "Plano Andino de Eliminação do Estigma e da Discriminação contra a população com HIV, população-chave e população vulnerável no setor da saúde até 2030 (PAEDS)[22]" no Peru. O evento contou com a presença de representantes dos ministérios da saúde de países andinos, organismos de cooperação e líderes da sociedade civil.

Em seu discurso de abertura, o secretário executivo do ORAS-Conhu, Fernando Dattoli afirmou que "a saúde só pode ser verdadeiramente universal quando todas as pessoas são atendidas com a mesma dignidade. Combater o estigma não é unicamente um imperativo ético; é uma prioridade crítica de saúde pública. Não poderemos eliminar a transmissão do HIV até 2030 se não eliminarmos primeiro o preconceito e a rejeição que mantêm as pessoas distantes das portas de nossos serviços assistenciais."

No evento foram destacadas experiências em iniciativas como o projeto Comunidades Resilientes e Empoderadas que combatem a exclusão (CRECE) da ONUAids, que tem financiado a proposta da ORAS-CONHU de intervenção "Fortalecimento da Implementação dos PAEDs no Peru". A intervenção busca dar assistência técnica para grupos de trabalho especializados, fortalecer os observatórios de direitos humanos, entre outros. Além disso, foi enfatizada a importância da participação comunitária através das diversas organizações de base comunitária que têm trabalhado com equipes técnicas do Estado.

O ORAS-Conhu e a organização Saúde sem Dano lançaram o curso de capacitação "Fortalecendo a resiliência climática em estabelecimentos de saúde" que tem como objetivo fortalecer capacidades técnicas e de gestão de equipes de saúde de países andinos para desenhar, implementar e monitorar medidas de adaptação frente à crise climática.

Fernando Dattoli ressaltou que a crise climática obriga a redefinir o conceito de proteção da saúde e ainda destacou que a mudança climática é uma das maiores ameaças para a saúde nos próximos anos. Adicionou que o setor de saúde também tem papel de responsabilidade, dado que 4,4% das emissões de gases de efeito estufa são geradas por suas atividades, ao buscar formas de reduzir essas emissões.

O curso será dividido em 10 sessões de 90 min e conta com conteúdo nas áreas de: crise climática e saúde, diagnósticos para resiliência, implementação de ações, governança e comunicação e conta com 900 inscritos de todos os países da região.

---

19 https://orasconhu.org/es/taller-de-incidencia-comunitaria-para-eliminar-el-estigma-y-la-discriminacion-por-vih-al-2030

20 https://orasconhu.org/es/mas-de-900-profesionales-de-la-region-andina-inician-importante-curso-regional-sobre-resiliencia

21 https://orasconhu.org/es/respuesta-regional-inmediata-el-oras-conhu-activa-el-comite-andino-de-emergencias-y-desastres-ante

22 O PAED foi aprovado pela Resolução REMSAA XXXVIII/7 pelos ministros e ministras de Saúde de países andinos. O plano surgiu como resposta aos dados críticos apresentados pelo estudo Index 2.0, que indicou que 48% das pessoas que vivem com HIV na região andina sofreu alguna forma de discriminação nos estabelecimentos de saúde, presionando 31,6% a abandonar ou suspender seus tratamentos vitais.

Por fim, o ORAS-Conhu convocou sessão extraordinária ao Comitê Andino de emergências e desastres para discutir uma resposta imediata e coordenada frente a emergência sanitária pelo terremoto de magnitude 7,4 na região do departamento de Chocó, Colômbia. O tema da reunião foi a articulação da solidariedade regional e a avaliação do comprometimento na saúde informada pela Unidade Nacional para a Gestão do Risco de Desastres (UNGRD) da Colômbia.

A secretária-adjunta do ORAS-Conhu, Javiera Caballero, enfatizou a necessidade de ação imediata e de integração política. A representante do Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia apresentou as necessidades prioritárias, com foco na evacuação médica, no suporte logístico e na assistência aos feridos na zona de maior impacto. Baseados na apresentação colombiana, as delegações oficiais da Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela e representante do Médico Sem Fronteiras colocaram à disposição da Colômbia:

- Equipes técnicas e missões médicas de resposta rápida.
- Insumos médicos estratégicos e infraestrutura hospitalar de campanha.
- Acompanhamento especializado na gestão de emergências e atenção em crise.

A Secretária Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre saúde digital, o programa mundial do mosquito, endometriose[23,24]

A SE-COMISCA participou da quinta edição da "Conectatón Regional" que tinha como objetivo validar as capacidades técnicas da região no intercâmbio seguro de informação. O evento é organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pela Organização Pan-Americana da Saúde e tem como objetivo avançar nas prioridades regionais de transformação digital em saúde, intercâmbio transfronteiriço de dados de saúde e desenvolvimento de serviços digitais regionais.

Na edição, o secretário executivo do Comisca, José Renán Carceres, apresentou a Rota da Saúde Digital na América Central e na República Dominicana 2025-2030, a análise do IS4H na região SICA, os avanços na Estratégia Regional de Saúde Digital. O propósito da Rota Panamericana de Saúde Digital é facilitar que os dados de saúde acompanhem o paciente sem importar as fronteiras, eliminando barreiras tecnológicas para fortalecer a qualidade e as oportunidades da atenção médica.

A secretaria executiva do SECOMISCA participou da Convenção Mundial do Programa Mundial do Mosquito realizada no Brasil. O encontro abordou o avanço na implementação de intervenções inovadoras para prevenção e controle das doenças transmitidas por Aedes aegypti, particularmente a estratégia no método wolbachia.

A diretora de cooperação internacional, Melissa Hernandez, participou do I Fórum Centroamericano e do Caribe sobre Endometriose na Região do SICA, sob o lema "Vozes que inspiram para o câmbio", iniciativa desenvolvida pelo Parlacen, INCAP e Asoendoguate. Esse foi

[23] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-la-conferencia-regional-y-5ta-conectaton_1_139261.html

[24] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-la-convencion-mundial-del-programa-mundial-del-mosquito_1_139267.html

o primeiro Fórum Centro-Americano da Endometriose que busca compartilhar conhecimento e fortalecer a luta por um diagnóstico oportuno e uma melhor atenção para quem vive com a doença.

Em sua fala, Hernandez destacou a importância de colocar sempre no centro da agenda pública a saúde integral e o bem-estar das mulheres. Na região da América Latina, 2,5 a 2,8 milhões de mulheres convivem com esta condição e é importante pensar em políticas públicas regionais e mecanismos de articulação para o diagnóstico e tratamento, afirmou o participante Alejandro Barahona.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou em eventos de segurança pública e ilícitos transfronteiriços [25,26]

A OTCA realizou a IV Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre Segurança Pública e Delitos Transnacionais e Transfronteiriços (CESPIT[27]) que reuniu representantes dos países membros para avaliar os avanços da agenda regional de segurança.

A Presidência Pro Tempore da Colômbia apresentou um balanço das atividades entre 2025 e 2026 com destaque para as subcomissões técnicas, aprovação de seus planos de trabalho e consolidação de uma matriz harmonizada de ações, entre outros.

As decisões adotadas foram: os países membros acordaram em manter a coordenação da Subcomissão de Combate aos Delitos Ambientais sob a responsabilidade do Peru e da Subcomissão de Cooperação Internacional e Temas Transversais sob a responsabilidade do Brasil, por fim, a Colômbia ainda vai decidir se continuará na Subcomissão de Segurança Pública, dado o processo de transição de governo no país.

[25] https://otca.org/pt/paises-amazonicos-avancam-na-implementacao-da-agenda-regional-de-seguranca-publica/

[26] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-i-foro-centroamericano-y-del-caribe-sobre-endometriosis_1_139296.html

[27] A CESPIT constitui o espaço de coordenação regional para promover a cooperação em matéria de segurança pública e enfrentar, de forma articulada, os delitos transnacionais e transfronteiriços que afetam a Amazônia, como mineração ilegal, tráfico de fauna e flora silvestres, entre outros.

Reformando a Arquitetura Global da Saúde: Oportunidades da Região da América Latina e do Caribe

Reforma de la arquitectura global de la salud: oportunidades para la región de América Latina y el Caribe

Reforming the Global Health Architecture: Opportunities for the Latin American and Caribbean Region

Sebastián Tobar

Resumo: A reforma da Arquitetura da Saúde Global -ASG ganhou força após a pandemia de COVID-19 e diante das mudanças geopolíticas, da redução do financiamento internacional e dos novos desafios sanitários globais. Diversos processos liderados pela Wellcome, pela União Europeia e pela OMS apontam para a necessidade de um sistema mais descentralizado, equitativo e orientado pelas prioridades dos países e das regiões. As propostas convergem em três áreas prioritárias: fortalecimento da governança, financiamento mais sustentável e alinhado às necessidades nacionais, e ampliação da capacidade regional em dados, inovação e produção de insumos de saúde.

Embora outras regiões já estejam participando ativamente desse debate, a América Latina e o Caribe ainda apresentam baixa articulação política em torno do tema. Isso limita a capacidade regional de influenciar as decisões que definirão o futuro da governança global da saúde. Para a região, a reforma representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a cooperação entre a OMS, a OPAS e os mecanismos de integração regional, alinhar prioridades de saúde, mobilizar recursos e ampliar sua voz nos espaços internacionais de decisão.

Diante desse cenário, neste artigo apontamos que é fundamental promover um diálogo regional envolvendo os principais organismos de saúde da América Latina e do Caribe, com o objetivo de construir posições comuns e aproveitar as oportunidades abertas pelo atual processo de reforma da arquitetura global da saúde.

Palavras Chaves: Reforma da Arquitetura da Saúde Global; OMS; Governança da Saúde Global.

Resumen: *La reforma de la Arquitectura Mundial de la Salud Global cobró impulso tras la pandemia de COVID-19 y ante los cambios geopolíticos, la reducción de la financiación internacional y los nuevos desafíos para la salud mundial. Diversos procesos liderados por Wellcome, la Unión Europea y la OMS señalan la necesidad de un sistema más descentralizado y equitativo, impulsado por las prioridades de los países y las regiones. Las propuestas convergen en tres áreas prioritarias: el fortalecimiento de la gobernanza, una financiación más sostenible alineada con las necesidades nacionales y la ampliación de la capacidad regional en materia de datos, innovación y producción de insumos sanitarios.*

Si bien otras regiones ya participan activamente en este debate, América Latina y el Caribe aún presentan una escasa articulación política en torno a este tema. Esto limita la capacidad de la región para influir en las decisiones que definirán el futuro de la gobernanza mundial de la salud. Para la región, la reforma representa una oportunidad estratégica para fortalecer la cooperación entre la OMS, la OPS y los mecanismos de integración regional, alinear las prioridades sanitarias,

movilizar recursos y dar mayor voz a su influencia en los espacios internacionales de toma de decisiones.

Ante este panorama, este artículo señala que es fundamental promover un diálogo regional que involucre a las principales organizaciones de salud de América Latina y el Caribe, con el objetivo de construir posiciones comunes y aprovechar las oportunidades que ofrece el actual proceso de reforma de la arquitectura sanitaria mundial.

Palabras claves: *Reforma De La Arquitectura De La Salud Global; OMS; Gobernanza De La Salud Global.*

Abstract: *The reform of the Global Health Architecture gained momentum after the COVID-19 pandemic and in the face of geopolitical changes, reduced international funding, and new global health challenges. Several processes led by Wellcome, the European Union, and the WHO point to the need for a more decentralized, equitable system driven by the priorities of countries and regions. The proposals converge on three priority areas: strengthening governance, more sustainable financing aligned with national needs, and expanding regional capacity in data, innovation, and the production of health supplies.*

Although other regions are already actively participating in this debate, Latin America and the Caribbean still have low political articulation around the issue. This limits the region's ability to influence decisions that will define the future of global health governance. For the region, the reform represents a strategic opportunity to strengthen cooperation between the WHO, PAHO, and regional integration mechanisms, align health priorities, mobilize resources, and amplify its voice in international decision-making spaces.

Given this scenario, this article points out that it is essential to promote a regional dialogue involving the main health organizations of Latin America and the Caribbean, with the aim of building common positions and taking advantage of the opportunities opened up by the current process of reforming the global health architecture.

Keywords: *Reform Of The Architecture Of Global Health; WHO; Global Health Governance.*

Introdução

A arquitetura da saúde global-AGS foi construída sobre os alicerces do sistema multilateral das Nações Unidas, que, à luz das consequências de longo alcance da Segunda Guerra Mundial, que deixou milhões de mortos, foi concebido para proteger as gerações futuras.

As Nações Unidas foram construídas sobre os pilares da paz e segurança, dos direitos humanos e do desenvolvimento. Inicialmente, o desenvolvimento foi concebido como resultado do crescimento econômico, mas, posteriormente, o significado mais profundo do desenvolvimento passou a ser compreendido como a concretização dos direitos humanos: o direito ao trabalho decente, à segurança e proteção social, à alimentação, à educação e à saúde, entre outros.

Nesse sentido, a saúde global pode ser concebida como o sonho humanista de concretizar o gozo efetivo do direito à saúde para toda a humanidade, e a AGS foi construída como governança "...instituições, regras e processos formais ou informais por Estados,

instituições intergovernamentais e atores não estatais para lidar com desafios de saúde que exigem ações coletivas e transnacionais" para garanti-la.

No cenário pós-pandemia de COVID-19, parece haver um consenso internacional sobre a necessidade de reformar a AGS. Desde a criação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em nível regional, em 1906, e da Organização Mundial da Saúde (OMS) em nível global, em 1944, a AGS tem sido responsável pelo controle e erradicação de doenças, pelo desenvolvimento de normas e diretrizes para problemas e desafios de saúde que transcendem fronteiras e pela provisão de uma estrutura adequada para a coordenação de esforços globais em cooperação na área da saúde.

Tudo indicava que, após a pandemia, mais recursos seriam investidos na cooperação em saúde, mas a verdade é que estamos vivendo um momento bastante dramático, no qual os Estados Unidos se retiraram da Organização Mundial da Saúde e cortaram significativamente os recursos destinados à cooperação em saúde.

No contexto atual, a saúde global passou por diversas transformações em decorrência das transições epidemiológicas, demográficas e tecnológicas, bem como das mudanças nos sistemas alimentares e das alterações climáticas. Esses fatores exigem transformações no multilateralismo e na AGS.

A Arquitetura Global de Saúde (AGS) pode ser entendida como o conjunto de instituições, normas, acordos, mecanismos de financiamento e atores públicos e privados que participam da governança em saúde no nível internacional. Seu objetivo é coordenar a prevenção e a resposta a problemas de saúde que transcendem as fronteiras nacionais, promover a equidade no acesso aos serviços e fortalecer a segurança sanitária global.

Além disso, a pressão vivenciada nos últimos anos, o surgimento de novos atores e parceiros estratégicos e as mudanças geopolíticas levaram a uma redução da ajuda oficial ao desenvolvimento, a uma perda de solidariedade internacional e à necessidade de um financiamento para o desenvolvimento mais eficaz.

Wellcome Trust promovendo consultas e diálogos para a Reforma da ASG

Impulsionando esse processo de repensar a AGS, o Welcome Trust[1], uma das maiores fundações filantrópicas do mundo dedicada à pesquisa em saúde global, incumbiu cinco líderes globais da desafiadora tarefa de reimaginar a arquitetura global: os sistemas, estruturas, instituições, normas e processos que, coletivamente, orientam, coordenam, financiam e implementam esforços para aprimorar a saúde global.

Em marco de 2026, a Welcome lanço um artigo intitulado: ***"From rethinking to reform: the way forward for the Global Health System A global synthesis across five regional dialogue"***[2], que reúne as reflexões e conclusões de cinco diálogos regionais com participantes de mais de 114 países sobre a reforma da AGS. Liderados por parceiros regionais, os diálogos

[1] Em 2025, a Wellcome Trust lançou um processo altamente relevante para repensar a arquitetura da saúde global, baseado em cinco diálogos regionais envolvendo atores governamentais e não governamentais de mais de 114 países. Em março de 2026, publicou a síntese "Da reformulação à reforma: o caminho a seguir para o sistema global de saúde", que resume as principais conclusões. https://wellcome.org/insights/reports/rethinking-reform-way-forward-global-health-system

[2] O artigo fica disponivel em Wellcome Global Heath Reform report

abordaram questões urgentes sobre as mudanças necessárias no sistema global de saúde e como elas poderiam ser implementadas.

O documento afirma que *mudanças significativas no sistema global de saúde são inevitáveis*. E que *a questão não é se o sistema mudará, mas quando, em que direção e quem moldará esse futuro sistema*.

De acordo com o artigo publicado pela Welcome, todas as regiões concordaram que *o atual sistema global de saúde trouxe benefícios significativos*. No entanto, as regiões também destacaram *que o sistema atual já não atende às suas necessidades e que deficiências persistentes dificultam o progresso*. Por exemplo:

- ✓ Inconsistência e ineficiência do sistema;
- ✓ Desequilíbrios de poder na tomada de decisões e na definição de agendas;
- ✓ Lacunas na responsabilização e na implementação;
- ✓ Financiamento fragmentado da saúde internacional e dependência de financiamento externo;
- ✓ Sistemas de dados desiguais.

Nesse sentido, apontam que os países exigem reformas urgentes e significativas para tornar o sistema global de saúde mais equitativo, eficaz e sustentável.

Por meio de consultas e diálogos, surge uma visão compartilhada para o futuro: *um sistema global de saúde descentralizado, liderado pelos países, ancorado em centros regionais e apoiado por um sistema global de saúde mais ágil e eficiente*. Alcançar essa visão significa aderir a princípios fundamentais como *soberania, subsidiariedade, equidade e coerência*.

Nesse sentido, o documento questiona: *Como isso se traduziria na prática nos níveis nacional, regional e global?* Ele destaca:

- ✓ Os países são os principais locais onde a saúde é protegida, fornecida e promovida. Eles definem as prioridades dentro do sistema global de saúde para garantir relevância e apropriação local.
- ✓ O nível regional coordenaria estratégias de saúde compartilhadas, cooperação técnica e financiamento para enfrentar desafios comuns o mais próximo possível do nível local.
- ✓ O nível global se concentraria em fornecer padrões técnicos globais, bens públicos globais para a saúde, gestão responsável de ameaças globais e financiamento alinhado às prioridades nacionais.

Os diálogos identificaram três áreas prioritárias para reforma. A primeira é a **governança**, com maior transferência de poder para regiões e países de baixa e média renda, simplificação de mandatos institucionais e fortalecimento da participação da sociedade civil. A segunda é o **financiamento**, por meio do aumento dos investimentos nacionais e regionais em saúde, da redução da dependência de recursos externos e do alinhamento do financiamento internacional às prioridades dos países e ao fortalecimento da atenção primária. A terceira refere-se a **dados, conhecimento e produtos de saúde**, incluindo o fortalecimento dos sistemas regionais de

compartilhamento de informações, a cooperação entre países e mecanismos de compras conjuntas e produção distribuída de produtos de saúde.

Os diálogos fomentados pela iniciativa Wellcome estabelecem um caminho de reforma que envolve a *transferência de poder e tomada de decisões do nível global para os países e regiões, visando um sistema global de saúde mais responsivo e equitativo, descentralizado, porém interconectado*.

O relatório conclui que uma reforma bem-sucedida dependerá da combinação entre propostas técnicas consistentes, apoio político, construção de coalizões e uma abordagem gradual, capaz de gerar resultados concretos no curto prazo enquanto sustenta mudanças estruturais de longo prazo

A UE no processo da Reforma

Em junho de 2025, a União Europeia (UE) e países doadores alinhados iniciaram um processo de reflexão sobre a reforma da AGS[3](, envolvendo 11 Estados-Membros da UE e cinco países parceiros. O objetivo foi identificar propostas comuns para tornar o sistema global de saúde mais eficaz, sustentável e alinhado às necessidades dos países. Em fevereiro de 2026, o grupo publicou o relatório final com recomendações para orientar esse processo de reforma.

O relatório alerta para uma redução estimada de US$ 36,2 bilhões na assistência ao desenvolvimento para a saúde até 2030, equivalente a uma queda de 60% em relação a 2023. Essa redução ocorre em um contexto de crescentes desafios sanitários, incluindo a persistência das doenças transmissíveis, o aumento das doenças não transmissíveis e as restrições fiscais enfrentadas por muitos países de baixa e média renda.

Diante desse cenário[4], o documento defende uma reforma baseada em sete princípios: impacto sustentável na saúde, soberania nacional, participação social, fortalecimento da governança, subsidiariedade, eficiência institucional e fortalecimento do multilateralismo. Também identifica quatro áreas de influência dos doadores: governança, financiamento, cooperação bilateral e articulação política.

---

[3] O processo de brainstorming de opções de reforma envolveu mais de 490 partes interessadas diversas através de consultas, revisões de documentos e mesas-redondas entre julho de 2025 e janeiro de 2026, reunindo especialistas com décadas de experiência para refletir abertamente sobre o que funcionou e o que não funcionou em esforços de reforma anteriores. O processo de consulta, entre julho e outubro de 2025, envolveu mais de 490 partes interessadas através de entrevistas com informantes-chave, painéis de consulta, inquéritos online e grupos focais. Isto permitiu um amplo alcance global, com participantes predominantemente da África Subsariana (41%) e da Europa (28%), representando diversas perspetivas da sociedade civil, governos, organizações multilaterais, academia e setor privado. Em 19 de fevereiro de 2026, eles publicaram seu Relatório Final, intitulado: "***Processo de Reflexão da EU e de Doadores com Ideias Semelhantes sobre a Reforma da Arquitetura Global da Saúde: Ideias e opções de reforma".*** O documento de autoria de David Salinas, Hind Khatib-Othman e Louisiana Lush, com o apoio do HISP: Grégoire Lacoin, Allison Beattie, Allison Kelley e Diana Isabel Sotomayor, intitulado em inglês: "*EU and like-Minded Donors' Reflection Process on Reform of the Global Health Architecture: Reform Ideas and Options*" pode ser acessado em: https://static1.squarespace.com/static/625b44be83e612233a8077de/t/69a56944d1260a6f9fbb6f37/1772448068661/Reflection+Process+Global+Health+Architecture+Reform_Final+Report.pdf

[4] O documento final analisa o atual contexto global de saúde, que é preocupante, visto que a assistência ao desenvolvimento para a saúde (ADS) deverá diminuir significativamente em aproximadamente US$ 36,2 bilhões até 2030, uma redução de 60% em relação a 2023, equivalente aos níveis de 2009.

As propostas concentram-se em fortalecer a liderança dos países sobre seus planos e orçamentos de saúde, ampliar a mobilização de recursos internos, alinhar o financiamento externo às prioridades nacionais e reforçar organizações regionais. Em nível global, destacam-se o fortalecimento da OMS, a preservação dos bens públicos globais e a melhoria da coordenação entre os diferentes atores da saúde internacional.

O relatório organiza as reformas em cinco áreas prioritárias: definição de normas e padrões; financiamento e mobilização de recursos; acesso equitativo a medicamentos, vacinas e diagnósticos; sistemas de dados, vigilância e alerta precoce; e governança, coordenação e responsabilização. O objetivo é construir uma arquitetura global mais eficiente, equitativa e orientada pelas necessidades dos países.

A Reforma da Arquitetura Global na Assembleia Mundial da Saúde

Em maio de 2026, os Ministros da Saúde, reunidos na 79ª Assembleia Mundial da Saúde, propuseram um processo de reforma da arquitetura global da saúde[5], em conformidade com a Iniciativa 80 das Nações Unidas[6], que estabelece os seguintes **objetivos**:

I. Aprimorar o alinhamento dos mandatos e capacidades dos diversos órgãos da arquitetura global de saúde com as funções essenciais dessa arquitetura nos níveis global, regional e nacional.

II. Fortalecer a coordenação e a tomada de decisões para consolidar a colaboração, a responsabilização e a coerência nos níveis global, regional e nacional.

III. Alinhar o financiamento com as prioridades nacionais, regionais e globais para promover a autossuficiência nacional e garantir apoio sustentável e previsível aos bens de saúde pública globais e às funções regionais.

A OMS propõe um processo conjunto para apoiar a transformação da arquitetura global de saúde, a fim de promover uma resposta mais eficaz e eficiente a esses desafios, com base em iniciativas de reforma já existentes e em elementos relevantes da iniciativa UN80, entre outros.

Do ponto de vista operacional, a OMS propõe, para atingir esses objetivos, a criação de uma ***força de tarefas*** conjunta para a reforma da Arquitetura Global de Saúde, composto por 25 membros: 14 Estados-Membros da OMS, dois de cada região da OMS e dois membros adicionais das regiões que colaboram na copresidência. Haverá cinco representantes de iniciativas globais de saúde (Gavi, Aliança de Vacinas, Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias, Unitaid e Fundo para Pandemias); até

[5] https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_24-sp.pdf

[6] A iniciativa UN80 foi impulsionada pelo atual Secretário-Geral Antonio Guterres sobre ***três pilares****: a)* ***Eficiência administrativa*** visando simplificar os processos administrativos, digitalizar e automatizar a organização, consolidar serviços comuns e transferir algumas funções para locais de menor custo; bem como reduzir as despesas operacionais; *b)* ***Revisão dos mandatos***: propondo analisar os mandatos adotados, apagar mandatos duplicados ou obsoletos; eliminar atividades que já não correspondem às prioridades atuais; melhorar a coordenação entre os organismos e agências; e c) **Reestruturação do sistema das Nações Unidas:** propondo a reengenharia organizacional dos programas e fundos; possíveis fusões entre agências com funções semelhantes; fortalecimento da coordenação nos níveis regional e nacional; criação de plataformas compartilhadas para dados, tecnologia e serviços administrativos; e maior integração entre os pilares da paz e segurança, desenvolvimento sustentável, ação humanitária e direitos humanos.

quatro representantes de entidades das Nações Unidas, incluindo a OMS; e um representante do Banco Mundial e um representante de cada uma das organizações regionais de saúde[7]. Na tabela a continuação se apresentam os membros da força de tarefas.

A forca de tarefas elaborará um relatório provisório, que será analisado pelos conselhos das iniciativas globais de saúde e pelas entidades das Nações Unidas que fazem parte do grupo de trabalho, bem como pelos órgãos deliberativos da OMS, entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027, para sua revisão, formulação de comentários e transmissão ao grupo de trabalho; e um relatório final, cuja versão preliminar será submetida aos conselhos das iniciativas globais de saúde antes de sua apresentação à 80ª Assembleia Mundial da Saúde, por meio do Comitê de Programa, Orçamento e Administração, em sua 46ª sessão, para que os Estados-Membros adotem uma decisão final. Os copresidentes que foram eleitos por consenso da Alemanha **Sr. Bjorn KUMMEL** e da China o **Dr. Yong FENG.**

Tabela 1: Composição da Força de Tarefas Conjunta para a Reforma da Arquitetura Global da OMS

Região	Pais	Nome	Título
África	Burundi	Dr. Oscar NITHABOSE	Diretor-Geral Responsável pelo Programa Prévention et Sécurité Sanitaire au Ministère de la Santé Publique
	Etiópia	Dr. Cherinet Mebratu MASSEBO	Chefe de Gabinete do Ministro, Ministério Federal da Saúde, Etiópia
Américas	Brasil	Dr. Rômulo PAES DE SOUSA	Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Diretor do Centro de Estudos Estratégicos (CEE-Fiocruz), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
	México	Embaixadora Francisca E. MENDEZ ESCOBAR	Representante Permanente do México junto ao Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra
Mediterrâneo Oriental	Kuwait	Dr. Abdulrahman ALQASHAAN	Ministério da Saúde (MS), Assessor de Saúde Global, Missão do Kuwait
	Paquistão	Tahir Hussain ANDRABI	Representante Permanente do Paquistão junto à ONU em Genebra
Europa	Franca	Amelie SCHMITT	Representante Especial ante o Ministro da Saúde para Reformas da Saúde. Chefe de Saúde Global
	Reino Unido	Ruth LAWSON	Conselheira Sênior em Segurança Sanitária Global e Demografia no Ministério das Relações Exteriores, da Commonwealth e do Desenvolvimento
			Diretor de Programas, Divisão de Intervenção em Saúde e Avaliação de Tecnologias,

[7] Embora se proponha que, no que diz respeito à indicação de representantes dos Estados-membros, os grupos regionais realizem consultas e apresentem à Secretaria os nomes dos países por região, levando em consideração os países de baixa e média renda, até 31 de julho de 2026. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_24-sp.pdf

Sudeste Asiático	Butão	Sr. Ugyen TASHI	Departamento de Serviços de Saúde, Ministério da Saúde, Governo Real do Butão
	Tailândia	Major da Polícia SURIWAN THAIPRAYOON	Diretor Adjunto da Divisão de Saúde Global, Gabinete do Secretário Permanente, Ministério da Saúde Pública, Governo Real da Tailândia
Pacífico Ocidental	Malaysia	Dr Juliana SHAMINI PAUL	Diretora Adjunta de Saúde Global do Ministério da Saúde da Malásia
	Japão	Dr. Satoshi EZOE	Ministro Adjunto Sênior de Saúde Global, Ministério de Saúde, Trabalho e Bem-estar
Banco	Banco Mundial	Dr. David WILSON	Diretor de Programas da Saúde
Iniciativas da Saúde Global	CEPI	Sra. Aurélia NGUYEN	Diretora-Executiva Adjunta
	GAVI	Dra. Sania NISHTAR	Diretora-Executiva
	Fundo Global	Sra. Françoise VANNI	Diretora de Relações Externas e Comunicações
	Fundo Pandémico	Sra. Priya BASU	Diretora-Executiva, Secretaria do Fundo para a Pandemia
	UNITAID	Dr. Vincent BRETIN	Diretor de Resultados e Clima
Organizações do Sistema da ONU	UNFPA	Dra. Catharina BOEHME	Secretaria Geral Adjunto e Subdiretora Executiva de Programa
	UNICEF	Sr. Ted CHAIBAN	Subsecretário-Geral e Diretor-Executivo Adjunto para Ação Humanitária e Operações de Fornecimento
	WHO	Sr. Raul THOMAS	Diretor-Geral Assistente, Operações Comerciais

Fonte: https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture

A região está em processo de reforma arquitetônica global

Assim como as outras regiões, a América Latina participou do diálogo e da consulta promovidos pela *Welcome* baixo a liderança de uma pesquisadora: ***Paola Abril Campos Rivera***[8] do Institute for Obesity Research del Tecnológico de Monterrey, México, quem preparou um documento base para promover a discussão: "***Reequilibrar a balança: Uma nova arquitetura para a justiça global em saúde***"[9].

Diferentemente de outras regiões, esse processo não foi acolhido e aproveitado como uma oportunidade pelos principais atores e ministérios da saúde da região. Embora a 178ª

[88] Paola Abril Campos Rivera é Paola es professora pesquisadora e diretora do Evidence and Action for Health Equity School of Government and Public Transformation in the Institute for Obesity Research del Tecnológico de Monterrey, México. Arge

[9] O documento proposto, que em teoria busca fortalecer a Arquitetura Global de Saúde, ignora completamente a região, suas prioridades e os mandatos que os ministros priorizaram em matéria de saúde no âmbito regional. O documento pode ser acessado em: Rethinking-GHA Perspective-LAC Preview withTable2

reunião do Comitê Executivo da OPAS tenha ocorrido de 15 a 18 de junho, após a 79ª Assembleia Mundial da Saúde, o tema "Reformando a Arquitetura Global da Saúde" não foi incluído na agenda. Este debate também não foi promovido nos fóruns de saúde dos processos de integração regional.

MARQUEZ, L[10] (2026) apresenta o debate sobre a reforma da OMS e sua Arquitetura Global de Saúde em países como a Índia (OMS/SEARO) e a Arábia Saudita (OMS/EMRO), que se articula nos bastidores para garantir que seus aliados (ou os seus próprios) ocupem as vagas na Força-Tarefa, um grupo que liderará os primeiros movimentos de reforma. Enquanto a China propõe uma reformulação das normas globais com base na centralidade da ONU e do Sul Global, a Índia se concentra na liderança industrial, na biotecnologia e na autossuficiência econômica. A Arábia Saudita, representando os países do Oriente Médio e Norte da África (MENA), defende o financiamento estratégico de emergências e a autonomia operacional do escritório da OMS no Oriente Médio e Norte da África (EMRO). Na Ásia Central, Espanha e Uzbequistão, há defensores da Atenção Primária à Saúde e da sub-regionalização dos escritórios regionais da OMS. A ASEAN, como bloco, defende a descentralização da governança e da capacidade industrial e regulatória. Existem diferentes visões sobre a reforma da OMS e seu financiamento, todas buscando os mesmos objetivos: autonomia decisória e financeira, descentralização, compartilhamento de dados, polos e descentralização produtiva. Todos queremos nos desvincular do Norte Global, das grandes empresas de tecnologia e de dois financiamentos com critérios preestabelecidos.

Em contrapartida, ***um debate semelhante não é observado na região das Américas***. O debate esteve ausente das Reuniões de Ministros do ***MERCOSUL****, da* ***Comunidade Andina*** *e da* ***América Central***. A ***Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)*** não possui um marco específico de governança em saúde; contudo, até o momento, nem a presidência anterior da Colômbia nem a atual do Uruguai promoveram qualquer reunião setorial para tratar da questão da reforma da arquitetura global de saúde.

Além da ausência de debate sobre a Reforma da Arquitetura Global na Região, as Américas contam com dois países que já manifestaram a intenção de deixar a Organização Mundial da Saúde, o órgão máximo de governança da Arquitetura Global de Saúde. A Argentina, que mantém laços estreitos com os Estados Unidos, já solicitou sua retirada da OMS, e ambos os países têm sérias preocupações sobre o desempenho da organização durante a pandemia e sobre o Tratado de Pandemia proposto, atualmente em negociação.

Para a região, a reforma da arquitetura global pode representar uma oportunidade inestimável para:

- ✓ Definir um quadro de cooperação em saúde entre a OMS, seu órgão regional, a OPAS, e os fóruns de saúde dos processos de integração regional, como o MERCOSUL, a Comunidade Andina, a CARICOM e a SICA, fortalecendo e sinergizando os esforços de cooperação.
- ✓ Analisar prioridades estratégicas, como o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS para 2025-2028 e seu alinhamento e correspondência com as prioridades regionais, tais como: a Agenda Saúde para o Desenvolvimento Sustentável, o

[10] Marques, L. (2026). Reforma da OMS: o que defendem países e blocos da Ásia-Pacífico e MENA. *Cadernos Fiocruz De Saúde Global E Diplomacia Da Saúde*, *13*, 239-248. https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/523

Plano Estratégico da OPAS 2026-2031 e outros planos sub-regionais, alinhando-os, promovendo sua reapropriação, revitalização e relançamento para promover a mobilizando recursos para a cooperação técnica.

- ✓ Fortalecer a coordenação entre a OPAS e outras agências do Sistema das Nações Unidas, reforçando alianças estratégicas para alcançar prioridades estratégicas e promovendo uma governança multilateral mais representativa e eficaz em um contexto de crescente competição geopolítica.

Conclusões

Este documento foi elaborado com o objetivo de contribuir para o debate regional sobre o processo de reforma da Arquitetura Global da Saúde. Embora não pretenda esgotar a ampla literatura e os diversos documentos produzidos sobre o tema, busca apresentar uma síntese representativa das principais iniciativas, propostas e discussões atualmente em curso.

O processo de reforma representa uma oportunidade particularmente relevante para a América Latina e o Caribe, região marcada por profundos níveis de desigualdade social e por importantes desafios estruturais na área da saúde. A pandemia de COVID-19 evidenciou fragilidades históricas dos sistemas de saúde, revelou limitações na capacidade de resposta coletiva e destacou a importância da cooperação internacional, dos bens públicos regionais e do fortalecimento do multilateralismo.

As propostas atualmente em discussão apontam para uma arquitetura mais descentralizada, orientada pelas necessidades dos países e fortalecida por mecanismos regionais de coordenação. Nesse contexto, a região tem a oportunidade de ampliar sua participação nos processos globais de tomada de decisão, fortalecer suas instituições regionais de saúde e desenvolver estratégias mais eficazes de cooperação técnica, financiamento e produção de bens essenciais para a saúde.

Para avançar nessa direção, recomenda-se promover um diálogo estruturado entre os principais mecanismos regionais de governança em saúde, incluindo a SE-COMISCA, o Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue, a Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, a CARPHA e outros espaços de integração regional. A construção de uma agenda compartilhada poderá contribuir para ampliar a capacidade de incidência da região nas discussões globais e assegurar que as prioridades latino-americanas e caribenhas sejam adequadamente refletidas no processo de reforma da AGS.

Dessa forma, a reforma da Arquitetura Global da Saúde não deve ser compreendida apenas como um processo de reorganização institucional internacional, mas também como uma oportunidade estratégica para fortalecer a integração regional, promover maior equidade em saúde e consolidar uma participação mais ativa da América Latina e do Caribe na governança global da saúde.

Gestão de crises sanitárias e estratégias de saúde pública na Região Africana

Gestión de crisis sanitarias y estrategias de salud pública en la Región Africana

Health crisis management and public health strategies in the African Region

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo*:* A 76ª sessão do Comité Regional da OMS para a África (AFR/RC76), agendada para 25 a 28 de agosto em Adis Abeba, reunirá Ministros da Saúde dos 47 Estados-Membros para debater planos estratégicos regionais entre 2026 e 2035. A agenda aborda temas fundamentais, incluindo a retenção de profissionais de saúde, o financiamento da saúde, a regulação de produtos médicos, o uso da Inteligência Artificial nos Cuidados de Saúde Primários e a resposta transfronteiriça a emergências sanitárias. Paralelamente, o continente enfrenta um grave surto do vírus Ebola (espécie Bundibugyo), centrado na República Democrática do Congo e expandido para o Uganda, com mais de 4.400 casos confirmados e mais de 2.000 óbitos. A taxa de letalidade atinge 46,3%, agravada pelo facto de cerca de 63% dos óbitos recentes ocorrerem nas comunidades. Em resposta, reuniões transfronteiriças na República Centro-Africana reforçaram a vigilância nos pontos de entrada e a cooperação regional. O Grupo Consultivo de Emergência do CDC África manteve a declaração de Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental, recomendando a expansão do rastreamento de contatos, o fortalecimento dos laboratórios e o uso da vacina Ervebo sob protocolos de ensaios clínicos para avaliar a sua eficácia contra a estirpe Bundibugyo.

Palavras-chave: Saúde pública; Emergências sanitárias; Surto epidêmico; Vírus Ebola; Virus Bundibugyo.

Resumen: *La 76.ª sesión del Comité Regional de la OMS para África (AFR/RC76), que se celebrará del 25 al 28 de agosto en Adís Abeba, reunirá a Ministros de Salud de 47 Estados Miembros para debatir planes estratégicos regionales (2026–2035). La agenda abarca la retención de personal sanitario, la financiación de la salud, la regulación de productos médicos, el uso de Inteligencia Artificial en atención primaria y la respuesta transfronteriza ante emergencias. Paralelamente, la región enfrenta un grave brote de ébola (cepa Bundibugyo), centrado en la República Democrática del Congo y extendido a Uganda, con más de 4.400 casos confirmados y más de 2.000 fallecidos. La tasa de letalidad alcanza el 46,3%, agravada porque el 63% de los fallecimientos recientes ocurre en la comunidad. Ante esto, consultas transfronterizas en la República Centroafricana han reforzado la vigilancia fronteriza. El Grupo Consultivo de Emergencia del África CDC mantuvo la declaración de Emergencia de Salud Pública Continental, recomendando fortalecer el rastreo de contactos, ampliar la capacidad de laboratorios y aplicar la vacuna Ervebo bajo ensayos clínicos para determinar su eficacia contra el virus Bundibugyo.*

Palabras clave: *Salud pública; Emergencias sanitarias; Brote epidémico; Virus del Ébola; Virus Bundibugyo.*

Abstract: *The 76th session of the WHO Regional Committee for Africa (AFR/RC76), scheduled for August 25–28 in Addis Ababa, will gather Health Ministers from 47 Member States to discuss regional strategic plans for 2026–2035. The agenda focuses on healthcare workforce retention, health financing, medical product regulation, Artificial Intelligence integration in primary healthcare, and cross-border emergency response. Concurrently, the region faces a severe Ebola outbreak (Bundibugyo strain), centered in the Democratic Republic of the Congo and affecting Uganda, exceeding 4,400 confirmed cases and over 2,000 deaths. The case fatality rate stands at 46.3%, heightened by 63% of recent deaths occurring in communities. Cross-border consultations in the Central African Republic have strengthened regional surveillance and point-of-entry controls. The Africa CDC Emergency Consultative Group maintained the Continental Public Health Emergency declaration, recommending enhanced contact tracing, expanded laboratory capacity, and the clinical trial deployment of the Ervebo vaccine to evaluate its efficacy against the Bundibugyo virus.*

Keywords: *Public health; Health emergencies; Disease outbreak; Ebola virus; Bundibugyo virus.*

76ª Sessão do Comité Regional da OMS para a África (AFR/RC76)

A 76ª sessão do Comité Regional da OMS para a África (AFR/RC76) terá lugar de 25 a 28 de agosto, em Adis Abeba, na Etiópia. Reunirá Ministros da Saúde e altos responsáveis dos 47 Estados-Membros para debater e aprovar políticas, estratégias e planos regionais de saúde, com vista a melhorar a saúde das populações em África.

Programa

1º DIA: Terça-feira, 25 de agosto	
Ponto 01 da pauta	Abertura da reunião
Ponto 02 da pauta	Eleição do Presidente, Vice-Presidentes e Relatores
Ponto 3 da pauta	Adopção da ordem do dia e do programa de trabalho provisórios (Documento AFR/RC76/1 e Documento AFR/RC76/1 Add.1)
Ponto 4 da pauta	Nomeação dos membros da Comissão de Verificação de Poderes
Ponto 5 da pauta	Declaração do Presidente do Subcomité do Programa (Documento AFR/RC76/2)
Ponto 6 da pauta	**Relatório do Diretor Regional sobre as atividades da OMS na Região Africana (Documento AFR/RC76/3)**
Objetivo 4. Resultados empresariais da OMS	
Ponto 15 da pauta	**Uma nova era de saúde para a África: Ação unida para a Visão 2035 (Documento AFR/RC76/11 e Documento AFR/RC76/11 Add.1)**
Ponto 4 da pauta (cont.)	Relatório da Comissão de Verificação de Poderes
Ponto 7 da pauta	**Reforma da Arquitetura Mundial da Saúde (AMS)**
2º DIA: Quarta-feira, 26 de agosto	
1º evento paralelo	Decisões baseadas em dados: aproveitar a Inteligência Artificial para reforçar os Cuidados de Saúde Primários
Objetivo 2. Prestar cuidados de saúde	
Ponto 08 da pauta	Agenda para o Pessoal da Saúde em África, 2026–2035: Uma estratégia para o planeamento, a formação e a retenção sustentáveis dos profissionais de saúde. (Documento AFR/RC76/4)
Ponto 09 da pauta	Estratégia regional para melhorar os resultados da primeira infância para as crianças na Região Africana da OMS (Documento AFR/RC76/5)

Ponto 10 da pauta	**Estratégia para financiar o futuro da saúde na Região Africana da OMS, 2026–2035 (Documento AFR/RC76/6)**
Ponto 11 da pauta	**Estratégia Regional para a regulação dos produtos médicos na Região Africana, 2026 – 2035 (Documento AFR/RC76/7)**
Sessão especial	**Sessão de informação especial sobre o atual surto de doença por vírus Ebola causado pelo vírus Bundibugyo**
2º evento paralelo	Eliminação de múltiplas doenças em África: celebrar as conquistas e acelerar os progressos
3º DIA: Quinta-feira, 27 de agosto	
Objetivo 2. Prestar cuidados de saúde	
3º evento paralelo	Reforçar a preparação e resposta transfronteiriças a todos os perigos em África: De ações fragmentadas à uma resiliência coletiva
Ponto 12 da pauta	Quadro Regional para as equipas médicas de emergência, 2026–2030 (Documento AFR/RC76/8)
Objetivo 3. Proteger a saúde	
Ponto 13 da pauta	Quadro de operações de transição e sustentabilidade da poliomielite na Região Africana da OMS, 2026–2035 (Documento AFR/RC76/PSC/9)
Ponto 14 da pauta	Quadro de implementação de alterações ao Regulamento Sanitário Internacional na Região Africana da OMS (Documento AFR/RC76/10)
Objetivo 4. Resultados empresariais da OMS	
Ponto 16 da pauta	Projeto de Proposta de Orçamento-Programa (2028–2029) (Documento AFR/RC76/12)
Ponto 17 da pauta	Projeto de ordem do dia provisória, local e datas da septuagésima sétima sessão do Comité Regional (Documento AFR/RC76/13)
Ponto 18 da pauta	Documentos de informação
Objetivo 1. Promover a saúde	
18.1 Relatório de progresso sobre a Estratégia Regional atualizada para a Gestão dos Determinantes Ambientais da Saúde Humana na Região Africana (AFR/RC76/INF.DOC/1)	
18.2 Quadro de implementação do Plano de Ação Mundial sobre o Consumo de Álcool (2022–2030) na Região Africana da OMS (AFR/RC76/INF.DOC/2)	
Objetivo 2. Prestar cuidados de saúde	
18.3 Relatório de progresso relativo à Estratégia regional sobre serviços e sistemas de diagnóstico e de laboratório (2023–2032) para a Região Africana da OMS (AFR/RC76/INF.DOC/3)	
18.4 Relatório de progresso sobre o Quadro integrado para o controlo, a eliminação e a erradicação das doenças tropicais e de transmissão vectorial na Região Africana 2022–2030 (Documento AFR/RC76/INF.DOC/4)	
18.5 Relatório de progressos sobre o Quadro de implementação da Agenda 2030 para a Vacinação na Região Africana da OMS (AFR/RC76/INF.DOC/5)	
18.6 Relatório de progresso relativo ao Quadro para a integração de dados nacionais e regionais sobre saúde na Região Africana: Plataforma Regional de Dados de Saúde, 2024–2030 (AFR/RC76/INF.DOC/6)	
18.7 Segundo relatório de progresso para o Quadro da Região Africana para a Implementação da Estratégia Mundial sobre os Recursos Humanos para a Saúde: Força de Trabalho em 2030 (AFR/RC76/INF.DOC/7)	
18.8 Relatório de progresso relativo ao Quadro para a manutenção de um sistema de saúde resiliente com vista a alcançar a cobertura universal de saúde e a promover a segurança sanitária na Região Africana da OMS 2023–2030 (AFR/RC76/INF.DOC/8)	
18.9 Relatório de progresso sobre a implementação da Estratégia Mundial para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente 2016–2030 na Região Africana (AFR/RC76/INF.DOC/9)	
18.10 Relatório de progresso sobre o Quadro de implementação da Estratégia mundial para erradicar a meningite até 2030 na Região Africana da OMS (AFR/RC76/INF.DOC/10)	

18.11 Relatório de progresso sobre a Estratégia Regional para a Vigilância e Resposta Integradas às Doenças (AFR/RC76/INF.DOC/11)	
Objetivo 4. Resultados institucionais da OMS (transversais)	
18.12 Relatório final sobre a implementação da Estratégia de investigação para a saúde na Região Africana, 2016–2025 (AFR/RC76/INF.DOC/12)	
18.13 Relatório sobre o pessoal da OMS na Região Africana (AFR/RC76/INF.DOC/13)	
18.14 Assuntos regionais decorrentes dos relatórios das auditorias internas e externas da OMS (AFR/RC76/INF.DOC/14)	
4º evento paralelo	Plataforma Regional de Dados de Saúde da OMS
RESOLUÇÕES E DECISÕES	
Agenda para o Pessoal de Saúde em África 2026–2035: Uma estratégia para o planeamento, a formação e a retenção sustentáveis dos profissionais de saúde (Documento AFR/RC76/4)	
Melhorar os resultados do desenvolvimento na primeira infância para as crianças da Região Africana da OMS, 2026-2032: Uma estratégia regional (Documento AFR/RC76/5)	
Estratégia para financiar o futuro da saúde 2026-2035 na Região Africana da OMS (Documento AFR/RC76/6)	
Estratégia Regional para a regulação dos produtos médicos na Região Africana, 2026–2035 (Documento AFR/RC76/7) — Resolução	

Surto do Ebola na RDC e no Uganda

Ponto de situação

A resposta contra a doença por vírus Ebola prossegue nas cinco províncias afetadas: Haut-Uélé, Ituri, Nord-Kivu, Sud-Kivu e Tshopo. A situação permanece geograficamente estável, com 53 zonas de saúde afetadas. Ituri continua a ser o epicentro principal da epidemia, enquanto Sud-Kivu assinala agora 75 dias sem qualquer novo caso confirmado.

Até à data, foram registados 4 449 casos confirmados. 716 doentes encontram-se atualmente em isolamento ou internados, 886 pessoas foram curadas desde o início da epidemia e foram registados 2 061 óbitos. A taxa de letalidade fixa-se em 46,3%, enquanto a taxa de seguimento de contatos atinge os 82,7%.

Os mecanismos de vigilância e de controlo sanitário permanecem totalmente mobilizados. As equipas prosseguem a investigação de casos suspeitos e a sua transferência para as estruturas de atendimento, bem como as operações de controlo nos pontos de entrada. As ações de prevenção, descontaminação, funerais dignos e seguros e mobilização comunitária continuam também em curso nas zonas afetadas.

Para mais informações, os *External Situation Reports* 12 e 13, da OMS AFRO, trazem atualizações mais detalhadas.

República Centro-Africana sedia consulta transfronteiriça sobre o risco do vírus Bundibugyo

Uma reunião transfronteiriça de alto nível teve início no dia 14 de agosto, na capital Bangui, na República Centro-Africana, para fortalecer a preparação e a coordenação em resposta aos riscos impostos pela doença do vírus Bundibugyo. Convocado pela OMS AFRO, o encontro reúne a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, a República do Congo, o Sudão do Sul e Uganda para estreitar a cooperação regional no combate à ameaça do vírus Bundibugyo e de outras emergências de saúde transfronteiriças.

Como parte dos esforços para harmonizar mecanismos de alerta, reforçar a vigilância nos pontos de entrada e engajar as comunidades fronteiriças na preparação e resposta, os países participantes reafirmaram o compromisso de trabalhar juntos em ações conjuntas que vão além das fronteiras administrativas.

"É essencial que nossos países trabalhem em estreita colaboração, unindo nossos esforços e sabedoria coletiva, especialmente ao longo de nossas fronteiras compartilhadas, onde as comunidades trocam não apenas mercadorias, mas também mantêm laços familiares enraizados em culturas e tradições comuns", declarou o Primeiro-Ministro da República Centro-Africana, Félix Moloua.

A República Democrática do Congo declarou um surto do vírus Bundibugyo em 15 de maio de 2026. Três meses depois, mais de 4.300 casos foram confirmados no país, incluindo mais de 2.000 mortes. Diante desse cenário, Baltasar Engonga Edjo'o, Presidente da Comissão da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), alertou sobre a contínua ameaça representada pelo Ebola. "A África Central está bem ciente dos riscos humanos, econômicos e sociais impostos pela propagação do vírus", disse ele, destacando que a Comissão já mobilizou um grupo técnico sub-regional e adotou um plano de ação regional para intensificar a vigilância e reforçar as medidas de segurança nos pontos de entrada.

"Os vírus não param nas fronteiras", afirmou o Diretor Regional da OMS para a África, Dr. Mohamed Janabi, ressaltando a importância de uma abordagem coletiva no investimento em preparação. "Quando um país se prepara, a África se torna mais forte. Nossas fronteiras podem separar nossos países, mas não podem dividir nossa segurança sanitária."

Os participantes da reunião enfatizaram a necessidade de fortalecer a vigilância comunitária e garantir o rápido compartilhamento de informações de saúde. Os países envolvidos se comprometeram a traduzir os acordos em ações concretas e a transformar a preparação em uma prioridade política.

A República Centro-Africana destacou que um laboratório móvel foi implantado em Obo, perto das fronteiras com a República Democrática do Congo e o Sudão do Sul. A equipe em campo está realizando vigilância reforçada, com foco especial no engajamento e participação da comunidade, bem como nas melhores práticas para prevenção e controle de infecções.

A expectativa é que a reunião, marcada por apelos à solidariedade e cooperação transfronteiriça, resulte em um plano de ação conjunto e em protocolos comuns de atuação.

Recomendações do Grupo Consultivo de Emergência (ECG)

Comunicado do CDC África

> O CDC África recebeu com satisfação as recomendações do Grupo Consultivo de Emergência (ECG, *Emergency Consultative Group*), que vão orientar a organização na oferta do melhor aconselhamento científico possível à República Democrática do Congo e a outros países africanos enquanto respondem ao surto de Ebola Bundibugyo.
>
> Estendemos nosso profundo agradecimento aos membros do ECG, nossos ilustres cientistas africanos, muitos dos quais atuam em importantes órgãos científicos e consultivos africanos e globais, por disponibilizarem sua expertise, independência e experiência ao nosso continente.
>
> Reconhecemos particularmente o Prof. Salim Abdool Karim, presidente do ECG, assim como a Prof. Helen Rees, o Dr. David Parirenyatwa, a Prof. Lucille Blumberg, o Prof. Jean-Jacques Muyembe, a

Profa. Francine Ntoumi, a Prof. Rose Leke Fonbang, o Prof. Jean Nachega, o Dr. Amadou Sall, o Prof. Oyewale Tomori, o Prof. Samba Sow, o Prof. Dimie Ogoina, o Prof. Abderahmane Maroufi, a Prof. Maha El Rabbat, a Prof. Samia Menif Marrakchi, o Prof. Fawzi Derrar, o Dr. Sultani Matendechero, o Prof. Nelson Sewankambo, o Prof. Claude Mambo Muvunyi e a Prof. Agnes Binagwaho.

A criação do ECG reflete o princípio do CDC África de que as decisões de saúde pública africanas devem se basear nas melhores evidências científicas disponíveis, fundamentadas nas realidades africanas e conduzidas por especialistas africanos de confiança, ao mesmo tempo em que se recorre às evidências científicas mais sólidas de todo o mundo.

Neste momento crítico do surto de Ebola Bundibugyo, a ciência deve continuar sendo nossa bússola. As recomendações do ECG ajudarão, portanto, o CDC África a fortalecer seu aconselhamento ao governo da RDC e a outros Estados-Membros.

Temos orgulho de que a África possua a liderança científica, o conhecimento e a experiência necessários para enfrentar suas emergências de saúde pública mais complexas. Nosso continente não carece de expertise. Cientistas africanos lideraram alguns dos avanços mais importantes do mundo na compreensão, detecção e resposta a doenças infecciosas, incluindo o Ebola.

Resumo da reunião do ECG do CDC África

1. Após uma apresentação detalhada sobre a epidemiologia da atual epidemia de Ebola, o ECG observou que os dados mais recentes disponíveis incluíam 4.449 casos confirmados e mais de 2.061 óbitos confirmados, com uma taxa de letalidade de 46,3% na RDC. Observou-se ainda que há cerca de 100 novos casos por dia e que o número de reprodução (Rt) tem se mantido consistentemente acima de 1. E como a epidemia continua crescendo rapidamente, e mais rápido do que epidemias anteriores de Ebola, a declaração de Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental (PHECS) permanece plenamente justificada. O ECG recomenda, portanto, a continuidade da PHECS, tendo em vista o preocupante quadro epidemiológico do Ebola no momento.

2. O ECG destacou melhorias significativas na qualidade dos dados e no nível de detalhamento epidemiológico fornecido sobre os focos da doença, faixas etárias e apresentações clínicas. Isso aprimora substancialmente a nossa compreensão da epidemia e fornece evidências muito melhores para orientar a resposta ao Ebola. O ECG elogiou o CDC África pela qualidade e pelo detalhamento de sua apresentação.

3. O progresso na resposta ao Ebola na Uganda e na RDC foi devidamente reconhecido. Reconhecendo as difíceis condições sob as quais a resposta está sendo organizada na RDC, o ECG ficou satisfeito ao notar o aumento na disponibilidade de leitos, testes laboratoriais e medidas de resposta. As organizações de resposta ao Ebola e as equipes em campo estão de parabéns por essas realizações. As evidências epidemiológicas apontaram para três questões que precisam ser abordadas:

    a. É preocupante que 63% das mortes por Ebola nas últimas duas semanas tenham ocorrido na comunidade, e que apenas cerca de um terço das mortes por Ebola tenha ocorrido em Centros de Tratamento de Ebola. Isso tem repercussões substanciais para a detecção de casos, o número de contatos expostos, os riscos para cuidadores domiciliares e a precisão da notificação de óbitos na comunidade;

b. Cada caso de Ebola não diagnosticado, ou não diagnosticado em tempo hábil, representa uma oportunidade perdida para o controle da epidemia, pois significa que a transmissão para outras pessoas não pode ser interrompida e que os contatos não podem ser rastreados. Observou-se que o rastreamento de contatos dos casos detectados na RDC está aquém do ideal. Quando os casos não são detectados e seus contatos não são rastreados, isso torna ainda mais difícil interromper a transmissão comunitária em curso. Como a detecção de casos é fundamental para a resposta ao Ebola, essa é uma área que precisa de recursos e esforços adicionais.

c. Foi motivo de satisfação constatar que o número de laboratórios que realizam testes para Ebola na RDC aumentou dos dois originais para um total atual de 19, com mais dois laboratórios móveis, proporcionando uma capacidade combinada de mais de 3.000 amostras por dia.

4. Um excelente resumo preparado pelo CDC África sobre as evidências disponíveis quanto à eficácia da vacina Ervebo contra o ebolavírus Bundibugyo foi apresentado na reunião do ECG. As evidências disponíveis confirmaram que não há evidência confiável de sua eficácia clínica, que os dados imunológicos são difíceis de interpretar na ausência de um correlato de proteção validado, e que os dados disponíveis em animais sobre a eficácia são limitados pelo número muito pequeno de animais utilizados nos estudos. O ECG observou que novas evidências sobre anticorpos de ligação e séries de casos clínicos são cautelosamente promissoras. Observou-se que ainda existe uma chance razoável de que a vacina não seja eficaz contra o vírus Bundibugyo, e que são necessárias mais evidências sobre a eficácia da Ervebo na prevenção dessa doença. O ECG apoia fortemente a priorização do uso da vacina Ervebo para dois propósitos neste momento:

    a. Implementação da vacina Ervebo sob um protocolo de ensaio clínico para vacinação em anel de contatos, com base na abordagem utilizada no ensaio *Ebola Ça Suffit*, no qual muitos contatos são vacinados, um grupo imediatamente e o outro após 2 a 3 semanas. Isso permitiria que muitos contatos recebessem a vacina, ao mesmo tempo em que forneceria evidências fundamentais sobre sua eficácia clínica na prevenção da infecção por Ebola.

    b. Fornecimento compassivo da vacina Ervebo sob um protocolo de estudo clínico a profissionais da linha de frente, com documentação de quaisquer casos incidentes de Ebola e da evolução e desfechos clínicos da doença em funcionários vacinados. Isso tornará a vacina disponível para muitos profissionais da linha de frente em alto risco, a fim de gerar evidências científicas sobre seu impacto na evolução clínica da doença, e especificamente sobre se ela reduz o risco de morte em pessoas infectadas pelo vírus Bundibugyo após a vacinação. A implementação compassiva para todos os profissionais da linha de frente em risco, sem um grupo controle, é justificada, já que a taxa de letalidade do grupo controle pode ser derivada de uma amostra pareada por idade e sexo do conjunto geral da epidemia.

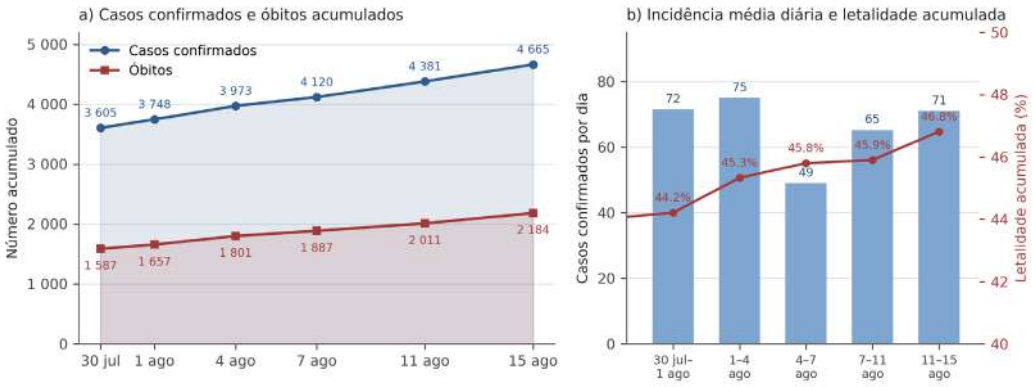
O ECG observou que novas evidências sobre os efeitos da Ervebo contra o ebolavírus Bundibugyo estão se acumulando rapidamente. As evidências provenientes das duas estratégias prioritárias de implementação do protocolo de vacinação listadas acima devem orientar e, quando necessário, modificar o uso da vacina na resposta ao Ebola.

A emergência que reorganizou a agenda sanitária regional

A quinzena ficou marcada por um surto que, embora localizado no nordeste da República Democrática do Congo, passou a condicionar decisões em toda a região. A epidemia de doença por vírus Bundibugyo (BVD) atingiu, a 15 de Agosto, **4 665 casos confirmados e 2 184 óbitos**, com letalidade acumulada de 46,8% e 965 recuperados, distribuídos por 54 zonas sanitárias de seis províncias (Ituri, Kivu Norte, Kivu Sul, Haut-Uélé, Tshopo e, pela primeira vez, Bas-Uélé) (CGTN, 15/08/2026). Quinze dias antes, a OMS reportava 3 605 casos confirmados e 1 587 óbitos em 49 zonas de cinco províncias, com letalidade de 44% (WHO, 01/08/2026, DON614). O África CDC estima que, no mesmo ponto da curva epidêmica, o surto acumula cerca de nove vezes mais casos e seis vezes mais óbitos do que a epidemia da África Ocidental de 2014-2016 (Africa CDC, 10/08/2026).

A leitura destes números exige alguma prudência. Entre 30 de Julho e 15 de agosto acumularam-se 1 060 novos casos e 597 óbitos, uma razão de 56,3 óbitos por 100 casos incidentes, portanto acima da letalidade acumulada de 46,8%. Parte desta diferença reflete a defasagem habitual entre a confirmação laboratorial e o registro do desfecho. Outra parte tem origem no modo como os casos estão sendo detectados: segundo o Grupo Consultivo de Emergência do África CDC, presidido por Salim Abdool Karim, 63% dos óbitos notificados nas duas semanas anteriores a 14 de agosto ocorreram na comunidade, fora de qualquer estrutura de tratamento (Africa CDC, 14/08/2026). Quando boa parte dos casos entra no sistema por confirmação post mortem, o denominador fica enriquecido em casos fatais e a letalidade deixa de ser comparável com a observada em coortes hospitalizadas. É um viés de averiguação clássico, não um aumento da virulência.

Figura 1: Evolução do surto de doença por vírus Bundibugyo na RD Congo, 30 de julho a 15 de agosto



Fonte: elaboração própria a partir de WHO DON614 (01/08), UN News (04/08), WHO/Africa CDC (06/08), Africa CDC (10/08), Al Jazeera (11/08) *e* CGTN (15/08).

Os indicadores de resposta ajudam a explicar a trajetória. A 4 de Agosto, a cobertura de rastreamento de contatos era de 75%, contra uma meta de 95%, e a taxa de ocupação dos centros de tratamento no Kivu Norte chegava a 139% (WHO/Africa CDC, 06/08/2026). Uma rede de contatos incompleta e leitos superlotados produzem o que se observa: transmissão que se desloca para o domicílio e óbitos que só são identificados no momento do enterro seguro. A capacidade laboratorial, por sua vez, cresceu de 2 para 19 laboratórios com unidades móveis, ultrapassando 3 000 amostras diárias, o que sugere que o gargalo não está no diagnóstico, mas

na articulação entre detecção, isolamento e confiança comunitária. Foram ainda notificados ataques armados a pelo menos doze unidades de tratamento (UN News, 11/08/2026), num quadro de insegurança que nenhuma medida técnica resolve isoladamente. O Uganda, com 20 casos confirmados e 2 óbitos, declarou o fim da transmissão a 28 de julho, o que mostra que a contenção é possível quando a introdução ocorre num sistema com vigilância funcional.

Ervebo: decisão sob incerteza e o problema da evidência disponível

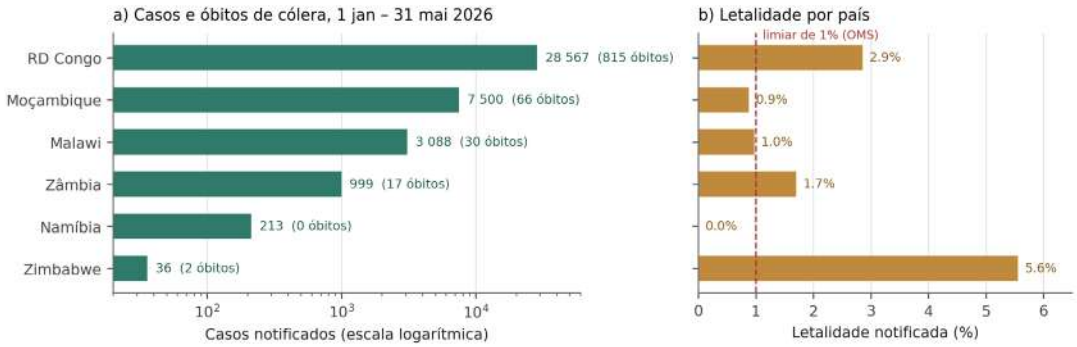
O ponto de virada político da quinzena foi a reversão da posição da OMS sobre a vacina Ervebo, licenciada contra o ebolavírus Zaire e cujo genoma diverge do Bundibugyo em cerca de 30% ao nível nucleotídico. A 28 de Maio a OMS desaconselhava o seu uso; a 7 de agosto passou a recomendar ensaios clínicos de fase 3 na RD Congo (Al Jazeera, 07/08/2026). A 12 de Agosto o país submeteu formalmente ao International Coordinating Group um pedido de 100 000 doses do estoque de emergência, apoiado pelo África CDC (Xinhua, 14/08/2026). As negociações sobre o desenho do ensaio, com randomização individual contra placebo, prosseguiam a 12 de agosto (STAT News, 12/08/2026).

A base empírica desta mudança merece exame. Os dados pré-clínicos são favoráveis, mas limitados: proteção completa em furões e sobrevivência de três em quatro primatas não humanos. Do lado observacional, foi citado um agregado de profissionais de saúde em Mongbwalu em que três vacinados sobreviveram e cinco não vacinados morreram (Tech Times, 12/08/2026). Com oito indivíduos, sem ajustamento para idade, comorbidade, carga viral ou tempo até a internação, e num grupo em que o estado vacinal se correlaciona provavelmente com a categoria profissional e com o acesso precoce aos cuidados, a comparação é frágil. Há ainda risco de viés de tempo imortal: sobreviver o suficiente para ser vacinado é condição para entrar no grupo de vacinados. Nada disto invalida a decisão de avançar. É por a evidência observacional ser insuficiente que o ensaio aleatorizado se justifica, mesmo em emergência.

Cólera e mpox: o que a vigilância regional continua a não ver

Sobre cólera, a quinzena não produziu qualquer atualização epidemiológica regional. O documento de referência continua a ser a atualização epidemiológica n.º 38 da OMS, publicada a 30 de junho com dados até 31 de maio de 2026. Um intervalo de dois meses e meio entre o fim do período de referência e a leitura que aqui se faz é demasiado longo para orientar decisão operacional numa doença com este tempo de duplicação.

Figura 2: Cólera em países da SADC, casos notificados e letalidade, 1º de Janeiro a 31 de Maio de 2026



Fonte: elaboração própria a partir da OMS, Multi-country outbreak of cholera, External situation report n.º 38 (30/06/2026).

Moçambique concentra o maior volume de casos entre os países da África Austral continental (7 500 casos, 66 óbitos), seguido do Malawi (3 088 e 30) e da Zâmbia (999 e 17). A RD Congo, com 28 567 casos e 815 óbitos, está numa ordem de grandeza distinta. As letalidades merecem leitura cuidada: os 5,6% do Zimbabwe assentam em apenas 2 óbitos entre 36 casos, com intervalo de confiança a 95% entre 0,7% e 18,7%, ou seja, compatível tanto com desempenho adequado como com falha grave de acesso. Já os 2,9% da RD Congo (IC95% 2,7% a 3,0%) são estimados com precisão suficiente para preocupar, por estarem quase três vezes acima do limiar de 1% que a OMS usa como referência de qualidade da resposta. A Namíbia notificou 213 casos sem óbitos, o que fixa o limite superior do intervalo em 1,7%.

Um ponto de inconsistência merece registro. A 11 de agosto, o UNICEF referiu, para a RD Congo, mais de 30 400 casos e cerca de 700 óbitos desde 1 de janeiro de 2026 (UNICEF WCARO, 11/08/2026), enquanto a OMS reportava 815 óbitos já a 31 de maio. Um total cumulativo não desce, pelo que a divergência só pode resultar de definições de caso diferentes, de cobertura geográfica parcial ou de reclassificação retrospectiva de óbitos. Enquanto a diferença não for explicada, qualquer indicador de letalidade construído a partir destas duas fontes é pouco confiável.

Quanto à mpox, o África CDC levantou a emergência de saúde pública de segurança continental a 22 de janeiro de 2026 (África CDC, 22/01/2026), mas a resposta da OMS mantém-se classificada como emergência graduada. O relatório de situação n.º 68, de 31 de julho, coloca Madagascar como o país da SADC mais afetado (2 921 casos confirmados, 18 óbitos, clade Ib, 70 dos 115 distritos, 89 723 primeiras doses administradas) e Angola com 108 casos confirmados e 1 óbito, com 80% concentrados em Cabinda.

Na RD Congo, o mesmo documento assinala apenas 30 casos em seis semanas e atribui explicitamente a queda à subnotificação causada pela realocação de recursos para a resposta ao Ebola. É o efeito de deslocamento da vigilância, e não uma melhoria epidemiológica real. Este tipo de artefato tende a aparecer nas séries históricas como uma inflexão que depois se interpreta erroneamente como sucesso de controlo.

Durban: industrialização como porta de entrada para o financiamento da saúde

O calendário preparatório da 46.ª Cimeira Ordinária da SADC ocupou quase toda a quinzena em Durban: Comitê Permanente de Altos Funcionários a 6 e 7 de agosto, Comitê de Finanças a 8, Conselho de Ministros de 12 a 14 e Comitê Ministerial do Órgão a 15 (SADC, 2026). O tema da Cimeira, marcada para 17 de agosto, é a industrialização baseada em infraestruturas, transformação agrícola e minerais críticos. A saúde não figura no título. Entra pela porta lateral da produção industrial e da compra conjunta, o que diz muito sobre a forma como a região passou a enquadrar o problema.

O Conselho de Ministros, presidido por Ronald Lamola, tratou 47 propostas de decisão que incluíram saúde, segurança alimentar e financiamento regional, com destaque para a operacionalização do SADC Regional Development Fund (SAnews, 05/08/2026). A formulação mais direta veio do Presidente Cyril Ramaphosa a 14 de agosto: *"We can no longer accept that we import almost everything that heals us. Our answer must be health sovereignty"*, defendendo mecanismos de compra conjunta capazes de dar previsibilidade de mercado aos fabricantes regionais (TechFinancials, 14/08/2026).

A 15 de agosto, ainda à margem da Cimeira, Ramaphosa presidiu uma reunião do Global Leaders Network centrada em saúde materna, neonatal, da criança e do adolescente, cuja agenda incluiu de forma explícita *"the changing global health financing environment and the need for greater domestic resource mobilisation, health sovereignty and country-led approaches"* (Presidência da RAS, 13/08/2026; SAnews, 14/08/2026).

Estas declarações não surgem no vazio. Prolongam a reunião conjunta dos Ministros das Finanças e da Saúde da SADC realizada em Harare a 2 e 3 de julho, que fixou seis prioridades de financiamento doméstico, entre elas os SADC Pooled Procurement Services e os seguros nacionais de saúde. O problema é a base econômica sobre a qual esta agenda assenta. A região cresceu 3,4% em 2025, com previsão de 3,9% para 2026, abaixo da média africana de 4,4%, e a avaliação intermediária do RISDP 2020-2030 atribuiu à região 5,06 em 10 (Sunday Times, 14/08/2026). Substituir ajuda externa por receita fiscal doméstica, com estas taxas de crescimento e com o serviço da dívida a absorver espaço orçamentário, é aritmeticamente difícil no horizonte de um ciclo orçamentário. A soberania sanitária, tal como enunciada, é um objetivo de década, não de exercício econômico.

Do discurso à capacidade instalada: compra conjunta, produção e preço

O custo de não ter capacidade própria ficou visível nos dados de prevenção do HIV divulgados a 13 de agosto. Os cortes na ajuda externa norte-americana em 2025 associaram-se a uma queda de 42% nos inícios de profilaxia pré-exposição oral em dez países, aproximadamente 677 000 pessoas a menos do que em 2024, com perda de pessoal de aconselhamento, gestão de dados e rastreamento de contatos (NPR, 13/08/2026).

A associação é ecológica e não permite atribuição causal direta, mas a coincidência temporal e a plausibilidade do mecanismo, já que a PrEP oral depende de contato regular com serviços que perderam quadros, tornam a explicação alternativa pouco convincente. Entretanto o lenacapavir, injetável semestral, mantém preço de tabela próximo de 28 000 dólares por duas doses anuais, contra cerca de 45 dólares por ano da PrEP oral, e no Uganda apenas cerca de 980 pessoas iniciaram tratamento entre abril e agosto. Um produto com este diferencial de preço só produz impacto populacional via licenciamento voluntário, produção genérica e compra agregada.

É esse o sentido do African *Pooled Procurement Mechanism*, cujas consultas em Adis Abeba envolveram representantes de catorze Estados-membros da União Africana e levaram a Líbia a ponderar adesão (Libya Herald, 16/08/2026). Do lado da oferta, o Banco Africano de Desenvolvimento aprovou a 27 de julho um financiamento de 15 milhões de dólares à Biovac, para uma unidade multivacinas na Cidade do Cabo com capacidade projetada de 500 milhões de doses anuais a partir de 2028 (Ecofin Agency, 27/07/2026).

São duas peças do mesmo desenho, demanda agregada e oferta local, e nenhuma delas produz efeito antes do fim da década. Registre-se ainda que nenhuma notícia relevante sobre a Agência Africana do Medicamento foi localizada nesta quinzena, o que é em si um sinal: sem autoridade regulatória continental em funcionamento pleno, a compra conjunta esbarra em registros nacionais fragmentados.

Quadro 1: Principais ocorrências da quinzena de 1º a 15 de agosto de 2026

Data	Ocorrência	Fonte
4–8 Ago	Reuniões preparatórias da SADC em Durban (Altos Funcionários, Comitê de Finanças)	SADC
5 Ago	Reunião de crise em Kinshasa com Tshisekedi, Tedros e Kaseya; oito prioridades e mais de 420 milhões USD mobilizados	Africa CDC
6 Ago	OMS e CDC África apelam a resposta comunitária ao Ebola; 3 973 casos e 1 801 óbitos a 4 de agosto	WHO
7 Ago	OMS reverte orientação e recomenda ensaios de fase 3 com Ervebo contra Bundibugyo	Al Jazeera
11 Ago	UNICEF alerta para propagação transfronteiriça da cólera; RD Congo com mais de 30 400 casos em 2026	UNICEF
12 Ago	RD Congo submete ao ICG pedido formal de doses de Ervebo do estoque de emergência	STAT News
12–14 Ago	Conselho de Ministros da SADC aprecia 47 propostas de decisão, incluindo saúde e o *Regional Development Fund*	SAnews
13 Ago	Queda de 42% nos inícios de PrEP oral em dez países em 2025 face a 2024	NPR
14 Ago	Grupo Consultivo de Emergência recomenda priorizar Ervebo; 63% dos óbitos recentes ocorrem na comunidade	Africa CDC
14 Ago	Ramaphosa defende soberania sanitária e compra conjunta regional	TechFinancials
15 Ago	Global Leaders Network sob presidência de Ramaphosa: saúde materna e financiamento doméstico	Presidência RAS
15 Ago	Ebola atinge 4 665 casos e 2 184 óbitos; pedido de 100 000 doses de Ervebo	CGTN

África e o impacto da crise climática

GDA – Grupo de Diários América

A onda histórica de calor extremo e os incêndios florestais que atingem a Europa têm um efeito igualmente devastador do outro lado do Mar Mediterrâneo. Desde o início de julho, mais de 1.600 focos de incêndio foram registrados na Argélia, no Norte da África, onde a combinação de seca e temperaturas de até 49°C alimentou as chamas, deixando ao menos seis mortos e avançando sobre áreas de Marrocos e da Tunísia. Em paralelo, a formação de um "super El Niño", que pode ser um dos mais fortes já vistos, adiciona mais uma camada de preocupação para os próximos meses em um continente que, embora responda por apenas cerca de 3% a 4% das emissões globais de CO_2, é o mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas em todo o planeta.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a região tem enfrentado ondas de calor mais frequentes, secas prolongadas, chuvas e enchentes com intensidade crescente nos últimos anos. O período de 2015 a 2024, de acordo com o órgão, foi o mais quente registrado

na História do continente, que aquece a um ritmo médio de cerca de 0,3°C por década. À frente deste ranking regional está justamente o norte, com uma média de 1,28°C por década.

Nas demais regiões, embora o ritmo seja diferente, os efeitos da crise climática se manifestam de formas distintas.

O Sahel, faixa semiárida que atravessa países como Níger, Mali, Burkina Faso e Chade, está entre as mais vulneráveis. A combinação das precipitações irregulares e das secas prolongadas pressiona a agricultura local e, quando a chuva finalmente chega, costuma vir em forma de grandes enchentes, afetando milhares de pessoas. Outra região muito impactada é o Chifre da África "que engloba Somália, Etiópia, Eritreia e Djibuti", onde secas consecutivas frequentemente comprometem a produção de alimentos, agravando a fome de uma população já fragilizada.

Insegurança alimentar

Segundo relatório da OMM em 2024, naquele ano o continente registrou o maior número de deslocamentos provocados por eventos climáticos em uma década: mais de 2,5 milhões de pessoas tiveram de abandonar suas residências por causa de inundações, secas e tempestades, muitas delas em países já fragilizados por conflitos.

Na avaliação de pesquisadores, os extremos climáticos registrados atualmente são apenas um prelúdio do que o continente africano poderá enfrentar nas próximas décadas.

"Em um cenário de altas emissões, nossas pesquisas sugerem que, até o final do século, muitas regiões do continente poderão experimentar condições de onda de calor durante aproximadamente 250 a 300 dias por ano", afirma ao GLOBO Oluwafemi Adeyeri, especialista em hidroclima e saúde do Centro de Excelência ARC para o Clima do século XXI, da Universidade Nacional da Austrália.

Diante disso, as projeções para o El Niño, que já se formou no Oceano Pacífico e deve se intensificar nos próximos meses, tornam o quadro ainda mais preocupante, podendo agravar as secas e ampliar a ocorrência de eventos extremos em diferentes regiões. No início do mês, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB, em inglês) alertou que seus impactos podem provocar perdas econômicas de até US$ 20 bilhões (R$ 101 bilhões) no continente, afetando a agricultura, o abastecimento de água e, sobretudo, a segurança alimentar.

"Quando esses choques acontecem, os países dão dois passos para trás", disse em entrevista coletiva Anthony Nyong, diretor de mudanças climáticas e crescimento verde do AfDB. "Não queremos que nossos países mergulhem na pobreza.”

Os alertas preocupam porque a África já concentra algumas das maiores crises alimentares do mundo. Segundo o relatório deste ano do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, da ONU, a fome afeta 309 milhões de pessoas no continente, e mais da metade da população (56,6%) vive em situação de insegurança alimentar moderada ou severa.

O avanço das ondas de calor também é um problema crescente de saúde pública, lembra Adeyeri, alertando sobre o risco de mortes e a sobrecarga nos sistemas de saúde. Segundo a OMM, o ano de 2024 foi o mais quente já registrado na África (e no mundo), com temperatura média cerca de 0,86°C acima das registradas entre 1991 e 2020.

"O calor extremo continua sendo seriamente subestimado como desastre na África. Enchentes e ciclones deixam destruição visível e populações deslocadas", explica ao GLOBO. "Já o calor é menos dramático visualmente, mas pode aumentar a mortalidade, agravar doenças cardiovasculares e respiratórias, reduzir a produtividade do trabalho, interromper a educação, prejudicar plantações e rebanhos e elevar a demanda por eletricidade e serviços de saúde.

Estratégias locais

Apesar dos impactos crescentes, países africanos vêm ampliando estratégias locais de adaptação. Um exemplo é o de Burkina Faso, onde foi implantado um sistema de alerta para ondas de calor acompanhado de campanhas de saúde pública e distribuição de água. Programas de pintura de telhados com revestimentos refletivos buscam reduzir o calor dentro das casas, e cidades como Acra (Gana), Freetown (Serra Leoa), Joanesburgo (África do Sul) e Nairóbi (Quênia) têm investido na ampliação de áreas verdes para amenizar o calor.

Mas Adeyeri alerta que essas ações não devem ser romantizadas, já que há limites para o que as comunidades conseguem fazer sozinhas. O maior desafio é o financiamento internacional, uma das principais demandas dos países africanos nas últimas Conferências das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Segundo o AfDB, o continente precisa de até US$ 127 bilhões (R$ 646 bilhões) por ano até 2030 para reduzir os impactos das mudanças climáticas. Hoje, os países africanos recebem apenas cerca de 3% do financiamento climático global.

> *É também uma questão de justiça climática. Os países que menos contribuíram para o problema climático não deveriam ser levados a aumentar seu endividamento para proteger suas populações de consequências que não causaram.*
>
> *Países mais ricos, responsáveis historicamente pelas maiores emissões, devem fornecer um volume muito maior de financiamento para adaptação.*
>
> **Oluwafemi Adeyeri**, especialista em hidroclima e saúde do Centro de Excelência ARC para o Clima do século XXI, da Universidade Nacional da Austrália.

Uma Europa sob pressão: clima, migração, saúde e guerra em um verão de múltiplas crises

Una Europa bajo presión: clima, migración, salud y guerra en un verano de múltiples crisis

A Europe Under Pressure: Climate, Migration, Health and War in a Summer of Multiple Crises

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: Numa quinzena marcada por seca, incêndios, escassez de água, nova tentativa de invasão à Ceuta, expansão do vírus do Nilo Ocidental, Freire retrata uma Europa submetida simultaneamente a crises ambientais, hídricas, migratórias, sanitárias e humanitárias. O ponto comum é a necessidade de maior preparação e coordenação europeia para enfrentar problemas que tendem a se intensificar com as mudanças climáticas e a instabilidade geopolítica, abordado em artigo da recém-criada Comissão Lancet sobre a União Europeia da Saúde.

Palavras-chave: União Europeia; Mudanças climáticas; Crise hídrica; Migração; União Europeia da Saúde.

Resumen: *En una quincena marcada por la sequía, los incendios, la escasez de agua, un nuevo intento de entrada en Ceuta y la expansión del virus del Nilo Occidental, Freire retrata una Europa sometida simultáneamente a crisis ambientales, hídricas, migratorias, sanitarias y humanitarias. El punto en común es la necesidad de una mayor preparación y coordinación europea para hacer frente a problemas que tienden a intensificarse con el cambio climático y la inestabilidad geopolítica, tal como se aborda en un artículo de la recién creada Comisión Lancet sobre la Unión Europea de la Salud.*

Palabras clave: *Unión Europea; Cambio climático; Crisis hídrica; Migración; Unión Europea de la Salud.*

Abstract: *In a fortnight marked by drought, wildfires, water scarcity, a new attempt to enter Ceuta, and the spread of West Nile virus, Freire portrays Europe simultaneously facing environmental, water, migration, health, and humanitarian crises. The common thread is the need for greater European preparedness and coordination to address problems that are likely to intensify with climate change and geopolitical instability, as discussed in an article by the newly established Lancet Commission on the European Health Union.*

Keywords: *European Union; Climate change; Water crisis; Migration; European Health Union.*

A Europa continua a padecer em um de seus verões mais rigorosos da história. Enquanto alguns incêndios florestais arrefecem, como os da França, outros ganham intensidade, como na

Bélgica; muitos países continuam queimando[1]. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou recentemente que a Europa está em "alerta elevado de incêndios florestais" e que aumenta a pressão sobre os países da Europa de Leste[2]. A Grécia chegou a registrar mais de 50 incêndios em um período de 24 horas. No norte do país, turistas precisaram fugir para o mar, com auxílio de barcos de pesca, para se proteger de uma cortina de chamas de três quilômetros de extensão, com "paredes" que podiam alcançar 30 metros de altura[3].

O calor recorde deste verão deixou 38% do território europeu em situação de seca[4]. Esta seca que acompanha o calor não provoca apenas incêndios, mas também escassez de água, mais uma grave emergência enfrentada pela Europa. Segundo a Comissão Europeia, atualmente, 30% dos europeus e 20% do território enfrentam escassez de água todos os anos, situação que se agrava com a seca dos solos e redução caudal dos rios. Trata-se de um sistema hídrico explorado à exaustão, associado à poluição e à má gestão, o que compromete as parcas reservas para enfrentar a crise hídrica. A UE lançou a Estratégia para a Resiliência da Água em junho de 2025, buscando tornar o bloco mais resiliente em matéria de recursos hídricos, mas parece estar enxugando gelo.

Segundo matéria da Euronews, o stress hídrico europeu tem várias causas: a Europa depende fortemente da água para a agricultura, a indústria e a produção de energia, o que leva à sobreutilização dos recursos. A Agência Europeia do Ambiente (EEA, na sigla em inglês) indica que as captações totais diminuíram 14% entre 2000 e 2023, mas a UE continua a extrair cerca de 200.000 metros cúbicos por ano, muitas vezes acima das taxas naturais de renovação. Este nível de exploração reduz o caudal dos rios e esgota os aquíferos, deixando menos água disponível em todo o sistema. Novas indústrias intensivas no uso de água, como a produção de semicondutores e os *datacenters*, consomem as reservas ainda mais rapidamente. Embora a reutilização de águas residuais possa reduzir as captações, a Europa recicla apenas 2,4% desse volume. Além disso, perde-se 23% da água tratada devido à má gestão das redes públicas de abastecimento, o que contribui para limitar a oferta. Todo esse cenário é intensificado pela crise climática e pela poluição.

Saindo da crise hídrica para a migratória: 2 semanas após a invasão de Ceuta por milhares de marroquinos, a cena quase se repete. Marrocos reforçou a segurança na região próxima à fronteira com Ceuta, para impedir uma nova onda de entrada irregular de migrantes. As autoridades dizem ter interceptado 111 pessoas, entre elas 109 migrantes da África subsaariana e 2 marroquinos, e detido 61 pessoas acusadas de incentivar a migração irregular nas redes sociais. A operação ocorreu após apelos no Facebook e WhatsApp para repetir a grande tentativa de entrada registada no final de julho. Jornalistas foram expulsos do território[5].

---

[1] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/08/17/incendios-na-europa-cidade-fronteirica-alema-parcialmente-evacuada-fogos-em-franca-estabil. Acesso em 17/08/2026.

[2] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/08/15/europa-enfrenta-incendios-florestais-devastadores-milhares-de-pessoas-deslocadas. Acesso em 17/08/2026.

[3] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/08/14/muralha-de-fogo-obriga-a-evacuacao-por-mar-na-grecia-enquanto-incendios-continuam-a-assola. Acesso em 17/08/2026.

[4] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/08/17/como-esta-a-ue-a-combater-a-crescente-escassez-de-agua. Acesso em 17/08/2026.

[5] https://observador.pt/2026/08/15/marrocos-diz-ter-travado-nova-tentativa-de-entrada-de-centenas-de-migrantes-em-ceuta/. Acesso em 17/08/2026.

A pequena cidade de 84 mil habitantes quase novamente invadida, ainda convive com alguns milhares de jovens que estão em acampamentos improvisados na praia. Uma operação especial foi montada para manter limpeza, recolhimento de resíduos e organização do espaço público, o que apenas diminui em parte a sobrecarga. Milhares de menores continuam desprotegidos numa Ceuta sobrecarregada, enquanto Espanha debate a sua transferência para a Península ou o seu eventual regresso a Marrocos. Cerca de 1.500 menores não acompanhados já foram identificados e encontram-se no sistema de proteção, mas estima-se que mais de 4.000 continuem por lá, escondidos ou fora do alcance dos mecanismos de proteção, enquanto os recursos de acolhimento estão sobrecarregados. A situação desencadeou outra crise, desta vez política: o que fazer com eles. Enquanto Ceuta afirma não ter capacidade para assumir sozinha o seu acolhimento, a transferência de menores para a Península divide as comunidades autônomas e o possível regresso de alguns ao Marrocos levanta questões sobre as garantias que devem acompanhar qualquer repatriamento[6].

Excelente artigo publicado na The Lancet em abril de 2026, traz uma retrospectiva da abordagem da saúde pela União Europeia ao longo dos anos, para recomendar que o bloco adote uma postura mais proativa e menos reativa. O texto, elaborado por uma comissão formada por 23 especialistas de 15 países – a Comissão Lancet sobre a União Europeia da Saúde —, defende a criação de uma União Europeia da Saúde (UES) mais forte, integrada e estratégica. Embora ela já exista e a saúde já faça parte das políticas do bloco, o texto expõe sua atuação fragmentada e muitas vezes reativa, surgindo como resposta a crises, surtos infecciosos e a pandemia da Covid-19. De contextos como estes, emergem a criação da Direção-geral de Saúde e Segurança Alimentar, do ECDC e da própria UES. Os autores argumentam que a pandemia mostrou que a cooperação europeia pode gerar benefícios que os países isoladamente não conseguiriam alcançar, como a compra conjunta de vacinas. Como resultado, foram criados mecanismos como o HERA, o programa EU4Health e propostas para um Espaço Europeu de Dados de Saúde. Apesar desses avanços, os autores consideram que as iniciativas atuais ainda formam um conjunto fragmentado, sem uma visão de longo prazo.

Não detalhando como agirá, a Comissão Lancet sobre a União Europeia da Saúde propõe substituir a abordagem atual que chama de “esperar e reagir” por uma estratégia de antecipação e preparação. Defende uma União Europeia da Saúde mais integrada, o que poderia fortalecer os sistemas de saúde, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência diante de pandemias, mudanças climáticas e crises econômicas, além de contribuir para a competitividade e o crescimento econômico europeu. O texto também destaca a importância da atuação internacional da UE, especialmente diante da redução do investimento dos EUA em saúde global desde 2025. Assim, a Europa teria a oportunidade — e a responsabilidade — de assumir maior liderança mundial em saúde, baseada em solidariedade, equidade e direitos humanos. Por fim, a Comissão pretende desenvolver recomendações concretas em sete áreas principais: instituições e políticas de saúde da UE; integração e geração de valor; coesão social e desigualdades; resiliência diante de crises; saúde como motor econômico; abordagem intersetorial de saúde; e liderança europeia em saúde global.

Enquanto isso, a situação epidemiológica do vírus do Nilo Ocidental na Grécia se agrava de forma significativa durante o verão de 2026, com dezenas de novos casos registrados em

[6] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/08/14/menores-desprotegidos-e-possiveis-repatriamentos-ilegais-ong-alertam-para-crise-humanitari. Acesso em 17/08/2026.

apenas uma semana. Na última semana, foram diagnosticados ou notificados 45 novos casos no país. De acordo com o boletim semanal de vigilância epidemiológica da autoridade egípcia competente, até 12 de agosto de 2026, foram diagnosticados e notificados 110 casos autóctones de infeção pelo vírus do Nilo Ocidental. Destes, 81 apresentaram manifestações do Sistema Nervoso Central (SNC), como encefalite, meningite, meningoencefalite ou paralisia flácida aguda, enquanto 29 casos tiveram manifestações mais ligeiras ou não apresentaram atingimento do SNC. Motivo particular de preocupação é a rapidez com que aumentam os casos.

A presença do vírus do Nilo Ocidental não é encarada como um fenómeno isolado do verão deste ano. Foram registados casos na Grécia nas épocas de 2010 a 2014 e de 2017 a 2025, sobretudo nos meses de verão e outono. No passado, a circulação do vírus, foi detectada em todas as Regiões do país. O aparecimento quase anual de casos a partir de 2010 indica que o vírus do Nilo Ocidental se encontra instalado na Grécia, tal como em outros países europeus. Considera-se esperada a deteção de mais casos, tanto nas zonas onde o vírus já circula como, eventualmente, em novas áreas. A extensão geográfica não pode ser prevista com segurança, uma vez que a epidemiologia do vírus é influenciada por muitos fatores diferentes. Por este motivo, as recomendações de proteção não se limitam aos residentes da Ática — região afetada nesta temporada —, ou dos municípios onde já foram registados casos[7].

Um armazém humanitário da OMS localizado em Dnipro, na Ucrânia, que armazenava materiais médicos para a linha da frente avaliados em cerca de 500 mil dólares, foi destruído depois de ter sido atingido 2 vezes em menos de 24 horas, em meio à guerra. Segundo Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, esses materiais permitiriam prestar assistência a cerca de 225 mil pessoas. Não há registro de vítimas. Foram 3 ataques: logo após o primeiro ataque, os materiais começaram a ser transferidos para outro local, mas 4 dias depois o armazém voltou a ser duplamente atingido: no primeiro episódio os materiais foram destruídos, no segundo, o edifício. Desde o início da guerra em 24 de fevereiro de 2022, registaram-se 3.149 ataques contra estruturas de saúde e 240 mortes, segundo dados da OMS. O portal global de vigilância da Organização regista 72 ataques contra armazéns e 646 incidentes em que foram afetados materiais médicos. Tanto o diretor regional, como o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom, condenaram os ataques e clamaram pelo fim dos ataques contra cuidados de saúde[8].

Considerações Finais

Os diferentes episódios reunidos neste panorama revelam uma Europa diante de crises que já não podem ser tratadas como acontecimentos isolados ou excepcionais. Incêndios, secas e escassez de água mostram os efeitos cada vez mais concretos das mudanças climáticas; a crise migratória evidencia as dificuldades de gestão das fronteiras e de proteção de populações vulneráveis; o avanço do vírus do Nilo Ocidental expõe os impactos das transformações ambientais sobre a saúde; e a destruição de estruturas humanitárias na Ucrânia demonstra como a guerra continua a comprometer a capacidade de resposta às necessidades mais básicas.

[7] https://pt.euronews.com/saude/2026/08/13/virus-do-nilo-ocidental-doenca-alastra-se-na-grecia-com-atica-no-centro-das-atencoes. Acesso em 17/08/2026.

[8] https://pt.euronews.com/saude/2026/08/11/ucrania-ataques-noturnos-destroem-armazem-da-oms. Acesso em 17/08/2026.

Embora de naturezas distintas, essas crises compartilham características importantes: atravessam fronteiras, sobrecarregam estruturas nacionais e exigem respostas que nenhum país consegue oferecer isoladamente. A sucessão de emergências também evidencia os limites de uma atuação predominantemente reativa, baseada em responder aos acontecimentos depois que eles se tornam críticos. É justamente nesse ponto que ganha relevância a proposta da Comissão Lancet sobre a União Europeia da Saúde de substituir a lógica de "esperar e reagir" por uma estratégia de antecipação, prevenção e preparação.

Mais do que ampliar mecanismos de resposta a incêndios, epidemias, migrações ou conflitos, o desafio europeu parece ser construir maior capacidade de antecipação diante de riscos que se tornam simultaneamente ambientais, sociais, sanitários e geopolíticos. Isso significa integrar políticas, compartilhar recursos e informações, reduzir vulnerabilidades e fortalecer a cooperação entre os países. A resiliência europeia dependerá, portanto, não apenas da capacidade de reagir às próximas crises, mas de reconhecer suas conexões e preparar-se para elas antes que atinjam proporções ainda maiores.

O verão de 2026 oferece, nesse sentido, um retrato contundente de uma Europa pressionada por múltiplas frentes. A questão que se coloca para o bloco é se essas sucessivas emergências serão tratadas como episódios separados ou como sinais de uma transformação mais profunda do ambiente em que a Europa vive e das ameaças que terá de enfrentar. A resposta poderá determinar a capacidade da União Europeia de proteger sua população, preservar seus recursos e exercer, dentro e fora de suas fronteiras, um papel mais coordenado e estratégico diante das crises do século XXI.

O Leste Global

El Este Global

The Global East

André Costa Lobato, Alexandra Rodrigues Sanches, Anabela Santiago e Rafael Aguilar-Zamudio

Resumo: Os Cadernos China do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde passam agora, em seu sexto ano, a tratar de um território ampliado, que inclui a Ásia Central e os países da ASEAN, entre outros. Com pesquisadores correspondentes originalmente interessados na China, o primeiro caderno desta nova leva trata das relações entre China e Japão, marcadas pelo crescente militarismo do governo de Takaishi, e da cooperação sanitária e socioeconômica entre a China e os países da Ásia Central. Nos próximos cadernos, temas intranacionais irão se mesclar com a articulação regional. Iremos manter nossa metodologia de leituras dedicadas dos veículos oficiais dos Estados, informes ministeriais, veículos especializados, centros de pesquisa em tecnologia e saúde pública e organismos multilaterais e internacionais asiáticos. No âmbito da saúde, força motriz deste observatório, iremos priorizar a cooperação pelo bem viver dos povos em escala global, bem como as configurações políticas relacionadas à reforma do sistema multilateral. Serão objeto de atenção tanto as contribuições individuais dos países quanto os consensos e dissensos entre eles para a agenda internacional de saúde e para os demais temas, como comércio, diplomacia, atividades culturais relevantes, efemérides e aquilo que a edição considerar relevante. O Caderno Leste Global trata da região mais tecnológica do planeta, onde se localiza boa parte das fábricas e dos cérebros das grandes empresas e laboratórios que digitalizam as sociedades. A brincadeira de que Inteligência Artificial e Inteligência Asiática se confundem pode ser vista na trajetória de CEOs de empresas estadunidenses como Jensen Huang (NVIDIA) e Lisa Su (AMD). Ambos são primos distantes cujas árvores genealógicas remetem à província chinesa de Zhejiang. As contribuições de Japão e Coreia para o desenvolvimento das indústrias eletrônicas que sustentam a globalização também não podem ser subestimadas. O protagonismo tecnológico ocorre em um contexto de rica variedade de sistemas políticos e modelos de governança: do socialismo de partido único da Coreia do Norte; do socialismo de mercado liderado pelo Partido Comunista Chinês; das repúblicas democráticas da Coreia do Sul, de Taiwan e da Mongólia; das monarquias constitucionais do Japão, da Tailândia, da Malásia e do Camboja; das repúblicas presidencialistas da Indonésia e das Filipinas; dos regimes socialistas de partido único do Vietnã e do Laos; e das repúblicas presidencialistas da Ásia Central, como Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão. No Leste Global há ainda a presença do próprio Ocidente Global, expressa especialmente na poderosa influência dos EUA no Pacífico, por meio de territórios não incorporados, como Guam, e da presença militar norte-americana na Coreia do Sul.

Palavras-chave: Metodologia; China; Leste Global.

Resumen: *Los Cuadernos sobre China del Observatorio de Salud Global y Diplomacia de la Salud, ahora en su sexto año, abordan un territorio más amplio, que incluye a Asia Central y a los países de la ASEAN, entre otros. Con investigadores correspondientes que originalmente se interesaban por China, el primer cuaderno de esta nueva serie aborda las relaciones entre China y Japón,*

marcadas por el creciente militarismo del gobierno de Takaishi, y la cooperación sanitaria y socioeconómica entre China y los países de Asia Central. En los próximos cuadernos, los temas intranacionales se entremezclarán con la articulación regional. Mantendremos nuestra metodología de lecturas dedicadas a los medios oficiales de los Estados, informes ministeriales, medios especializados, centros de investigación en tecnología y salud pública, y organismos multilaterales e internacionales asiáticos. En el ámbito de la salud, motor de este observatorio, daremos prioridad a la cooperación para el buen vivir de los pueblos a escala global, así como a las configuraciones políticas relacionadas con la reforma del sistema multilateral. Serán objeto de atención tanto las contribuciones individuales de los países como los consensos y desacuerdos entre ellos respecto a la agenda internacional de salud y otros temas, como el comercio, la diplomacia, las actividades culturales relevantes, los acontecimientos conmemorativos y todo lo que la edición considere relevante. El Cuaderno Leste Global aborda la región más tecnológica del planeta, donde se ubican gran parte de las fábricas y de los cerebros de las grandes empresas y laboratorios que digitalizan las sociedades. La broma de que la Inteligencia Artificial y la Inteligencia Asiática se confunden puede observarse en la trayectoria de directores ejecutivos de empresas estadounidenses como Jensen Huang (NVIDIA) y Lisa Su (AMD). Ambos son primos lejanos cuyos árboles genealógicos se remontan a la provincia china de Zhejiang. Tampoco se pueden subestimar las contribuciones de Japón y Corea al desarrollo de las industrias electrónicas que sustentan la globalización. Este protagonismo tecnológico se da en un contexto de gran variedad de sistemas políticos y modelos de gobernanza: desde el socialismo de partido único de Corea del Norte; el socialismo de mercado liderado por el Partido Comunista Chino; las repúblicas democráticas de Corea del Sur, Taiwán y Mongolia; las monarquías constitucionales de Japón, Tailandia, Malasia y Camboya; las repúblicas presidenciales de Indonesia y Filipinas; los regímenes socialistas de partido único de Vietnam y Laos; y las repúblicas presidenciales de Asia Central, como Kazajistán, Uzbekistán, Kirguistán, Tayikistán y Turkmenistán. En el Este Global también está presente el propio Oeste Global, lo cual se manifiesta especialmente en la poderosa influencia de EE. UU. en el Pacífico, a través de territorios no incorporados, como Guam, y de la presencia militar estadounidense en Corea del Sur.

Palabras clave: *Metodología; China; Este Global.*

Abstrac: *The China Notebooks of the Observatory on Global Health and Health Diplomacy now enter their sixth year with an expanded geographical scope that includes Central Asia and the ASEAN countries, among others. With contributing researchers who were originally focused on China, the first issue in this new series examines China-Japan relations, shaped by the growing militarism of the Takaishi government, as well as health and socioeconomic cooperation between China and the countries of Central Asia. In forthcoming issues, domestic developments will be analyzed alongside broader regional dynamics. We will maintain our methodology of closely monitoring official state media, ministerial reports, specialized publications, research centers in technology and public health, and Asian multilateral and international organizations. In the field of health, the driving force behind this Observatory, we will prioritize cooperation aimed at promoting the well-being of peoples on a global scale, as well as the political configurations associated with reforming the multilateral system. Attention will be devoted both to the individual contributions of countries and to the areas of consensus and disagreement among them regarding the international health agenda, as well as other topics such as trade, diplomacy, significant cultural activities, commemorative dates, and any other issues deemed relevant by the editorial team.The Global East Notebook focuses on the most technologically advanced region of the planet, where a large share of the factories and intellectual talent behind the major companies and laboratories driving the digitalization of societies is concentrated. The joke that Artificial Intelligence and Asian Intelligence are virtually indistinguishable can be illustrated by the careers of U.S. technology CEOs such as Jensen Huang (NVIDIA) and Lisa Su*

(AMD). The two are distant relatives whose family roots trace back to China's Zhejiang Province. The contributions of Japan and Korea to the development of the electronics industries that underpin globalization should likewise not be underestimated. This technological prominence takes place within a remarkably diverse landscape of political systems and governance models: from the single-party socialism of North Korea; to the market socialism led by the Chinese Communist Party; the democratic republics of South Korea, Taiwan, and Mongolia; the constitutional monarchies of Japan, Thailand, Malaysia, and Cambodia; the presidential republics of Indonesia and the Philippines; the single-party socialist regimes of Vietnam and Laos; and the presidential republics of Central Asia, including Kazakhstan, Uzbekistan, Kyrgyzstan, Tajikistan, and Turkmenistan. The Global East also encompasses the presence of the Global West itself, most visibly through the powerful influence of the United States in the Pacific, expressed through unincorporated territories such as Guam and through the U.S. military occupation in South Korea.

Keywords: *Methodology; China; Global East.*

Diplomacia

Militarismo japonês e ameaça nuclear

Meses após a invasão da Embaixada da China no Japão, ocorrida em 24 de março de 2026, pelo oficial das Forças de Autodefesa do Japão Kodai Murata, que portava uma faca, o Ministério Público do Distrito de Tóquio finalmente o indiciou pelo crime, após a conclusão de sua avaliação psiquiátrica que o atestou como mentalmente capaz de compreender e responder pelos seus atos.

Em 28 de julho, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lin Jian, manifestou preocupação com o prolongamento da investigação e com a demora na responsabilização do militar. Segundo o diplomata, a "avaliação psiquiátrica" e outros argumentos não deveriam ser utilizados para justificar o atraso do processo ou postergar a aplicação da justiça[1].

Em sua declaração, Lin Jian instou o governo japonês a não minimizar a gravidade do episódio e a atribuir-lhe a devida atenção política e moral. Ao destacar que o incidente não constituiria um acontecimento isolado, o porta-voz manifestou a expectativa de que a contraparte japonesa adotasse medidas destinadas tanto à correção do comportamento quanto à prevenção de novos atos de violência.

Além disso, Lin Jian sugeriu que o reconhecimento, a responsabilização e a prestação integral de contas pelo Japão são ações essenciais para frear uma série de tendências consideradas perigosas na política nacional japonesa, dentre as quais citou: a "(...) crescente influência da direita e a supressão de vozes racionais, a grave falta de conhecimento sobre a verdadeira história, a pressão contínua por uma política de defesa mais ofensiva e expansionista e a falha na supervisão das Forças de Autodefesa e na manutenção da disciplina dentro das forças".

[1] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (2026). Foreign Ministry Spokesperson Lin Jian's Regular Press Conference on July 28, 2026.
https://www.fmprc.gov.cn/eng./xw/fyrbt/lxjzh/202607/t20260728_11993800.html?

No entanto, o governo conduzido pela primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, não demonstra disposição em reconhecer ou lamentar os crimes de guerra cometidos pelo país. Em 15 de agosto, data que marca a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, Takaichi realizou uma doação em dinheiro ao Santuário Yasukuni, que também recebeu a visita de alguns membros de seu gabinete[2].

O Santuário Yasukuni constitui um importante símbolo do militarismo expansionista japonês e é considerado um símbolo da ideologia nazista de supremacia racial e os ideais de "raça superior asiática" presentes no imperialismo japonês. O local homenageia 14 criminosos de guerra de classe A, condenados pelo Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, especialmente por sua responsabilidade nos atos de agressão e violência contra populações de países asiáticos, incluindo a China.

Diante do repúdio chinês à ação do governo liderado pela primeira-ministra Takaichi, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China destacou o que considera ser uma tentativa de revisão da história com o objetivo de exaltar a imagem de um Japão forte, glorioso e desvinculado dos crimes cometidos durante seu passado imperial, ao mesmo tempo em que se promove a remilitarização do país. Nas palavras do diplomata: "nenhum pretexto, seja qual for, pode ocultar a verdadeira intenção dos políticos japoneses: alterar o veredicto sobre os criminosos de guerra, encobrir os crimes de guerra do Japão, distorcer os fatos históricos e pavimentar o caminho para uma militarização acelerada".

Os sinais de retomada do militarismo japonês alarmam coreanos e chineses, principalmente, mas são vistos com atenção redobrada em toda a Ásia. Um elemento central da rendição japonesa no fim da Segunda Guerra foi a política de paz nuclear. Neste mês, no 81º aniversário do bombardeio atômico de Hiroshima, Takaichi evitou uma declaração clara de que o país manterá indefinidamente os seus "Três Princípios Não-Nucleares" — não possuir, não produzir e não permitir a entrada de armas nucleares no território japonês. Takaichi já expressou que a ausência de armas nucleares estadunidenses no Japão prejudica a posição dos EUA na Ásia[3].

Sanitário

Parcerias para produção local Ásia Central e China

A China tem utilizado os países da Ásia Central como plataforma estratégica para a externalização de estudos clínicos de Fase II e III, num movimento que acelera a internacionalização da sua indústria farmacêutica e amplia o acesso a mercados regionais. A iniciativa, alinhada com a Iniciativa do Cinto e Rota (BRI), visa contornar entraves regulatórios e reduzir custos, ao mesmo tempo que expande a influência científica e comercial chinesa na

[2] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (2026). Foreign Ministry Spokesperson's Remarks on Japanese Politicians Paying Respects to the Yasukuni War Shrine Which Honors Class-A War Criminals.
https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/fyrbt/fyrbt/202608/t20260815_12004733.html

[3] Takaichi Appears Concerned of Constrained U.S. Nuclear Deterrence Due to Japan's Nonnuclear Principles [Internet]. The Japan News; 2026 Aug 7 [citado 2026 Aug 17]. Disponível em: https://japannews.yomiuri.co.jp/politics/defense-security/20260807-342232/

região[4,5]. A base desta estratégia é o Centro de Investigação e Desenvolvimento de Medicamentos da Academia Chinesa de Ciências na Ásia Central, que opera unidades no Uzbequistão, Tajiquistão e Cazaquistão. Este centro funciona como uma plataforma "1+N", integrando laboratórios internacionais, bases de transferência de tecnologia e centros de formação, e tem coordenado a transferência de tecnologia e a realização de estudos clínicos para múltiplos fármacos inovadores. O sucesso do modelo é evidente em casos como o do medicamento TPN729 para hipertensão pulmonar, que concluiu a Fase I na China e avançou para estudos no Uzbequistão, e de genéricos como o sofosbuvir, com potencial para gerar receitas significativas na região.

Empresas farmacêuticas chinesas, como o Grupo Farmacêutico de Guangzhou, estão a expandir a sua presença na Ásia Central através de parcerias para produção local de ingredientes farmacêuticos ativos e registo de medicamentos[6,7]. A Beijing Xinyuan Medical assinou um acordo com o governo da região de Almaty, no Cazaquistão, para construir uma base industrial de medicamentos celulares, com um centro de P&D e uma fábrica com capacidade anual de 100.000 doses, beneficiando de isenções fiscais e de um regime de aprovação clínica acelerado[8]. O Cazaquistão, com o seu mercado farmacêutico em crescimento de dois dígitos, tornou-se um alvo prioritário, com o governo chinês a incentivar a certificação de medicamentos chineses.

O crescente volume de estudos clínicos na região é impulsionado pela confiança técnica conquistada por instituições chinesas. As equipes chinesas estão a estabelecer bases de ensaios clínicos para doenças infecciosas[9] e a colaborar em investigação de doenças do foro neurológico utilizando a medicina tradicional chinesa[10], enquanto o know-how chinês em cirurgia ortopédica, reabilitação inteligente[11] e cardiologia[12] é progressivamente adotado. A realização de um programa de formação para reguladores de medicamentos dos cinco países da Ásia

---

[4] "一带一路"**民族**药研发与产业化合作计划. BCAS_CH. 29 de dezembro de 2024;32(Z2):40–2. doi:10.16418/j.issn.1000-3045.2017.02.019

[5] **中国科学院中**亚药物研发中心---**中国科学院新疆理化技**术研究所 [Internet]. [citado 15 de agosto de 2026]. Disponível em: https://xjipc.cas.cn/zzjgnew/yjpt/zyywyfzx/

[6] **特首李家超出訪中亞 廣藥集團借力香港拼船出海 瞄準亞歐樞紐-香港商報** [Internet]. [citado 16 de agosto de 2026]. Disponível em: https://hkcd.com/content_app/2026-06/08/content_8758922.html#1

[7] China's Guangzhou Pharma Expands Central Asia Footprint Through Series of Partnerships [Internet]. [citado 17 de agosto de 2026]. Disponível em: https://www2.yicaiglobal.com/news/chinas-guangzhou-pharma-expands-central-asia-footprint-through-series-of-partnerships

[8] **北京新源医**疗携手阿拉木图州政府共推中亚细胞药物产业高质量发展_**城事__河南**县域经济网 [Internet]. [citado 16 de agosto de 2026]. Disponível em: https://chengshi.henance.com/show-57457.html

[9] 传染病跨境防控新突破，这一"**中国方案**"输出中亚两国 [Internet]. [citado 1 de agosto de 2026]. Disponível em: https://m.peopledailyhealth.com/articleDetailShare?articleId=27c98610186a45f299e390de719d498d

[10] Times Higher Education (THE) [Internet]. 2025 [citado 16 de agosto de 2026]. "One Belt, One Road": Launch of Joint Brain Disease Research Lab. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/research/nazarbayev-university/one-belt-one-road-launch-joint-brain-disease-research-lab

[11] Peking University Health Science Center [Internet]. [citado 17 de agosto de 2026]. Disponível em: https://e.bjmu.edu.cn/newsevents/news/3dbb8fac88e44656855c91ea90b8792f.html#1

[12] Kabar [Internet]. 2026 [citado 17 de agosto de 2026]. Kyrgyzstan, China launch project to treat children with heart defects. Disponível em: https://en.kabar.kg/news/kyrgyzstan-china-launch-project-to-treat-children-with-heart-defects/

Central, com 108 participantes, demonstra um esforço concertado para harmonizar normas e criar um ambiente regulatório facilitador para a entrada de produtos chineses no mercado regional.

Esta externalização de ensaios clínicos para a Ásia Central revela uma estratégia sofisticada de "parceria para o desenvolvimento". A China oferece tecnologia, capacidade de produção e um modelo de "externalização para benefício mútuo", ajudando os países da Ásia Central a desenvolverem as suas próprias capacidades de P&D, enquanto as empresas chinesas beneficiam de custos mais baixos, acesso a mercados de fronteira e de um ambiente regulatório que acelera o desenvolvimento de medicamentos.

Socioeconômico

Pequim consolida influência na Ásia Central: satélites e ferrovias são os exemplos mais flagrantes

A política externa da China para a Ásia Central deixou de assentar quase exclusivamente em energia e infraestrutura pesada, passando a combinar ciência e tecnologia, finança em yuan, conectividade ferroviária e uma diplomacia ministerial regular num pacote de influência mais diversificado e, por isso, mais difícil de contestar por potências rivais como a Rússia, os Estados Unidos ou a União Europeia[13]. O caso do Turcomenistão, tratado aqui mais adiante, mostra, contudo, que a atuação chinesa varia consoante o grau de maturidade do interesse estratégico chinês em cada dossiê.

Um exemplo notório é o caso das parcerias na área espacial. No passado dia 5 de agosto, um foguetão chinês lançado a partir de uma plataforma marítima ao largo de Haiyang, na província de Shandong, colocou em órbita o satélite hiperespectral Samarkand-2028, fruto de uma parceria entre a agência espacial do Uzbequistão — a Uzcosmos — e a empresa privada chinesa STAR.VISION[14]. O satélite integra um módulo de inteligência artificial capaz de 400 biliões de operações por segundo, permitindo processar imagens hiperespectrais em órbita — reduzindo o volume de dados transmitidos para terra — com aplicações no acompanhamento do algodão desde a sementeira à colheita, na monitorização de recursos hídricos e na deteção precoce de estresse hídrico em culturas. O nome do satélite presta homenagem à cidade de Samarcanda, que acolherá em 2028 o Congresso Astronáutico Internacional, a primeira vez que este evento se realiza na Ásia Central. Várias fontes noticiosas no Uzbequistão sublinharam tratar-se do maior projeto espacial internacional já realizado pelo país, e destacaram que a componente de inteligência artificial foi desenvolvida por engenheiros uzbeques — um dado que Tashkent tem usado para reforçar a narrativa de uma parceria tecnológica equilibrada, e não apenas de dependência face a Pequim[15].

O lançamento do satélite é enquadrado numa tendência mais ampla de cooperação científica, que a publicação descreve como uma forma de "soft power" ao serviço da expansão da influência económica chinesa na região. Trata-se de uma opção deliberada de diversificação:

---

[13] Eurasianet. (2026). China expanding scientific cooperation with Central Asia. https://eurasianet.org/china-expanding-scientific-cooperation-with-central-asia

[14] Xinhua. (2026). Twin AI satellites fast-track China's global space partnerships. https://english.news.cn/20260806/4c46bc3fe1bc44cc8eb27bb9f41adeda/c.html

[15] Euronews. (2026). Uzbekistan-developed AI module launches aboard Earth observation satellite. https://www.euronews.com/next/2026/08/07/uzbekistan-developed-ai-module-launches-aboard-earth-observation-satellite

ao contrário dos grandes empréstimos de infraestrutura da década anterior, os quais geram dívida visível e por vezes contestada politicamente, os projetos científicos e tecnológicos produzem ganhos de imagem imediatos para os governos locais (que podem apresentá-los como conquistas próprias, como fez Tashkent com o módulo de inteligência artificial do Samarkand-2028). Outras áreas de parcerias são dignas de registo em países vizinhos da China na Ásia Central:

- Uzbequistão: equipes do Ministério da Agricultura uzbeque colaboram com o Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências e com a Universidade de Zhejiang num projeto de combate à desertificação e à salinização dos solos na região do Mar de Aral, incluindo o desenvolvimento de variedades vegetais resistentes à seca[16];

- Cazaquistão: o ministro da Ciência e do Ensino Superior, Sayasat Nurbek, reuniu-se com investigadores chineses na Universidade Kozybayev para discutir a aplicação de investigação conjunta ao aumento da produtividade agrícola e a formação de especialistas cazaques[17];

- Tajiquistão: uma delegação do China International Communications Group — instituição estatal sob o Comité Central do Partido Comunista Chinês — reuniu-se com o Centro de Estudos Estratégicos da Presidência tajique para preparar um plano de cooperação científica e analítica para 2027-2028.[18]

Em junho, dezenas de delegações tajiques, quirguizes e turcomenas participaram, em Urumqi, na "Conferência China-Ásia Central sobre Colaboração Indústria-Academia-Investigação-Aplicação", segundo o portal oficial do Governo do Turcomenistão, que descreveu o encontro como um passo na formação de especialistas locais e na transferência de conhecimento técnico. Os desenvolvimentos de agosto surgem, assim, como a face mais visível de um esforço de institucionalização científica que Pequim vem construindo desde a Segunda Cimeira China-Ásia Central, em junho de 2025.

Outro exemplo é a conectividade física, o ministro dos Transportes do Uzbequistão declarou à televisão pública *Uzbekistan 24* que a linha ferroviária China-Quirguistão-Uzbequistão (CKU) poderá ficar concluída com pelo menos um ano de antecedência face ao calendário previsto, embora sem adiantar uma nova data. Os três países negociam ainda a simplificação das travessias fronteiriças e a digitalização dos procedimentos aduaneiros, com o objetivo de um trânsito sem necessidade de licenças específicas. Em contraponto, o antigo presidente executivo da Kumtor Gold Company, Tengiz Bolturuk, advertiu que o custo total do projeto poderá disparar para 9 bilhões de dólares — a China já concedeu um empréstimo de 5

[16] UzA. (2026). Uzbekistan and China join efforts to combat desertification and soil salinization. https://uza.uz/en/posts/uzbekistan-and-china-join-efforts-to-combat-desertification-and-soil-salinization_889758

[17] Governo do Cazaquistão. (2026a). Comunicado do Ministério da Ciência e do Ensino Superior sobre a reunião com investigadores chineses na Universidade Kozybayev. www.gov.kz.

[18] Khovar. (2026,). Tajikistan, China Expand Education Cooperation with Focus on Chinese Language and Digital Learning. https://eng.khovar.tj/2026/06/tajikistan-china-expand-education-cooperation-with-focus-on-chinese-language-and-digital-learning/

bilhões de dólares para o efeito e deterá uma participação de controlo de 51% na linha, uma vez concluída[19].

O Cazaquistão e a China discutem ainda a criação de novas rotas aéreas entre Urumqi e Karaganda, e entre Yining e as cidades cazaques de Astana e Almaty, incluindo a possibilidade de uma companhia aérea regional conjunta operando com aviões COMAC (fabricante chinês). O Quirguistão, por seu turno, negocia um acordo intergovernamental para construir uma ponte rodoviária transfronteiriça no posto de Bedel, e a transportadora quirguiz AeroNomad Airlines inaugurou a sua primeira ligação direta à China, entre Bichkeque e Urumqi[20]. Ainda no Quirguistão, a China anunciou a doação de 370 equipamentos especializados, avaliados em 148,9 milhões de yuan, para modernizar a rede de irrigação do país — um gesto que Bishkek soma a um ano em que, segundo dados da Comissão Econômica Eurasiática[21]. A China tornou-se assim o maior investidor estrangeiro no Quirguistão em 2025, ultrapassando a Rússia pela primeira vez em anos.

Pequim surge como parceiro alternativo à Rússia, sem que tal implique romper relações com Moscou, e como contraponto às condicionalidades políticas por vezes associadas ao financiamento ocidental — mas também acentua uma dependência financeira e tecnológica crescente, num contexto em que o crescimento da dívida em yuan e o controle acionista chinês em infraestruturas críticas (como os 51% na linha CKU) têm vindo a ser identificados por analistas como um fator de risco a acompanhar, sobretudo nos casos mais vulneráveis do Quirguistão e do Tajiquistão.

[19] Open.kg. (2026b). Tengiz Bolturuk: Kyrgyzstan was offered to build a railway for free, now it will cost 9 billion dollars. https://open.kg/news/exclusive/113747-tengiz-bolturuk-kyrgyzstanu-predlagali-postroit-zheleznuju-dorogu-besplatno-teper-ona-budet-stoit-9-mlrd-dollarov.html

[20] China Daily (2026). Kyrgyz airline Aero Nomad to launch Bishkek-Urumqi direct route. https://www.chinadaily.com.cn/a/202607/25/WS6a642d7ca310986e2b46745a.html

[21] Open.kg (2026). China will transfer 370 units of special equipment for irrigation to Kyrgyzstan free of charg. https://open.kg/en/news/exclusive/114096-kitaj-bezvozmezdno-peredast-kyrgyzstanu-370-edinic-spectehniki-dlja-irrigacii.html

O silêncio de Fauci

El silencio de Fauci

Fauci's silence

Reinaldo Guimarães[*]

"O silêncio é fonte de grande força"
Do Taoismo de Lao Tzu

"Você interpreta tudo errado, até mesmo o silêncio"
Franz Kafka em 'O Castelo'

1. A colaboração dos Estados Unidos em laboratórios que trabalham com patógenos (biolaboratórios)

No século XX, com o avanço da biotecnologia, principalmente em sua segunda metade, houve uma notável proliferação de biolaboratórios. E, em paralelo, a manipulação de patógenos como arma de guerra também escalou. A bipolaridade geopolítica engendrou o desenvolvimento de instalações de ataque e defesa nos Estados Unidos, na União Soviética e em outros países e a vitória norte americana na Guerra Fria está na raiz do debate atual sobre esse tema.

Até 2018, o assunto esteve relativamente fora do noticiário jornalístico, mas a eclosão da pandemia provocada pelo Sars-CoV-2, com seu impacto mundial, fez com que essa 'caixa-preta' fosse aberta e atingisse o grande público. E a guerra entre a Rússia e a Ucrânia ofereceu o terreno propício para um debate que, até o momento, continua aceso. Sua face mais visível tem sido a polêmica sobre a origem do patógeno que foi o responsável pela pandemia de COVID-19.

A face geopolítica do tema veio à tona com denúncias originadas na Rússia e na China sobre a existência de uma rede de biolaboratórios dos Estados Unidos em vários países da Eurásia, inclusive no território ucraniano. Em 2022, um editorial do jornal *China Daily,* intitulado em tradução livre 'Campanha de desinformação de Washington é letal', denunciava a existência de 46 desses laboratórios na Ucrânia[1]. Pouco antes, no mesmo veículo, outro editorial tinha como título, também em tradução livre 'Biolaboratórios dos Estados Unidos representam perigo presente e claro'[2]. Neste, é repercutida uma matéria da 'Força de Defesa Nuclear, Biológica e Química da Rússia' que afirmava a existência de 336 laboratórios norte americanos em 30 países. Ainda em 2022, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou à Ucrânia que destruísse as amostras de patógenos perigosos de seus laboratórios[3].

---

[*] Médico Sanitarista; Pesquisador do NUBEA/UFRJ; Vice-presidente da Abrasco.

[1] *China Daily* (Editorial) — *Washington's disinformation campaign lethal*. *China Daily* 06/05/2022. https://en.chinadiplomacy.org.cn/2022-05/06/content_78202671.shtml

[2] *China Daily* (Editorial) — US biolabs a clear and present danger -14/03/2022. https://en.chinadiplomacy.org.cn/2022-03/14/content_78106259.shtml

[3] *Pharmaceutical Technology, March, 11, 2022*. *WHO asks Ukraine to destroy pathogens in labs to avert disease spread*. https://www.pharmaceutical-technology.com/news/who-ukraine-pathogens-labs/

Os Estados Unidos reconhecem a existência de biolaboratórios sob seu comando, cuja alegada missão depois de 1991 foi reorientar os biolaboratórios soviéticos agora sob nova orientação, após a extinção da URSS. Em junho de 2026, uma nota à imprensa do Escritório do Diretor Nacional de Inteligência dos Estados Unidos reconhecia a existência de um 'Programa Global de Biolaboratórios, financiado pelo governo federal'. A nota reconhece, sempre em tradução livre que, "[existem]novas evidências de financiamento de longa data por parte do governo dos Estados Unidos a mais de 120 biolaboratórios em mais de 30 países. Esses biolaboratórios incluem instalações na própria Ucrânia"[4].

Finalmente, vale mencionar que a atividade dos biolaboratórios costuma ser tratada em ambiente de sigilo porque faz parte das políticas nacionais de defesa, posto que neles são desenvolvidas tecnologias aplicáveis em guerra biológica ou bioterrorismo, além da necessidade de proteção das populações dos países onde estão instalados, por agressão ou acidente. Trata-se, pois, de uma dupla camada de sigilo: por um lado, por ser uma atividade secreta de natureza militar, por outro por ser desenvolvida em um ambiente de pesquisa científica e tecnológica que, em um mesmo ambiente físico, abraça a dualidade das atividades que neles tem lugar. A manipulação de um micro-organismo com vistas à produção de uma nova vacina, pelo menos em etapas precoces de desenvolvimento, percorre uma rota semelhante à da produção de uma arma de defesa ou ataque. Em outros termos, porque sua atividade se situa no terreno das tecnologias duais.

Biolaboratórios são classificados em quatro níveis de segurança, de um a quatro, segundo os riscos crescentes de vazamento de micro-organismos para o ambiente. Os dois primeiros níveis dizem respeito à manipulação de micro-organismos menos perigosos. O nível 3 exige um ambiente capaz de conter, entre outros, os bacilos da Tuberculose e do Antraz, Hantavírus e o SARS-Cov-2. O nível 4, que exige o maior nível de segurança, deve conter vírus para os quais não existem tratamentos ou vacinas disponíveis no mundo, como um grande número de Febres Hemorrágicas e os vírus Marburg e Lassa. Em 2023 havia, no mundo, 69 laboratórios conhecidos operando ou em construção, sendo 26 na Europa, 20 na Ásia, 15 na América do Norte, quatro na Oceania, três na África e um na América do Sul (no Brasil, em Campinas). O número de biolaboratórios vem crescendo neste século, em parte pelos avanços biotecnológicos, mas, acredito eu, também pela crescente complexidade do quadro geopolítico [5,6] Certamente, a eclosão da Pandemia de COVID-19 os colocou ainda mais na ordem do dia.

2. A gênese do SARS-Cov-2

Em novembro de 2021, a OMS criou um Grupo Assessor Científico sobre as Origens de Novos Patógenos (SAGO, em inglês) composto por 27 cientistas de 27 países, cuja missão era tentar determinar as origens do SARS-Cov-2 e, de um modo mais geral, investigar como se originam patógenos emergentes e reemergentes potencialmente epidêmicos. Carlos Morel, ex-presidente e pesquisador da Fiocruz foi o representante brasileiro.

---

[4] *Office of the Director of National Intelligence (USA). Press Release — DNI Gabbard Reveals Evidence of U.S. Taxpayer-Funded Global Biolab Program. June 12, 2026* https://www.odni.gov/13629/pr-10-26/?utm_source=chatgpt.com

[5] Kaizer, J. *Growing number of high-security pathogen labs around world raises concerns. Science Insider*. 17 Mar 2023. https://www.science.org/content/article/growing-number-high-security-pathogen-labs-around-world-raises-concerns

[6] *Global Biolabs Report 2023*. https://www.globalbiolabs.org/

Independentemente da qualidade científica dos membros do grupo, o fato é que praticamente desde o seu início seus trabalhos foram atravessados por uma forte politização, haja vista a disseminação da ideia de que a pandemia era uma "epidemia chinesa". O SAGO trabalhou por quase quatro anos e seu relatório, entregue à direção da OMS, pouco contribuiu para uma resposta firme sobre a origem do vírus e confirmou a politização. Os comentários que vêm a seguir nesta seção, baseiam-se em um texto assinado por 23 dos 27 dos seus membros originais e foi publicado na revista *Nature* em fevereiro de 2026[7].

Nesse texto foram expostos quatro possíveis caminhos para a origem do vírus: (1) animais infectados com SARS-Cov-2 transmitiram o vírus para humanos; (2) o vírus foi introduzido em mercados chineses por produtos importados de outros países; (3) o vírus foi oriundo de um vazamento acidental em um laboratório; (4) o SARS-Cov-2 originou-se de uma manipulação deliberada em um laboratório. O centro geográfico da investigação foi a província chinesa de Wuhan e, em especial, um mercado onde havia comércio de animais vivos. Não há uma conclusão definitiva, mas todas as evidências genômicas e epidemiológicas apontam para a primeira hipótese, provavelmente por uma rota de morcegos infectando mamíferos no mercado e, daí aos humanos.

3. Sobre o Julgamento Político de Anthony Stephen Fauci

Anthony Fauci é um respeitado imunologista norte americano e tem atualmente 85 anos. Foi diretor de um dos mais importantes institutos do NIH, o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (NIAID) entre 1984 e 2022. Foi nomeado pelo Republicano Reagan e foi conselheiro presidencial pelos seis presidentes seguintes, três Democratas e três Republicanos, inclusive Trump 1. Saiu da direção do instituto e da posição de conselheiro por vontade própria. À frente daquele instituto enfrentou a epidemia de HIV/AIDS, os surtos de Ebola e Zika, a pandemia de COVID-19 e os episódios de bioterrorismo durante a chamada 'Guerra ao Terror', iniciada no governo de Bush filho após o atentado ao *World Trade Center*. Dentre as atividades bioterroristas naquele momento estava o envio de correspondências envenenadas com a toxina do *Bacillus anthracis* (Antraz) a jornalistas e autoridades.

A partir de 2021, Fauci foi convocado pelo Senado dos EUA por nove vezes. As oito primeiras aconteceram entre 2021 e 2022, quando ele ainda era diretor do NIAID. Essas convocações foram feitas por uma senadora, Patty Murray, Democrata pelo estado de Washington e então responsável pelo comitê que trata de saúde. Em sete delas, a pauta foi o acompanhamento das ações do governo contra a COVID-19. A exceção tratou do aparecimento da Varíola M, antes chamada de *Monkey Pox.* A última convocação, em 2026, foi diferente e foi feita pelo senador Rand Paul, Republicano ultradireitista de Kentucky. A convocação foi mediante um mandado com comparecimento compulsório, embora como testemunha, sob pena de desacato e eventual ação penal. Além disso teve origem no Comitê de Segurança Nacional e Assuntos Governamentais[*], dirigido por Paul, o que sugere completo escape do ambiente científico e sanitário.

O senador acusou o NIAID de ter apoiado financeiramente projetos de pesquisa sobre vírus em um ou mais laboratórios chineses, em cujos objetivos estaria o que se chama 'ganho de função'. O ganho de função ocorre quando um micro-organismo, naturalmente ou por

[7] Venter, M. et al. — *COVID's origins: what we do and don't know. Nature*, Vol. 650, 26 February 2026. https://www.nature.com/articles/d41586-026-00530-y

[*] Senate Committee on Homeland Security and Governmental Affairs

manipulação genética adquire uma nova capacidade, como por exemplo, a de infectar outra espécie, inclusive humanos. Neste caso, costuma-se dizer que houve um *spillover*. Fauci admitiu que o NIAID havia apoiado pesquisas no laboratório de Wuhan, mas não pesquisas relacionadas a ganho de função. Como está dito acima, a hipótese mais provável, embora não em definitivo, é que esse novo vírus foi um ganho de função natural – um vírus de morcegos passou a infectar outros mamíferos à venda na feira de Wuhan e daí aos humanos. A partir desse momento, Rand desfiou outras acusações sobre a condução de Fauci no enfrentamento da pandemia e, em seguida, Fauci declarou que não mais responderia as perguntas do Comitê, invocando o princípio constitucional de que não poderia ser obrigado a produzir eventuais provas contra si. O Comitê aprovou uma resolução de desacato que já foi enviada ao Departamento de Justiça solicitando que Fauci seja processado (no momento em que escrevo este texto, ainda não há uma decisão desse departamento).

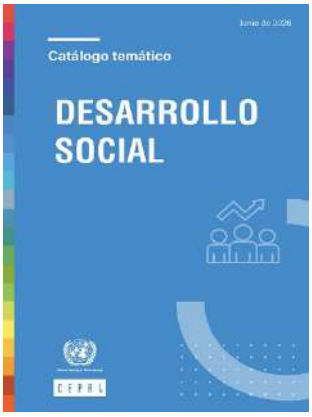
Para mim, a pergunta que se coloca é se essa recusa de Fauci retrata apenas uma indisposição pessoal e política entre ele e a maioria Republicana no Senado, ou se há outra hipótese para explicá-la. Afinal, tendo passado 38 anos à frente do NIAID, Fauci autorizou muitas centenas de projetos sobre muitos tipos de vírus, destinados a um sem-número de instituições científicas nos Estados Unidos e no exterior. Dentre eles há, certamente, projetos destinados a biolaboratórios com variados objetivos, entre os quais estarão pesquisa genômica com vírus, talvez até alguns relacionados a ganhos de função, mesmo que não relacionados ao SARS-Cov-2. O NIH sempre desenvolveu atividades de colaboração com dezenas de países. Fauci é, portanto, o depositário de informações sobre a atuação do NIAID durante mais de três décadas e é o principal fiador científico das mesmas. É bastante provável que o motivo pelo qual Fauci negou-se a responder as perguntas do comitê dirigido por Paul foi por considera-las uma armadilha para que as atividades do NIAID como um todo sejam objeto de escrutínio político pelo governo Trump 2.

A colaboração do NIAID com o Instituto de Virologia de Wuhan provavelmente nada tenha a ver com o aparecimento do SARS-Cov-2, em primeiro lugar, porque os determinantes para o aparecimento desse vírus ainda são objeto de disputa, embora ela esteja em um estágio pouco científico e muito político. E, também, porque o interesse desse comitê talvez seja o desnudar o funcionamento de um dos principais institutos de NIH utilizando Fauci como o responsável por eventuais problemas nele encontrados. No limite, aprofundar no NIH o que o governo Trump 2 vem fazendo com outras instituições cujas missões tenham fronteiras relacionadas à ciência. Sejam universidades, o CDC, o FDA, sejam as agências relacionadas ao clima etc.

No meu ponto de vista, o caso não está encerrado e, além do pronunciamento do Departamento de Justiça, no âmbito parlamentar ele se moverá apenas após os resultados das eleições de novembro próximo, quando a maioria de Trump no Congresso está em risco. Até lá, penso que Fauci manterá seu precioso e justificado silêncio. E, mesmo que Trump não perca a maioria, suponho que a questão será judicializada.

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



CEPAL. Catálogo temático: Desarrollo Social, 32 pp., 2026. A Cepal reuniu em Catálogos Temáticos a sua excelente produção político-técnico do interesse das nações da América Latina e Caribe. Neste, estudos resume e dá acesso a documentos sobre saúde, educação, habitação, desenvolvimento sustentável e outros temas da esfera do desenvolvimento social na região. Tendo mandato e extraordinária experiência em análise de problemas da ALC e construção de consensos para construir propostas nacionais e regionais consistentes em políticas sociais, reúne nesta compilação o melhor de sua produção recente, preparado por um grupo de técnicos de seus quadros de especialistas, acessíveis por um simples clique sobre o título ou o QR Code. Leitura indispensável e produto imprescindível na estante virtual de formuladores de políticas, legisladores, profissionais e estudantes de ciências políticas e sociais, diplomatas e estudantes de relações internacionais da região. Fonte: Catálogo temático: Desarrollo Social



OXFAM Brasil. Poder, privilégio e captura da democracia. Um retrato das desigualdades brasileiras. 92 pp., 2026. Este novo relatório do OXFAM Brasil, lançado em 19 de agosto, afirma que a desigualdade brasileira vai muito além das diferenças de renda. A elevada concentração de patrimônio e riqueza no topo da pirâmide se traduz em maior capacidade de influenciar eleições, políticas públicas, regulações e a destinação dos recursos do Estado. O estudo analisa as conexões entre desigualdade econômica e poder político e sustenta que a democracia brasileira convive com profundas assimetrias de representação e influência. Grupos com maior poder econômico dispõem de mais recursos para financiar campanhas, estruturar ações de lobby, acessar autoridades e influenciar o debate e as decisões públicas. Ao mesmo tempo, mulheres, pessoas negras e outros grupos historicamente vulnerabilizados permanecem desproporcionalmente afastados dos espaços de poder econômico e político. O relatório reconhece avanços nos indicadores sociais brasileiros, como a elevação do rendimento médio, a redução da pobreza e os efeitos positivos das políticas de proteção social e transferência de renda. Esses resultados, porém, convivem com forte concentração no topo. Dados fiscais mostram que a participação do 1% mais rico na renda nacional passou de 20,4% para 24,3% entre 2017 e 2023. Cerca de 85% desse aumento ficou com o 0,1% mais rico, e metade foi apropriada pelo 0,01% situado no extremo superior da distribuição. Acesso: *Um Retrato das Desigualdades Brasileiras: Poder, Privilégio e a Captura da Democracia*



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP- USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 26 de agosto – *Produção local de insumos para a saúde*

Dia 9 de setembro – *Saúde na África*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul (desde 2014)

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 14/2026
Período: 5 a 18 de agosto de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2026
277 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.